

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**ANA LÚCIA RIBEIRO DO NASCIMENTO**

**A ESCOLA ESTADUAL POLIVALENTE DOUTOR THARSIS CAMPOS:  
(CATALÃO-GO: 1978 A 1985)**

**UBERLÂNDIA – MG**

**2023**

**ANA LÚCIA RIBEIRO DO NASCIMENTO**

**A ESCOLA ESTADUAL POLIVALENTE DOUTOR THARSIS CAMPOS:  
(CATALÃO-GO: 1978 A 1985)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação na Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção ao título de Doutora em Educação.

Área de concentração: História e historiografia da educação.

Professor orientador: Dr. Sauloéber Tarsio de Souza.

**UBERLÂNDIA – MG**

**2023**

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

N244 Nascimento, Ana Lucia Ribeiro do, 1982-  
2023 A ESCOLA ESTADUAL POLIVALENTE DOUTOR THARSIS CAMPOS [recurso eletrônico] : (CATALÃO-GO: 1978 A 1985) / Ana Lucia Ribeiro do Nascimento. - 2023.

Orientador: Sauloéber Tarsio de Souza.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-graduação em Educação.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.te.2023.529>

Inclui bibliografia.

Inclui ilustrações.

1. Educação. I. Souza, Sauloéber Tarsio de, 1970-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Educação. III. Título.

CDU: 37

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:  
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091  
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



## UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação  
Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1G, Sala 156 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902  
Telefone: (34) 3239-4212 - www.ppged.faced.ufu.br - ppged@faced.ufu.br



### ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Educação				
Defesa de:	Tese de Doutorado Acadêmico, 30/2023/373, PPGED				
Data:	Vinte e cinco de agosto de dois mil e vinte e três	Hora de início:	[14h30]	Hora de encerramento:	[18h]
Matrícula do Discente:	11913EDU004				
Nome do Discente:	ANA LUCIA RIBEIRO DO NASCIMENTO				
Título do Trabalho:	"A Escola Estadual Polivalente Doutor Tharsis Campos (Catalão-GO: 1978-1985)"				
Área de concentração:	Educação				
Linha de pesquisa:	História e Historiografia da Educação				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	"A Sala Museu e o Processo de Ensino-Aprendizagem da História por Meio da Herança Educativa"				

Reuniu-se, através da sala virtual RNP (<https://conferenciaweb.rnp.br/webconf/sauloeber-tarsio-de-souza>), da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Educação, assim composta: Professores Doutores: Anderson Claytom Ferreira Brettas - IFTM; Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida - PUC-GO; José Carlos Souza Araujo - UFU; Sérgio Paulo Morais - UFU; Eduardo Giavara- UFG e Sauloéber Tarsio de Souza - UFU, orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Sauloéber Tarsio de Souza, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(as) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

[A]provado(a).

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.

---

ata que após lida e



Documento assinado eletronicamente por **Sauloeber Tarsio de Souza, Professor(a) do Magistério Superior**, em 28/08/2023, às 10:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Anderson Claytom Ferreira Brettas, Usuário Externo**, em 28/08/2023, às 10:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sergio Paulo Morais, Professor(a) do Magistério Superior**, em 28/08/2023, às 10:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Giavara, Usuário Externo**, em 29/08/2023, às 12:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Carlos Souza Araujo, Usuário Externo**, em 05/09/2023, às 09:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARIA ZENEIDE CARNEIRO MAGALHÃES DE ALMEIDA, Usuário Externo**, em 18/09/2023, às 11:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://www.sei.ufu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4766295** e o código CRC **F7D05396**.

Aos meus pais João – *in memoriam* e Maria que me ensinaram o valor da educação. À minha filha Yasmim, que torna os dias mais leves, que me motiva a continuar em frente!

## **Agradecimentos**

Esta pesquisa foi produzida com algumas dificuldades. Em tempos pandêmicos nos quais os encontros foram adiados, o acesso às fontes foi dificultado, além da perda de entes queridos, os obstáculos encontrados foram imensuráveis.

Pela pesquisa empreendida, agradeço a todos os professores que ministraram aulas durante o programa de pós-graduação e muito contribuíram para tecer questionamentos e buscar respostas científicas para os mesmos.

Em especial, agradeço ao meu orientador Dr. Sauloéber pelos apontamentos sempre tão precisos e que contribuíram para a realização da pesquisa. Sou grata pela paciência e compreensão concedida a mim.

Aos professores avaliadores pelas observações feitas no sentido de melhorar as discussões e alargar o olhar investigativo.

À minha família, filha, mãe, irmãos, sobrinhas e cunhados por compreenderem minha ausência e me apoiarem nessa empreitada.

À todas e todos, o meu muito obrigada!

## Resumo

As escolas polivalentes foram projetadas a partir de acordos de cooperação entre o Brasil e os Estados Unidos amálgamos à Lei 5.692/71, e visavam uma sondagem vocacional. Esta tese defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Educação na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), está inserida na Linha de pesquisa História e Historiografia da Educação cujo objeto investigativo foi a Escola Estadual Polivalente Dr. Tharsis Campos, situada no município de Catalão – GO, partiu da problemática: O projeto original das escolas polivalentes pôde ser concretizado considerando o fim do financiamento estrangeiro do período inicial de 1971? Desse modo, o objetivo geral deste estudo foi analisar por intermédio de fontes documentais se ocorreu esse ensino vocacional nos anos de 1978 a 1985. O recorte temporal se justifica pelo ano de fundação da escola e pelo momento em que a oferta dessa modalidade de ensino deixou de ser obrigatória no país, respectivamente. Com objetivos específicos, o capítulo I dedicou-se a apontar os aspectos históricos das implantações das escolas polivalentes no Brasil e em Goiás especificamente. No capítulo II o município de Catalão foi apresentado e contextualizado à pesquisa. O capítulo III objetivou a apresentar a estrutura organizacional da escola. E, por fim, o capítulo IV mostra uma análise do cotidiano e a organização do trabalho didático desenvolvidos na escola. O estudo ora apresentado fundamentou-se metodologicamente em revisão bibliográfica e análise documental do arquivo escolar. Ademais, ressaltamos sua originalidade, uma vez que é inexistente pesquisa que envolve a temática no estado de Goiás. A escola pesquisada ofertou juntamente às disciplinas regulares, as disciplinas de Técnicas Agrícolas, Técnicas Comerciais, Técnicas Industriais e Educação para o Lar. Deu início às suas atividades em um momento em que o financiamento oriundo dos acordos MEC-USAID já havia terminado, ou seja, sob vigência do último acordo, a escola carecia de recursos financeiros que influenciaram sobremaneira a oferta do ensino. A escola atendeu nos anos contextualizados na pesquisa mais de 8.000 alunos do município e de cidades vizinhas, e mesmo com dificuldades ofertou escolarização aos mesmos, porém, não um ensino vocacional como era a proposta a priori prevista para essa modalidade.

**Palavras-Chave:** Escola Polivalente. Ensino Vocacional. Disciplinas Técnicas. Catalão. Goiás.

## Abstract

The multipurpose schools were designed based on cooperation agreements between Brazil and the United States, amalgamated with Law 5,692/71, and aimed at a vocational survey. This thesis defended within the Postgraduate Program in Education at the Federal University of Uberlândia (UFU), is part of the History and Historiography of Education research line whose investigative object was the Escola Estadual Polivalente Dr. Tharsis Campos, located in the municipality of Catalão – GO, started from the problematic: Could the original project of multipurpose schools be implemented considering the end of foreign financing from the initial period of 1971? Thus, the general objective of this study was to analyze, through documentary sources, whether this vocational education occurred in the years 1978 to 1985. The time frame is justified by the year the school was founded and the moment in which the provision of this type of education ceased. to be mandatory in the country, respectively. With specific objectives, chapter I was dedicated to pointing out the historical aspects of the implementation of multipurpose schools in Brazil and in Goiás specifically. In chapter II, the municipality of Catalão was presented and contextualized for the research. Chapter III aimed to present the school's organizational structure. And, finally, chapter IV shows an analysis of daily life and the organization of didactic work carried out at school. The study presented here was methodologically based on a bibliographical review and documentary analysis of the school archive. Furthermore, we highlight its originality, since there is no research involving the topic in the state of Goiás. The school studied offered, alongside regular subjects, the subjects of Agricultural Techniques, Commercial Techniques, Industrial Techniques and Home Education. It began its activities at a time when funding from the MEC-USAID agreements had already ended, that is, under the last agreement, the school lacked financial resources that greatly influenced the provision of education. In the years contextualized in the research, the school served more than 8,000 students from the municipality and neighboring cities, and even with difficulties, it offered schooling to them, however, not vocational education as was the a priori proposal envisaged for this modality.

**Key Words:** Multipurpose School. Vocational Education. Technical Disciplines. Catalão. Goiás.

## LISTA DE QUADROS E TABELAS

<b>Quadro 1</b> – Documentação da Escola Polivalente (1978 – 1985).....	14
<b>Quadro 2</b> – Organograma dos níveis de ensino de acordo com a Lei 4.024/61.....	26
<b>Quadro 3</b> – Relação de Grupos Escolares nas décadas de 1920 e 1950.....	65
<b>Quadro 4</b> – Quadro de Pessoal do Colégio Polivalente “Dr. Tharsis Campos (1978)...	70
<b>Quadro 5</b> – Turmas ofertadas entre os anos de 1978 a 1985.....	84
<b>Quadro 6</b> – Quantidade de alunos matriculados entre os anos de 1978 a 1985 .....	84
<b>Quadro 7</b> – Disciplinas compreendidas no currículo da Escola Polivalente.....	95
<b>Quadro 8</b> – Levantamento do Perfil da turma.....	140
<b>Tabela 1</b> – Trajetória histórica do polivalente Doutor Tharsis Campos.....	17
<b>Tabela 2</b> – Colégios com a nomenclatura Polivalente em Goiás.....	67
<b>Tabela 3</b> – Espaço Escolar.....	89
<b>Tabela 4</b> – Relação de professores Orientadores de Turma .....	128

## LISTA DE IMAGENS

<b>Imagem 1</b> – Avenida José Marcelino no início da década de 1970 .....	10
<b>Imagem 2</b> – Fachada da Escola Técnica de Goiás – aproximadamente em 1976 .....	59
<b>Imagem 3</b> – Espaço interno da Escola Técnica de Goiás – aproximadamente em 1976 .....	60
<b>Imagem 4</b> – Avenida José Marcelino em 1965 .....	67
<b>Imagem 5</b> – Panfleto sobre o Colégio Polivalente – Parte 1 .....	73
<b>Imagem 6</b> – Panfleto sobre o Colégio Polivalente – Parte 2 .....	74
<b>Imagem 7</b> – Tharsis Campos .....	77
<b>Imagem 8</b> – Planta da Escola Polivalente Dr. Tharsis Campos.....	82
<b>Imagem 9</b> – Foto aérea da escola em 2016.....	83
<b>Imagem 10</b> – Recibo de matrícula.....	85
<b>Imagem 11</b> – Atestado de Saúde .....	87
<b>Imagem 12</b> – Recorte da ata 27/80 .....	96
<b>Imagem 13</b> – Recorte da ata 24/79 da Reunião com pais.....	100
<b>Imagem 14</b> – Ata de Resultado Final 5ª série E de 1978.....	102
<b>Imagem 15</b> – Recorte da ata 41/82 .....	103
<b>Imagem 16</b> – Recorte da ata 27/80 .....	105
<b>Imagem 17</b> – Sala de Aula de Técnicas Industriais.....	106
<b>Imagem 18</b> – Nota fiscal 5767 - Compra de móveis e material - PREMEN-MEC.....	107
<b>Imagem 19</b> – Nota fiscal 5705 - Compra de móveis e material - PREMEN-MEC.....	108
<b>Imagem 20</b> – Nota fiscal 5758 - Compra de móveis - PREMEN-MEC.....	109
<b>Imagem 21</b> – Lista de artigos para compra de materiais .....	110
<b>Imagem 22</b> – Trabalho de Técnicas Industriais na Escola Polivalente .....	111
<b>Imagem 23</b> – Atividade em parceria com a Asgofértil em 1982.....	113
<b>Imagem 24</b> – Sala de Técnicas Comerciais .....	114
<b>Imagem 25</b> – Atividade da disciplina de Técnicas Comerciais.....	115
<b>Imagem 26</b> – Sala de Técnicas Agrícolas.....	116
<b>Imagem 27</b> – Trabalho da disciplina de Educação para o Lar.....	118
<b>Imagem 28</b> – Recorte de jornal abordando o curso de Pintura em parceria com a Asgofértil.....	119
<b>Imagem 29</b> – Recorte da Ata 08/79 – Conselho de Classe.....	120
<b>Imagem 30</b> – Ata 01/78 .....	123

<b>Imagem 31</b> – Recorte da Ata 03/78 .....	127
<b>Imagem 32</b> – Recorte da Ata 04/78 .....	131
<b>Imagem 33</b> – Ata da reunião pedagógica com corpo docente 1978 .....	134
<b>Imagem 34</b> – Atestado de funcionamento da Biblioteca Yolanda Fonseca Ayres.....	135
<b>Imagem 35</b> – Comportamento do aluno na biblioteca.....	136
<b>Imagem 36</b> – Recorte da Ata 17/79 .....	138
<b>Imagem 37</b> – Festa junina de julho de 1980 .....	155
<b>Imagem 38</b> – Cornélio Ramos recebe título de cidadão catalano.....	156
<b>Imagem 39</b> – – Desfile cívico em 1981 .....	157
<b>Imagem 40</b> – Ata 07/78 – Reunião com pais.....	163
<b>Imagem 41</b> – Parte 1 da Ata de eleição da APM.....	168
<b>Imagem 42</b> – Parte 2 da Ata de eleição da APM.....	169

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 1</b> – Município de Catalão – GO .....	68
---	----

## LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

**ABE** – Associação Brasileira de Educação

**AI** – Ato Institucional

**AID** – *Agency for International Development*

**APM** – Associação de Pais e Mestres

**ARENA** – Aliança Renovadora Nacional

**BDTD** – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

**BOC** – Bloco Operário-Camponês

**CAPES** – Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

**CCE** – Centro Cívico Escolar

**CNMC** – Comissão Nacional de Moral e Civismo

**CEPI** – Colégio em Tempo Integral

**CEPMG** – Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás

**CFE** – Conselho Federal de Educação

**COLTED** – Comissão do Livro Técnico e Didático

**EMC** – Educação Moral e Cívica

**EUA** – Estados Unidos da América

**EPEM** – Equipe de Planejamento do Ensino Médio

**ESG** – Escola Superior de Guerra

**FE** – Faculdade de Educação

**FEME** – Fundo Especial de Manutenção Escolar

**GO** – Goiás

**GOT** – Ginásio Orientado para o Trabalho

**GTRU** – Grupo de Trabalho da Reforma Universitária

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**IPES** – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

**LDB** – Lei de Diretrizes e Bases

**MEC** – Ministério da Educação e Cultura

**MDB** – Movimento Democrático Brasileiro

**MOBRAL** – Movimento Brasileiro de Alfabetização

**PABAE** – Programa de Assistência Brasileiro Americana ao Ensino Elementar

**OT** – Orientador de Turma

**OSPB** – Organização Social e Política Brasileira

**PPP** – Projeto Político Pedagógico  
**PC** – Partido Comunista  
**PCB** – Partido Comunista Brasileiro  
**PNE** – Plano Nacional de Educação  
**PPGE** – Programa de Pós-graduação em Educação  
**PREMEM** – Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio  
**PREMEN** – Programa de Expansão do Ensino  
**PSD** – Partido Social Democrático  
**PTB** – Partido Trabalhista Brasileiro  
**PUC** – Pontifícia Universidade Católica  
**SEC** – Secretaria de Educação e Cultura  
**SCP** – Serviço de Coordenação Pedagógica  
**SENAC** – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial  
**SENAI** – Sistema Nacional de Aprendizagem Industrial  
**SOE** – Serviço de Orientação Educacional  
**UDN** – União Democrática Nacional  
**UFG** – Universidade Federal de Goiás  
**UNE** – União Nacional dos Estudantes  
**USAID** – *United States Agency of International Development*

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>CAPÍTULO I</b> .....	23
<b>A TRAJETÓRIA DE IMPLANTAÇÃO DOS COLÉGIOS POLIVALENTES NO BRASIL</b> .....	23
<b>1.1 As Reformas Educacionais no Brasil dos anos de 1930</b> .....	23
<b>1.2 A educação na Ditadura Cívico-militar: a ascensão da Pedagogia Tecnicista</b> .	38
<b>1.3 O projeto de implantação dos Polivalentes no Brasil</b> .....	50
<b>CAPÍTULO II</b> .....	60
<b>O POLIVALENTE CHEGA EM CATALÃO</b> .....	60
<b>2.1 A educação em Goiás: A expansão do ensino</b> .....	60
<b>2.2 Catalão: um pouco da história</b> .....	68
<b>2.3 A implantação da Escola de Primeiro Grau Polivalente Doutor Tharsis Campos</b> .....	72
<b>2.3.1 Tharsis Campos: o patrono da escola</b> .....	83
<b>CAPÍTULO III</b> .....	87
<b>A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA ESCOLA POLIVALENTE</b> .....	87
<b>3.1 A organização da Escola Polivalente</b> .....	87
<b>3.2 O currículo na Escola Polivalente</b> .....	95
<b>3.2.1 As disciplinas específicas do currículo vocacional</b> .....	104
<b>CAPÍTULO IV</b> .....	122
<b>A ESCOLA POLIVALENTE: COTIDIANO E TRABALHO DIDÁTICO</b> .....	122
<b>4.1 As atividades docentes: orientações do Conselho de Classe</b> .....	122
<b>4.2A rotina escolar</b> .....	150
<b>4.2.1As ações motivacionais e ou disciplinadoras com professores e alunos</b> .....	150
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	173
<b>Referências</b> .....	179
<b>Anexos</b> .....	189
<b>Anexo 1 – Questionário SOE</b> .....	189
<b>Anexo 2</b> .....	191
<b>Verso do Histórico Escolar (1978)</b> .....	191
<b>Anexo 3</b> .....	192
<b>Ata de Solenidade da Inauguração da Escola Estadual Polivalente de 1º Grau “Dr. Tharsis Campos – Parte 1</b> .....	192
<b>Anexo 4</b> .....	193

<b>Ata de Solenidade da Inauguração da Escola Estadual Polivalente de 1º Grau “Dr. Tharsis Campos – Parte 2</b> .....	193
<b>Anexo 5</b> .....	194
<b>Ata 01 de 1978 – Reunião pedagógica / Parte 1</b> .....	194
<b>Anexo 6</b> .....	195
<b>Ata 01 de 1978 – Reunião pedagógica / Parte 2</b> .....	195
<b>Anexo 7</b> .....	196
<b>Ata 16 de 1979 – Reunião administrativa e docente – Parte 1</b> .....	196
<b>Anexo 8</b> .....	197
<b>Ata 16 de 1979 – Reunião administrativa e docente – Parte 2</b> .....	197
<b>Anexo 9</b> .....	198
<b>Ata 31 – Conselho de classe em 1980 – Parte 1</b> .....	198
<b>Anexo 10</b> .....	199
<b>Ata 31 – Conselho de classe em 1980 – Parte 2</b> .....	199
<b>Anexo 11</b> .....	200
<b>Ata 34 de 1981 – Reunião Geral – Parte 1</b> .....	200
<b>Anexo 12</b> .....	201
<b>Ata 34 de 1981 – Reunião Geral – Parte 2</b> .....	201
<b>Anexo 13</b> .....	202
<b>Ata 44 – Conselho de Classe em 1982</b> .....	202
<b>Anexo 14</b> .....	203
<b>Ata 46 – Reunião Geral em 1983 – Parte 1</b> .....	203
<b>Anexo 15</b> .....	204
<b>Ata 46 – Reunião Geral em 1983 – Parte 2</b> .....	204
<b>Anexo 16</b> .....	205
<b>Ata 46 – Reunião Administrativa em 1984 – Parte 1</b> .....	205
<b>Anexo 17</b> .....	206
<b>Ata 46 – Reunião Administrativa em 1984 – Parte 2</b> .....	206
<b>Anexo 18</b> .....	207
<b>Ata 46 – Reunião Administrativa em 1984 – Parte 3</b> .....	207
<b>Anexo 19</b> .....	208
<b>Ata de Resultados Finais da 7ª série E - Período noturno do ano de 1981</b> .....	208
<b>Apêndices</b> .....	209
<b>Apêndice 01 – Registro da Biblioteca</b> .....	209

## INTRODUÇÃO

*Entre 1960 e 1970 houve cerca de quinhentos acordos entre Brasil e EUA. Esses acordos eram firmados, ora entre a USAID e as unidades da federação brasileira, ora entre a USAID e o Ministério da Educação e Cultura (MEC). A partir deles foram feitas mudanças no sistema educacional brasileiro, com intervenções no ensino fundamental, secundário e superior, no ensino técnico profissionalizante e na alfabetização de adultos. Essas intervenções incluíram construção de prédios, compra de mobiliários, treinamento de professores e técnicos, concessão de bolsas de estudo e outros. (PEDROSA E BITTENCOURT JÚNIOR, 2015, p. 13-14).*

O interesse desta investigação surgiu no percurso do mestrado. Ao empreender a pesquisa: *Habitus Professoral de Normalista em Morrinhos-Go: (1962-1971)*, defendida em 2019, foi possível perceber que, particularmente, no estado de Goiás, a história das instituições é um campo pouco lembrado e durante as pesquisas, foi possível perceber que carece de estudos sobre as escolas polivalentes: sua criação e manutenção, bem como a relação com o mercado de trabalho. E, para, além disso, o significado social que essas instituições tiveram e ainda tem para a sociedade.

Em pesquisas à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e ao Banco de Teses da Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), utilizando descritores como Escola/Ginásio Polivalente, Colégio Polivalente, alguns trabalhos foram encontrados. No entanto, apenas em outros estados brasileiros, ao inserir a palavra Goiás e Catalão com os descritores, nenhuma pesquisa foi encontrada, o que significa que a proposta tem mérito na construção da História da Educação em Goiás, ou seja, é uma pesquisa que irá compor parte da História da Educação goiana, preenchendo lacunas desse tempo histórico.

Valdez e Barra (2012), ao produzirem um estado da arte sobre a História da Educação em Goiás, alertaram que nossa região se encontra em “uma posição de desvantagem em relação às pesquisas de outras regiões” (p. 123). As autoras pesquisaram obras em formato de livros, pesquisas de dissertações e teses publicadas a partir dos anos de 1970. Ao pesquisarem os programas de pós-graduação da Faculdade de Educação da

Universidade Federal de Goiás (PPGE-FE/UFG) e da Pontifícia Universidade Católica (PUC-GO) indicam que “a ausência de linha específica nesses programas certamente dificulta não somente a troca de experiências e discussões como também a produção de pesquisas na área” (p. 107).

Esta pesquisa, qual seja, A Escola Estadual Polivalente Doutor Tharsis Campos (Catalão-Go 1978 a 1985), inserida na linha de pesquisas de História e Historiografia da Educação, é um estudo bibliográfico e histórico-documental. Ao vislumbrar uma pesquisa com enfoque histórico, a proposta foi investigar uma instituição educativa que teve significativa participação social e formativa na vida dos indivíduos da cidade de Catalão – GO.

A escola fundada em 1978 na cidade de Catalão, (hoje com população estimada em aproximadamente 113.000<sup>1</sup> habitantes) recebeu este nome em homenagem a Tharsis Campos, filho de Randolfo Campos (advogado renomado no estado de Goiás), que nasceu em Catalão no ano de 1903, iniciou os estudos na cidade natal e em 1915 foi estudar no Colégio Pedro II na cidade do Rio de Janeiro, depois foi para o Colégio São José, Instituto Lafayette e em seguida para a universidade federal na mesma cidade. Formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais e foi professor em colégios tradicionais da cidade, entre eles, o Colégio Nossa Senhora Mãe de Deus e Ginásio São Bernardino de Siena.

Tharsis Campos foi um dos fundadores da Fundação Wagner Estelita Campos e professor na Escola Técnica de Comércio dessa mesma fundação. E até 1975 exerceu cargo de Consultor Jurídico na Prefeitura Municipal de Catalão, falecendo com 73 anos no ano de 1976. (CAMPOS, 1985).

A escola no início de sua fundação tinha por objetivo “oferecer experiência humanística, científica e prática, destinada a construir base para estudo de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> série” (PPP, 2005, p.3). Baseadas em modelos americanos, a Escola Polivalente Dr. Tharsis Campos, oferecia junto ao ensino científico os cursos de Técnicas Industriais, Técnicas Comerciais, Técnicas Agrícolas e Educação para o Lar. A escola ofereceu esses cursos nos anos de 1978 a 1985. A partir de 1986, “as técnicas foram abolidas devido a reestruturação dos objetivos educacionais” (PPP, 2005, p. 3).

Em Catalão, a Escola Polivalente deu início as suas atividades no ano de 1978, em pleno período cívico-militar. Em 1982 por meio do decreto Lei 7.044/82 deixou de ser obrigatório o ensino profissionalizante nas escolas de ensino médio, entretanto, essa

---

<sup>1</sup> Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021).

modalidade de ensino prevaleceu no Colégio Polivalente até o ano de 1985 (eleição de Tancredo Neves – último ano de Ditadura Militar no Brasil). A partir do ano de 1986 e até 1998, o colégio ofertou os cursos de Técnicas Comerciais e Técnicas Industriais como atividades extracurriculares.

A instituição de ensino, nosso objeto de pesquisa, que passou por transformações ao longo de sua trajetória, hoje, é um Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás (CEPMG). Por intermédio da Lei nº 8.275 de julho de 1977 que criou estabelecimentos de ensino no estado de Goiás, Catalão, dentre as 55 cidades selecionadas no mandato de Irapuan Costa Júnior, recebeu duas escolas de 1º grau. Em 1979, a Lei nº 8.669 em seu 3º artigo indica que “A Escola Estadual Polivalente de 1º Grau de Catalão passa a denominar-se Escola Estadual Polivalente de 1º Grau “Dr. Tharsis Campos” (GOIÁS, 1979).

A escola está situada à Avenida José Marcelino, hoje um bairro central, e durante o período pesquisado, teve mais de 8.000 matrículas. À época de sua instalação, o bairro Nossa Senhora de Fátima, aonde está localizada a escola, era um bairro afastado do centro. Vejamos a imagem abaixo:

**Imagem 1:** Avenida José Marcelino no início da década de 1970.



**Fonte:** [nossocatalao.blogspot.com](http://nossocatalao.blogspot.com)

A imagem acima mostra uma oficina renovadora de pneus, no início da década de 1970, que existe até os dias atuais. Esse estabelecimento encontra-se situado próximo a BR-050 que liga a cidade de Catalão à Araguari (sentido Sul) no estado de Minas Gerais e Brasília-DF (sentido Norte). A Escola Polivalente encontra-se à duas quadras abaixo

desse estabelecimento (indicado na imagem com uma seta vermelha). Ou seja, considerando que na época, só havia um pequeno bairro após a rodovia federal, a escola estava situada no fim da cidade, e pelos registros é possível considerar que a mesma atendia um número expressivo de alunos carentes da região.

Em 1980, a Lei nº 8.780 assinalava que a instituição passaria a ofertar o ensino de 2º grau simultâneo ao ensino profissionalizante. Podemos observar abaixo a evolução das fases do atual colégio.

**Tabela 1 – Trajetória histórica do Polivalente Doutor Tharsis Campos**

<b>Trajetória histórica do Polivalente Doutor Tharsis Campos</b>				
Fase	Nomenclatura	Ano	Legislação	Ensino ofertado
I	Escola Estadual Polivalente de 1º Grau de Catalão	1978	Lei 8.275/1977	Ensino de 1º Grau
II	Escola Estadual Polivalente de 1º Grau “Dr. Tharsis Campos”	1980	Lei 8.780/1980	Ensinos de 1º e 2º Graus / 2º Grau paralelo ao Profissionalizante
III	Colégio Estadual Polivalente “Dr. Tharsis Campos”	2012	Lei 17.920/2012	Ensino Médio em período integral
IV	CEPI-PMG Polivalente Dr. “Tharsis Campos”	2014	Lei 18.556/2014	Ensino Médio em período integral

**Fonte:** Ribeiro (2019)

Como podemos observar, Ribeiro (2019) em uma contextualização histórica elucidada que a instituição passou por transformações, e interessa-nos pesquisar, a priori, as duas primeiras fases, uma vez que já existe pesquisa sobre a implantação dos Colégios em Tempo Integral (CEPI) na cidade de Catalão.

Com tal expectativa, surge um problema inicial: O projeto original das escolas polivalentes pôde ser concretizado considerando o fim do financiamento estrangeiro do período inicial de 1971? Nesta tese investigamos a trajetória da Escola Estadual Polivalente Dr. Tharsis Campos desde a sua fundação em 1978 a 1985 com o objetivo de analisar se de fato a escola ofertou o ensino vocacional, de acordo com a proposta educacional a qual estava vinculada.

Neste ínterim, o recorte temporal (1978 – 1985) justifica-se pela fundação da instituição, em um momento que na cidade havia poucas escolas, o Ginásio Polivalente surge com a oferta das técnicas profissionais de ensino; e quando a oferta dessa modalidade de ensino deixou de ser obrigatória e um novo período é inaugurado no Brasil, respectivamente.

O estudo de instituições escolares pode acrescentar conhecimentos históricos à História da Educação de determinada sociedade. “Hoje, os estudos de instituições escolares representam um tema de pesquisa significativo entre os educadores, particularmente no âmbito da história da educação”. (BUFFA; NOSELLA, 2008, p. 18).

Ao refletir sobre o estudo das instituições educativas, Oliveira e Gatti (2002) propõem um novo olhar historiográfico em oposição à historiografia tradicional na história das instituições, “com um sentido mais amplo, complexo e abrangente sobre os espaços sociais destinados à educação escolar, atribuindo muita importância às suas singularidades e particularidades” (p.73).

Ainda, para esses autores,

Como se pode perceber, historiar uma instituição educativa, tomada na sua pluridimensionalidade, não significa laudatoriamente descrevê-la, mas implicá-la e integrá-la em uma realidade mais ampla, que é o seu próprio sistema educativo. Nesse mesmo sentido, implica-la no processo de evolução de sua comunidade ou região é evidentemente sistematizar e re(escrever) seu ciclo de vida em um quadro mais amplo, no qual são inseridas as mudanças que ocorrem em âmbito local, sem perder de vista a singularidade e as perspectivas maiores. (OLIVEIRA, GATTI, 2002, p.74).

Sobre a noção de instituição, para traduzir um sentido instituinte Magalhães (2004) aponta que essa noção “corresponde uma memória, um historicismo, um processo histórico, uma tradição em permanente atualização – totalidades em organização (p. 62). Assim, essa ideia de instituição consagra o “dado, o instituído, mas evolui e transforma – se pelo processo educativo” (MAGALHÃES, 2004, p. 62). O autor afirma ainda, que a história das instituições e a dialética entre a instituição e educação é um campo de investigação em que essa articulação se dá pela ação dos sujeitos.

Assim, Magalhães conceitua instituições escolares como

Organismos vivos, cuja uma interação numa política normativa e numa estrutura e educativa de dimensão nacional e internacional é fator de conflito entre os campos da liberdade, criatividade, sentido crítico e autonomização dos atores e o normativismo burocrático e político ideológico estruturante. (MAGALHÃES, 2004, p. 124).

Segundo Magalhães (1996) para entender e elucidar a existência histórica de determinada instituição educativa, é necessário contextualizá-la sem deixar de integrá-la

à realidade, é “(re)escrever-lhe o itinerário da vida na sua multidimensionalidade, conferindo um sentido histórico” (p. 2). Nesse sentido, ao longo da pesquisa delineamos alguns aspectos históricos que julgamos necessários para compreender a instituição escolar contextualizada na pesquisa.

A partir de acordos entre o Brasil e Estados Unidos da América (EUA), as escolas Polivalentes surgiram com intuito de educar para o trabalho, constituindo uma formação teórica e vocacional e um estímulo de vocações, sejam elas manuais, industriais, comerciais ou intelectuais. (ROMANELLI, 1986).

Em conformidade com Araújo (2009), a frente dessa proposta educacional pautada na produção capitalista, destaca-se a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (*United States Agency of International Development – USAID*) que estava claramente ligada a educação brasileira com intuito de legitimar uma moderna transformação na educação compulsória ao capitalismo. Nessa perspectiva, sob a Lei 5.692/71 as escolas Polivalentes foram implantadas em vários lugares do Brasil.

De acordo com Souza e Lima (2016):

A implantação das Escolas Polivalentes no Brasil, acompanhada pela promulgação da Lei nº 5.692/1971; nessa vertente, essas escolas se apresentaram como uma proposta pedagógica, com ênfase na promoção do ensino de qualidade e profissionalizante, sob o argumento de que seu aparato metodológico e prático contava com um significativo diferencial diante dos demais modelos em vigor. Esse modelo seria subsidiado pela Pedagogia Tecnícista, proposta que esteve à frente desse modelo implantado com intensidade em vários graus da educação brasileira. (SOUZA, LIMA, 2016, p. 76).

Os autores apontam para a necessidade em atender o mercado de trabalho que neste momento encontrava-se em ascensão industrial e carecia de mão de obra qualificada, e, em consequência, a educação ambientada no contexto cívico-militar, foi modificada para atender as exigências do mercado. Assim, “os polivalentes foram criados com o objetivo de serem modelos, servindo de vitrine dessa educação do regime autoritário, com arquitetura e proposta pedagógica focadas na formação de mão de obra para o mercado de trabalho” (SOUZA, LIMA, 2016, p. 77).

Para compor nossa investigação, além do levantamento das fontes de cunho bibliográfico, as quais, apesar de não especificarem o estado de Goiás, foram de grande importância para compreendermos nosso objeto de pesquisa, realizamos visita ao arquivo histórico da instituição. E, nesse sentido, recorreremos à ponderação de Barros (2009):

A fonte histórica é aquilo que coloca o historiador diretamente em contato com o seu problema. Ela é precisamente o material através do qual o historiador examina ou analisa uma sociedade humana no tempo. Uma fonte pode preencher uma destas duas funções: ou ela é o meio de acesso àqueles fatos históricos que o historiador deverá reconstruir e interpretar (fonte histórica = fonte de informações sobre o passado), ou ela mesma... é o próprio fato histórico. (BARROS, 2009, p. 109).

O autor pondera ainda que a fonte histórica pode ser entendida como “testemunho de uma época” (p. 109). Orso (2012) defende que “não há outro modo de recuperar e reconstruir a história senão por meio das fontes, quaisquer que sejam elas. O fato é que o acesso ao passado depende essencialmente delas, que são as bases para a produção historiográfica” (p. 229).

Entre os documentos encontrados na escola, estão: decretos; portarias; resoluções; documentos de orientações a alunos e professores; regimento interno; livros de ponto e registro de frequência de professores e administrativo; relações de equipamentos dos cursos profissionalizantes; alguns recortes de jornais e panfletos; algumas fotografias; atas de resultados finais e aproveitamento; atas de reunião com o corpo docente e professores; atas de conselho de classe; algumas notas fiscais de compras de equipamentos e materiais; fichas individuais de alunos contendo cópia de documentos pessoais, atestado de saúde, histórico escolar, recibos de matrícula, alguns com exames de admissão. Não foram encontrados nenhum diário das décadas de 1970 e 1980.

Entre os documentos coletados para análises, temos:

**Quadro 01 – Documentação da Escola Polivalente (1978 – 1985)**

<b>Documentação da Escola Polivalente (1978 – 1985)</b>		
Documento	Período	Nº de páginas
Decretos e Portarias	1970 – 1985	127
Atas de Reuniões Pedagógicas	1978 – 1985	155
Atas de Reuniões com professores	1978 – 1985	103
Atas de Resultado e Aproveitamento	1978 – 1985	413
Notas Fiscais	1978 – 1985	45
Regimento Escolar	1978	13
Questionários, Mensagens a alunos e professores	1978 – 1985	18
Fichas individuais de alunos	1978 – 1985	80
Fotos, recortes de jornais e plantas da escola	1978 – 1985	18

**Fonte:** Elaborado pela autora a partir do arquivo documental da escola (2022).

Como anteriormente mencionado, ao fazer um levantamento bibliográfico não encontramos vestígios de investigação que compreende nosso objeto de pesquisa, a Escola Polivalente em Goiás. Em conformidade com Barros (2009):

Sempre que um pesquisador estiver definindo um tema, deve procurar realizar um levantamento exploratório da bibliografia já existente. Pode até se dar que o seu recorte temático seja efetivamente original ou em certa medida pioneiro, mas sempre existirão recortes aproximados percorridos por autores anteriores que merecerão ser considerados para um posicionamento perante o problema. (p. 104).

Nesse sentido, selecionamos algumas pesquisas para estabelecer o que o autor pontua como “diálogo historiográfico e científico” (BARROS, 2009, p. 104). A exemplo: Arapiraca (1982), Veiga (2007), Saviani (2019), Alves (1968), Germano (2005), Manfredi (2002), Romanelli (1986), Bretas (1991), Chaul (2010), entre outros que já têm seus estudos consolidados. Selecionamos também dissertações, teses e artigos de periódicos para compor nosso diálogo, como as pesquisas de Chaves (2020), Resende (2015), Pedrosa e Bittencourt (2015), Lima (2018), Pires (2014), Carneiro (1984), entre outros.

A pesquisa está organizada em seis seções: Introdução, Capítulos I, II, III, IV e Considerações Finais. A primeira aponta os aspectos da delimitação da pesquisa, objetivos, bem como a metodologia utilizada. O Capítulo I intitulado *A Trajetória de implantação dos Colégios Polivalentes no Brasil* assinala os aspectos históricos da criação dos Polivalentes no Brasil.

No Capítulo II, *O Polivalente chega à Catalão*, a proposta inicial era arrolar os aspectos históricos da implantação destas instituições em Goiás, contudo, a falta de referência não nos permitiu analisar tal empreitada a contento. Desse modo, foi possível investigar os percursos históricos que ambientaram a educação no contexto da pesquisa, além de apresentar o município de Catalão.

Nesses dois capítulos iniciais fizemos um recuo histórico à década de 1930, pois, acreditamos que nesse período, a crescente industrialização teve maior notoriedade na História da Educação ao pressionar o sistema de ensino à formação técnica e profissional.

O capítulo III, *Estrutura Organizacional da Escola Polivalente*, apresenta a organização estrutural da escola, o espaço físico, a composição administrativa, a estrutura

material e pedagógica, além de aspectos inerentes às disciplinas técnicas oferecidas no ensino de 1º grau.

O capítulo IV, *A Escola Polivalente: cotidiano e trabalho didático*, mostra uma análise feita a partir das atas de reuniões com corpo administrativo e docente, o cotidiano escolar, bem como a organização do trabalho didático que permearam o ambiente escolar nos anos de 1978 a 1985.

Após as ponderações feitas nos quatro capítulos, avançamos às considerações finais sobre a pesquisa. Ressaltamos que a pesquisa não se encerra com as análises feitas, pois há uma vastidão de aspectos que não puderam ser contemplados, a exemplo, entrevistas com ex-alunos e ex-professores que poderiam confirmar nossas impressões, ou do mesmo modo, refutá-las. Nesse sentido, muitas indagações que foram surgindo poderão ser entendidas em outro momento.

A pesquisa conta também com alguns anexos e apêndices referentes aos documentos encontrados na escola, como forma de expor a ampla possibilidade de pesquisas futuras, além de expor parte da documentação.

## CAPÍTULO I

### A TRAJETÓRIA DE IMPLANTAÇÃO DOS COLÉGIOS POLIVALENTES NO BRASIL

*Para o atendimento da realidade brasileira o ginásio acadêmico convencional precisa ir, progressivamente, dando lugar ao ginásio polivalente, de fundo pré-vocacional e com maior destaque às ciências. (BRASIL, 1970, p. 21).*

O objetivo deste capítulo é apontar os contornos históricos e políticos da educação brasileira, a partir dos anos de 1930, além da trajetória que ocasionou a implantação dos Colégios Polivalentes no Brasil, em específico no estado do Goiás, com ênfase na instituição criada no município de Catalão, decorrente dos acordos MEC/USAID. Para, além disso, tenciona a compreensão do contexto histórico no período da ditadura Cívico-militar e também da ascensão da Pedagogia Tecnicista, momento de criação dos Colégios Polivalentes pelo Brasil. A implantação dessas escolas “(...) se propunha a desempenhar um papel que servisse de modelo para a transformação de toda a sistemática de ensino médio no país.” (ARAPIRACA, 1982, p. 13).

O recorte histórico de nossa pesquisa compreende os anos de 1978 a 1985, ano em que o Colégio Polivalente Dr. Tharsis Campos foi implantado no município de Catalão – GO até o fim do período Cívico-militar se findou, respectivamente. Com este desígnio, acreditamos ser necessário um breve recuo histórico à década de 1930, ao considerarmos que o recorte da pesquisa compreende o período em que, decorrente do processo de industrialização, o sistema de ensino no Brasil sofreu forte pressão em direção à formação para o trabalho.

Manfredi (2002) aponta que o período do Estado Novo pode ser caracterizado pela legitimação da divisão “entre o trabalho manual e o intelectual” (p. 95), ou seja, o reordenamento do sistema escolar brasileiro separava o ensino secundário, propedêutico destinado às elites e o ensino profissionalizante destinado às camadas mais desvalidas da sociedade.

#### 1.1 As Reformas Educacionais no Brasil dos anos de 1930

Romanelli (1986) assevera que a queda da oligarquia, a reorganização da estrutura econômica e os intensos movimentos armados culminaram na chamada Revolução de 1930. A industrialização, intensificada nas primeiras décadas do século XX, representou socialmente a “consolidação de dois componentes: a burguesia industrial e o operariado” (RIBEIRO, 2007, p. 96). De acordo com a autora:

O componente representado pela burguesia industrial apresenta pontos de contato com outros setores da classe dominante, não só pelo fato de muitos dos industriais serem ou terem sido fazendeiros, como também por se colocarem numa relação de dominação no que diz respeito à mão-de-obra. [...] O significado do outro componente social – o operariado – está no fato de representar a existência, a partir daí, do povo enquanto expressão política. As manifestações urbanas organizadas retratavam de forma mais objetiva a insatisfação dos setores de classe dominada. (RIBEIRO, 2007, p. 96-97).

O advento de 1930 foi resultado dos movimentos grevistas que se intensificaram na década anterior, contudo, a tentativa de desprezo das mobilizações por parte dos políticos persistia. Além disso, o setor médio da população eclodia e boa parte deste setor em crescimento sentia-se prejudicada pela política vigente e também possuía suas reivindicações manifestas (RIBEIRO, 2007). Essa crescente mobilização desses setores médios foi capitaneada pelo movimento denominado de Tenentismo, à medida que acreditavam que os indivíduos à frente do poder eram corruptos, e que os militares poderiam liderar uma renovação social, assim, lideraram uma série de revoltas contra a política tradicional da Primeira República ao longo da década de 1920.

Ribeiro (2007) aponta que na conjectura da época havia também, além da crise política, educadores demonstravam insatisfação com a organização escolar e criticavam os altos índices de analfabetismo, e destaca ainda que “a atuação de tais educadores defendendo a ideia de que não era só preciso difundir a educação e a cultura, como também era necessário reestruturá-las” (p. 101).

Assim, na década de 1920 muitos movimentos surgiram no âmbito educacional brasileiro e que teriam reflexo na década seguinte. Reformas na educação tiveram à frente intelectuais que participaram do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), a exemplo, a Reforma Sampaio Dória no estado de São Paulo, as reformas no Nordeste lideradas por Lourenço Filho no Ceará e por Anísio Teixeira na Bahia, no estado de Minas Gerais os protagonistas foram Francisco Campos e Mário Casasanta, entre outros.

Entre as reformas pedagógicas na década de 1920, Veiga (2007) destaca a reforma de Dória que tencionava a redução do tempo na escola primária de quatro para dois anos além da associação da pedagogia à psicologia na prática educativa, desvinculando-a da educação cívica. Nessa continuidade, a reforma cearense liderada por Lourenço Filho, ocorrida nos primeiros anos da década de 1920, alterou o currículo do Curso Normal para “unir a psicologia experimental com os preceitos do higienismo” (VEIGA, 2007, p. 256).

Anísio Teixeira sob inspiração do pragmatismo de John Dewey ao empreender reforma no estado da Bahia “aplicou o conceito de educação integral” (VEIGA, 2007, p. 256). Consoante a Veiga (2007), assim como Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo que apreciava os princípios da escola do trabalho, inaugurou em 1930 no estado do Rio de Janeiro, o imponente prédio da Escola Normal.

Responsável pela reforma pernambucana, Antônio Carneiro Leão, “foi um dos primeiros divulgadores da educação nova e escola ativa, e inovou ao incluir a cadeira de Sociologia nas escolas normais” (VEIGA, 2007, p. 257). No estado mineiro, o jurista Francisco Campos foi destaque por introduzir os princípios da escola ativa, além de organizar o “I Congresso de Instrução Primária do Estado de Minas Gerais” (VEIGA, 2007, p. 257).

É também na década de 1920 que podemos considerar, assim como Saviani (2019a), que ocorre a fundação em 1924 da Associação Brasileira de Educação (ABE) como um marco na História da Educação no Brasil “que constituiu-se num espaço propício em torno do qual se reuniram os adeptos das novas ideias pedagógicas” (SAVIANI, 2019a, p. 177). Merece destaque nesta década, a fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que mesmo com pressupostos de ilegalidade à época, com base nas experiências soviéticas contornou a clandestinidade e constituiu o Bloco Operário-Camponês (BOC), e pode a partir daí lançar candidatos à disputa de postos eletivos.

Veiga (2007) expressa que além da criação da ABE, a década de 1920 é também marcada por reformas mencionadas anteriormente, e que se “distinguiram das anteriores por três razões básicas: “a formação intelectual de seus autores, a reorientação pedagógica dela decorrente e uma nova visão quanto aos objetivos da educação” (p. 254). A intenção era ambientar os indivíduos à uma nova proposta educacional que fosse condizente com a época, que aspirava ares da modernidade e progresso.

No que diz respeito à educação profissional, Manfredi (2002) pondera que no início o período dos anos de 1900 a 1920 podem ser considerados como marcos do início

de movimentos operários liderados, a princípio, por grupos anarco-sindicalistas. “No ideário dos anarquistas, a educação sempre teve papel de destaque, pois era considerada um veículo de conscientização, de formação de “novas mentalidades e ideais revolucionários” (MANFREDI, 2002, p. 91).

Nagle (1974) considera os anos que antecederam o Estado Novo um período marcado pelo entusiasmo pela educação e otimismo pedagógico, à medida que a expansão de instituições escolares e a conseqüente inserção dos indivíduos à educação escolarizada iria projetar o país “no caminho das grandes nações do mundo” (p. 99).

Segundo Romanelli (1986), a crise mundial de 1929 afetou os países economicamente dependentes, entre eles, o Brasil, que já vinha acumulando a produção de café e ao utilizar recursos internos, o país conseguiu se erguer em plena crise por intermédio do acúmulo de capital e crescimento do mercado interno que pode ser considerados fatores que impulsionaram a industrialização de 1930. A autora considera além da criação do PCB, a Semana de Arte Moderna e a ascensão do Tenentismo, fatos que marcam a fervorosa década de 1920 e teriam grande impacto nos anos de 1930.

As eleições fraudulentas de 1930 constituíram os motivos da incursão do movimento armado no país. Na ocasião, Júlio Prestes foi impedido de tomar posse e Getúlio Vargas ficou à frente do governo, a princípio provisório, mas que perdurou até 1945. De acordo com Romanelli (1986):

Nos primeiros anos que se seguiram à implantação do Governo Provisório, a cisão entre tenentistas e constitucionalistas marcou o período. Os primeiros, desejando que Vargas continuasse no poder, até que mudanças mais radicais fossem efetuadas, e os outros, conservadores e moderados, reivindicando uma constituição (ROMANELLI, 1986, p. 50).

Nessa esteira, o então presidente provisório com governo ambíguo esgrimiu-se com o apoio do setor moderno e tradicional. O fato é que Vargas até obter apoio robusto das forças armadas atuou com duplicidade à frente do governo do país, o que serviu apenas para além de fortalecer o movimento revolucionário, favoreceu “o descontentamento da esquerda e da direita nascentes” (ROMANELLI, 1986, p. 50). Nesse ínterim, em resposta aos movimentos das duas frentes políticas, esquerda e direita, o governo provisório deu o Golpe de Estado em 1937 culminando no Estado Novo (1937-1945). Ribeiro (2007) divide este período no contexto do nacional desenvolvimentismo com base na industrialização em três momentos distintivos, a saber: “o de Getúlio Vargas,

chamado ‘Estado Novo’ (1937-45); o de Eurico Gaspar Dutra, em reação ao Estado Novo (1946-50); e o de Getúlio, retornando por via eleitoral à presidência (1951-54)” (p. 127).

Logo nos primeiros anos do governo provisório foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública e teve a frente da pasta Francisco Campos que havia liderado a Reforma no estado de Minas Gerais. Acompanhando o crescimento da indústria, mesmo com a predominância do setor agrícola na economia do país, a necessidade de instrução básica era imprescindível, pois, com maior produtividade surgiam também diferentes demandas, de transporte, administração entre outras, nas quais saber ler, escrever e contar eram competências indispensáveis e, nesse sentido, se tornou imperativo a ampliação da oferta de instrução.

Romanelli (1986) aponta que essa expansão de demanda escolar constituiu também a desigualdade da educação no Brasil, pois a oferta de ensino não ocorreu de modo quantitativo e qualitativo satisfatórios, uma vez que o Estado atendeu as pressões exigidas para o momento e não elaborou propostas de políticas nacionais de educação, encontrando na relação entre demanda e oferta de educação um aspecto contraditório, e houve sob esta perspectiva, uma insuficiência na expansão do ensino.

Diante de tantas mudanças, o governo Vargas implantou o que ficou conhecido como Reforma Francisco Campos, que foi um conjunto de sete decretos baixados em 1931 pelo então Ministro da Educação e Saúde Pública de mesmo nome, quais sejam:

- a) Decreto n. 19.850, de 11 de abril de 1931: cria o Conselho Nacional de Educação;
- b) Decreto n. 19.851, de 11 de abril de 1931: dispõe sobre a organização do ensino superior no Brasil e adota o regime universitário;
- c) Decreto n. 19.852, de 11 de abril de 1931: dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro;
- d) Decreto n. 19.890, de 18 de abril de 1931: dispõe sobre a organização do ensino secundário;
- e) Decreto n. 19.941, de 30 de abril de 1931: que restabeleceu o ensino religioso nas escolas públicas;
- f) Decreto n. 20.158, de 30 de junho de 1931: organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências;
- g) Decreto n. 21.241, de 14 de abril de 1932: consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário. (SAVIANI, 2019a, p. 195-196).

Saviani (2019a) chama atenção para o Decreto 19.941 que instituía pela primeira vez na história da República o ensino religioso nas escolas que pode ser justificado pelo temor do Estado e da igreja ao avanço do movimento operário. Além disso, a aliança entre

igreja e Estado pode ser compreendida pelo fato de que “Francisco Campos vinha alinhando-se com o pensamento autoritário” (SAVIANI, 2019a, p. 197). Até então não havia se exteriorizado os conflitos entre os católicos e os escolanovistas que participaram juntos na Associação Brasileira de Educação (ABE) até a publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932, ocasião em que os educadores católicos se retiraram da ABE.

Por intermédio da ABE foram realizadas várias Conferências Nacionais de Educação, e de acordo com Romanelli (1986), tais conferências foram a força motriz que impulsionou a redação do Manifesto dos Pioneiros, por meio dos intensos debates dos grupos opostos: os reformadores e católicos. Os educadores escolanovistas defendiam os princípios de obrigatoriedade, laicidade, coeducação gratuidade além do Plano Nacional de Educação e em oposição, os católicos viam a laicidade e a co-educação como descrédito e ultraje da educação católica.

Em conformidade com Saviani (2019a), Francisco Campos que havia sido representante de Minas do “pacto do Hotel Glória” em 1929, o qual deu origem a Aliança Liberal, aliou-se a Gustavo Capanema e Amaro Lanari e fundaram a “Legião de Outubro, os “camisa cáqui” inspirados no fascismo italiano” (p. 267). Francisco Campos permaneceu a frente da pasta do Ministério de Educação e Cultura até 1932, ocasião em que suspeito de estar apoiando a Revolução Constitucionalista em São Paulo teve “sua confiança abalada junto a Vargas” (SAVIANI, 2019a, p. 268) e em consequência, deixou o Ministério.

Gustavo Capanema aspirava ser nomeado interventor no governo de Minas Gerais em 1933, porém Vargas nomeou Benedito Valadares, na ocasião, Vargas lhe prometera o cargo de Ministro de Educação e Saúde Pública, e de fato o fez em 1934 quando assumiu como presidente constitucional. Nessa esteira, Anísio Teixeira foi afastado em 1934 da Secretaria de Educação do Distrito Federal, e Francisco Campos a assumiu. Saviani (2019a) considera que Campos juntamente com Capanema e Alceu Amoroso Lima que havia assumido a reitoria da Universidade do Distrito Federal em 1937 foram os responsáveis por desconstruir a obra de Anísio Teixeira.

Neste ínterim, Francisco Campos consolidou-se como um importante ideólogo da direita brasileira, assumiu após o Golpe de 1937 o cargo de Ministro da Justiça e teve sua ideologia “coroadada em termos prático-políticos com a elaboração da Constituição do Estado Novo” (SAVIANI, 2019a, p. 268).

No início de 1931, Campos iniciou com uma série de decretos a reforma educacional no país. Até o ano de 1931, data do decreto que adotou o regime universitário<sup>2</sup> no Brasil, as universidades até então tinham se organizado incorporando cursos já existentes. A primeira universidade criada dentro das exigências dos decretos foi a Universidade de São Paulo, no ano de 1934 “e apresentava a novidade de possuir uma faculdade de Filosofia, Ciências e Letras” (ROMANELLI, 1986, p. 132). Sob o amparo dos decretos surgiram em 1935 por iniciativa de Anísio Teixeira a Universidade do Distrito Federal sem os tradicionais cursos e com uma Faculdade de Educação e no ano seguinte foi criada também a Universidade de Porto Alegre. As universidades no país foram surgindo, públicas e privadas, e no final da década de 1960 já existiam 46.

Nos moldes das reformas educacionais, o Decreto nº 19.851 normatizou um modelo único por meio do Estatuto das Universidades Brasileiras que entre as providências exigia por meio do Art. 5, que em uma unidade universitária deveria haver ao menos três dos seguintes cursos superiores: Direito, Medicina, Escola de Engenharia e Faculdade de Educação Ciências e Letras e, de acordo com Romanelli (1986) e isto seria a legitimação da “concepção aristocrática de ensino” (p. 134).

Nessa continuidade, podemos verificar a especificidade da centralização do poder do Estado, ao observarmos o Art. 17 do Estatuto que dispõe sobre o cargo de reitor, o qual deveria ser nomeado pelo Ministro da Educação e Saúde Pública.

No que concerne às reformas empreendidas no Ensino Secundário, Dallabrida (2009), Romanelli (1986), Veiga (2007) e Saviani (2019a) apontam que neste segmento, foram mais amplas, haja vista que a reforma deu organicidade ao ensino. O Ensino Secundário correspondia a instrução entre o Ensino Primário e o Ensino Superior, e neste segmento a Reforma Francisco Campos o normatizou em dois ciclos, um fundamental e outro complementar, de cinco e dois anos respectivamente. O ciclo fundamental era obrigatório e pré-requisito para ingressar nos cursos superiores, o complementar de dois anos era exigência para ingresso em alguns cursos, a exemplo, os cursos de Direito, Ciências Médicas e Engenharia.

---

<sup>2</sup> Em conformidade com Romanelli (1986), mesmo que o ensino superior tenha sido implementado durante a estadia da família real portuguesa no Brasil, no início do século XIX, a organicidade do ensino só apareceu no início do século XX com a criação da Universidade do Rio de Janeiro que agregou os cursos já existentes. Em 1913 abriu-se a Universidade do Paraná, oficializada somente em 1946, pois, o Decreto nº 11.530 não autorizava a abertura de universidades em cidades com menos de cem mil habitantes. Em 1927 foi criada a Universidade de Minas Gerais que agregou os cursos superiores de Direito, Engenharia e Medicina já existentes.

Além da exigência de conclusão do Ensino Secundário para ingresso em cursos superiores, a Reforma estabeleceu o currículo seriado e a obrigatoriedade de frequência. “Além disso, equiparou todos os colégios secundários oficiais ao Colégio Pedro II, mediante inspeção federal” (ROMANELLI, 1986, p. 135).

Ao Ensino Secundário foi conferido um caráter propedêutico, que segundo Romanelli (1986) e Dallabrida (2009), apontava para uma educação para as elites. Em conformidade com o autor:

O ensino secundário que surgia no início da década de 1930 era um ciclo de estudos longos e teóricos, que contrastava com os estudos curtos e práticos do ensino técnico-profissional ou normal. Naquele momento histórico o ensino secundário era, como afirmou o historiador francês Lucien Febvre, “o todo poderoso império do meio”, que contribuía, decisivamente, para formar as elites dirigentes que se endereçavam os cursos superiores – tanto na França como no Brasil. (DALLABRIDA, 2009, p. 187).

Manfredi (2002) ressalta que de modo autoritário, a política educacional empreendida pela ascensão do Estado Novo legitimou “o ensino secundário como preparatório e propedêutico ao ensino superior, separado dos cursos profissionalizantes” (p. 98). Segundo a autora:

O ensino secundário (Decreto-Lei 4,244, de 9 de abril de 1942) tinha por objetivo formar os dirigentes, pelo próprio ensino ministrado e pela preparação para o ensino superior. Os demais ramos do ensino médio tinham a finalidade de formar uma força de trabalho específica para os setores da produção e da burocracia: o ensino agrícola para o setor primário; o ensino industrial para o setor secundário; o ensino comercial para o terciário; o ensino normal para a formação de professores para o primário. (MANFREDI, 2002, p. 99).

A autora pondera ainda que cada segmento do ensino estava dividido em dois ciclos, o primeiro (ginásio) propedêutico ao segundo colégio), porém. Isso não ocorria nos segmentos profissionalizantes que preparavam os alunos a seus “respectivos segundos ciclos” (p. 99), não havendo, nesse sentido, a possibilidade de alunos de cursos não secundários candidatarem-se à exames vestibulares. “A lógica dualista, calcada na diferenciação e na distinção de classes sociais, sobreviveu após a queda do Estado Novo por 16 anos às lutas de amplas correntes de opinião, favoráveis a uma escola secundária unificada” (MANFREDI, 2002, p. 101-102).

Romanelli (1986) chama atenção para além do currículo propedêutico contido no Ensino Secundário, a rigidez e exigente avaliação com arguições mensais, provas parciais bimestrais e um exame final que comporia a nota final. “A criação de dois ciclos, a frequência obrigatória às aulas e o sistema regular de avaliação estavam articulados à seriação anual das disciplinas a serem ministradas nos dois ciclos do ensino secundário” (DALLABRIDA, 2009, p. 187).

Dallabrida (2009) ressalta que a seriação com avaliações em demasia e frequência obrigatória denotava a disposição em fixar os alunos nos estabelecimentos de Ensino Secundário coibindo o aprendizado avulso e em consequência permitia o “controle maior sobre o seu processo de seleção, organização e avaliação” (p. 179).

Nesse sentido, a Reforma por intermédio dos decretos de 1931 instituiu a Inspeção Escolar nos estabelecimentos de Ensino Secundário e “a ação dos inspetores federais somente tinha sentido na medida em que os programas e métodos do ensino secundário estavam normalizados em nível nacional e centralizados pelo Ministério da Educação e Saúde Pública” (DALLABRIDA, 2009, p. 188). Sob esta perspectiva a Reforma Francisco Campos regulamentou em âmbito nacional a organização do ensino inspecionada pelo Ministério da Educação e Saúde Pública.

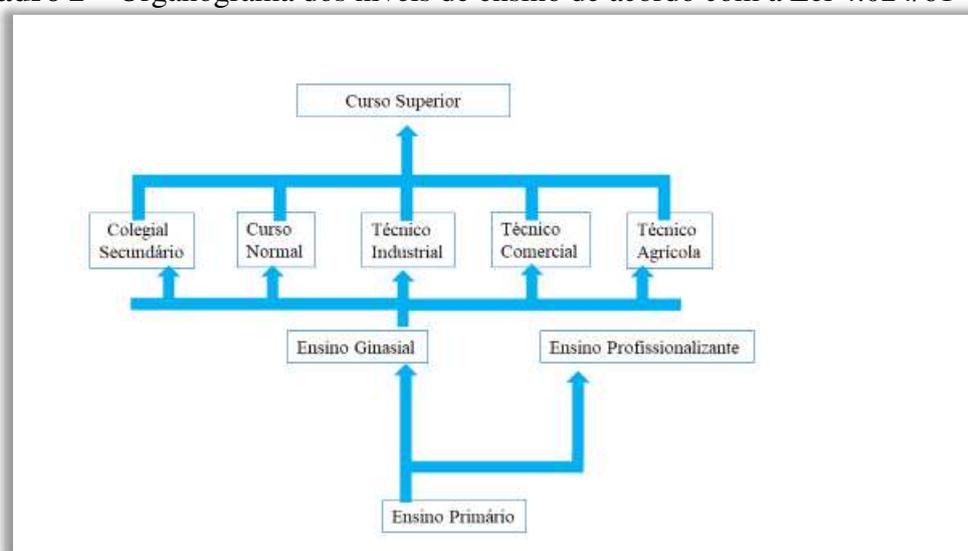
De acordo com Romanelli (1986), a Reforma Francisco Campos não resolveu a “flexibilidade entre o ensino secundário e os demais ramos do ensino médio” (p. 139). No que concerne aos cursos profissionais, a reforma só orientou o Ensino Comercial sem articulação com o Ensino Secundário e com acesso apenas ao Curso Superior de Finanças, excluindo, desse modo, o acesso aos outros cursos superiores. Ainda segundo Romanelli (1986), assim como no Ensino Secundário, o Ensino Comercial era fiscalizado pelos órgãos governamentais, e, para além disso, para ingresso nestes cursos era exigido um exame de admissão com conteúdos que não contemplavam o currículo do ensino primário, a exemplo, o francês. Sob este ponto de vista, podemos concordar com os autores ao exprimirem que a educação assumia um caráter dualista, à medida que nem o Ensino Secundário nem o Ensino Comercial tinham articulação com o Ensino Primário, ou seja uma educação elitizada.

Manfredi (2002) ao tecer suas ponderações acerca da educação profissional no Brasil, assinala que durante a Primeira República novas concepções foram se constituindo:

Ao lado da concepção assistencialista e compensatória, surgiram a concepção católico-humanista, orientada pelo trabalho como antídoto à preguiça, à vadiagem e às ideias revolucionárias, a concepção anarco-sindicalista de educação integral e, finalmente, a visão de formação profissional para o mercado de trabalho – para o exercício de funções e atribuições dos postos de trabalho, segundo os padrões do regime fabril e do trabalho assalariado capitalista. (MANFREDI, 2002, p. 94).

E, desse modo os sistemas de ensino que eram de exclusividade empírica tomaram forma de “racionalidade técnica” (MANFREDI, 2002, p. 94). A autora pontua que as estruturas formativas que se seguiram nas décadas de 1940 a 1970 foram “cristalizando concepções e práticas escolares dualistas” (p. 102). Uma acadêmica, em que aos alunos tinham possibilidades de progressão de estudos à medida que recebiam uma formação ampla e a segunda, profissional em que aos alunos eram indicados uma gama de conteúdos que possibilitavam formações limitadas ao exercício de seus ofícios sem conhecimentos científicos que lhes possibilitassem condições de progressão, representado no organograma abaixo, que, de acordo com a autora mesmo após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) sob o formato de Lei 4.024 em 1961, a dualidade no ensino ainda persistia.

**Quadro 2** – Organograma dos níveis de ensino de acordo com a Lei 4.024/61



**Fonte:** Elaborado pela autora a partir de Manfredi (2002).

Veiga (2007) ressalta que a educação profissionalizante já havia tido esforços empreendidos na República, porém, se atenuou na década dos anos de 1940 após a decretação das Leis Orgânicas.

Freitas e Biccas (2009) acentua a dificuldade em acesso e permanência na escola por crianças e adolescentes oriundas de famílias desvalidas em virtude a oferta irregular do ensino primário e do exame de admissão ao segundo grau “cujo rigor era altamente excludente” (FREITAS, BICCAS, 2009, p. 67).

Nos desdobramentos da Revolução de 1930, Francisco Campos à frente do Ministério da Educação e Saúde Pública homogeneizou e centralizou o ensino no âmbito das reformas que segregou outros segmentos do ensino profissional, primário e normal. Segundo Dallabrida (2009) a especificidade autoritária e intervencionista de Francisco Campos se revelou mais explícita na Constituição de 1937, a qual o intelectual encabeçou como titular do Ministério da Justiça.

É primordial fazermos alusão ao Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, uma vez que o documento surgiu dos embates ideológicos, sobretudo após a Revolução de 1930, entre dois grupos, os que defendiam aspectos de obrigatoriedade, laicidade e coeducação e os que combatiam estes aspectos, a maioria católicos. Os reformadores defendiam que a educação é um direito de todos e, portanto, deveria ser oferecida a todas as camadas sociais, conforme as necessidades da população. Para tal, a escola deveria ser subvencionada e ministrada pelo Estado, o que expressava para o grupo católico uma ameaça aos privilégios até então garantidos às elites.

Em 1931, na IV Conferência Nacional de Educação, os líderes do movimento reformador organizaram o documento publicado em 1932, que dentre outras características e orientações “o Manifesto trata a educação como um problema social” (ROMANELLI 1986, p. 149). As lutas ideológicas que seguiram nos anos de 1930 serviram de sustentáculo no que diz respeito a educação, para as promulgações das Constituições de 1934 e 1937. A saber, segundo Veiga (2007), a Constituição de 1934 previu “a elaboração de um plano nacional de educação para unificar algumas diretrizes” (VEIGA, 2007, p. 259) que foi concluído em 1937, porém adiado frente a implantação do Estado Novo, ocasião em que Vargas rompeu a ordem constitucional.

Conforme mencionado anteriormente, o Estado Novo iniciou-se com o golpe de Estado em 1937 e uma nova Constituição foi promulgada, e de acordo com Romanelli (1986), os princípios de uma educação nova em oposição a educação conservadora permaneceram adormecidos. Ribeiro (2007) indica que a constituinte de 1937 já indicava o “ensino pré-vocacional e profissional e afirma que ele se destina às classes menos desfavorecidas” (p. 143) Nessa esteira, a estrutura educacional vigente foi reorganizada pelas Leis Orgânicas com a promulgação de oito decretos-lei conhecidos como Reformas

Capanema entre os anos de 1942 a 1946 acompanhando, desse modo, o governo de Vargas e o governo provisório de José Linhares após a destituição de Getúlio Vargas em 1945.

À vista disso, as Reformas Capanema compõem oito decretos, a saber:

- a) Decreto-lei n. 4.048, de 22 de janeiro de 1942, que criou o SENAI;
- b) Decreto-lei n. 4.073, de 30 de janeiro de 1942: Lei Orgânica do Ensino Industrial;
- c) Decreto-lei n. 4.244, de 9 de abril de 1942: Lei Orgânica do Ensino Secundário;
- d) Decreto-lei n. 6.141, de 28 de dezembro de 1942: Lei Orgânica do Ensino Comercial;
- e) Decreto-lei n. 8.529, de 2 de janeiro de 1946: Lei Orgânica do Ensino Primário;
- f) Decreto-lei n. 8.530, de 2 de janeiro de 1946: Lei Orgânica do Ensino Normal;
- g) Decreto-lei n. 8.621, de 10 de janeiro de 1946, que criou o SENAC;
- h) Decreto-lei n. 9.613, de 20 de agosto de 1946: Lei Orgânica do Ensino Agrícola. (SAVIANI, 2019a, p. 269).

As Leis Orgânicas que foram promulgadas gradativamente estruturaram o ensino profissional em nível técnico e apontavam uma preocupação do Estado com a formação técnica da sociedade. Diante da impossibilidade de subvenção dos cursos profissionalizantes, o Estado obrigou as indústrias a participarem do processo de qualificação profissional, pois o país carecia de mão-de-obra qualificada para atender o mercado de trabalho (ROMANELLI, 1986).

No Ensino Secundário não houve mudanças significativas, permaneceu o caráter elitista da Reforma Francisco Campos. Além da rigidez para ingresso no Ensino Superior, somava-se a recomendação de que a educação das mulheres se fizesse em estabelecimentos exclusivos, com frequência feminina.

Após a queda do Estado Novo, promulgava-se o Decreto 8.529 em 1946 que dispunha orientações para o Ensino Primário com diretrizes para o Ensino Primário Supletivo, diminuindo sobremaneira o índice de analfabetismo. No mesmo ano, em conformidade com a Lei Orgânica do Ensino Normal, são criadas as Escolas Normais Regionais com cursos de formação de regentes do Ensino Primário, Escolas Normais oferecendo formação de professor primário e os Institutos de Educação que ofereciam além das formações de regente e professor, cursos de especialização de professor primário e administradores escolares que poderiam funcionar somente nos Institutos. Além disso, os Institutos de Educação tinham anexos o Jardim de Infância e a Escola Primária.

No que diz respeito às Reformas no Ensino Profissionalizante, em virtude do desenvolvimento industrial crescente, o país carecia de mão de obra qualificada e por este motivo, o Estado instituiu “um sistema de ensino paralelo ao sistema oficial” (ROMANELLI, 1986, p. 166) que funcionava conveniado às indústrias e regulamentado pela Confederação Nacional das Indústrias.

Nesse ínterim, foi oficializado o Sistema Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), parte do Sistema S<sup>3</sup>, que dentre outras diretrizes oferecia cursos de aprendizagem industrial por todo o território brasileiro. Complementando o decreto que criou o SENAI, o governo promulgou outros dois decretos, o primeiro, que obrigavam as indústrias que já subvencionavam parte dos cursos, a empregarem os aprendizes num total 8% do número de empregados, além da obrigatoriedade de matricular os aprendizes no sistema oficial de ensino, oferecido pelo SENAI e o segundo que instituíu os cursos profissionalizantes nos setores de transporte, comunicações e pesca.

Em 1946, quatro anos após a criação do SENAI, e um ano após o golpe que destituiu Getúlio Vargas do poder, o Estado sob gestão do governo Provisório criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) que funcionava nos moldes do SANAI, porém com natureza comercial e comandado pela Confederação Nacional do Comércio (ROMANELLI, 1986).

Ghiraldelli Jr. (1994) destaca que as instituições de aprendizagem ofereciam formação mais rápida e os alunos dos cursos profissionalizantes além de receber salários, passaram a exercer os aprendizados nas próprias empresas tornando esta modalidade de aprendizado mais atrativa às classes menos favorecidas fortalecendo sob esta perspectiva o dualismo educacional criticado por Romanelli (1986).

Ghiraldelli Jr. (1994), salienta que a queda de Getúlio Vargas ocorreu em consequência da aproximação de Vargas com questões defendidas pelas esquerdas e não por ideais democráticos, uma vez que as forças militares que o depuseram foram as mesmas confederadas no período do Estado Novo. “Entre 1945 e 1947 o movimento popular no Brasil cresceu. Entre a formação de partidos, as eleições para presidência da República e a Constituinte, toda uma agitação ideológica ganhou as ruas e revigorou a sociedade brasileira” (GHIRALDELLI JR., 1994, p. 105).

---

<sup>3</sup> Fazem parte do Sistema S: SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e SESI (Serviço Social da Indústria) no setor industrial; SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) e SESC (Serviço Social do Comércio) no setor de comércio de serviços; SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Agrícola) no setor agrícola; SENAT (Serviço Nacional de Aprendizagem em Transporte) e SEST (Serviço Social em Transporte) no setor de transportes. (MANFREDI, 2002, p. 179).

Com o declínio do Estado Novo em 1945, diferentes grupos que pretendiam estruturarem-se em partidos políticos, que até então na ditadura de Vargas estavam proibidos e funcionando dentro da ilegalidade, reorganizaram-se, e, de acordo com Saviani (2019a), um dos primeiros partidos surgiu do Partido Democrático fundado em 1926 e denominou-se União Democrática Nacional (UDN) e em seguida se articularam o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Segundo Ghiraldelli Jr. (1994), enquanto o PSD e o PTB eram de bases getulistas, a UDN era antigetulista. O PSD e a UDN eram partidos essencialmente oligárquicos, porém, a UDN não defendia teses nacionalistas e paulatinamente posicionou-se em defesa dos ideários direitistas e golpistas. Nessa esteira, o PTB inicialmente fundado por Getúlio Vargas de caráter reformista foi ao longo do tempo radicalizando suas posições e “passou a abrigar boa parcela das esquerdas, inclusive alguns comunistas” (GHIRALDELLI, 1994, p. 111).

Em decorrência da ampliação partidária no país a esquerda partidária conseguiu atuar no Congresso Nacional, e segundo mencionado por Ghiraldelli Jr. (1994) diferentemente de outros políticos, os políticos comunistas, militantes de esquerda ligados ao Partido Comunista (PC), realmente se ocuparam em resolver os problemas educacionais.

Durante o governo de Eurico Gaspar Dutra eleito em 1946, os parlamentares ligados ao PC tiveram seus mandatos cassados e o partido funcionou na semilegalidade. Nos anos de 1946 a 1964 o país foi governado sob uma nova Constituição promulgada em 1946. De acordo com Romanelli (1986), a nova Constituição assumiu um caráter ideológico liberal democrático:

Os princípios liberais da Carta de 1946, que asseguravam direitos e garantias individuais inalienáveis, estavam visivelmente impregnados do espírito democrático tão próprio das reivindicações sociais de século em que vivemos. Foi assim, pois, que, ao aliar garantias, direitos e liberdades individuais, com intervenção do Estado para assegurar essas garantias, direito e liberdade a todos, a Constituição de 1946 fugiu à inspiração da doutrina econômica liberal dos séculos anteriores para inspirar-se nas doutrinas sociais do século XX. Nisso ela se distanciava também da ideologia liberal-aristocrática esposada pelas nossas elites, no antigo regime (ROMANELLI, 1986, p. 171).

Foi com base na Carta Constitucional de 1946 que Clemente Mariani, à frente da pasta da Educação organizou uma comissão para elaborar um anteprojeto da LDB, que

contou com a participação de intelectuais renomados em sua elaboração. Este projeto foi encaminhado ao então presidente Dutra em 1948.

O anteprojeto apresentado na data em que a deposição de Getúlio Vargas completou três anos teve parecer não favorável. Gustavo Capanema, então líder do governo na câmara elaborou um parecer no qual “fulmina o caráter descentralizador do projeto” (SAVIANI, 2019a, p. 284). No entendimento de Capanema, o anteprojeto tinha propostas contrárias ao governo getulista e seu parecer foi o arquivamento do projeto que voltou a ser discutido novamente seis anos após sua primeira elaboração.

Reelaborado o projeto, as discussões foram reiniciadas o que suscitaria no que Ghiraldelli Jr. (1994) chamou de “guerra ideológica da sociedade civil” (p. 113), entre defensores da escola pública e aqueles que defendiam a escola particular. Em defesa da escola particular estavam os proprietários das instituições de ensino privadas e a Igreja Católica. E, salvaguardando a escola pública estavam os intelectuais identificados, segundo Saviani (2019a) em três correntes de pensamento, a saber: liberal-idealista, liberal-pragmatista e socialista.

De acordo com Ghiraldelli Jr. (1994), o debate alcançou a sociedade civil desencadeando em 1956 a Campanha de Defesa da Escola Pública tornando público o Manifesto dos Educadores Mais Uma Vez Convocados que diferente do documento de 1932, este “tratou de questões gerais de política educacional” (p. 114).

Após treze anos de intensos debates, sob vigência da Lei 4.024 foram promulgadas as Diretrizes e Bases da Educação Nacional que com alguns vetos garantiu tratamentos iguais às escolas públicas e privadas, o que foi considerado por intelectuais como o pragmatista Anísio Teixeira e Florestan Fernandes que esteve a frente da corrente socialista uma meia vitória e uma traição, pois não atingiu totalmente os interesses das forças democráticas e populares.

A LDB aprovada em 1961 recebeu mais de duzentas emendas, e em 1962, ano em que entrou em vigor, Anísio Teixeira compôs o Conselho Federal de Educação (CFE) criado pela referida Lei 4.024 e elaborou o Plano Nacional de Educação (PNE) previsto na LDB. No entendimento de Romanelli (1986), este plano não obteve êxito total, pois parte expressiva da sociedade que deveria estar no ensino médio permanecia no ensino primário uma vez a estrutura de ensino via na reprovação um aspecto importante à educação. E, nesse sentido, a autora chama atenção para o tímido investimento na educação primária, uma vez que esta, considerando a alto índice de reprovação, deveria receber investimentos mais satisfatórios.

Nesta perspectiva, podemos considerar que mesmo que o PNE não tenha conseguido sanar os problemas da democratização do ensino foi importante para a educação brasileira, além disso, foi em decorrência da Lei 4.024 / 61 que foi instalado em 1963 o Conselho Estadual de Educação de Pernambuco, que teve Paulo Freire entre seus membros. Não podemos deixar de mencionar a experiência educacional e o legado de Paulo Freire para a educação no Brasil. “Os escritos de Freire dos anos 50 e 60 serviram de alicerce para a construção da Pedagogia Libertadora” (GHIRALDELLI JR., 1994, p. 122).

Paulo Freire é considerado por muitos intelectuais como um dos maiores educadores de reconhecimento internacional. Nos idos dos anos 1960, Paulo Freire escreveu obras importantes que denotavam a sociedade brasileira. Criador do método de alfabetização para adultos, Freire publicou uma de suas mais famosas obras: Pedagogia do Oprimido. A obra amplamente conhecida teve seu manuscrito concluído em 1968, de acordo com Saviani (2019a), e expõe conceitos como opressor versus oprimido, educação bancária versus educação problematizadora e antialogicidade versus dialogicidade.

Ghiraldelli Jr. (1994) destaca os escritos de Paulo Freire como alicerce na construção da Pedagogia Libertadora que “insistia na ideia de que todo ato educativo é um ato político e que o educador “humanista revolucionário”, ombreado com os oprimidos deveria colocar sua ação político-pedagógica a serviço da transformação da sociedade e da criação do homem novo” (p. 123).

Vemos nesse contexto inicial, que as políticas educacionais passaram por grandes mudanças a partir dos anos de 1930, e que culminaram na década seguinte com ênfase na educação profissional para atender ao mercado de trabalho nas indústrias que cresciam em todo o país. Os vários movimentos empreendidos nas duas décadas que sucederam o Estado Novo permitem-nos compreender os vários outros iniciados nos idos de 1960 com aprofundamento de atividades econômicas além da exploração e manutenção de mão de obra como medida de acumulação de capital, além da ascensão de um grupo cujos interesses estariam estreitamente ligados à grupos estrangeiros.

## **1.2 A educação na Ditadura Cívico-militar: a ascensão da Pedagogia Tecnicista**

Saviani (2019a) considera a década de 1960 um período de intensos movimentos e experimentos educacionais com instalações e extinções de instituições escolares

fundamentadas na matriz escolanovista.<sup>4</sup> Nessa mesma década afluíam movimentos católicos que aspiravam uma “ideologia revolucionária inspirada no Cristianismo” (p. 338). Ainda segundo o autor, este movimento de radicalização dos ideais renovadores manifestou-se sob três perspectivas:

Pela esquerda, resultou nos movimentos de educação popular e na pedagogia da libertação; [...] pelo centro, desembocou nas pedagogias não diretivas que se expressam na divulgação das ideias de Karl Rogers; [...] pela direita, será articulada a pedagogia tecnicista. (SAVIANI, 2019a, p. 339).

Todo esse movimento direcionou a ascensão da Pedagogia Tecnicista que foi a teoria educacional predominante após o Golpe de 1964. Hilsdorf (2003) considera que “começava o período do governo militar, com seu regime centralizado e coercitivo e sua política de desenvolvimentismo associado, isto é, a etapa da economia embasada na indústria e dependente do capital estrangeiro” (p. 122). Saviani (2019a) ressalta que os movimentos que ambientaram a Guerra Fria contribuíram para a supressão da Pedagogia Nova em detrimento da Pedagogia Tecnicista. Questões como o êxito científico dos russos em que a educação era antidemocrática e autoritária confrontavam os ideais das escolas na América do Norte, nas quais as crianças eram mais importantes que os conteúdos que lhes eram ensinados, reforçaram a convicção de que a escola não seria a única forma de educação permitindo nesse ínterim o declínio da Pedagogia Nova (SAVIANI, 2019a).

Aranha (2006) indica que a tendência tecnicista na educação brasileira iniciou no período da ditadura Cívico-militar e “um dos objetivos dos teóricos dessa linha era, portanto, adequar a educação às exigências da sociedade industrial e tecnológica, evidentemente com economia de tempo, esforços e custos” (p. 315). Ainda de acordo com a autora, a intenção seria “tratar a educação como capital humano” (p. 315).

Arapiraca (1982) e Hilsdorf (2003) indicam que a chamada teoria do capital humano foi conduzida com pressupostos norte-americanos, com intuito de orientar o país

---

<sup>4</sup> A Pedagogia Nova chegou no Brasil na esteira dos anos de 1920 em combate à Pedagogia Tradicional e teve maior notoriedade com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova na década de 1930, e de acordo com Ghiraldelli Jr. (1994), a Pedagogia Nova foi paulatinamente se adaptando à sociedade capitalista. Uma característica da Pedagogia Nova é a criação de classes experimentais que serviram tanto às escolas públicas quanto às escolas particulares como uma organização de “ensaios escolanovistas” (GHIRALDELLI JR., 1994, p. 128).

para o desenvolvimento e teve uma manifestação considerável no Brasil no idos da década de 1960. Nesse sentido, a autora aponta que:

Basicamente essa teoria propõe que o processo de educação escolar seja considerado como um investimento que redundará em maior produtividade e, conseqüentemente, em melhores condições de vida para os trabalhadores e a sociedade em geral. As habilidades e os conhecimentos obtidos com a escolarização formal representam o “capital humano” de que cada trabalhador se apropria: a teoria propõe que basta investir nesse capital para que o desenvolvimento pessoal e social aconteça. (HILSDORF, 2003, p. 123).

A teoria do capital humano foi considerada um meio de propulsão à ascensão social, e, sob esta justificativa, várias agências financiadoras internacionais militaram em defesa da formação escolar elevada em favor do progresso, permitindo dessa forma interferir na educação ao oferecer “programas de ajuda para Terceiro Mundo, intervindo no financiamento e na redefinição da organização escolar de vários países” (HILSDORF, 2003, p. 124). No Brasil, o apoio veio por intermédio dos acordos MEC-USAID com intencionalidade de identificar os problemas relacionados à organização escolar, que discutiremos mais adiante.

Freitas e Biccás (2009) indicam que:

A princípio a teoria do capital humano faz do conhecimento um bem agregado ao sujeito trabalhador. O problema é que, levada a teoria do capital humano às últimas conseqüências, a pobreza e os chamados fracasso pessoais e familiares recaem como culpa sobre os próprios indivíduos. Desponta a percepção de que os indivíduos não fizeram por merecer situação melhor do que aquela que têm ou que não souberam fazer as escolhas profissionais adequadas. (FREITAS, BICCAS, 2009, p. 275).

Sob esta perspectiva, o mercado de trabalho e a profissionalização tornou-se o âmago de políticas educacionais e a então teoria do capital humano parecia ser inquestionável, e ao contrário, Freitas e Biccás (2009) acreditam que a mesma era perversa, pois, educação inerente à pessoa não deveria de modo algum ser “comparada ou vendida ou tratada pelas instituições como propriedade” (p. 276).

Nesse ínterim, a teoria indicaria um possível desenvolvimento econômico e, desse modo, os investimentos em educação indicaria crescimento econômico e progresso, além de projeção social legitimada na reforma educacional de 1971.

O projeto educacional na proposta do governo Cívico-militar não revogou a Lei 4.024/61, mas, ao contrário, alterou e fez adequações e diferentemente da primeira LDB, que foi amplamente debatida na sociedade, a lei promulgada em 1971 “foi imposta por militares e tecnocratas” (ARANHA, 2006, p. 316). De acordo com Chaves (2020) a promulgação da Lei 5.692 em 1971 foi de certo modo um sustentáculo à “criação dos Ginásios Polivalentes” (p. 123), que sob os olhares do Estado, seria a escola aos moldes do modelo norte-americano, a propulsão para o progresso. Para além disso, segundo Manfredi (2002) a perspectiva tecnicista fortaleceu o Sistema S através da “revitalização do Programa Intensivo de Formação para Mão de Obra” (p. 104) bem como por intermédio da Lei 6.297/57 que concedeu subsídios fiscais para que as empresas pudessem desenvolver seus próprios projetos profissionalizantes.

A autora salienta ainda que a intenção por parte do Estado de uma educação profissional e compulsória sobreveio em um momento no qual o país almejava estar envolto na economia internacional. Assim como Manfredi (2002) ponderou que a Lei 5.692/71 não logrou êxito no que diz respeito à profissionalização compulsória, Cunha (2014) acredita ser a referida lei a legitimação do “maior fracasso da ditadura no campo educacional” (p. 914), pois intencionavam fusão do curso de 2º grau com intenção de possibilitar uma formação técnica afastando de vez cursos exclusivamente propedêuticos.

Em conformidade com Manfredi (2017)

No âmbito do sistema escolar como um todo, os governos militares foram protagonistas de um projeto de reforma do ensino Fundamental e médio, mediante a Lei n. 5.692/71. Essa lei instituiu a “profissionalização universal e compulsória para o Ensino Secundário”, estabelecendo, formalmente, a equiparação entre o curso secundário e os cursos técnicos. Pretendia-se fazer a opção pela profissionalização universal de 2º grau, transformando o modelo humanístico/científico em um científico/tecnológico. (MANFREDI, 2017, p. 99).

A esse respeito, Germano (2005) indica que tentativa de profissionalização da educação foi um fracasso, ao analisa-la sob algumas perspectivas, a saber: a) Não houve investimento suficiente por parte do Estado para atender a demanda escolar nos moldes da proposta norte-americana; b) A educação oferecida não atendia os anseios das indústrias e empresas que exigiam cada vez mais uma formação sólida que abrangesse conteúdos matemáticos, linguísticos e científicos; c) A resistência por parte das empresas em atender o grande contingente de pessoas egressas das escolas profissionalizantes, uma vez que essas empresas possuíam suas próprias estratégias de formação profissional e

capacitação; d) A procura pela universidade não foi estancada; e) Os cursos profissionalizantes não foram implantados com êxito devido aos elevados custos de implementação e manutenção; f) Frente às dificuldades o MEC flexibilizou a obrigatoriedade da educação profissionalizante e compulsória.

Cunha (2014) pondera que na primeira metade dos anos de 1960, a Diretoria do Ensino Secundário do Ministério da Educação implantou vários projetos de ginásios polivalentes considerados modernos e “orientados para o trabalho” (p. 916) referenciando diretamente a educação norte-americana e “esse alinhamento ideológico facilitou o financiamento da *United States Agency for International Development* – USAID – para os programas do MEC de reforma do ensino ginásial, que se intensificou após o golpe de 1964” (CUNHA, 2014, p. 916).

No entendimento de Chaves (2020):

O período de criação da referida lei, (5.692/71) remonta o período do autoritarismo militar e a educação é dirigida com base na política militar e em função das relações econômicas externas. Principalmente as relações com os Estados Unidos da América e seu modo de financiamento da educação em países periféricos (USAID), com o intuito de conter os movimentos sociais em busca de igualdade de condições entre todos. Nessa perspectiva, reafirma-se o espírito dualista da educação no Brasil. Escolas secundárias para as elites e escolas profissionalizantes para o povo. (CHAVES, 2020, p. 85, grifo nosso).

Hilsdorf (2003) considera que em decorrência dos acordos o ensino foi tencionado na direção tecnicista de ensino em que “racionalidade, eficácia e produtividade são representações dos objetivos atribuídos as reformas cuja contraface, denunciada por vários autores, era a despotencialização das iniciativas dos movimentos sociais mediante a repressão” (p. 125).

Voltando ao recorte compreendido nesta pesquisa, o colégio pesquisado foi instalado sob o viés da Lei 5.692/71 que reformulou os ensinos de 1º e 2º graus, além de atender os acordos MEC-USAID e as orientações do Programa de Expansão do Ensino (PREMEN). A escola especificamente atenderia alunos oferecendo-os formação profissionalizante, ou seja, qualificação para o trabalho, e funcionou nestes moldes com a obrigatoriedade de formação profissional por 7 anos. Nesse sentido, se considerarmos o fracasso da educação profissionalizante apontado por Germano (2005), acreditamos ser de extrema importância apontar as reformas empreendidas no contexto tecnicista envolto no período cívico-militar.

A repressão desencadeada após o golpe de 1964 atingiu duramente movimentos de educação popular. Um deles foi a proposta de Paulo Freire que foi suprimida. Os representantes do governo na Ditadura Militar instituíram em 1967 o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), e de acordo com Ghiraldelli Jr. (1994) a intenção era utilizar o método Paulo Freire só que de um modo não ideologizado o que era contraditório ao método até então utilizado por Freire.

No entendimento de Saviani (2019a), o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) formado por empresários do Rio de Janeiro e São Paulo e articulados com empresários estrangeiros e com a Escola Superior de Guerra (ESG) promovia por intermédio dos meios de comunicação uma doutrinação ideológica, social e político-militar em oposição às organizações que defendiam os interesses populares.

Para dar organicidade às suas atividades, o IPES organizou o Fórum “A Educação que nos Convém” em 1964, no qual foi elaborado um documento que entre outras questões apontava os investimentos na educação como possibilidades de elevar a produtividade e a necessidade de preparação de mão de obra qualificada e especializada para atuarem em empresas no país. A partir daí, o IPES ficou responsável pela organização de fóruns em que buscava extinguir a ideologia nacional-desenvolvimentista convertendo-a na ideologia golpista.

Em 1968, quatro anos após o golpe militar, “o fórum do IPES nada mais fez que declarar de público os planos governamentais estudados e articulados por tecnocratas brasileiros sob o comando da *Agency for International Development* (AID), preparados antes de 1964” (GHIRALDELLI JR., 1994, p. 169). Neste Fórum foram contemplados, segundo Saviani (2019), quatro temas envolvendo a educação e neste contexto em 31 de março de 1965 foram assinados “vários contratos de cooperação conhecidos como “Acordos MEC-USAID” para os quais umas das justificativas apresentadas foi o êxito do Programa de Assistência Brasileiro Americana ao Ensino Elementar (PABAEE)” (p. 345). De acordo com Paiva e Paixão (2002), o PABAEE foi um programa assinado pelo governo de Minas Gerais por meio do acordo entre Brasil e Estados Unidos e tinha o objetivo de melhorar a formação de professores do nível primário oferecendo formação e apoio técnico para os professores.

Assinado em 1956 o programa se estendeu até 1964 e segundo Saviani (2019) as orientações para a execução do programa podem ser definidas como tecnicistas, haja vista que os métodos e as técnicas de ensino confeccionadas com recursos audiovisuais nos Estados Unidos serviam não só para serem utilizados como também serem reproduzidos.

Consoante a Germano (2005), os anos de 1960 foram turbulentos para as elites brasileiras, pois o país passava por crises econômica e política além da crescente mobilização popular a favor das Reformas de Base<sup>5</sup> que evidenciava a luta de classes “no nível interno” (p. 50) e a maior participação da sociedade civil nas questões políticas. Neste ínterim, campanhas de educação e cultura se manifestavam em todo o país com greves e mobilizações.

No “nível externo a revolução socialista de Cuba afetou o poder e o prestígio dos Estados Unidos no continente e concorreu decisivamente para o desenvolvimento de uma ofensiva anticomunista na América Latina, que fez ressurgir os valores da Guerra Fria” (GERMANO, 2005, p. 50).

O IPES que já vinha difundindo por meio dos fóruns a ideologia golpista da Segurança Nacional influenciada por valores estadunidenses, favoreceu a vontade da burguesia à época na tentativa de assolar a as Reformas de Base, inclusive com a “constituição de exércitos particulares” (GERMANO, 2005, p. 51) na preparação de iminente combate armado. Nessa continuidade alguns acontecimentos aglutinaram o golpe saudado por parte da classe média, a saber:

A inflação galopante, [...] a revolta dos sargentos em setembro de 1963 em Brasília, considerada como quebra de hierarquia, o anticomunismo, o combate acirrado à reforma agrária, a incorporação da Ideologia da Segurança Nacional – cujos objetivos nacionais permanentes justificaram a usurpação do poder em seu nome –, a busca de aliados fardados por parte das classes dirigentes etc., tudo isso culminou com a intervenção militar de março de 1964. (GERMANO, 2005, p. 51).

O autor chama atenção para uma figura importante ao combate do comunismo, o arcebispo D. Geraldo de Proença Sigaud que entre outras coisas, promovia marchas da Família e propagava que o comunismo era o responsável por desfazer as famílias além de favorecer a violência contra mulheres e povos anticomunistas.

O que se seguiu ao golpe de 1964 confirmaram a implantação da Ditadura e a supressão da democracia além da excessiva violência consumados nos Atos Institucionais que sucederam o golpe. Em termos gerais, o Ato institucional nº 1 (AI-1) manteve a Constituição de 1946 e limitou sua modificação apenas as frações que cabiam ao presidente da república, além de fortalecer o Executivo e extinguir o Congresso Nacional.

---

<sup>5</sup> Conjunto de medidas defendidas por João Goulart (1961-1964) como tentativa de unir o crescimento econômico e o desenvolvimento social, aumentando desse modo, a participação do Estado nas esferas econômicas e administrativas do país e fortalecer o mercado interno. (MOREIRA, 2011).

O Ato Institucional nº 2 (AI-2) dissolveu os partidos políticos e estabeleceram diretrizes para a constituição de novos partidos, e de acordo com Germano (2005), apenas dois foram organizados: o da situação – Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o da oposição – Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

O Ato Institucional nº 3 (AI-3) estabeleceu que os governadores seriam eleitos pelas Assembleias Legislativas e os prefeitos “seriam transformados em cargo de confiança, deixando de ser eleitos pelo voto popular” (GERMANO, 2005, p. 60). O Ato Institucional nº 4 (AI-4) convocou novamente o Legislativo para em condições intensamente restritivas discutir e modificar a Constituição.

Em 1967 o general Costa e Silva assumiu a presidência e a nova constituição abria brechas que favoreciam os setores da oposição e foi neste contexto que o movimento estudantil em 1968 realizou intensas mobilizações contra o governo e em reação aos movimentos de oposição ao governo foi baixado o Ato Institucional nº 5 (AI-5), o mais virulento de todos e chamado por Germano (2005) de uma implantação de “ditadura com ‘D’ maiúsculo” (p. 65). O AI-5 durou até o fim do período cívico-militar e a repressão atuava sem nenhum controle e totalmente arbitrário, inclusive com torturas e assassinatos.

O AI-5 instituiu também o recesso forçado do Congresso Nacional por um período de dez meses e neste espaço de tempo vários outros Atos Inconstitucionais, Atos Complementares e Decretos-leis foram promulgados. “A escalada do governo, por sua vez, disseminava-se por toda sociedade, feria de morte a liberdade de expressão ao instituir a censura prévia à imprensa e ao ampliar o controle político-ideológico das universidades e demais instituições educativas” (GERMANO, 2005, p. 68).

O AI-5 se estendeu de 1968 até o governo Médici de 1969 a 1974. E nestas circunstâncias de opressão e conflitos o Estado institucionalizou reformas na educação brasileira; reforma universitária em 1968 e nos ensinos de 1º e 2º graus em 1971.

A repressão aos estudantes e ao movimento operário se deu em grande parte pela suspensão dos direitos políticos, além de prisão e morte que compõem a fase obscura da história brasileira. Nesse período as universidades foram alvos de intervenção militar com virulentas invasões, a exemplo: a invasão à Universidade de Brasília em 1964 que prendeu alunos e estudantes, e após o AI-5 e com maior intensidade, uma vez que as pessoas ligadas aos movimentos estudantis contra a repressão eram excluídas da vida universitária no país.

Consoante a Germano (2005),

Ao AI-5 segue-se o Decreto-lei 447/69 que reprimia duramente qualquer possibilidade de crítica política, no âmbito do sistema educacional, e o Ato Complementar nº 75 de 21-10-1969, assinado pela Junta Militar, que decretava o fim da carreira científica dos pesquisadores atingidos pelos Atos Institucionais, ao impedi-los de não somente trabalhar nas universidades, mas também de realizar pesquisas em instituições direta ou indiretamente subvencionadas pelo Estado, violando, desse modo, um dos princípios fundamentais da Declaração Universal dos Direitos do Homem, o direito e a liberdade ao trabalho. (GERMANO, 2005, p. 111).

No momento em que a educação brasileira vivia seu período mais sombrio, alguns intelectuais, professores e cientistas que não se exilaram, fundaram com auxílios externos centro de estudos exteriores às universidades “cujo exemplo mais significativo, entre nós é o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap)” (GERMANO, 2005, p. 111).

Na imposição da ideologia do Desenvolvimento com Segurança, as universidades brasileiras tornaram-se alvo de aniquilação. A União Nacional dos Estudantes (UNE) fundada em 1937, atua neste momento na ilegalidade até 1968 quando em decorrência do AI-5 até os protestos estudantis são reprimidos e banidos. Durante o terror vivido na repressão, as universidades ataram como zona de resistência e, à frente do governo em 1968, a frente do governo em 1968, o general Costa e Silva, de acordo com Ghiraldelli Jr. (1994), “acreditando que as medidas policiais não eram suficientes para conter a onda de protestos [...] tratou de criar o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GTRU) (Decreto 62.977 em 2/7/68)” (p. 172).

O GTRU contou com Fóruns realizados pelos IPES para expor o projeto de reforma universitária, inclusive com as reformulações sugeridas pelos acordos MEC-USAID e em outubro de 1968 o projeto foi aprovado e a reforma foi implantada sob a Lei 5.580/68. Sob a ótica dos acordos MEC-USAID de estabelecer a mentalidade empresarial nas universidades sobressaem segundo Fávero (2006) “o sistema departamental, o vestibular unificado, o ciclo básico, o sistema de créditos e a matrícula por disciplina, bem como a carreira do magistério e a pós-graduação” (p. 34).

No que se refere às reformas empreendidas nos 1º e 2º graus a Lei 5.692/71 pode ser considerada como um marco principal, haja vista que a referida lei promulgada ainda no período cívico-militar, o primário e ginásio agruparam-se ao ensino de 1º grau atendendo crianças de 7 a 14 anos e conferiu caráter profissionalizante aos cursos de 2º grau. Ghiraldelli Jr. (1994) chama atenção que à época as escolas particulares continuaram a oferecer uma formação propedêutica a fim de possibilitar aos seus alunos oportunidades de adentrarem o 3º grau, ou seja, o curso superior ao passo que aos menos

favorecidos tornava-se cada vez mais tortuoso o caminho para cursos considerados mais significativos ou com maior notoriedade, a exemplo os cursos de medicina, direito e engenharia.

Segundo Romanelli (1986) a crise educacional no país já estava instalada há tempos, e se intensificou desde meados dos anos 50, ocasião em que a demanda educacional cresceu em ritmo acelerado simultânea à crescente industrialização, à demanda de mão de obra a alteração dos mecanismos de ascensão da classe média. Até então, o acúmulo de capital sobrevinha-se por investimentos em poupança e em pequenas empresas e “transferiram-se para hierarquias ocupacionais” (p. 205). Nessa esteira, sobrevém dois fenômenos, a saber: progressivas ofertas de trabalho e demanda de pessoal (ROMANELLI, 1986).

A classe média, nesse ínterim, via na hierarquia ocupacional a única forma de ascensão social. A demanda de pessoal prosperava, no entanto, de acordo com Romanelli (1986), não significou que a oferta de emprego tenha acompanhado tal progresso. Acentuava na mesma proporção a necessidade de qualificação para atender as exigências do mercado de trabalho. A escolarização, nesse sentido, assume um caráter imperioso na ocupação de vagas disponíveis nas grandes empresas. A autora aponta que, mais que a oferta de educação, crescia a demanda de pessoal e a crise na educação atingia “sua fase aguda” no prelúdio dos anos 60 (ROMANELLI, 1986, p. 206).

De acordo com Arapiraca (1982):

Os valores do capital, coerentemente embutidos nas propostas de ajuda, começaram a ser repetidos dentro do aparelho escolar, dando foros de eficácia neutral a uma nova racionalidade pedagógica. Impunha-se, explicitamente, uma nova eficiência de ensino correspondente àquela observada no processo de produção industrial. [...] O indivíduo que não consegue se capitalizar através da acumulação do seu capital humano é conscientizado ideologicamente à autopurgação da sua indolência. É tido como um perdedor e incapaz para a competição. (ARAPIRACA, 1982, p. 110).

Sob esta perspectiva, o autor chama atenção para a mística do capital humano como um salvo-conduto de promoção social, uma vez que a escolarização torna-se um mecanismo de competição no mercado de trabalho e conseqüentemente os salários dos mais escolarizados em detrimento dos menos escolarizados sobressaem e a educação torna-se critério de seleção e remuneração, embora a escolarização sozinha não seja suficiente para indicar maior produtividade.

A onda de modernização atrelada ao crescimento industrial afetou profundamente a educação e de certa forma foi a responsável pelas assinaturas dos acordos MEC-USAID. O país que já contava com auxílio internacional na formação de professores com o PABAAE, assinou em 1965 acordos de cooperação técnica e monetária com os Estados Unidos, sob o argumento de necessidade de “treinamento de autoridades estaduais de educação, no preparo e execução de planos estaduais de ensino” (ARAPIRACA, 1982, p. 111).

Segundo o autor, inicialmente o contrato de consultoria teria validade de 2 anos e com auxílio de especialistas norte-americanos esperavam-se formação de equipe para orientarem os estados quanto ao planejamento do ensino secundário. Nesta conjuntura é formada a Equipe de Planejamento do Ensino Médio (EPEM), que atuou junto as autoridades estadunidenses assessorando os estados brasileiros na elaboração de planos educacionais.

Por intermédio da EPEM, o governo brasileiro solicitou auxílio técnico e financeiro a USAID, prorrogando a vigência do acordo inicialmente até 1968 e como novo aditivo ampliou-se até 1971, ano da promulgação da nova LDB sob a Lei 5.692/71 (ARAPIRACA, 1982). Araújo (2009) chama atenção para a articulação do processo de modernização da educação brasileira: “a criação da EPEM posteriormente incorporada ao PREMEM e, finalmente, a Lei 5.692/71” (p. 90).

O Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio (PREMEM) foi criado em 1968 para desenvolver quantitativamente a estrutura e o aperfeiçoamento do ensino. De acordo com Arapiraca (1982), “a elaboração do PREMEM pela EPEM se processou em entre 1966 e 1970, quando foram definidas as linhas mestras da Escola Polivalente, para ministrar ensino da 5ª à 8ª série” (p. 136) e isso dependeria do modelo de escola “(se escola de área ou integrada)” (p. 136).

O Decreto 63.914 de 1968 orienta os objetivos do PREMEM, e assevera que seus objetivos são:

- I – Promover, juntamente com os Estados, a implementação dos planos elaborados pelos mesmos e referentes à expansão e melhoria da sua rede de ensino médio público, em articulação com uma assistência técnica educacional que assegure a consecução dos objetivos do PREMEM.
- II – Administrar os projetos de âmbito nacional que visem ao treinamento e aperfeiçoamento de professores de ensino médio geral, a construção de um ginásio polivalente modelo na capital de cada Estado, ao equipamento e manutenção dos centros de treinamento de professores de ciências, à seleção de bolsistas para aperfeiçoamento no

estrangeiro e à organização de serviços de assistência técnica educacional. III – Encaminhar e acompanhar a liberação dos recursos para os vários subprogramas do PREMEM. IV – Elaborar as minutas de acordos e convênio a serem celebrados com os Estados e órgãos incumbidos da execução do Programa. (BRASIL, 1968).

Consoante ao autor vários acordos foram assinados com vistas a modernizar o ensino médio, e o primeiro acordo foi para implantação de Escola Polivalente de 1º grau e com os acordos posteriores empreendidos pelos Estados Unidos as Escolas Polivalentes foram instaladas a um alto custo. Ao passo que as Escolas Polivalentes eram projetadas, legitimaram-se as conferências internacionais e interamericanas que “na maioria das vezes se condicionavam a um plano puramente técnico” (ARAPIRACA, 1982, p. 138).

Nesse ínterim, as Conferências planos decenais de educação da aliança para o progresso foram estabelecidos na Reunião em 1961 em Punta del Leste – Paraguai e em 1962 em Santiago – Chile. No Brasil foi em 1964 que se instituiu a Conferência Nacional de Educação, na qual ficou estabelecido que no mês de março para a realização das conferências nos anos seguintes.

Em conformidade com Arapiraca (1982), ocorreram conferências em 1965 em Brasília, com orientações para elaboração de planos nacionais de estaduais de educação bem como execução e avaliação dos mesmos. Em 1966 em Porto Alegre na qual se evidenciou a necessidade de formação profissional alinhando a educação com o “ideário da Aliança para o Progresso” (p. 148).

Ainda em conformidade com o autor, em 1967 ocorre a terceira Conferência de Educação em Salvador com o tema de “extensão da escolaridade” (ARAPIRACA, 1982, p. 148). Nesse sentido,

Verdadeiramente, o ideário desenvolvido nas três conferências nacionais, ao internalizar os conceitos pragmáticos e economistas da Carta de Punta del Leste e da Conferência em Santiago, projetou as diretrizes técnicas da proposta de Escola Polivalente. Aquela solução técnica espelhava a ideologia desenvolvimentista que deu corpo ao modelo do novo Projeto Histórico Nacional que se instalou no Brasil. E à educação, como aparelho ideológico que é, foi dada a função de legitimá-lo. (ARAPIRACA, 1982, p. 149).

Destarte, coube ao PREMEM operacionalizar os acordos e à EPEM garantir assistência técnica às instalações e funcionamentos das Escolas Polivalentes. Em Catalão – GO, sob vigência da Lei 5.692/71, o Colégio Polivalente entrou em funcionamento no

ano de 1978 oferecendo os cursos Técnicas Industriais, Técnicas Comerciais, Técnicas Agrícolas e Educação para o Lar.

### **1.3 O projeto de implantação dos Polivalentes no Brasil**

Souza (2019) indica que com a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e a Guerra Fria (1947-1989) aproximação entre Brasil e Estados Unidos se fortalece em um misto de “admiração e submissão” (p. 3), e é em 1959 que se oficializa a Aliança para o Progresso, um programa de patrocínio da não norte-americana a países latinos que entre as metas via na educação a possibilidade de eliminar o analfabetismo além de redistribuição de renda.

Desse modo, em 1961 a *United States Agency for International Development* (USAID) se legitimou com sede nos Estados Unidos. Os então acordos MEC-USAID ocasionaram mudanças no sistema educacional vigente justificando a intensa iniciativa para formar a mão de obra necessária para ampliar a crescente industrialização no país.

Pedrosa e Bittencourt (2015) indicam que a partir dos acordos foram possíveis:

[...] mudanças no sistema educacional brasileiro, com intervenções no ensino fundamental, secundário e superior, no ensino técnico profissionalizante e na alfabetização de adultos. Essas intervenções incluíram construção de prédios, compra de mobiliários, treinamento de professores e técnicos, concessão de bolsas de estudo e outros. (PEDROSA, BITTENCOURT, 2015, p. 14).

Souza (2019) enfatiza que no documento publicado pelo MEC em 1969, que leva o título de Subsídios para o estudo do Ginásio Polivalente, um dos capítulos de autoria de Gildásio Amado, então diretor do Ensino Secundário, é salientado pelo autor que o Ginásio Polivalente só se diferenciaria do ensino secundário comum pelo ensino técnico. A esse respeito, Amado (1969) pondera que:

Desse modo, os alunos, nas primeira e segunda séries, são observados sobre tendências que revelem para um trabalho futuro não só na indústria ou na agricultura como no comércio. 3. O ensino, nas duas primeiras séries, além de seus objetivos gerais, tem o de analisar e explorar aptidões: um ensino que ofereça à escola meios de, por seu diretor, seus orientadores e professores, perceber a inclinação dos alunos para uma atividade técnico-profissional a ser exercida logo depois do curso ginásial, ou mesmo nenhuma inclinação para esse tipo de atividade. 4. Se, nas duas primeiras séries, o ensino, tanto na parte geral como na parte técnica, deve ser comum para todos, nas terceira e quarta séries, entretanto, deve haver opção: por uma das técnicas

(industrial, agrícola, comercial) ou pelo ensino geral sem nenhuma dessas técnicas. (AMADO, 1969, p. 84).

Ademais, consoante a Amado (1969), as ofertas de cursos técnicos acompanhariam o desenvolvimento econômico local, como observado no documento:

É difícil reunir na mesma série todas as áreas de opção; não só difícil como nem sempre necessário. Não há maior interesse em ensinar técnicas agrícolas nas grandes capitais, como do mesmo modo em ensinar em localidades do alto interior, por exemplo, técnicas comerciais. É importante, porém, não reduzir demasiado o número de opções. [...] Nas pequenas cidades do interior admitir-se-ia a limitação a técnicas agrícolas e educação para o lar. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 1969, p. 84).

A implantação dos Ginásios Polivalentes surgiu, dessa forma, por intermédios dos acordos assinados entre os Estados Unidos e o Brasil. Iniciados em março de 1965, o primeiro acordo, a princípio para 24 meses, “na verdade era somente o início de um grande processo de envolvimento e endividamento” (ARAPIRACA, 1982, p. 133).

Podemos observar a finalidade do primeiro acordo que envolvia o Ensino Médio, anterior ensino secundário, de acordo com Alves (1968):

A finalidade do presente Convênio é assistir os Conselhos e Secretarias Estaduais de Educação no preparo de seus planos para o ensino de nível secundário e no treinamento de uma equipe de técnicos brasileiros em planejamento de ensino que prestem serviços consultivos em caráter permanente. A USAID firmará um contrato com uma instituição dessa especialidade nos Estados Unidos com vistas a assegurar os serviços de quatro consultores norte-americanos por um período de 24 meses e de outros assessores-técnicos que se fizerem necessários. Esses consultores trabalharão diretamente com funcionários designados pelo Ministério, pela DES (*Diretoria do Ensino Secundário*) e pelas Secretarias Estaduais de Educação. Seus serviços terão “caráter consultivo” e serão prestados ao planejamento do ensino secundário no âmbito federal e estadual. (ALVES, 1968, p. 61, grifo nosso).

Em conformidade com Alves (1968), à direção do ensino secundário, ficaria a responsabilidade em:

- 1) Designar pelo menos quatro educadores brasileiros para trabalharem com os consultores norte-americanos na prestação de serviços de assessoramento aos Estados, custear todas as viagens dentro do território brasileiro e demais despesas relativas aos serviços dos referidos educadores.

- 2) Cooperar com os consultores norte-americanos na formulação e execução de um plano detalhado com vistas à prestação de serviços consultivos ao ensino secundário nos Estados, da forma mais eficiente possível.
- 3) Proporcionar aos consultores norte-americanos instalações de escritórios, serviços complementares de secretaria e outras formas de assistência que se fizerem necessárias.
- 4) Assegurar a manutenção dos salários de bolsistas selecionados de comum acordo, que venham a ser enviados aos Estados Unidos ou a outros países, que não o Brasil, para receber treinamento. (ALVES, 1968, p. 62).

Assim, como Arapiraca (1982), Alves (1968) em Beabá do MEC-USAID, faz analogias à sucessão dos acordos com um espiral, ou seja, um acordo levou a outros. Essa ponderação pode ser observada no início do acordo firmado em 1968, segundo Alves (1968):

Depois da assinatura, em 31 de março de 1965, do Convênio inicial para assistência técnica relativa ao planejamento do ensino médio, tornou-se efetivo um contrato da USAID com a *San Diego State College Foundation*, a fim de assegurar os serviços de quatro peritos em regime de tempo integral e de outros, na medida do necessário, por curto prazo, que deveriam constituir, juntamente com quatro especialistas brasileiros em ensino médio, um núcleo para aconselhamento e assistência técnica aos serviços de educação dos Estados brasileiros. (ALVES, 1968, p. 65).

Entre os progressos alcançados, o acordo firmado em 1968 indica que os objetivos dos acordos já haviam sido implantados em cinco estados brasileiros. Todavia, inicialmente o estado de Goiás, lócus desta pesquisa, não participou da implementação inicial, porém, o presente acordo indica a expansão que de fato ocorreu alguns anos mais tarde.

Em cinco Estados, foram constituídos grupos locais que adquiriram considerável experiência, sob a orientação da EPEM, planos a longo e curto prazo para melhoria e expansão do ensino médio nesses Estados. Esses cinco Estados (Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia e Pernambuco) já concluíram planos a prazo médio (quatro deles em conexão com a solicitação do Ministério para assistência financeira para o Ensino Médio). Em cada caso, esses planos estão referidos a objetivos a longo prazo. (ALVES, 1968, p. 66).

Como mencionado anteriormente, os Ginásios Polivalentes foram frutos dos acordos entre os Estado Unidos e o Brasil que culminaram na alteração da Lei 5.692 em 1971. De acordo com Arapiraca (1982) o termo Escola Polivalente assimila “conceitos

teóricos da *Comprehensive High School* norte-americana” (p. 149). No auge do período Cívico-militar no Brasil e sob a integração da Lei 5.692/71 os conceitos das escolas americanas foram adaptados no país como Ginásio Orientado para o Trabalho (GOT), e, decorrente dos acordos MEC-USAID, as denominadas Escolas Polivalentes que foram instaladas no país. Esta escola no entendimento de Araújo (2009), “foi uma cópia das escolas públicas existentes nos EUA, para os também excluídos da sociedade norte-americana. Aqui, no Brasil, tornou-se responsável pela formação da massa de trabalhadores flexíveis e obedientes à nova realidade de produção brasileira” (p. 92) cabendo a este modelo de escola formar o cidadão nos moldes do Regime Militar.

Quanto à estrutura, funcionamento e organização das Escolas Polivalentes, Arapiraca (1982) pontua que estas escolas foram pensadas para “promover a unidade e a solidariedade social” (p. 158), ou seja, a constituição de uma escola democrática. Todavia, pode-se perceber uma contradição, pois, “apoia ao mesmo tempo, uma função prática para esse tipo de escola, no sentido de ela se destinar a preparar indivíduos para ingresso imediato em ocupações” (p. 158).

Segundo o autor, a Escola Polivalente se classifica em dois momentos, a saber:

- a) Escola Polivalente do tipo Integrada. Caracteriza-se pela possibilidade que tem de comportar alunos da 1ª à 8ª série. Desse modo, física, pedagógica e administrativamente ela também é integrada.
- b) Escola Polivalente da 5ª à 8ª série. Caracteriza-se pela propriedade que tem de absorver o contingente escolar de outras escolas, as antigas primárias. Ela assume duas funções básicas: 1ª) é chamada de escola aberta quando recebe alunos concluintes de 4ª série do 1º grau de qualquer escola da rede; 2ª) é chamada de escola de área ou ainda complexo escolar quando restringe sua clientela a concluintes da 4ª série do 1º grau de determinadas escolas, denominadas tributárias. (ARAPIRACA, 1982, p. 159).

No que diz respeito ao currículo, as disciplinas práticas e vocacionais são obrigatórias em cursos da Escola Polivalente. Durante a 5ª e 6ª séries a obrigatoriedade das disciplinas práticas para sondagem vocacional envolvem “Artes Industriais, Técnicas Comerciais, Técnicas Agrícolas, Economia Doméstica e Educação para o Lar” (ARAPIRACA, 1982, p. 160), ressaltamos que, de acordo com as pesquisas até aqui empreendidas, essas duas últimas práticas eram exclusivas às alunas. Nas séries seguintes, 7ª e 8ª séries, os alunos tem a obrigatoriedade de escolha por uma das práticas e envolver-se com ela definitivamente, como observado também por Pedrosa e Bittencourt (2015):

As disciplinas de caráter prático-vocacional eram obrigatórias nas duas primeiras séries e tinham o objetivo de sondagem geral de vocações. Todos deveriam passar, no mínimo, quatro horas semanais por variadas áreas, entre as quais as práticas de artes industriais, técnicas agrárias, técnicas comerciais, economia doméstica ou administração do lar. O aluno deveria passar por cada uma dessas disciplinas durante, no mínimo, um semestre letivo. A terceira série prolongaria o processo de sondagem vocacional, quando o aluno optaria por uma das quatro disciplinas mencionadas. (PEDROSA, BITTENCOURT, 2015, p. 17-18).

Os autores apontam ainda, que os períodos dos Ginásios Polivalentes eram semestrais. Chaves (2020) pondera que a proposta educacional aos moldes da escola norte-americana, intentava solucionar problemas sociais, a exemplo, a marginalização de indivíduos pertencentes às classes dos desvalidos. Em conformidade com Aranha (2006) e Cunha (2014), as discussões e acordos empreendidos desde o golpe de 1964 vieram a conhecimento público dois anos mais tarde através dos então Acordos MEC-USAID. Nas palavras de Aranha (2006) “a partir daí, desenvolveu-se uma reforma autoritária, vertical, domesticadora, que visava a atrelar o sistema educacional ao modelo econômico dependente, imposto pela política norte-americana para a América Latina” (p. 316).

De acordo com a autora:

A reforma assentava-se em três pilares:

- Educação e desenvolvimento: formação de profissionais para atender às necessidades urgente de mão de obra especializada no mercado em expansão;
- Educação e segurança: formação do cidadão consciente – daí as disciplinas sobre civismo e problemas brasileiros (Educação Moral e Cívica, Organização Social e política do Brasil e Estudos de Problemas Brasileiros);
- Educação e comunidade: criação de conselhos de empresários e mestres para estabelecer a relação entre escola e comunidade. (ARANHA, 2006, p. 316).

Destarte, a maior legitimação dos acordos são os Ginásios Polivalentes. Arapiraca (1982) assevera que todo o sistema de ensino no Brasil foi radicalmente transformado em consequência dos Acordos firmados entre o MEC e a USAID: “unificou-se o ensino primário com o ginásio e profissionalizou-se o colégio” (p. 111).

De acordo com Pedrosa e Bittencourt (2015), os ginásios e a Lei 5.692/71 “tinham uma relação orgânica: a escola polivalente seria o embrião da reforma da educação brasileira, cuja meta era promover integração entre educação e trabalho” (p. 12). Assim, os autores apontam que:

A escola polivalente, baseada no modelo americano, foi projetada como protótipo de educação para o trabalho, mas sem se confundir com educação profissional. Educação para o trabalho não se situava na dimensão dos ofícios e dos saberes profissionais ou dos saberes técnicos, mas, na formação de uma ética e de uma moral do trabalho, era estimuladora das vocações laborais e do gosto pelo trabalho, seja manual, industrial ou intelectual. (PEDROSA e BITTENCOURT, 2015, p. 12).

Chaves (2020) assevera que os Estados Unidos consideraram o Brasil um país subserviente e que necessitava de uma educação polivalente. Nesse ínterim os acordos foram firmados, e consoante a Pedrosa e Bittencourt (2015):

Entre 1960 e 1970 houve cerca de quinhentos acordos entre Brasil e EUA. Esses acordos eram firmados, ora entre a USAID e as unidades da federação brasileira, ora entre a USAID e o Ministério da Educação e Cultura (MEC). A partir deles foram feitas mudanças no sistema educacional brasileiro, com intervenções no ensino fundamental, secundário e superior, no ensino técnico profissionalizante e na alfabetização de adultos. Essas intervenções incluíram construção de prédios, compra de mobiliários, treinamento de professores e técnicos, concessão de bolsas de estudo e outro. (PEDROSA, BITTENCOURT, 2015, p. 13-14).

Os autores ponderam que os acordos assinados em 1965 legitimaram a reforma no ensino de 2º grau no Brasil. Nesse sentido, de acordo com Arapiraca (1982) técnicos educacionais foram enviados aos Estados Unidos para treinamento e posterior reprodução do sistema no contexto brasileiro. Ademais, os formadores que seguiam para a América do Norte eram compelidos a incorporar os valores culturais norte-americanos.

Nesse sentido, o autor pontua que:

Tendo em vista que os participantes brasileiros nesses programas de ajuda desenvolvidos nos EUA eram os elementos responsáveis em seus estados no Brasil pela educação elementar, é de se supor que, neste caso, o objetivo era o de familiarizar esses elementos com os valores da educação norte-americana. [...] O treinamento foi todo dimensionado, como se pode constatar, a partir da perspectiva ideológica-cultural e sob o ângulo da filosofia social norte-americana. Foi essa, portanto, a forma de ajuda que nos proporcionaram com financiamento da USAID, a fim de implementarmos o atual modelo de educação. (ARAPIRACA, 1982, p. 120).

O autor estabelece que o curso e ou treinamento feito pelos brasileiros nos Estados Unidos parametrizava as comunidades de baixa renda, fato este que pode ser comprovado

“a partir das atividades e dos conteúdos dos cursos ministrados aos bolsistas brasileiros” (p. 121). Ademais, a USAID tinha o intuito de manipular a educação brasileira.

Nas palavras de Arapiraca (1982):

O financiamento desse programa é o financiamento da nossa dependência político-econômica aos EUA, na mesma medida em que aqueles programas alternativos aplicados para as minorias nos EUA constituem a legitimação daquelas classes como subalternas na sociedade norte-americana: os negros, índios, porto-riquenhos, chicanos. (ARAPIRACA, 1982, p. 127).

Os Ginásios Polivalentes intentavam despertar vocações que pudessem atender o mercado de trabalho e “se tivesse vocação propedêutica e condições favoráveis seguiria o ensino a fim de cursar uma universidade” (CHAVES, 2020, p. 92). Nesta conjuntura surge o financiamento para o desenvolvimento do programa, no qual os Estados Unidos e o Brasil financiariam cerca de 64 milhões de dólares, cada um.

A pesquisa empreendida por Chaves (2020) aponta que:

O outro convênio foi firmado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que, de acordo com Marinho (1970, p. 77), desembolsou a quantia de 29,5 milhões de dólares. Esse financiamento permitiu construir mais 50 ginásios Polivalentes que tiveram destaques nos Estados do Pará, Sergipe, Goiás, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Distrito Federal. Ainda conforme Marinho (1970, p. 77), esses convênios e financiamentos dos ginásios Polivalentes não foram apenas para a construção dos prédios, estruturas ou para adquirir equipamentos, mobílias e maquinários. (CHAVES, 2020, p. 93).

No próximo capítulo desta pesquisa, detalharemos como foi a implementação do Ginásio Polivalente no estado de Goiás, especificamente no município de Catalão, consoante ao contexto da pesquisa. Conforme apontado por Arapiraca (1982):

A modulação do Ginásio Polivalente é normalmente diferenciada para alcançar o 1º e 2º graus médios. Doutrinariamente, essa concepção de escola subsidia a ideia da chamada Escola Única, de caráter politécnico. Sua filosofia se expressa pela pedagogia do aprender a fazer. (ARAPIRACA, 1982, p. 153).

A Escola Polivalente sob os princípios da Escola Única deve oferecer formação teórica e prática, porém, não é o que acontece no Brasil. “A Escola Única, em si, pressupões a existência de uma sociedade solidária, não competitiva” (ARAPIRACA,

1982, p. 151). Consoante ao autor a proposta de Escola Única estaria longe destes pressupostos. O que se viu por aqui foi a tentativa de treinar o indivíduo internalizando os mecanismos da produção capitalista. Além disso, o autor chama atenção para a solução educacional buscada neste modelo de escola, qual seja: “compatibilizar e legitimar o novo pacto de alinhamento a que se submetia o governo brasileiro com o capitalismo norte-americano como parceiro periférico no continente” (ARAPIRACA, 1982, p. 157). Sob este ponto de vista, a escola foi projetada para tornar os indivíduos dóceis a qualquer treinamento e não lhes oferecer profissionalização.

Consoante ao autor:

O que existe é uma deliberada dissimulação, pelo fato mesmo, inclusive de que a sociedade atual não suportaria a pressão de tantos profissionais buscando emprego, ainda que essa intenção deliberada seja para baratear a força de trabalho. Tenta-se, na verdade, preparar o indivíduo para ser treinado, mas depois de ele haver internalizado (pelos mecanismos operacionais da escola, assimilados do processo de produção capitalista) a mística da divisão social do trabalho, e a competição como uma prática social válida. (ARAPIRACA, 1982, p. 156).

Segundo Pedrosa e Bitencourt (2015), de acordo com a filosofia do PREMEM, nos Ginásios Polivalentes “o aluno iria da sala de aula ao laboratório e deste às oficinas, acumulando experiências de iniciação humanística, científica, artística e prática, exercitando aptidões, desvendando tendências e vocações” (p. 15) e assim definiria sua habilitação.

No entanto, segundo os autores e em consonância com Araújo (2009) a educação passava longe da neutralidade e agia como aparelho ideológico voltada a atender os interesses da classe dominante e “foi então colocada em prática, por meio das Escolas Polivalentes, a educação para as “minorias” brasileiras” (p. 100).

Segundo Arapiraca (1982) a Escola Polivalente teve dois momentos: a) integrada, comportando alunos de 1ª a 8ª séries; b) polivalente, assumindo duas funções básicas no acolhimento de alunos de 5ª a 8ª séries, a chamada escola aberta no recebimento de alunos concluintes da 4ª série do 1º grau de qualquer escola da rede e escola de área ou complexo escolar restringindo os alunos concluintes da 4ª série do 1º grau das denominadas escolas tributárias.

Quanto ao currículo, Arapiraca (1982) assevera que “as disciplinas de caráter prático e vocacional são consideradas obrigatórias no currículo mínimo dos cursos da

escola polivalente” (p. 160) e para a sondagem vocacional, os alunos devem cumprir a carga horária mínima de atividades práticas e quando este chega a 7ª série é obrigado a optar por uma das técnicas anteriormente mencionadas e ao iniciar a 8ª série, a técnica escolhida torna-se definitiva na formação.

É interessante mencionar que, além dos acordos que previam investimentos para construção de prédios, aquisição de equipamentos, materiais didáticos e veículos, houve também o acordo da Comissão do Livro Técnico e Didático (COLTED) com intencionalidade de inserir cerca de 51 milhões de livros no mercado estudantil (ALVES, 1968). Estes, assinados em 1967 tinham por objetivo:

1. Colocar livros didáticos e técnicos ao alcance da população estudantil, pondo-se à sua disposição, pelos recursos deste Convênio, aproximadamente, 51 milhões de livros, nos próximos três anos. Estes livros serão distribuídos gratuitamente às escolas, para uso de seus alunos. Pelo aumento da produção e distribuição cada vez mais eficiente, tenciona-se também tornar disponíveis livros a preços reduzidos a todos os estudantes.
2. Facilitar a distribuição e utilização de livros, pela criação de bibliotecas escolares e pelo suprimento às já existentes, de um número adequado de livros selecionados pela COLTED.
3. Promover, por contrato comercial com as editoras, em decorrência da maior e imediata demanda desses livros, e tendo em vista os termos do Decreto nº 59.355, substancial aumento no número de livros disponíveis de ensino primário, médio e superior e sua distribuição oportuna e econômica, através da rede comercial.
4. Promover a edição de livros didáticos nas matérias em que não haja publicações em português, ou quando as disponíveis não atenderem aos requisitos de qualidade exigidos pelo ensino.
5. Aperfeiçoar as técnicas da indústria editorial e gráfica e os sistemas usuais de distribuição de livros.
6. Estimular os autores e ilustradores brasileiros de livros técnicos e didáticos.
7. Difundir entre os três níveis de ensino os meios de aperfeiçoar técnicas didáticas, pelo melhor uso dos livros e dos materiais didáticos e científicos. (ALVES, 1968, p. 95-96).

Arapiraca (1982) destaca ainda o fracasso resultante da experiência educacional empreendida por intermédio do PREMEM com as Escolas Polivalentes, que custou caro aos cofres públicos e extrapolou a dívida externa deixando quase que em ruínas a educação pública, com egressos do curso de caráter profissionalizante, frustrados e ludibriados pelo sistema público de ensino.

Nesse íterim, não podemos deixar de mencionar o fracasso da política educacional envolta no contexto da Ditadura Militar no Brasil. De acordo com Ghiraldelli

Jr. (1994), findado o período cívico-militar em 1985, “o governo do general Figueiredo, de uma penada, colocou no tûmulo a profissionalização obrigatória do ensino do 2º grau” (p. 183) e descaracterizou ainda mais o conturbado 2º grau.

À vista disso, a teoria do capital humano defendida pelos tecnocratas do regime militar foi por água abaixo, uma vez que o trabalhador brasileiro, iludido com a possibilidade de atingir salários mais elevados em consequência do ensino profissionalizante não logrou êxito. O ensino profissional obrigatório instituído pela Lei 5.692/71 proporcionava uma formação técnica muito específica e não atendia as grandes empresas.

No entendimento de Ghiraldelli Jr. (1994), seria melhor para as grandes empresas que estas pudessem treinar e retreinar os funcionários e escola pública continuaria a oferecer educação nos moldes anteriores à legislação de 1971, e, além disso, aos trabalhadores foi suprimido o direito de estudo aprofundado de conteúdos necessários ao exercício da cidadania e participação ativa na sociedade. O ato que extinguiu a obrigatoriedade de ensino profissionalizante denunciou o fracasso e o reconhecimento da falência da política no período cívico-militar.

## CAPÍTULO II

### O POLIVALENTE CHEGA EM CATALÃO

*Em Goiás, políticos e ideólogos vislumbravam a possibilidade de inserir a região neste projeto de nação. No movimento tenentista, a ideia de ruptura com o velho, com o decadente, já oferecia a tônica. (CHAUL, 2010, p. 176).*

Com este capítulo objetivamos apresentar os contornos históricos vivenciados pelo estado de Goiás contextualizados à pesquisa. Assim como no primeiro capítulo, iniciamos com um recorte à década de 1930, por entender que o estado esteve envolto nos movimentos que se delinearão a partir da crescente industrialização no país.

Goiás que até meados do século XX foi considerado símbolo de atraso e decadência<sup>6</sup>, pela sua localização, foi se constituindo símbolo de progresso e modernidade à medida que por intervenções políticas, como a mudança da capital do estado, os percursos ligados à ascensão do Estado Novo como a Marcha para o Oeste e a crescente industrialização, que aos poucos alcançou o estado, o projetaram nacionalmente.

Talvez este considerado atraso do estado em relação a outros possa justificar a carência de pesquisas referentes à criação dos Ginásios Polivalentes em Goiás, o que não permitiu que abordássemos a questão a contento. No entanto, foi possível traçar as trajetórias educacionais que ocasionaram nos finais dos anos de 1970 a criação de vários ginásios no estado. Para além disso, o capítulo dedicou-se a apresentar o estado e o município de Catalão, lócus de nosso objeto de pesquisa.

#### 2.1 A educação em Goiás: A expansão do ensino

---

<sup>6</sup> Com o esgotamento do ciclo aurífero, criou-se um estigma de decadência que passou a permear todas as análises que foram feitas sobre a história de Goiás. Hoje, peneiradas na bateia do tempo, temos o duro cascalho da história, mesclado com as pedras no meio do caminho da interpretação, e uma herança mineratória, registrada sob o signo atávico do ócio, do atraso, do isolamento. Os viajantes que passaram por Goiás com seus olhos embotados de realidades europeias conseguiram vislumbrar um aspecto comum: a decadência da capitania. Esse estigma de terra do “atraso”, da “decadência”, do marasmo e do ócio, serviu para se identificar o goiano – e criar o que chamaríamos de goianice – por vários séculos, até que outra construção e outro estigma o substituíssem, baseado na ideia de modernização em forma de progresso apregoada após o movimento de 1930. (CHAUL, 2011, p. 42).

Bretas (1991) em sua robusta obra da história da instrução em Goiás indica que em 1930 o estado contava com 20 grupos escolares, 161 escolas isoladas, 6 estabelecimentos de Escolas Normais (apenas um oficial). O ensino secundário resumia-se a dois estabelecimentos “o Liceu e o Ginásio Anchieta” (p. 576). Consoante ao autor, o estado permaneceu na inércia durante os cinco primeiros anos que sucederam a Revolução de 1930. Somente a partir de 1936 é que houve significativas mudanças em todos os setores da vida goiana, ambientadas pela construção da atual capital do estado, Goiânia.

Goiás está localizado no centro-oeste. O estado foi explorado por bandeirantes paulistas em busca do ouro presente na região no idos do século XVI e a exploração das minas tiveram início em 1726 que demarca igualmente a fundação do Arraial de Sant Anna. Como observado por Chaul (2010):

O Arraial Sant’ Anna foi fundado por Bartolomeu Bueno em sua terceira visita ao sertão goiano, numa viagem que durou seis meses de São Paulo até aqui. Erguido às margens do Rio Vermelho, o arraial receberia, mais tarde o nome de Vila Boa, localidade que viria a ser a capital da futura capitania de Goiás. (CHAUL, 2010, p. 34).

O declínio aurífero no estado deu lugar às atividades agropecuárias. De acordo com o autor, aos olhares capitalistas, o estado encontrava-se em incessante declínio, uma vez que sua localização e dificuldades naturais de acesso, dificultavam qualquer atividade que alavancasse a economia goiana. Contudo, a ascendente pecuária em Goiás o projetaria mais tarde a subsidiar o comércio de gado em Minas Gerais e São Paulo. A agricultura em Goiás ainda se encontrava em dificuldades em consequência do escasso meio de comunicação e transporte, e somente com a inserção dos trilhos do progresso pelas estradas de ferro em sintonia com a expansão do café, que Goiás começa aos poucos caminhar para o progresso, abandonando o que vários pesquisadores chamaram de atraso e decadência por vezes associados às oligarquias.

Nas palavras de Chaul (2010):

A estrada de ferro viria para unir os espaços distantes, levar boas-novas, trazer produtos e mercadorias, conduzir levas de migrantes, dinamizar o comércio, fazer circular mais capital. Com o seu advento, a agricultura, conjuntamente com a pecuária, poderia dar seus sinais de vida e elevar ao máximo o tão decantado potencial agropecuário de Goiás. Enfim, o sonhado Goiás seria viabilizado pelo “despertar dos dormentes” (CHAUL, 2010, p. 144).

Nas ponderações de Chaul (2010), Catalão foi uma das cidades que se beneficiaram fartamente com abertura comercial propiciada pelas estradas de ferro no início do século XX. No contexto político, os primeiros anos do século XX foram conturbados em virtude das disputas dos partidos dirigidos pelos Bulhões e Fleury com crescente ascensão dos Caiado que ficaram à frente do governo até o movimento de 1930, ocasião em que Getúlio Vargas nomeou Pedro Ludovico interventor no estado.

Nesse ínterim, o interventor lançou o projeto de mudança da capital e a construção de Goiânia, que seria “o caminho para sintonizar Goiás com o novo Brasil que se anunciava” (CHAUL, 2010, p. 21). De acordo com o autor, a luta pela construção da nova capital não foi fácil, pois,

A batalha política era travada em duas grandes frentes: nos bastidores, a oposição utilizava todos os recursos disponíveis para retardar a mudança da capital; no palco central, a situação esforçava-se para justificar seu intento de concretizar os anseios de Pedro Ludovico Teixeira. (CHAUL, 2010, p. 246).

Nessa conjectura, em 20 de novembro de 1935 foi instalada a cidade de Goiânia, ocasião em que sob a justificativa de poder acompanhar as obras de perto, a sede do governo provisório foi transferida para o que seria em 1937 sob tutela de Vargas, a nova capital do estado, que foi oficialmente inaugurada em julho de 1942. Alinhado ao Estado Novo, Pedro Ludovico tornava-se símbolo de progresso e modernidade. “Unindo Pedro Ludovico Teixeira, Vargas e a Marcha para o Oeste<sup>7</sup>, a propaganda estadonovista criava uma mensagem de fácil absorção pelo povo, mesclando a figura do estado à do interventor”. (CHAUL, 2010, p. 253). Descortinada em 1937, a nova capital, Goiânia, pode ser considerada a personificação do governo de Vargas e a Goiás Velha uma expressão do que não deveria ser uma capital. (CHAUL, 2010).

Juntamente à velha capital, estava instalado o Liceu que fora prometido pelo atual governo à época a sua permanência na cidade, pois, os vilaboenses acreditavam que a

---

<sup>7</sup> Em 1937, dando-se fim a um breve período democrático iniciado em 1934, instituiu-se no país o regime de inspiração fascista denominado Estado Novo. Lançou-se então, de imediato, a campanha da “Marcha para o Oeste”. Veiculada inicialmente pela imprensa oficial, mediante um discurso de inequívoco teor ideológico, buscando-se a legitimação do novo regime, a campanha receberia logo a adesão de numerosos veículos da área privada de comunicação. Seguiu-se uma série de iniciativas da parte do governo federal, no sentido de promover o povoamento, o desenvolvimento econômico e a modernização sociocultural da região Centro-Oeste. Entre estas iniciativas, a de maior envergadura foi a criação da Fundação Brasil Central (FBC). Outras ações de relevo foram: a implantação das Colônias Agrícolas Nacionais. (MACIEL, 1996, p. 172).

cidade não sobreviveria sem a instituição, ademais, a transferência para Goiânia oneraria gastos em um momento que o Estado enfrentava uma crise financeira. (BRETAS, 1991). No entanto, o majestoso prédio estava sendo construído, e o atual governo que já havia firmado o compromisso de permanência revogou-o e o Liceu foi transferido em 1937 para a atual capital do estado.

Barros (2006) indica que:

O ensino secundário pode ser considerado o único que dava certo em Goiás mesmo considerando o aspecto elitista do curso. O Lyceu, apesar de todas as precariedades que os fatores econômicos lhe impunham, conseguiu oferecer ensino humanístico a muitos goianos, não só na cidade de Goiás, mas também de outras cidades do Estado. (BARROS, 2006, p. 978).

Segundo Bretas (1991) a transferência do Liceu para Goiânia que se encontrava em crescimento ascendente, fez com que a população estudantil se expandisse à época passando de 200 alunos para 5.400 no ano de 1965. O autor ressalta que o mesmo não ocorreu com a Escola Normal que funcionou precariamente até 1942, quando em decorrência da promulgação da Lei Orgânica “que desejava dar ao país a mesma organização centralizadora do ensino secundário” (BRETAS, 1991, p. 581). Nesse ínterim, constituía-se o Instituto de Educação, apenas em nome, pois as estruturas ainda eram precárias.

Bretas (1991) ao ponderar sobre a História da Educação pública em Goiás indica que no ensino primário entre os anos de 1940 e 1950 todos os municípios possuem grupos escolares, e à medida que a demanda aumenta, são nomeados professores leigos, ocasião em que “começa a cair a qualidade do ensino” (p. 590). Quanto às escolas rurais, a experiência em construir pequenos pavilhões em fazendas mais populosas com professores leigos, também não logrou êxito, uma vez que estes estabelecimentos dependiam das “atividades rurais muito variáveis” (p. 590). No que diz respeito às Escolas Normais, no ano de 1935, havia mais de dez e era o curso “mais fácil de se fazer funcionar” (p. 592), porém, mesmo com esse indicativo, a Escola Normal vinha fracassando, uma vez que ainda se contratavam professores leigos.

Quanto à expansão do Ensino Secundário, Bretas (1991) indica ser este notável após a promulgação da Lei Orgânica em 1942. Assim, o autor pontua que:

No interior muitos colégios também surgem, primeiro nas grandes cidades, e depois nas cidades menores, de modo que hoje, cada cidade de três mil habitantes acima tem o seu colégio, oficial ou particular. Os primeiros a adquirirem o privilégio do reconhecimento foram os mais antigos, como os de Formosa, Santa Luzia, Bonfim, Ipameri, Rio Verde, Catalão, Jataí, etc. no Sul, e outros no Norte. Em seguida outras cidades pleiteiam do governo estadual um ginásio ou colégio oficial, para obterem logo em seguida a equiparação, privilégio que todos se esforçam por alcançar. Aos poucos o Estado vai atendendo a essas aspirações, criando colégios e construindo prédios para alojá-los, ou encampando outros já existentes, de iniciativa particular ou dos municípios, os quais viviam em dificuldades. (BRETAS, 1991, p. 591).

Consoante ao autor, o Ensino Comercial pouco se desenvolveu, surgindo apenas uma escola por iniciativa do SENAC na capital, ficando a cargo da iniciativa privada que contava com um grande contingente de alunos. E, com essa demanda, o Estado abriu um Curso de Comércio que funcionou no pátio do Liceu com precárias condições. O Ensino Superior no estado desenvolveu-se na capital que também crescia rapidamente em população. O Ensino Secundário formava um expressivo número de jovens anualmente, e a demanda por cursos superiores crescia, o Estado por sua vez contava apenas com uma Faculdade de Direito, o que fez com que a iniciativa privada ganhasse força ao abrirem cursos de Farmácia, Odontologia, Enfermagem, Filosofia, Medicina, Música, cursos estes oriundos do “movimento em demanda do ensino superior” (BRETAS, 1991, p. 594).

Romanelli (1986), Manfredi (2002) e Saviani (2019a) ponderam que o início da consolidação do ensino profissional no Brasil ocorreu após a promulgação da Lei Orgânica, e foi nessa conjectura que em Goiás, o interventor Pedro Ludovico demonstrou a preocupação com o ensino técnico, de acordo com Pires (2014).

[...] objetivo do ensino secundário e do ensino normal seria o de formar as elites condutoras do país; e o objetivo do ensino profissional seria a formação adequada dos filhos dos operários, dos desvalidos da sorte e dos menos afortunados. Esse modelo de ensino, que se implantava, se voltava a dar conteúdos mínimos para as populações mais pobres, sem lhes permitir acesso ao Ensino Superior. (PIRES, 2014, p. 101-102).

De acordo com o autor, é nessa conjuntura que junto à nova capital, impulsionou a construção da Escola Técnica de Goiânia, com recursos federais, que seria símbolo de modernidade.

Segundo Pires (2014):

No contexto político do Estado Novo, as representações sociais da figura pública de Getúlio Vargas foram capazes de proporcionar várias imagens, ideias, crenças, atitudes, valores, relacionados à prática política, aos objetivos políticos, dentre outros. Elas oferecem a possibilidade de compreender o processo de construção social do modelo que se buscava para a oferta de educação para as massas e para o ensino profissional. (PIRES, 2014, p. 107).

O autor analisa algumas fotografias dos empreendimentos em Goiás, a exemplo, a fachada da Escola Técnica Federal de Goiás, e o espaço interno, que podem ser observados nas fotografias logo adiante.

A primeira fotografia indica o monumento à modernidade “que integra o prédio à cidade” (PIRES, 2014, p. 103), onde “tudo foi feito para que os frequentadores sentissem, estando dentro ou fora dos espaços da escola, no locus da cidade” (p. 104).

**Imagem 2** – Fachada da Escola Técnica de Goiás – aproximadamente em 1976

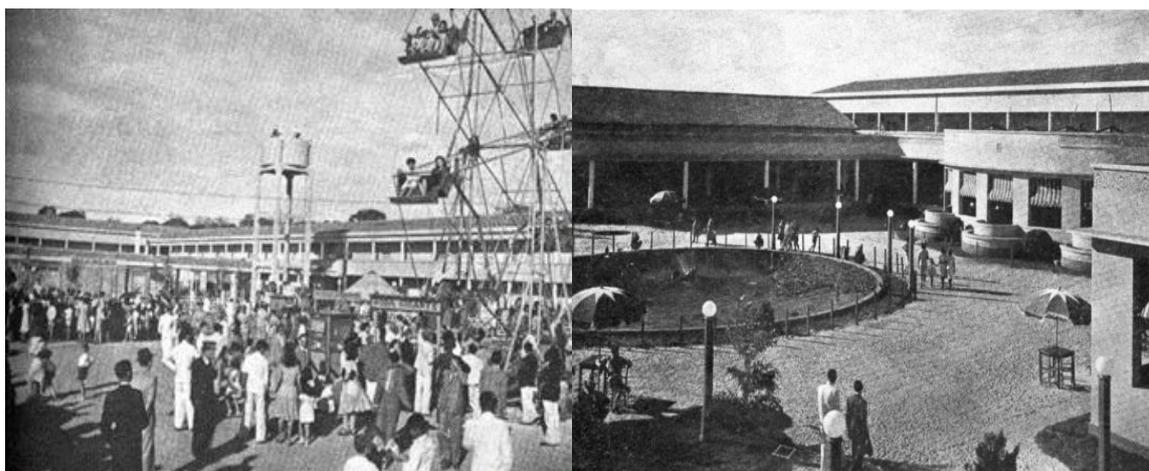


**Fonte:** Pires (2014) – Acervo IFG

Na fotografia que mostra a parte interna da escola, Pires (2014) destaca que o intuito da instituição educativa era proporcionar o sentimento de pertencimento à uma

sociedade moderna, uma vez que em seu interior havia praças iluminadas com acesso a fontes de água e passeios, além de contarem com espaços de convivência com lanchonete, e até mesmo um parque de diversão, onde possivelmente ocorriam eventos educacionais e festividades escolares. Nesse sentido, Pires (2014) indica que “a cidade está presente no espaço da escola assim como a escola integra-se ao espaço da cidade” (p. 105).

**Imagem 3** – Espaço interno da Escola Técnica de Goiás – aproximadamente em 1976



**Fonte:** Pires (2014) – Acervo IFG

Pedro Ludovico então líder do Partido Social Democrata (PSD) lança a candidatura de seu filho Mauro Borges Teixeira que foi eleito em 1962 com uma proposta de governo desenvolvimentista. Segundo Carneiro (1984)

Mauro Borges procura imprimir ao governo um caráter progressista, aprofundando a inserção estatal no direcionamento do processo econômico, compondo alianças e direcionando, num esquema populista, os interesses e as forças populares, principalmente rurais, que começavam a emergir favorecidas pela conjuntura nacional; adotando critérios técnicos-rationais na condução do serviço público. (CARNEIRO, 1984, p. 64).

Segundo a autora, a oligarquia Ludovico caiu dois anos após a eleição de Mauro Borges, com o início do período cívico-militar. “Goiás, como todo o Brasil, sofre os efeitos do Movimento de 1964. E são as classes populares urbanas e rurais, os estudantes, funcionalismo público e trabalhadores braçais os mais atingidos” (CARNEIRO, 1984, p. 68). De acordo com a autora, em Goiás, após a promulgação da Lei 5.692 em 1971:

Através de convênios são destinadas verbas para reformas e ampliações de prédios escolares para implantação do 1º grau, criação de escolas de 2º grau, dentro do projeto de expansão do ensino; construção de algumas escolas polivalentes em cidades escolhidas por critérios políticos eleitoreiros; treinamento dos professores na própria cidade ou em Goiânia; desenvolvimento de cursos de licenciatura curta a fim de habilitar professores do interior e formar técnicos educacionais a nível de 1º grau. A nível de organização, várias medidas atingem o interior como a estruturação dos programas: Mobral, Supletivo, Magister e Lumen, os dois últimos destinados a habilitar, a nível de 2º grau professores leigos. (CARNEIRO, 1984, p. 69).

A autora menciona o que ponderamos no primeiro capítulo ao estabelecer relações entre a Lei de 1971 e as verbas que foram destinadas para expandir e fortalecer o ensino profissional e técnico no Brasil, podemos, deste modo, observar que essa realidade atingiu o estado de Goiás. No site da Secretaria de Estado da Educação em Goiás, ao pesquisar colégios com a nomenclatura Polivalente identificamos as seguintes instituições:

**Tabela 2 – Colégios com a nomenclatura Polivalente em Goiás**

<b>Colégios com a nomenclatura Polivalente em Goiás</b>		
Nome do colégio	Cidade	Ano de criação
Colégio Estadual Polivalente Frei João Batista	Anápolis	
Colégio Estadual Polivalente Dr. Tharsis Campos – (Atualmente: Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás Dr. Tharsis Campos)	Catalão	1978
Colégio Estadual Polivalente Rui Barbosa	Rialma	1978
Colégio Estadual Polivalente Professor Goiany Prates	Goiânia	1978
Colégio Estadual Polivalente Dr. Menezes Júnior	Itumbiara	1978
Colégio Estadual Polivalente Dante Mosconi	Jataí	
Colégio Estadual Polivalente de Palmeiras de Goiás	Palmeiras de Goiás	
Centro de Ensino em Período Integral Polivalente Dr. Sebastião Gonçalves de Almeida	Uruaçu	

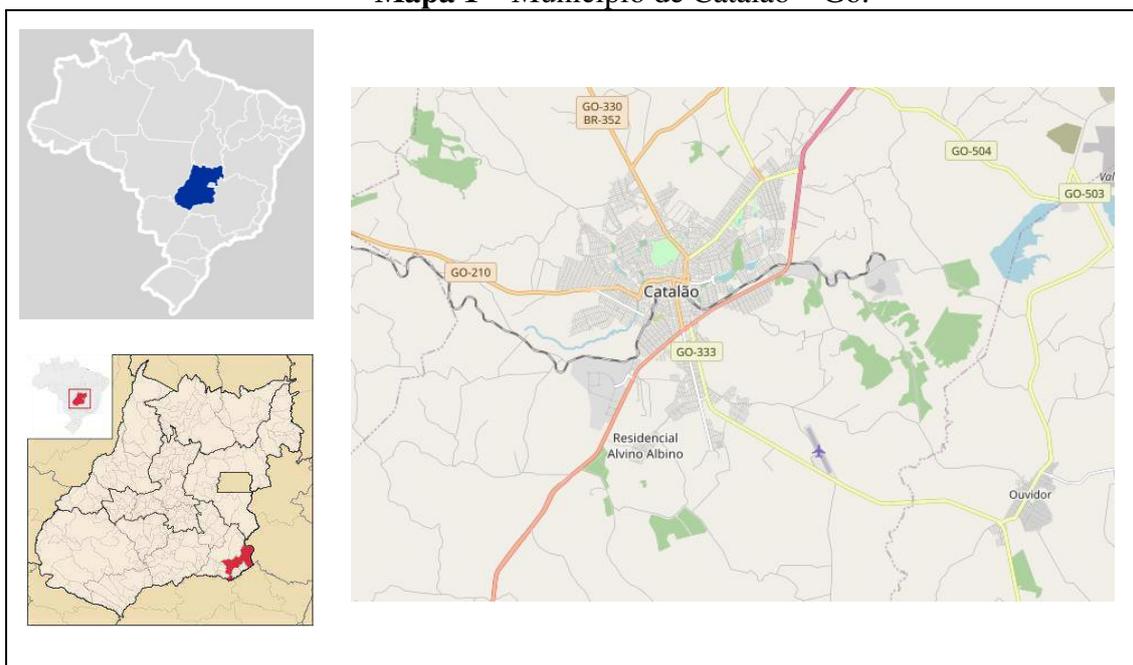
**Fonte:** [educ.go.gov.br](http://educ.go.gov.br)

Alguns desses colégios não foi possível conhecer precisamente o ano de fundação. A Lei 8.275 promulgada em 27 de julho de 1977 pelo então governador do estado Irapuan costa Júnior indica a criação de 54 instituições de 1º grau, 8 instituições de 1º e 2º graus e mais 2 instituições de 2º grau espalhadas por todo o estado, confirmando o que Bretas (1991) já havia mencionado sobre a expansão do ensino em Goiás. Chamamos atenção pela intensificação das instituições escolares paralelas ao período cívico-militar, momento em que era desígnio do país oferecer formação profissional para atender o mercado capitalista.

## 2.2 Catalão: um pouco da história

Ao darmos continuidade à pesquisa, julgamos necessário situar um pouco da história de Catalão. De acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município conta atualmente com aproximadamente 113.000 habitantes e está localizado na região sudeste de Goiás, a 260 km de Goiânia, capital do estado, a 313 km de Brasília, distrito federal, e faz divisa com o estado de Minas Gerais, como apresenta o mapa abaixo:

**Mapa 1** – Município de Catalão – Go.



**Fonte:** Cidade – brasil.com.br

De acordo com Silva (2009), assim como quase todas as cidades do estado de Goiás, o município surgiu por intermédio da atuação dos bandeirantes. Na ocasião, a bandeira de Anhanguera Bartolomeu da Silva Filho em 1722 foi a que desbravou o sudeste de Goiás. “O Arraial que deu origem ao município de Catalão foi uma doação de terras de Antônio Manuel da capela de Nossa Senhora Mãe de Deus” (SILVA, 2009, p. 27). Ramos (1984) indica que não há registro de um fundador da cidade, o que se sabe é que um dos companheiros da Bandeira de Anhanguera de nome desconhecido, nascido em Catalunha na Espanha se estabeleceu na região, e talvez o nome da cidade tenha origem na cidade natal do então bandeirante.

O então Arraial foi elevado a Vila em 1833 e consequentemente elevado a cidade de Catalão em 20 de agosto de 1859, conforme mencionado por Ribeiro (2011):

Pela sua localização, Catalão originou-se, portanto, do movimento de interiorização realizado pelos bandeirantes em meados do século XVII, tendo, no início, a função de estalagem e como de apoio para os que buscavam riquezas e índios pelo interior do país. Elevou-se à categoria de vila em 1833 e à cidade em 1859. (RIBEIRO, 2011, p. 82).

Chaul (1994) pondera que à época, Catalão ficou conhecida como uma cidade violenta por receber pessoas oriundas de diferentes lugares e fazer fronteira com outro estado facilitando a “ação conjunta de mandantes e criminosos locais” (p. 41). Ribeiro (2011) indica ser a violência um indicativo de resolução de conflitos ao mencionar que existiam heróis e vilões no imaginário social da cidade. “Acontecimentos como o Assassinato do Coronel Paranhos, O Massacre dos Ferroviários, as Mortes de Salomão Paiva e de Antero tiveram grande repercussão em Goiás e no Triângulo Mineiro e, respaldaram a imagem de cidade violenta” (RIBEIRO, 2011, p. 82).

Tomé (2019) em sua pesquisa para obtenção ao título de mestra em educação cita uma passagem em que podemos observar a consideração feita por Chaul (1994) e Ribeiro (2011):

A sociedade e cultura local eram permeadas por atos de violências cometidos contra as pessoas que se colocavam contrárias às idealizações de grupos familiares que detinham o poder, ou seja, contra seus interesses políticos. Se alguma pessoa representasse algum tipo de ameaça, no sentido de abalar o prestígio ou destituir do poder aqueles que lá estavam há tempos ou que interferiam e abalavam a configuração da política da cidade, fossem elas culpadas ou não, as perseguições eram intensas e violentas. Um desses fatos violentos, um ato de barbárie cometido contra a vida humana, foi citado na obra de Coelho, o assassinato do farmacêutico Antero da Costa Carvalho. (TOMÉ, 2019, p. 83).

Segundo Tomé (2019) a violência cometida com Antero, se deu por sua influência na cidade, representando assim, de alguma forma, ameaça aos políticos e coronéis à época. Na obra História Política de Catalão, escrita por Luís Palacin Gomez, Nasr Fayad Chaul e Juarez Costa Barbosa, os autores em uma produção historiográfica abordam questões que envolvem a cidade, desde o povoado no Império até os anos iniciais do século XX. Chaul (1994) considera que é impossível conhecer a história de Catalão sem mensurar o fato ocorrido com Antero.

Silva (2014) em sua dissertação de mestrado destaca a construção da santidade de Antero na cidade e aborda questões envolvidas em seu assassinato. De acordo com a autora,

Antero que foi morto no ano de 1936 “na atualidade é tomado por parte do populares de Catalão como um santo” (SILVA, 2014, p. 28). Na pesquisa a autora afirma que não há nada que desabone a conduta de Antero, mesmo antes de sua chegada na cidade em 1932 e conduz parte de sua pesquisa por intermédio do “Inquérito Policial de Albino Felipe do Nascimento”, no qual Antero da Costa Carvalho é acusado de ser o mandante do crime, confesado por ambos, segundo a autora sob tortura.

Segundo Silva (2014), ambos foram preso, porém o executor do crime, Chico Prateado fugiu da prisão. Silva (2014) e Chaul (1994) apontam fatos do assassinato de Antero, o mesmo foi retirado da prisão por jagunços a mando de seus coronéis, teve as mãos amarradas e foi arrastado pelas ruas no que autoras chamam de linxamento. Antero foi apedrejado, golpeado com socos e chutes, e um sucessivo esfaqueamento foi morto em um local próximo a linha férrea, que hoje “é marcado por uma capela em sua homenagem” (SILVA, 2014, p. 63).

Chaul (1994) indica que a cidade violenta e de difícil acesso, não proporcionava segurança a seus cidadãos, uma vez que “crimes como o de Antero vinham contra o discurso de progresso e modernidade, que implicavam civilidade e o fim da violência em todos os níveis, proferidos pelo movimento de 30” (p. 195).

De acordo com Chaul (2010), na segunda metade do século XX, podemos considerar que o município era privilegiado por fazer fronteira com o estado de Minas Gerais e após a chegada da estrada de ferro foi expressiva a ascensão produtiva no município mantendo uma aproximação maior com os estados de Minas e São Paulo.

Melo (2003) destaca que:

A ferrovia em Goiás foi implantada pelo esforço de novos grupos políticos, que se interessavam pela modernização da economia do estado e pela sua integração na economia regional, e em função das próprias necessidades do capital de abastecimento de produtos alimentícios no centros urbanos do sudeste, em processo de industrialização; e também pela necessidade de incorporar novas áreas à economia de mercado. (MELO, 2003, p. 40).

Não obstante, os vínculos com os dois estados se estreitavam à medida que nos primeiros anos de século XX, se intensificou a ida de jovens catalanos para esses estados a fim de realizarem suas formações. Tomé (2019) aponta que a exaltação à modernidade, as aspirações ao progresso era uma visão romântica propagada por veículos de informação à época: jornais e rádio, e romancistas. O progresso era sentido apenas por

famílias que possuíam maior poder aquisitivo, e as pessoas desvalidas ficavam à margem da sociedade.

No cenário político, Tomé (2019) pondera que “os ocorridos e as disputas, que mais se destacaram no cenário histórico catalano, foram relacionados à família Paranhos e seus embates contra os membros do Partido Republicado Federal, especialmente, José Maria da Silva Ayres e Carlos Antônio de Andrade” (p. 85). As disputas políticas ocorriam em três frentes: pelo poder local, pelo poder junto ao estado e disputas para ocupar um cargo federal.

Quanto à instrução, Fonseca (2018) fez um levantamento dos grupos escolares existentes em Catalão no início do século XX:

**Quadro 3 – Relação de Grupos Escolares nas décadas de 1920 e 1950**  
**Relação de Grupos Escolares nas primeiras décadas do século XX**

Escola	Ano de Fundação
Grupo Escolar de Catalão Grupo Escolar 10 de Novembro Grupo Escolar 29 de Outubro Grupo Escolar Rita Paranhos Bretas	1923
Grupo Escolar Joaquim de Araújo e Silva	1948
Grupo Escolar Wilson Elias Jorge Democh	1958
Grupo Escolar João Roberto Moreira Grupo Escolar Dr. David de Persicano	1958
Grupo Escolar Dona Iayá	1959

**Fonte:** Fonseca (2018)

Fonseca (2018) destaca em sua pesquisa que a educação não avançou muito nos anos de 1960 a 1970, e só se reergueu na década seguinte, pois a inserção de indústrias à época ocasionou a implementação de escolas técnicas do Sistema S de ensino com vistas a formar mão de obra qualificada.

De acordo com Chaul (1994) a construção da capital federal e simultaneamente da BR 050 deu visibilidade ao município que passou a integrar a região econômica de Brasília. Silva (2009) pondera que o município cresceu significativamente nos idos de 1970 com a implantação de indústrias de extração mineral nas reservas de nióbio, titâneo, fosfato, entre outras. A autora indica que após as instalações de dessas indústrias houveram impactos nos espaços urbanos, bem como geração de empregos atraindo trabalhadores imigrantes para a cidade.

Toda essa efervescência dos anos de 1970, em pleno regime Cívico-militar, a crescente industrialização com a vinda das empresas de extração mineral, a proximidade

com Minas Gerais, são indicativos da escolha da cidade para implantação de um Ginásio Polivalente, que ocorreu em 1978, após a conclusão das obras.

Calaça (2017) indica que alguns momentos marcaram a década de 1970 na cidade, a saber: o início do transporte público, o aniversário do Colégio Mãe de Deus, instituição privada, que completava à época 50 anos de funcionamento, a fundação da Academia Catalana de Letras, a doação em 1978 do terreno para construção de um campus da Universidade Federal de Goiás, a atuação do Centro de Formação de Professores iniciado em 1966 que fazia parte dos acordos MEC-USAID.

Bernardes, sobre a legitimação dos acordos em Goiás, destaca que:

Goiás integrou-se, a partir de 1963, a exemplo de outras unidades da Federação, ao Plano Mestre de Operações para um Programa de Educação Primária e Normal do Brasil, tornando-se participante do Projeto-conjunto MEC-INEP/UNICEF/UNESCO, ao assinar convênio com estes organismos, para uma programação de três anos, renovados por mais dois períodos até 31 de dezembro de 1973. O referido convênio possibilitou inicialmente o funcionamento do Centro de Treinamento do Magistério de Inhumas, com o objetivo de formar supervisores de Ensino Primário e dos Centros de Formação de Professores Primários de Morrinhos e Catalão, que se dedicaram a formação de professores primários (BERNARDES, 1983, p.79-80).

A esse respeito, Vaz (2018) aponta que sob forma da Lei 6.341 em 1966, o Centro de Formação passou a funcionar em Catalão em caráter emergencial (3 anos em 10 meses), e não correspondia a Curso Normal e ou Magistério, o título de quem fazia o curso era o de Professor Primário. O Centro de Formação funcionou de 1964 a 1983, no período cívico-militar e após encerrar suas atividades, as instalações “foram para a implantação de uma extensão da Universidade Federal de Goiás,” (VAZ, 2018, p. 51) que tornou-se Campus Avançado e atualmente é a Universidade Federal de Catalão.

### **2.3 A implantação da Escola de Primeiro Grau Polivalente Doutor Tharsis Campos**

De acordo com a arquivo documental encontrado no Colégio, em 1969 os governos federal e estadual já se preocupavam em implantar em Catalão, uma das cidades escolhidas, um sistema educacional modelo para o país. Esse anseio vinha ao encontro das “exigências de seu povo, ansioso para solucionar o problema do espaço físico no setor educacional, além de fazer justiça a uma cidade que se desenvolvia em todos os setores e que apresentava deficiência no atendimento à população estudantil” (ARQUIVO

HISTÓRICO DO COLÉGIO POLIVALENTE, 1980). Nesse ínterim a Lei 24 de 22 de dezembro de 1969 autorizava o então prefeito Bento Rodrigues de Paula a adquirir o terreno para a construção do colégio. A área de 13.986 m<sup>2</sup> custou aos cofres públicos 22 mil cruzeiros e estava situado à Avenida José Marcelino, compreendendo 04 quarteirões completos.

Vejamos abaixo uma fotografia da rua onde a escola foi instalada:

**Imagem 04** – Avenida José Marcelino em 1965.



**Fonte:** Facebook, Marcos Aires de Souza, 2020.

A fotografia mostra parte da cidade, cerca de 13 anos antes da abertura da escola. A construção não foi iniciada imediatamente, e, somente após cinco anos o então deputado à época, Ênio Paschoal (ARENA), elaborou um ofício ao presidente da assembleia, o deputado Jesus Meireles, solicitando a construção da escola. Em 28 de junho de 1976 a Lei 177 autorizou o poder executivo a assinar com o PREMEM o convênio para a construção do Ginásio Polivalente. A resposta veio pelo ofício nº 1989 em agosto de 1976 no governo do estado sob direção de Irapuan Costa Júnior que o pedido havia sido enviado ao secretário de educação e cultura.

Nos anos de 1976 e 1977 a secretaria da educação realizou treinamento de professores, como podemos observar:

Em 1976 a 1977 a Secretaria de Educação em convênio com o Premen treinou o P.T.A. (Pessoal Técnico Administrativo) bem como professores nas áreas de Expressão e Comunicação, Ciências e Matemática e Artes Práticas. Também no decorrer de 1976/1977 em convênio com MEC/SEC/USAID/PREMEN prefeitura local tendo como prefeito Sr. Dr. Sílvio Paschoal e posteriormente José Evangelista da Rocha, foi concedido pela firma Real Construtora o prédio da Escola, orçando na época um valor de mais ou menos Cr\$ 12.000.000,00. (ARQUIVO HISTÓRICO DO COLÉGIO POLIVALENTE, 1980).

A Lei de nº 8.275 de 1977 determinou a criação de estabelecimentos de ensino em 1º e 2º graus no estado, sendo Catalão contemplada com duas escolas de 1º grau. As obras que já haviam sido iniciadas, se concluíram em 1978, e a escola contava com 9 salas de aula do núcleo comum, 7 salas do bloco específico destinadas à área de Artes Práticas, um bloco para lazer e um administrativo. O estabelecimento de ensino iniciou suas atividades com o nome: Escola de 1º Grau Polivalente de Catalão, e as matrículas foram autorizadas mediante a Portaria 007/78 em 04 de janeiro de 1978 com início de aulas previsto para 13 de fevereiro.

O secretário da educação, Deputado José Alves de Assis orientou que as matrículas fossem feitas em uma sala de aula cedida pela Escola Estadual de 1º Grau “Dr. David Persicano”. O documento encontrado no arquivo do colégio indica que cerca de 450 alunos de um anexo do Colégio Estadual “João Neto de Campos” ficaram aguardando também o início das aulas.

Segundo as fontes documentais, houveram problemas na construção do prédio, que atrasou a entrega do mesmo. A primeira reunião com o corpo docente e administrativo da escola ocorreu em 10 de fevereiro de 1978, na sede da Associação Comercial de Catalão, conforme registrado na primeira ata 01/78. Após a acolhida com orações e boas vindas, a diretora Neura apresentou aos participantes os problemas que impediriam a abertura da escola:

- 1 – Devido a defeitos técnicos do prédio, as aulas não poderiam ser dadas no mesmo;
  - 2 – O conserto vai demorar;
  - 3 – Os alunos já estão matriculados, inclusive os do anexo do Estadual;
  - 4 – Que receberíamos a visita do Secretário de Educação e que dependendo da sua decisão, poderia o Colégio funcionar reunindo os alunos do Grupo Abrahão André e Wilson Democh.
- Conhecida a situação, a diretora pediu sugestões e algumas foram apresentadas:

No primeiro semestre mais aulas teóricas para que no segundo, alojados, mais práticas; b) Foram apresentadas as alterações estatutárias que o Sr. Secretário da Educação fez para o Polivalente relativas às áreas práticas e assistenciais, vantagens que futuramente podem ser angariadas; c) Foi feito ver que o Colégio depende de muito desprendimento de todos para que possa funcionar e foi pedido a ajuda de todos para o bom andamento dos trabalhos; d) quanto à distribuição das aulas, a Neura mostrou que há prospectos para a divisão de aulas e horário. (COLÉGIO POLIVALENTE – ATA 01, 1978).

De acordo com a ata 001/78 de 10 de fevereiro de 1978 o corpo docente da escola se reuniu com o então secretário José Alves de Assis para discutirem o início das aulas. Na mesma reunião ficou decidido que as atividades pedagógicas iniciariam em 15 de fevereiro com atividades dirigidas pela orientadora Iranésia Maria da Silva e a supervisora Ailda Maria Nascimento. E os participantes dessa reunião também sugeriram que um teste fosse realizado com os alunos de 5ª série para que se observasse o grau de conhecimento destes.

Na primeira reunião pedagógica realizada no dia 15 de fevereiro de 1978, foi sugerido pela coordenadora Ailda que:

[...] se faça no início das aulas um pré-teste com a finalidade de sondar, ou seja, diagnosticar o grau de aprendizagem cultural dos alunos. Salientou ainda que é de real importância em todo o planejamento, partir de onde o aluno se encontra. Ficou esclarecido na mesma oportunidade que a preocupação maior da Escola, embasada na sua Filosofia, é quanto ao crescimento pessoal do aluno como elemento que busca auto-realização (sic), e para isto, todo processo de planejamento será direcionado com vistas à atingir este objetivo, para isto, foi esclarecido na oportunidade, que a Filosofia da Escola Polivalente é centrada no aluno. Tendo em vista esta real preocupação, toda ação educativa terá como fundamento a avaliação contínua para identificar possíveis desvios e replanejar atividades de recuperação contínua para sanar os possíveis desvios. (COLÉGIO POLIVALENTE – ATA 01 – COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA, 1978).

Entre o início das atividades pedagógicas e o início das aulas que ocorreram em 02 de maio de 1978, o corpo docente escolheu por meio de votação o nome da biblioteca da escola, que já contava com cerca de 800 exemplares. Biblioteca Iolanda Fonseca Ayres foi o nome escolhido em homenagem a professora que exerceu o magistério na cidade.

A ata 05/78 registra o início das aulas e celebra o dia com alegria. O documento relata que foram tomadas emprestadas cerca de 337 carteiras em Goiânia e as aulas iniciaram com 706 alunos utilizando apenas o pavilhão de núcleo comum. O quadro de funcionários da escola compreendia:

**Quadro 4 – Quadro de Pessoal do Colégio Polivalente “Dr. Tharsis Campos (1978)**

<b>Quadro de Pessoal do Colégio Polivalente “Dr. Tharsis Campos no ano de inauguração</b>	
Nome	Cargo
Neura Ferreira Rocha de Paula	Diretora
Jussara de Pádua Leandro	Secretária
Florícena Rodrigues de Paula, Maria Natividade Rosa Barbosa e Mônica Marques Brandão	Vice-diretoras
Allda Maria do Nascimento	Coordenadora Geral
Iranésia Maria da Silva	Orientadora Educacional
Henriqueta de Oliveira Solimões, Maria Aparecida Marques, Joana D’arc Rodrigues Carrijo	Auxiliares de secretaria
Leonícia Cândida de Faria, Madalena Rodrigues, Divina Marciano de Avelar e Maria Tomé Goulart	Auxiliares de Turno
Helda de Persicano Primo	Auxiliar de Biblioteca
Maria Horácio Pereira Rosa	Auxiliar de Educação Física
Maria Aparecida de Brito Neto	Coordenadora do Centro Cívico
Eva Faria da Silva, Lindalva Mathias Silva, Maria Aparecida Borges, Maria da Luz Ferreira da Silva, Telma Joana Rodrigues, Anibal Rosa do Nascimento, Maria de Fátima Rodovalho, Irene Amada Borges, Mozar José Alves, Henriqueta Purcina de Oliveira, Dorinha de Fátima da Silva Pereria, Alzira Rezende Marra, Maria Isabel Barbosa de Brito, Maria Helena dos Reis, Maria Aprecida de Brito Neto, Dalva Rosa Pereira, Lázaro Duarte Mesquita, Mônica Marques Brandão, Terezinha de Jesus Oiveira, Vânia Elcy Lucas, Vera Lúcia de Oliveira, Marcos Caleb Stoppa, Marlene Pinto Nogueira, Maria Alves Camilo, Maria Domingas da Silva, Wanda David de Souza, Suely Salomão e Antônio Carlos Resende	Professores e Professoras
José Manoel da Silva, Odete Alves Barbosa, Helena Alves da Silva, Sonilda Ferreira de Souza, Aldanice Moreira dos Reis, Terezinha Alves do Nascimento, Maria Leite da Silva, Maria de Fátima Nunes Martins, Félix Correia Rosa, Ivo Elias Barbosa, Vitalina Maria dos Santos e Genesiana Leite dos Reis	Porteiros Serventes
Pedro Ferreira rodovalho e Warteçan José dos Santos	Jardineiros
Manoel Inocência	Vigia Noturno

**Fonte:** Elaborado pela autora.

A ata datada em 02 de maio de 1978 registra o primeiro dia de aula. Na ocasião, os alunos receberam orientações sobre o funcionamento da escola, normas e regras, bem como foram convidados a realizar uma visita às dependências da mesma a fim de conhecer o funcionamento acompanhados pela orientadora educacional e o professor presente na turma.

Foram apresentados aos alunos as salas de aula, os laboratórios técnicos e todas as dependências que ainda não estavam prontas. A ata aponta que no primeiro período

compareceram cerca de 190 alunos, no segundo período 128 alunos e no terceiro 388 alunos.

A ata 05/78 indica também o motivo do atraso na entrega do prédio, a Real Construtora justificou o atraso em decorrência de uma rachadura no prédio e além disso o PREMEN atrasou a entrega do mobiliário, que de acordo com a ata, após inúmeras tentativas sem sucesso, o então deputado Ênio Pascoal conseguiu junto a secretaria de educação um empréstimo de mobília para dar início às atividades.

Durante o primeiro ano letivo houve a fundação do Centro Cívico Bernardo Guimarães, que recebeu este nome em homenagem ao escritor “que dedicou parte de sua vida à cidade de Catalão” (ARQUIVO HISTÓRICO DO COLÉGIO POLIVALENTE, 1980). A escolha do patrono do colégio se deu por indicação do vereador Baturia Borges o Dr. Tharsis Campos e em 03 de novembro após a conclusão da obra, a escola foi oficialmente inaugurada, contando com a presença do governador Irapuna da Costa Júnior.

Em seu terceiro ano de funcionamento, como consta no documento, a escola já atendia cerca de 1.000 alunos funcionando em 03 turnos, aumentando também o quadro de professores que passou para 36 e “apenas 4 não possuem licenciatura curta” (ARQUIVO HISTÓRICO DO COLÉGIO POLIVALENTE, 1980).

Após um ano de funcionamento da escola, a Lei 8.669 dispôs sobre a criação de outros estabelecimentos de ensino no estado:

Art. 1º – Ficam criados os seguintes estabelecimentos de ensino:

I – Escola Estadual de 1º Grau “Laurentino Martins Rodrigues”, no Povoado de Novo Destino, Município de Goianésia;

II – Escola Estadual de 1º Grau “Djalma de Freitas”, no Município de Santa Helena de Goiás;

III – Escola Estadual de 1º Grau “Professor Joaquim Ferreira”, no Distrito de Senador Canedo, Município de Goiânia;

IV – Escola Estadual de 1º Grau “João Paulo I”, no Município de Presidente Kennedy;

V – Escola Estadual de 1º Grau “Arapoema Meireles”, no Município de Campinorte;

VI – Escola Estadual de 1º Grau “Maria Vieira Lima”, na Vila Santa Paula, Município de Petrolina de Goiás;

VII – Escola Estadual de 1º Grau “Peri”, no Município de Uruana;

VIII – Escola Estadual de 1º Grau “São Francisco de Assis”, em São Miguel do Araguaia;

IX – Escola Estadual 1º e 2º Graus “Serra das Cordilheiras”, de Colméia, Município de Pequizeiro, e

X – Escola Estadual de 1º e 2º Graus “Padre Moraes”, no Distrito de Bonfinópolis, Município de Leopoldo de Bulhões.

Art 2º - A Escola Reunida Rui Rodrigues, de Goiânia, fica transformada em Escola Estadual de 1º Grau “Rui Rodrigues”.

Art. 3º - A Escola Estadual Polivalente de 1º Grau de Catalão passa a denominar-se Escola Estadual Polivalente de 1º Grau “Dr. Tharsis Campos”.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. (GOIÁS, 1979).

Como podemos observar, em 1979, a instituição de ensino passa a se chamar Escola Estadual Polivalente de 1º Grau “Dr. Tharsis Campos”. No arquivo do colégio encontramos um panfleto, que possivelmente pode ter sido distribuído na cidade, ou apenas entregue às pessoas que visitavam o colégio, a fim de convidar os jovens a estudarem. O panfleto explica o que é uma Escola Polivalente, como funciona, quais as contribuições para os seus respectivos alunos, além de tornar público todo o movimento envolto no processo de instalação do colégio.

De acordo com o panfleto, a Escola Polivalente seria o modelo escolar que mais teria dado certo na educação brasileira, oferecendo uma formação geral e vocacional. Pedrosa e Bittencourt (2015) afirmam que:

O projeto dos GPEs (*Ginásios Polivalentes*) era baseado num modelo de escola vocacional, que ofereceria o ensino geral ao lado de disciplinas de cunho laboral. Era vocacional por introduzir o aluno ao mundo do trabalho, sem buscar uma profissionalização final e, ao mesmo tempo, permitir uma continuidade dos estudos. Mas o viés vocacional não era prerrogativa das disciplinas específicas e estava também nas disciplinas de cunho geral. (p. 15, grifo nosso).

E, com este desígnio, a escola anunciava que, por intermédio de uma formação humanística, necessária ao processo de humanização do homem, contribuiria com o “deseperdício de talentos e vocações” (PANFLETO – ARQUIVO HISTÓRICO DO COLÉGIO POLIVALENTE, 1978).

De acordo com Pedrosa e Bittencourt (2015) a filosofia do PREMEM em continuidade aos GOT's as escolas polivalentes a tinham a “pretensão de harmonizar, nos currículos, o desenvolvimento intelectual e a vocação para o trabalho, com base no ensino de matemática, ciências e letras, e a prática vocacional de artes industriais, técnicas agrícolas, técnicas comerciais e educação para o lar” (p. 15).

Para, além disso, disseminava-se a ideia de que com a oferta de vários cursos, o índice de evasão diminuiria, pois, uma das causas de evasão escolar seria a insignificância dos currículos desinteressantes aos alunos. Desse modo:

A Escola Polivalente contribuirá ára que o ensino de 1º gra contritua um veículo, não de seleção de uma elite limitada ou de restrito treinamento profissional, mas de desenvolvimento, no maior grau possível de capacidade e interesses. Assumindo o papel das escolas diferenciadas, historicamente as Escolas Polivalentes contrubuirão para a realização de um dos objetivos da educação, que é promover a unidade e a solidariedade social. (PANFLETO – ARQUIVO HISTÓRICO DO COLÉGIO POLIVALENTE, 1978).

O intuito da escola, segundo o panfleto de divulgação seria a oferta de uma educação geral e com mais funcionalidade, e deste modo elevaria os indicadores culturais da população catalana, e em continuidade guiaria os cidadãos a um pensamento moderno, com novas ideias, ou seja, promoveria a vitalização da sociedade local, e atendia o “papel que se deve esperar do ensino de 1º grau” (PANFLETO – ARQUIVO HISTÓRICO DO COLÉGIO POLIVALENTE, 1978).

No final do panfleto publicado, datado de agosto de 1978, há a descrição com os feitos da escola:

Em quase quatro meses de funcionamento a Escola recebeu visitas de 250 pessoas, promoveu reunião com pais que contou com mais ou menos 200 participantes, realizou horas de recreações para os alunos com a participação dos professores, fez celebração da Palavra de Deus numa missa celebrada por Padre Mássimo, realizou a aleição do Centro Cívico numa campanha que empolgou a todos os alunos. Nesta data convida e agradece a sua visita, aguardando recebê-la mais vezes, visando uma ampla integração Escola comunidade. Agosto / 1978, Seus Dirigentes. (PANFLETO – ARQUIVO HISTÓRICO DO COLÉGIO POLIVALENTE, 1978).

Em pleno período do governo Cívico-militar, Catalão vivia um momento de expansão do ensino, crescimento populacional em decorrência da forte migração advinda da instalação de indústrias mineradoras e possivelmente, seria interessante ao jovem catalano estudar em uma instituição que o preparasse para o mercado de trabalho, como podemos observar nas duas partes do panfleto que fora distribuído em 1978:

## Imagem 5 – Panfleto sobre o Colégio Polivalente – Parte 1

### 1.º - O que é Escola Polivalente:

A Escola Polivalente é uma síntese da melhor experiência brasileira na formação geral e na formação vocacional. Seu objetivo é oferecer experiências de iniciação humanística, científica e prática destinados a constituir a base para estudos posteriores de 2.º grau ou para o ingresso imediato em cadeiras ou ocupações para aqueles alunos cuja escolarização tenha terminalidade ao fim dos oito anos de ensino de 1.º grau.

A síntese entre essas áreas de formação baseia-se na idéia de pensar numa educação humanística que se faz necessária num processo de humanização do homem.

Mantendo o núcleo comum, cujas matérias foram selecionadas pelo Conselho Federal de Educação, com vistas a assegurar a cultura comum que devem ter todos os alunos, a Escola Polivalente compreenderá, entretanto, a oferta de opções, variáveis de acordo com as aptidões e interesses individuais.

Essa variedade de atividades contribuirá para que se reduza ao mínimo o desperdício de talentos e vocações, evitando-se através da continuação, orientação, uma escolha profissional prematura. A oferta de vários caminhos, concorrerá para a diminuição dos índices de evasão, cuja causa entre outras, é a irrelevância dos currículos inflexíveis em relação aos interesses e à capacidade dos alunos.

A Escola Polivalente contribuirá para que o ensino de 1.º grau constitua um veículo, não de seleção de uma elite limitada ou de restrito treinamento profissional, mas de desenvolvimento, no maior grau possível, de capacidade e interesses.

Assumindo o papel das escolas diferenciadas, historicamente as Escolas Polivalentes contribuirão para a realização de um dos objetivos da educação, que é promover a unidade e a solidariedade social.

A Escola Polivalente, oferecendo um nível de educação mais geral, mais funcional e mais alto, eleva o padrão cultural da população, fazendo-a mais receptiva a novas idéias.

Em suma, ela constitui um núcleo de vitalização da sociedade pelos seus objetivos, pela variedade de suas funções e atividades, por sua maior articulação com os interesses e problemas da coletividade, atenderá ao papel que se deve esperar do ensino de 1.º grau no país.

### 2.º - Nossa Escola Polivalente:

Em 1969, quando da escolha das cidades que receberiam a construção do Ginásio Polivalente, Catalão foi uma das escolhidas, tendo inclusive atendido a exigência da Secretaria da Educação e Cultura, ou seja a aquisição e doação de uma área de terra onde se edificaria o referido.

Essa área era um terreno sem construção, situado nesta cidade e formando quatro quarteirões, numa área de 13.986 m<sup>2</sup>, e como representante do Estado recebeu o terreno a Sra. Vânia Gomes Pires e foi transferido a este pelo prefeito municipal, Sr. Bento Rodrigues de Paula.

Em junho de 1976 pelo ofício n.º 340 o Deputado Dr.ENTO Pascoal envia ao Presidente da Câmara, via governadoria, a construção da Escola Polivalente. Foi atendido o ofício e Irapuan Costa Júnior justificou o benefício que viria causar a toda juventude estudiosa desta região, visando não só a educação cultural como também o preparo especializado para garantir o futuro melhor.

Construída pela firma Real Construtora pelo convênio MEC/SEC/USAID/PREMEN e Prefeitura Municipal que tinha na sua liderança o Prefeito Dr. Silvio Pascoal, seguindo suas obras com o Prefeito atual Sr. José Rocha, ficando mais ou menos a obra no valor de 12.000.000,00.

A Escola é formada de quatro blocos, contendo nove salas de aula do núcleo comum, sete salas específicas destinadas às técnicas Comerciais, Agrícolas, Industriais, Educação para o Lar, Laboratório de Ciências e Educação Artística, uma área de lazer que oferece conforto às horas de recreações; um bloco destinado às atividades administrativas e uma ampla biblioteca.

Recebeu a Escola o nome do Ilustre Catalano "Dr. Tharsis Campos" que dedicou toda sua vida em prol do benefício desta comunidade e foi, outrora, professor em nossos colégios.

A Biblioteca leva o nome da professora "Iolanda Fonseca Ayres" que viveu toda sua vida em função da educação de nossa comunidade.

O Centro Cívico tem como Patrono o escritor "Bernardo Guimarães" que também viveu e dedicou períodos de sua existência à cidade de Catalão.

A Escola Estadual Polivalente de 1.º Grau "Dr. Tharsis Campos", iniciou suas atividades por Portaria do Sr. Secretário da Educação em janeiro de 1978.

Fonte: Arquivo Escolar (1978-1985).

## Imagem 6 – Panfleto sobre o Colégio Polivalente – Parte 2

Antes todo o P. T. A. (Pessoal Técnico Administrativo) e corpo docente foram treinados pelo PREMEN em convênio com SEC nas cidades de Porto Alegre - R.S., Goiânia e Catalão - Go., tornando-os todos portadores de Licenciaturas Plenas ou curtas.

O Colégio consta na sua estrutura funcional, Direção, Vice-Direção, Secretária, Coordenação Geral, S. O. E. (Serviço de Orientação Educacional), Bibliotecária, Coordenação do Centro Cívico, Auxiliares de Coordenação, Corpo Docente e Discente, além de funcionários de manutenção do prédio.

Já começou a Escola com suas atividades, necessitando de sessenta e três (63) funcionários para atender à matrícula de setecentos e cinquenta (750) alunos de 5.ª a 8.ª séries do 1.º grau.

Compõe o quadro de funcionários da Escola Estadual Polivalente de 1.º Grau "Dr. Tharsis Campos" os seguintes elementos:

- 1.ª) Diretora: Sra. Neura Ferreira Rocha de Paula.
- 2.ª) Vices-Diretoras: Floricena Rodrigues de Paula, Maria Natividade R. Barbosa, Mônica Marques Brandão.
- 3.ª) Secretária: Jussara de Pádua Leandro.
- 4.ª) Coordenadora Geral: Ailda Maria do Nascimento.
- 5.ª) Orientadora Educacional: Iranésia Maria da Silva.
- 6.ª) Auxiliares de Secretaria: Henriqueta Oliveira Solimões, Maria Aparecida Marques, Joana Darc R. Carrijo.
- 7.ª) Auxiliares de Turno: Leonícia Cândida de Faria, Madalena de Freitas Rodrigues, Divina Marciano de Avelar, Maria Tomé.
- 8.ª) Auxiliar de Biblioteca: Helda de Persicano Primo.
- 9.ª) Auxiliar de Educação Física: Maria Horácio.
- 10.ª) Coordenadora do Centro Cívico: Maria Aparecida de Brito Neto.
- 11.ª) Professores: Eva Faria da Silva, Lindalva Mathias Silva, Maria Aparecida Borges, Maria da Luz F. da Silva, Thelma Joana Rodrigues, Anibal Rosa do Nascimento, Maria de Fátima Rodovalho, Irene Amada Ferreira, Mozar José Alves, Henriqueta Purcina, Dorinha de F. da S. Pereira, Alzira Rezende Marra, Maria Isabel Barbosa, Maria Helena dos Reis, Maria Aparecida B. Neto, Dalva Rosa Pereira, Lázaro Duarte Mesquita, Mônica Marques Brandão, Terezinha de J. de Oliveira, Vânia Elcy Lucas, Vera Lúcia de Oliveira, Marcos Caleb Stoppa, Marlene Pinto Nogueira, Maria Alves Camilo, Maria Domingas da Silva, Wanda David de Souza, Elena David de Souza, Suely Salomão, Antônio Carlos de Resende, Heloisa Nogueira Chaud.
- 12.ª) Porteiros Serventes: José Manoel da Silva, Odete Alves Barbosa, Helena Alves da Silva, Sonilda Ferreira de Souza, Aldanice Moreira dos Reis, Terezinha Alves do Nascimento, Maria Leite da Silva, Maria de Fátima Nunes, Felix Correia Rosa, Ivo Elias Barbosa, Vitalina Maria dos Santos, Genesiana Leite Reis.
- 13.ª) Jardineiros: Pedro Ferreira Rodovalho, Warteson José dos Santos.
- 14.ª) Vigia Noturno: Manoel Inocêncio.

Em quase quatro meses de funcionamento a Escola recebeu visitas de 250 pessoas, promoveu reunião com pais que contou com mais ou menos 200 participantes, realizou horas de recreações para os alunos com a participação dos professores, fez a celebração da Palavra de Deus numa missa celebrada por Padre Máximo, realizou a eleição do Centro Cívico numa campanha que empolgou a todos os alunos.

Nesta data convida e agradece a sua visita, aguardando recebê-la mais vezes, visando uma ampla integração Escola comunidade.

Agosto/1978  
Seus Dirigentes

≡≡≡ Gráfica São João ≡≡≡

A QUENTE DA REGIÃO

Impressos em uma ou mais cores e artigos escolares e de escritório

Catalão — Av. 20 de Agosto, 1239 — Golás

Fonte: Arquivo Escolar (1978-1985).

Em análise às atas das reuniões com os funcionários da escola, foi possível identificar a preocupação da direção em organizar a inauguração oficial da escola. A princípio a inauguração seria dia 19 ou 20 de agosto de 1978, porém, o atraso nas obras não permitiu que a escola ficasse apresentável ao público. Nas reuniões que discutiram tal inauguração, a direção solicita aos funcionários a colaboração de todos, inclusive com a limpeza. Ao que tudo indica, a escola estaria em pleno funcionamento no dia do evento.

A data prevista coincidiria com as comemorações do aniversário do município, que em 1978 completaria 119 anos. No entanto, a inauguração oficial só ocorreu às 20:00 do dia 03 de novembro do mesmo ano e contou com a presença de autoridades locais e regionais, além de alunos e da comunidade em geral. Ao mencionar os nomes dos convidados que compareceram ao evento, ficou registrado também a participação de “diretores e funcionários da escola como grande massa da população catalana e também grande número de estudantes locais” (ATA 15 – ARQUIVO HISTÓRICO DO COLÉGIO POLIVALENTE, 1978).

De acordo com o registro:

A cerimônia teve início com a chegada da referida comitiva, quando foram recebidas pela diretora, professores e funcionários do estabelecimento. Logo após foi cortada a fita pela 1ª Dama do Estado D.<sup>a</sup> Lúcia Vânia Abrão da Costa, e pela Sr.<sup>a</sup> Georgina Pires Campos, esposa do Patrono da Escola “Dr. Tharsis Campos”, em seguida foi descerrada a placa com dizeres alusivos à monumental obra pelo Sr. Dr. Irapuan da Costa Júnior, governador do Estado, acompanhado de uma grande salva de palmas. Usou da palavra o Deputado Estadual Dr. Ênio Paschoal que com eloquentes palavras salientou o valor da obra construída pelo Sr. Governador e também seu papel representativo dentro da comunidade catalana. (ATA 15 – ARQUIVO HISTÓRICO DO COLÉGIO POLIVALENTE, 1978).

Não há registros em atas da entrega do panfleto, o que existe são indícios que o mesmo poderia ter sido entregue a todos os visitantes da escola, inclusive a pais e alunos que estudavam em outras instituições.

De acordo com o regimento interno do colégio, datado de dezembro de 1978, era objetivo da escola “proporcionar ao educando, formação necessária para o desenvolvimento de suas potencialidades, como elemento de auto-realização, (sic) qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente de cidadania (GOIÁS, 1978, p. 01). Em regime de externato, a escola oferecia ensino de 1º grau de 5ª a 8ª série nos períodos diurno e noturno a ambos os sexos.

### 2.3.1 Tharsis Campos: o patrono da escola

“A denominação dos lugares, decorrente da necessidade que o homem tem de se localizar no espaço, existe desde os tempos mais distantes” (PIZZOL, 2014, p. 34). Conforme já anunciado no panfleto de divulgação da escola no primeiro ano de funcionamento, a mesma recebeu o “nome do Ilustre Catalano Dr, Tharsis Campos, que dedicou sua vida em prol do benefício desta comunidade e foi, outrora, professor em nossos colégios” (PANFLETO – ARQUIVO HISTÓRICO DO COLÉGIO POLIVALENTE, 1978).

O estudo de Pizzol (2014) indica que “os nomes de lugares refletem as práticas culturais e aspectos da identidade da comunidade na qual se inserem” (p. 26). O autor pontua que a ação de nomear, quando é feita por alguma autoridade já reconhecida opera por si só uma relação de poder, no entanto, a legitimação do poder social dependerá da representação simbólica para a sociedade. Nesse sentido “a configuração de um local acontece a partir do nome que lhe é conferido, ou seja, como consequência do nome recebido o lugar começa a ganhar identidade e a estabelecer relações com os indivíduos” (PIZZOL, 2014, p. 33).

**Imagem 07** – Tharsis Campos



**Fonte:** Arquivo Escolar (1978-1985).

Tharsis Campos, primogênito de Randolpho Campos e Benildes Victor Rodrigues Campos, nasceu em 08 de setembro de 1903 na cidade de Catalão, onde iniciou seus estudos. Após o ensino primário, Tharsis mudou-se para o Rio de Janeiro, morando com familiares, estudou no Colégio São José e Instituto Lafayette, e foi também interno no Colégio Dom Pedro II.

No conturbado momento em que o Rio registrava cerca de 930 óbitos diários por gripe espanhola (GOULART, 2005), Tharsis Campos formava-se em Direito. De volta à Catalão, Tharsis Campos exerceu a advocacia junto ao seu pai. Também em seu retorno para sua cidade natal, Tharsis casou-se com Georgina Lopes Pires com quem teve nove filhos.

Participou da fundação de alguns partidos políticos na cidade, como o Partido Socialista, o Liberal, UDN e ARENA. Candidatou-se a deputado estadual uma única vez e não foi eleito, o que o fez desistir da vida política. Seu pai havia chegado à cidade no início do século XX e fixou residência em Catalão, “sendo considerado um dos homens mais ilustres do sul de Goiás; escrevendo sempre numa linguagem perfeita, é colaborador de jornais de Catalão e Minas Gerais” (SAFATLE, 2021, n. p.).

Um texto encontrado no arquivo do colégio, narra parte da vida de Tharsis Campos e aponta que o patrono da escola era tímido, não gostava de falar em público, ao contrário de seu pai que criticava os coronéis locais e o governo, que como tentativa de represália via as gráficas dos jornais de seu pai destruídas. Assim permaneceu, até a morte de seu pai em 1947, ocasião em que proferiu um discurso improvisado em um bar da cidade.

Nesse ínterim,

Tharsis passou a substituir seu pai nas defesas em público, da cidade... e sempre falava com uma clareza e precisão incríveis, pois tocava desde o caboclo das barrancas do São Marcos ao Rudá, como ao pedreiro e cozinheiras da cidade, e aos doutores por acaso, ou não, na plateia – todos entendiam muito bem o que o Dr. Tharsis queria dizer, tintim por tintim... numa curiosidade notada pelos estudantes é que ele usava um português perfeito, mas sem afetações, e ninguém se lembrava *como* ele falava, mas *o que* falara e para quem... (ARQUIVO HISTÓRICO DO COLÉGIO POLIVALENTE, p. 02).

Além de exercer a advocacia, Tharsis foi professor no Colégio Nossa Senhora Mãe de Deus e no Ginásio São Bernardino de Siena, além de ser um dos idealizadores da Fundação Wagner Estelita Campos. Foi secretário da Prefeitura Municipal de Catalão em várias gestões, inclusive de candidatos da oposição. Na prefeitura exerceu também a função assessor jurídico até 1975 quando se aposentou.

O texto encontrado no colégio, pondera que:

Tharsis Campos é um exemplo para o jovens do Colégio que leva seu nome em Catalão, de um jovem que lutou para realizar sua vida profissional, trabalhando para se sustentar, colocando a honra e o respeito ao direito alheio acima de qualquer interesse patrimonial, e que objetivou em sua vida nada mais que criar sua família e trabalhar, até o final, em sua terra nata, a serviço da justiça, essa que, cada vez mais, tentam ridicularizar por este mundo afora... Uma vida dedicada à família, ao direito e à cultura, ao trabalho íntegro e honesto, valores morais acima de valores patrimoniais e de consumo. (ARQUIVO HISTÓRICO DO COLÉGIO POLIVALENTE, p. 04).

Tharsis Campos faleceu em sua residência com a saúde debilitada aos 72 anos, em 04 de março de 1975, acompanhado e assistido por seu filho mais novo que já era médico à época.

A Lei 6.454 de 24 de outubro de 1977, revogada pela resolução 52 em 2008, indica no “Art 1º É proibido, em todo o território nacional, atribuir nome de pessoa viva a bem público, de qualquer natureza, pertencente à União ou às pessoas jurídicas da Administração indireta” (BRASIL, 1977). Desse modo, cinco anos após seu falecimento a escola foi homenageada pelas autoridades regionais e carrega até os dias atuais o nome do patrono da escola. Pizzol (2014) considera que no processo de nomeação de uma escola “podem estar envolvidos valores culturais e identitários da comunidade, que passam a ser preservados nos topônimos e podem ser transmitidos de geração a geração” (p. 110).

A família de Tharsis Campos, personalidades dos cenários artístico, religioso, político ou científico, exerceu considerável influência entre as autoridades locais e regionais, ao considerarmos a quantidade expressiva de homenagens feitas, como patronos de escolas, nomes de ruas, praças e avenidas. Na cidade de Catalão existem várias ruas e patrimônios históricos e culturais que homenageiam a família de Tharsis Campos. A exemplo, A Fundação Maria das Dores Campos que carrega o nome da sobrinha neta de Randolpho Campos, pai do patrono da escola, e um outro colégio da rede estadual de Goiás

Maria das Dores Campos, ocupou uma cadeira na Academia Catalana de Letras, cujo patrono é Randolpho Campos, advogado, jornalista, professor e poeta, assumiu algumas funções públicas, como secretário de da Intendência, tabelião do 2º Ofício e juiz no município de Ipameri. Ganhou notoriedade ao defender a não retirada da cruz do Anhanguera na cidade, considerada por alguns cronistas locais, como marco histórico.

Um outro exemplo claro da influência da família do patrono Tharsis Campos pode ser observado na pesquisa de Costa (2015):

O colégio recebeu, inicialmente, o nome de Ginásio Estadual de Catalão e, em 1961, passou a se chamar Ginásio Estadual João Netto de Campos, em homenagem ao então prefeito da cidade. Durante o ano de 1961, o Colégio João Netto de Campos funcionou no prédio da Escola Paroquial São Bernardino de Siena. Nos anos de 1962 e 1963, passou a funcionar no prédio do Grupo Escolar Rita Paranhos Bretas e no prédio

ainda em construção da Escola Técnica Wagner Estelita Campos. (COSTA, 2015, p. 16-17).

Todos os nomes mencionados no trecho do trabalho de Costa (2015) estão ligados ao Ensaio Genealógico e Referencial sobre a família de José da Silva Campos e Joaquina Lina de Faria<sup>8</sup> a partir das anotações de Randolpho Campos. O ginásio em questão passou a oferecer o curso técnico em magistério no ano de 1972.

Pizzol (2014) pondera que:

Quando uma escola recebe como denominação o nome de um vulto histórico nacional acontece a formação de sentidos sobre a nação e isso acaba gerando uma identificação dos indivíduos com a denominação, motivando assim a constituição de uma identidade nacional. (PIZZOL, 2014, p. 110).

Nas palavras de Pizzol (2014), nomeações referentes a vultos históricos, podem de certa forma aludir o contexto da época, e, “assim, nas denominações das escolas, influenciadas por esse momento histórico, percebe-se a formação da identidade nacional por uma imposição, um culto aos valores nacionais *e ideológicos*” (p. 117, grifo nosso). Percebemos nesse sentido, que nomear uma escola é um ato social, mesmo que os decretos de nomeação não apresentem justificativas, pois garante à família prestígio frente à sociedade e possivelmente um capital político.

---

<sup>8</sup> Disponível em: <https://historiografiaparacatalao.blogspot.com/search?q=randolpho+campos>

## CAPÍTULO III

### A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA ESCOLA POLIVALENTE

*A Escola Polivalente busca obter um produto final flexível, plástico, “polivalente” capaz de combinar-se, conscientemente com as diferentes formas de atividade intelectual ou prática, que lhes oferecem a educação do segundo grau e as oportunidades do mercado de trabalho. (MEC/PREMEN/MG s. d., p. 07).*

Neste capítulo apresentamos a organização da escola, seu espaço físico, a composição do corpo administrativo e docente, além de suas particularidades, cuja implantação esteve imersa no discurso de educação moderna, que projetava um ensino vocacional e uma iniciação profissional de seus alunos.

Nesse sentido, é neste capítulo que explicitamos as disciplinas de Técnicas Industriais, Técnicas Comerciais, Técnicas Agrícolas e Educação para o Lar, que compunham o currículo da escola, lembrando que a mesma ofereceu nos anos que compreendem o recorte da pesquisa, quais sejam, 1978 a 1985, ensino de 1º grau, de quinta a oitava série.

#### 3.1 A organização da Escola Polivalente

Nas orientações do Documento Base dos Colégios Polivalentes, “modernamente, o prédio escolar é concebido para satisfazer funções bem distintas daquelas da escola tradicional” (MEC/SG/PREMEN, s.d., p. 136). Nesse ínterim, o colégio deveria preparar o estudante para exercer ocupações de acordo com a demanda local e ou regional e a organização do espaço físico da escola seria um diferencial, atrativo aos pais que almejassem uma colocação do filho no mercado de trabalho.

O que de fato ocorreu, em análise às fichas individuais dos alunos percebemos que o corpo discente era composto por alunos da cidade e alunos dos municípios vizinhos, bem como da zona rural da cidade.

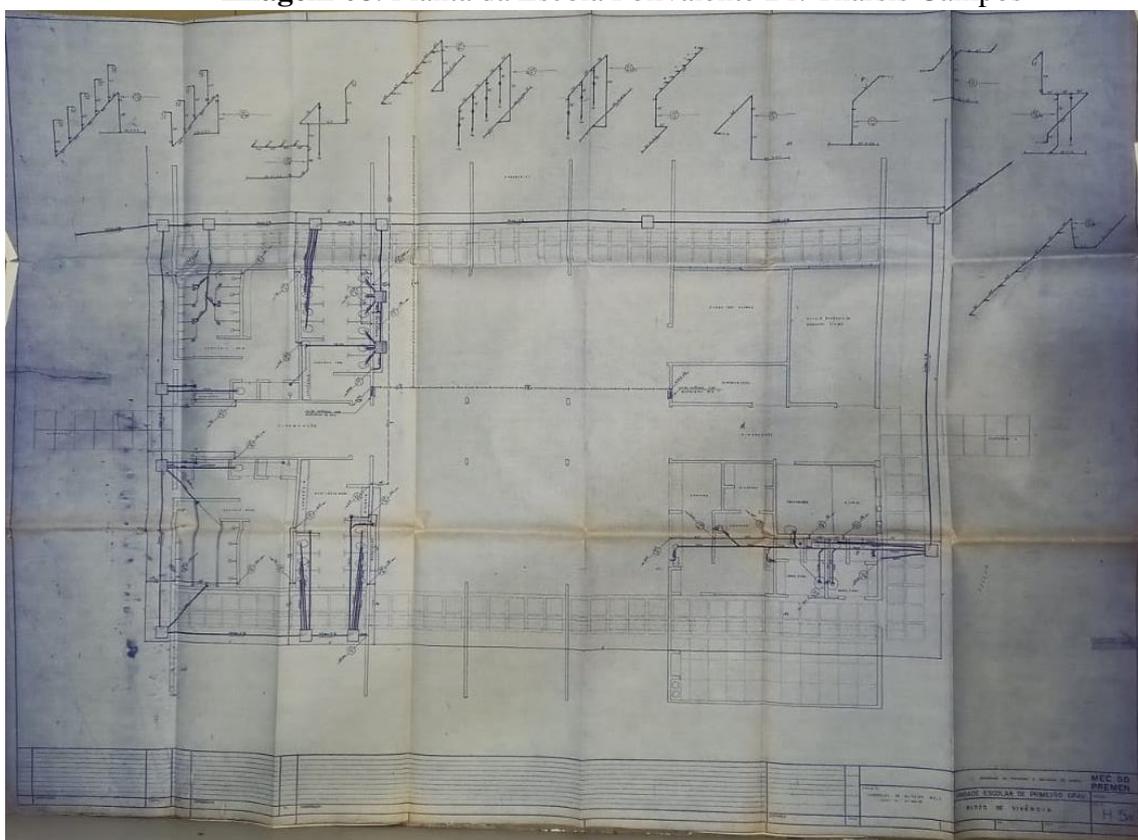
E, para atender essa exigência, “o prédio escolar deverá oferecer ao aluno a oportunidade de realizar em ambientes adequados, trabalhos de observação, de

experimentação e de aplicação prática de conhecimentos” (MEC/SG/PREMEN, s.d., p. 136).

Consequentemente, o prédio deveria promover a integração entre os diferentes setores educacionais, além de ser um espaço propício à expansão ou adaptação física, ao considerar as transformações pelas quais o processo educativo passa ao longo dos anos.

Conforme mencionado anteriormente, a escola teve a construção iniciada no ano de 1976 e contava inicialmente com quatro blocos, conforme a planta abaixo, elaborada por Wanderley de Oliveira Melo, financiada pelo PREMEN.

**Imagem 08:** Planta da Escola Polivalente Dr. Tharsis Campos



**Fonte:** Arquivo Escolar (1978).

Os blocos eram divididos em: a) Bloco 1: administrativo e biblioteca; b) Bloco 2: um refeitório com cozinha e banheiros masculino e feminino; Bloco 3: Salas de aulas e d) Bloco 4: Salas de aulas com uma sala maior para a Técnicas Industriais, uma sala para Técnicas Comerciais e duas salas para Técnicas Agrícolas e Educação para o Lar.

Vejam os em seguida uma foto aérea da escola:

**Imagem 09** – Foto aérea da escola em 2016.



**Fonte:** Blog do Badiinho (2016).

Na imagem podemos observar os blocos (da planta inicial) da escola. A fotografia está publicada em um blog da cidade que menciona uma reforma empreendida em 2013 e que ainda não havia sido completada no ano de 2016. A imagem mostra 02 quadras (uma coberta e outra não coberta). Ressaltamos que ambas não estavam na planta original da escola, e uma delas chegou a ser construída com fundos levantados pela escola, segundo as atas de reuniões.

Vejamos na tabela abaixo o espaço destinado a alguns ambientes da escola:

**Tabela 3** – Espaço escolar  
**Espaço Escolar**

Local	Comprimento	Largura
Educação Física	6,85	4,25
Quarto do vigia	6,65	2,50
Sanitário de porteiro masculino	3,00	2,40
Sanitário de porteira feminina	3,00	2,40
Cantina	5,80	4,75
Área de serviço	10,30	5,35
Técnicas Industriais	16,70	7,70
Almoxarifado 1	7,50	1,73
Almoxarifado 2	3,25	1,73
Almoxarifado 3	3,25	1,73
Educação Artística	12,70	7,50
Laboratório 1	9,30	8,25
Laboratório 2	9,30	8,25
Técnicas Comerciais	12,80	7,55
Técnicas Agrícolas	12,80	7,55
Educação para o Lar	12,80	7,55
Passarela	16,00	3,25
Corredor	25,90	2,10

**Fonte:** Arquivo Escolar (1980).

A partir deste apontamento, podemos observar que os espaços destinados aos cursos técnicos foram projetados, e os registros em atas mostrou-nos que este diferencial de formação era frequentemente divulgado à comunidade escolar. Além dos espaços mencionados acima, a escola contava com salas para as aulas das disciplinas regulares e um pátio de tamanho considerável, já que área da escola compreendia quase 14 mil m<sup>2</sup>. Entre os anos de 1978 a 1985 a escola ofertou ensino para 194 turmas distribuídas conforme o quadro abaixo:

**Quadro 5 – Turmas ofertadas entre os anos de 1978 a 1985.**

<b>Turmas ofertadas entre os anos de 1978 a 1985</b>									
Série / Ano	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	Total
5ª série	10	11	6	10	9	7	8	8	69
6ª série	5	9	8	7	7	7	7	7	57
7ª série	2	3	6	5	6	6	6	7	41
8ª série	1	2	3	3	5	4	4	5	27
Total	18	25	23	25	27	24	25	27	194

**Fonte:** Arquivo Escolar (1978-1985).

Em análise à quantidade de turmas ofertadas nestes anos, podemos perceber que conforme o grau de escolarização aumentava, a quantidade de alunos diminuía, pois, a quantidade de turmas de 5ª série era proporcionalmente superior à quantidade de turmas de 8ª série, ainda que a oferta do ensino na última série do 1º grau tenha aumentado e se mantido estável ao longo desses anos. A escola funcionava em três períodos e a maior concentração de alunos ocorria nos períodos matutino e vespertino. Em algumas classes, a quantidade matrículas chegava a 57 alunos, e a 8ª série, nos dois primeiros anos de funcionamento da escola só foi ofertada no período noturno. Observemos abaixo, o quantitativo de matrículas feitas na escola durante o período pesquisado:

**Quadro 6 – Quantidade de alunos matriculados entre os anos de 1978 a 1985**

<b>Quantidade de alunos matriculados entre os anos de 1978 a 1985</b>					
Ano / Série	5ª série	6ª série	7ª série	8ª série	Total
1978	399	210	93	47	749
1979	432	393	94	81	1.000
1980	270	340	253	109	972
1981	405	309	228	195	1.137
1982	366	331	244	184	1.125
1983	273	311	254	158	996
1984	351	300	270	203	1.124
1985	350	299	300	218	1.167
Total	2.846	2.493	1.736	1.195	8.270

**Fonte:** Arquivo Escolar (1978-1985).

Conforme o quantitativo acima, podemos afirmar que os alunos ingressavam na 5ª série, mas uma parte expressiva não conseguia completar o 1º grau. Em todos estes anos houve desistências e transferências, e as turmas em que mais se teve alunos desistindo dos estudos foram as do período noturno. Talvez essas desistências possam se justificar pelo fato de os alunos que frequentavam o ensino noturno eram mais velhos, e por consequência, trabalhavam durante o dia para auxiliarem as famílias nas despesas domésticas, o dificultaria muito, ter que trabalhar o dia todo e ir à escola à noite.

Almeida (1988) em seu estudo sobre os problemas do ensino noturno no estado de São Paulo, pondera que a princípio, as escolas noturnas foram criadas para atender o enorme contingente de analfabetos que não tiveram condições de frequentar a escola, por diversos motivos e a demanda ascendente à essa modalidade fez com que decretos e leis fossem elaboradas para o atendimento a este público, a exemplo, a questão da idade mínima. O autor evidenciou que vários foram os problemas que serviram de justificativas para mensurar o rendimento escolar dos alunos que frequentavam o ensino noturno, como falta ou inadequação de recursos financeiros, pedagógicos e estruturais, a evasão escolar, o conteúdo ministrado que se restringia ao ensino das primeiras letras e não era atrativo ao aluno, entre outros.

O primeiro ano de funcionamento teve o menor número de alunos, talvez pelo atraso na entrega do prédio, ocorrida em 1978, o início das aulas ficou comprometido, e por intermédio das atas de reuniões administrativas, é possível perceber que a escola inicialmente, funcionava em condições inadequadas. Para, além disso, constantemente eram feitas campanhas para arrecadação de fundos, na tentativa de suprir o insuficiente investimento, a julgar que, na época, o financiamento oriundo dos acordos MEC-USAID já havia terminado, ou seja, já não havia mais aplicação de recursos em relação ao início da construção sob vigência do último acordo.

Em análise às fichas individuais dos alunos, foi possível constatar que vários alunos vieram de Escolas Isoladas na região; de municípios próximos, como: Ouvidor, Nova Aurora, Campo Alegre, Cumari, Goiandira, Três Ranchos e Santo Antônio do Rio Verde; de estabelecimentos situados na cidade, a exemplo, Colégio Estadual João Netto de Campos, Colégio Estadual Rita Paranhos Bretas, Colégio Estadual Wilson Democh, Colégio Estadual Dona Iayá, Colégio Estadual David Persicano e de escolas da rede privada, como Ginásio Anchieta e Ginásio Nossa Senhora Mãe de Deus.

Para matricular o filho na Escola Polivalente, a família fazia uma contribuição de Cr\$ 90,00 (Noventa cruzeiros). O recibo foi encontrado na maioria das pastas dos alunos, conforme imagem abaixo:

**Imagem 10** – Recibo de matrícula

**Banco do Estado de Goiás S.A. Nº 968627**  
SÉRIE - 9  
RECIBO DE DEPÓSITO - CONTA 1073  
Para crédito de SEC. FEME C/ REC  
ESCOLA POLIVALENTE  
Recebemos de Eliza Maria Borges

o valor abaixo registrado mecanicamente, que só será válido sem emendas, rasuras ou ressalvas e feito em máquinas do Banco contendo:

SÍMBOLO DO BANCO, NÚMERO E DATA DA OPERAÇÃO	VALOR DEPOSITADO	MAQ. Nº
5 58 JUN 30	91,00/79	

**IMPORTANTE**  
- O PRODUTO dos cheques depositados somente será disponível após a respectiva cobrança.  
- PAGUE, em qualquer de nossas agências, os tributos relacionados no verso deste.

**RECEBEMOS**  
F. G. T. S. } proterra  
I. N. P. S. } sudam  
I. C. M. } sudene  
INCENTIVOS } mobral  
FISCAIS } sudepe  
i. b. d. f.  
embratur  
embraer

**TRIBUTOS FEDERAIS**  
IMPOSTO RENDA } P. física  
Taxa Rod. UNICA } P. jurídica  
Taxa MUNITAR }  
P. I. N.  
P. I. S.  
OUTROS

**Fonte:** Arquivo Escolar (1978-1985).

Essa contribuição prevista na Portaria 177 de 09 de fevereiro de 1977 apontava no Art. 39, que:

As contribuições serão arrecadadas pelos Estabelecimentos de Ensino e escrituradas como receita do Fundo Especial de Manutenção Escolar – FME, administrado pelo Núcleo de Recursos Extraordinários.

§ 1º - A arrecadação será feita por ocasião da matrícula, devendo o aluno transferido para outro Estabelecimento, apresentar por ocasião de transferência, comprovante da contribuição, ou certificado de isenção, previsto nesta portaria. (GOIÁS, 1977, p. 02).

Os recursos seriam destinados à compra de material escolar e de limpeza, além de consertos estruturais do prédio escolar e urbanização do pátio. Junto aos documentos dos alunos, além das certidões de nascimento, ficha com dados dos pais e endereços, foram encontrados históricos escolares, alguns Exames de Admissão feitos em outras instituições de ensino e Atestado de Saúde, que em alguns casos teriam sido entregues às escolas anteriores e vieram junto com a documentação do aluno.

**Imagem 11 – Atestado de Saúde**

ORGANIZAÇÃO DE SAÚDE DO ESTADO DE GOIÁS  
UNIDADE SANITÁRIA

**ATESTADO DE SAÚDE**

Nº 93880

Atesto que, nesta data, examinei ROMILDO FERREIRA

idade 12 anos estado civil Solt.

profissão Estudante filho de Antonio Ferreira  
e Genir Amorin Ferreira

residente Rua Palma

verificando que o mesmo não sofre de doença infecto-contagiosa e foi vacinado contra variola.

Catalão, 27 de Janeiro de 19 76

CRM [Assinatura]  
Dr. Roberto A. Marot  
C.R.M. 249  
C.P.F. 003568911

MOD. OSEGO, 19

**Fonte:** Arquivo Escolar (1978-1985).

Aos estudantes que tivessem qualquer alteração patológica lhes eram resguardados os direitos de realizarem as atividades em casa com acompanhamento

escolar, “desde que compatíveis com seu estado de saúde e as possibilidades do estabelecimento” (BRASIL, 1969, n. p.).

Entre os documentos arquivados no colégio, encontramos um registro de um concurso para escolha da bandeira, feito em 1983, cinco anos após o início das atividades. Na ocasião, o Centro Cívico ficou responsável pela organização do mesmo e contou com o apoio dos professores de Educação Artística e Organização Social e Política Brasileira (OSPB) que entregaram os desenhos de 96 bandeiras feitas pelos alunos. Para participarem da escolha, um grupo de professores montaram mais quatro bandeiras, totalizando cem opções para votação.

As bandeiras ficaram expostas por um período de sete dias na sala dos professores e a vencedora “foi a bandeira de número 97, uma das bandeiras montadas, com um total de 30 votos” (ARQUIVO HISTÓRICO DO COLÉGIO POLIVALENTE, 1983, n. p.).

Pela quantidade de votos, podemos observar que os alunos não participaram da escolha. A bandeira vencedora do concurso foi inspirada nas ideias de três alunos: “Ivani Bezerra da 6ª série G, nas disposições das faixas; Ronivaldo Santos, com o emblema representativo das técnicas; Rosângela da Silva da 6ª série A, com a engrenagem que identifica as técnicas” (ARQUIVO HISTÓRICO DO COLÉGIO POLIVALENTE, 1983, n. p.).

A bandeira da escola tinha as seguintes características:

Ficou então criada por decisão de voto a Bandeira da Escola Estadual Polivalente Dr. Tharsis Campos e que tem na sua disposição e cores os seguintes significados: - faixa verde que lembra a bandeira do Brasil; - faixa branca e azul que lembra a cidade de Catalão; - triângulo de cor laranja indicando no vértice o nome Polivalente como opção de novos caminhos; - a engrenagem tendo no seu núcleo o desenho de um pé de milho e um moinho, símbolos que representam a sondagem de aptidões proporcionadas pelas Artes Práticas / do currículo da escola. (ARQUIVO HISTÓRICO DO COLÉGIO POLIVALENTE, 1983, n. p.).

Após eleição da bandeira, as providências para confecção da mesma ficaram sob responsabilidade do Centro Cívico Bernardo Guimarães. O registro aponta a participação massiva dos alunos, apenas na confecção dos desenhos. A escola que seria diferente de todas as outras da cidade mantinha o caráter de educação tradicional ao não possibilitar o envolvimento dos mesmos alunos na votação para escolha da bandeira.

### 3.2 O currículo na Escola Polivalente

As disciplinas que compunham o currículo do 1º grau eram: Comunicação e Expressão em Língua Portuguesa, Matemática, Língua Estrangeira Moderna / Inglês, Ciências, História, Geografia, Educação Moral e Cívica, Educação Artística, OSPB, Educação Física e as disciplinas técnicas. A disciplina de Moral e Cívica compunha o currículo das 5ª e 6ª séries e a de OSPB fazia parte do currículo da 7ª e 8ª séries:

**Quadro 7** – Disciplinas compreendidas no currículo da Escola Polivalente

Disciplinas compreendidas no currículo da Escola Polivalente						
Componente Curriculares		Disciplinas	Carga Horária Semanal			
			5ª	6ª	7ª	8ª
Núcleo Comum	Comunicação e Expressão	Comum. e Expr. em Língua Portuguesa	5	5	5	5
		Inglês	2	2	2	2
		Matemática	2	2	2	2
	Ciências	Ciências	5	5	5	5
		Geografia	2	2	2	2
		História	2	2	2	2
Estudos Sociais	O.S. P. B	-	-	1	1	
Estudos Obrigatórios	Art. 7º da Lei 5.692/71	Educação Física	3	3	3	3
		Educação Artística	1	1	1	1
		Educação Moral e Cívica	1	1	-	-
Formação Especial*		Técnicas Comerciais	2	2	2	2
		Técnicas Agrícolas	2	2	2	2
		Técnicas Industriais	2	2	2	2
		Educação para o Lar	2	2	2	2

\* As disciplinas de formação especial eram ofertadas em turmas específicas, porém conforme Ata de Resultados Finais<sup>9</sup>, um mesmo aluno poderia fazer as 4 disciplinas ofertadas, pois as mesmas ocorriam em horários distintos.

**Fonte:** Arquivo escolar (1978).

Conforme exposto no capítulo anterior, a Lei 5.692/71, no auge do período Cívico-militar, foi implantada a reforma do ensino, cuja iniciativa unificou os ensinos primário e ginásio em 1º Grau com um segmento de 1ª a 8ª séries, e caracterizou o 2º Grau, em uma sequência de 1ª a 3ª séries, como ensino profissionalizante, que nessa conjuntura encerrou a diferenciação entre Ensino Secundário, Técnico e Normal.

Nessa esteira, os currículos também sofreram alterações, conforme o Art. 4º:

<sup>9</sup> Ver Anexo: Ata de Resultados Finais de 1981 – Página 207

Os currículos do ensino de 1º e 2º graus terão um núcleo comum, obrigatório em âmbito nacional, e uma parte diversificada para atender, conforme as necessidades e possibilidades concretas, às peculiaridades locais, aos planos dos estabelecimentos e às diferenças individuais dos alunos. (BRASIL, 1971, p. 01).

De acordo com a legislação à época, as séries iniciais, 1ª a 4ª séries do 1º Grau, deveriam contemplar disciplinas gerais com exclusividade e a partir da 5ª série à 8ª série, as disciplinas especiais teriam o objetivo de sondagem vocacional. Desse modo, no 2º Grau, as disciplinas especiais deveriam predominar em relação às gerais, além de habilitar profissionalmente os alunos. A escola contextualizada na pesquisa ofertou além das disciplinas gerais e ou regulares, os cursos de Técnicas Industriais, Comerciais e Agrícolas além de Educação para o Lar no 1º Grau.

O Art. 7º da referida lei orienta a obrigatoriedade da inclusão das disciplinas: “Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programas de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus, observado quanto à primeira o disposto no Decreto-Lei n. 869, de 12 de setembro de 1969” (BRASIL, 1971, p. 02).

Este decreto referenciado na Lei 5.692/71 aponta a obrigatoriedade da disciplina Educação, Moral e Cívica (EMC) e pondera suas finalidades no Art. 2º:

- a) a defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus;
- b) a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores (sic) espirituais e éticos da nacionalidade;
- c) o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana;
- d) a culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história;
- e) o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade;
- f) a compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e o conhecimento da organização sócio-político-econômica (sic) do País;
- g) o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum;
- h) o culto da obediência à Lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade. (BRASIL, 1969, n.p.).

Além de disciplina, a EMC tornou-se obrigatória enquanto prática educativa, cujo foco foi a criação de atitudes e hábitos éticos adequados à época. O referido decreto prevê

a criação no MEC da Comissão Nacional de Moral e Civismo<sup>10</sup> (CNMC) cuja tarefa era assessorar a doutrina da EMC:

- a) articular-se com as autoridades civis e militares, de todos os níveis de govêrno, (sic) para implantação e manutenção da doutrina de Educação Moral e Cívica, de acôrdo (sic) com os princípios estabelecidos no artigo 2º;
- b) colaborar com o Conselho Federal de Educação, na elaboração de currículos e programas de Educação Moral e Cívica;
- c) colaborar com as organizações sindicais de todos os graus, para o desenvolvimento e intensificação de suas atividades relacionadas com a Educação Moral e Cívica;
- d) influenciar e convocar a cooperação, para servir aos objetivos da Educação Moral e Cívica, das Instituições e dos órgãos formadores da opinião pública e de difusão cultural, inclusive jornais, revistas editôras, (sic) teatros, cinemas, estações de rádio e de televisão; das entidades esportivas e de recreação, das entidades de casses e dos órgãos profissionais; e das emprêsas (sic) gráficas e de publicidade;
- e) assessorar o Ministro de Estado na aprovação dos livros didáticos, sob o ponto de vista de moral e civismo, e colaborar com os demais órgãos do Ministério da Educação e Cultura, na execução das providências e iniciativas que se fizerem necessárias, dentro do espírito dêste (sic) Decreto-lei. (BRASIL, 1969, n. p.).

No mesmo ano da promulgação da Lei 5.692, o Decreto-lei nº. 68.065 foi instituído para regulamentar o Decreto-lei nº. 869/69 com as especificidades do CNMC e, para, além disso, orientava que a disciplina de OSPB deveria “articular-se com a Educação Moral e Cívica” (BRASIL, 1971, n. p.) e normatizou a disciplina de EMC:

Art. 7º. O Conselho Federal de Educação, com a colaboração da Comissão Nacional de Moral e Civismo, elaborará os currículos e programas básicos para diferentes cursos e áreas de ensino, com as respectivas metodologias e determinará a distribuição mínima pelas séries das atividades de Educação Moral e Cívica, levando em conta:

- a) a disciplina Educação Moral e Cívica deverá integrar o currículo de, ao menos, uma das séries de cada ciclo do ensino de grau médio e de uma série do curso primário;
- b) no educandário em que "Organização Social e Política Brasileira" não constar do currículo de acordo com a Indicação nº 1 do

---

<sup>10</sup> A CNMC divulgou em 1984 um documento intitulado: Contribuição para o Desenvolvimento de Educação Moral e Cívica e de Organização Social e Política do Brasil nos Currículos de 1º e 2º Graus, como uma forma de oferecer um subsídio a mais para as escolas que desenvolveram a EMC e OSPB. O documento ponderava que os valores morais e cívicos poderiam ser trabalhados também em outras disciplinas amálgamos aos conteúdos programáticos, que ao serem apresentados, “algumas vezes surgem tópicos ligados à História e à Geografia. Sempre que couber, e preferencialmente, tais tópicos deverão ser abordados tendo em vista a finalidade da Educação Moral e Cívica, suas bases filosóficas, os valores morais e cívicos” (BRASIL, 1984, p. 25).

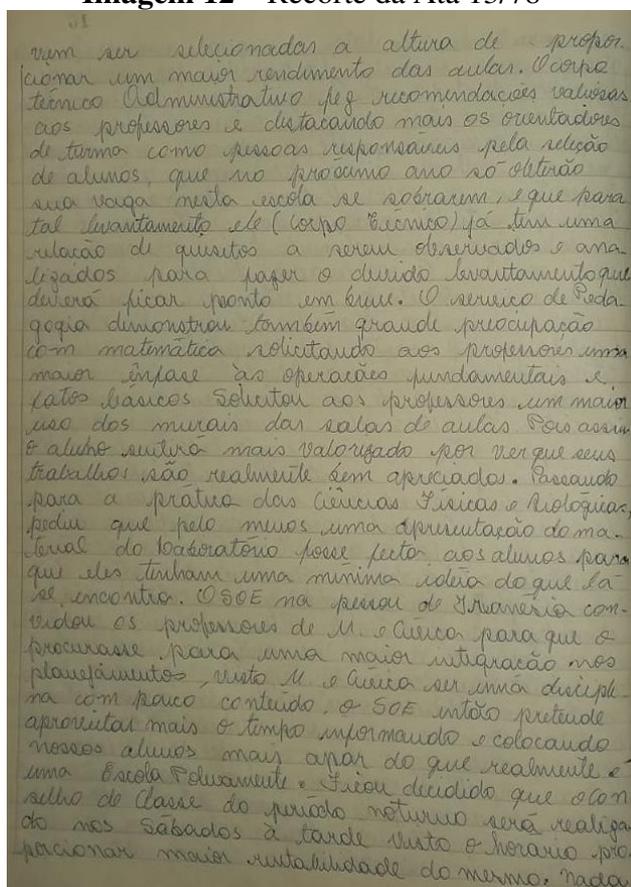
Conselho Federal de Educação ou com disposições análogas do Conselho Estadual competente, o seu conteúdo será ministrado obrigatoriamente como parte integrante da Educação Moral e Cívica na 4ª série do 1º ciclo e em uma das séries do 2º ciclo, sem substituir o que dispõe a alínea anterior;

c) a Educação Moral e Cívica como prática educativa deverá ser ministrada, ao menos, nas séries dos cursos primários e médios não integrados, pela disciplina Educação Moral e Cívica ou Organização Social e Política Brasileira;

d) a Educação Moral e Cívica deverá constituir preocupação geral da escola, merecendo o cuidado dos professores em geral e, especialmente, daqueles cujas áreas de ensino tenham com ela conexão, como: Religião, Filosofia, Português e Literatura, Geografia, Música, Educação Física e Desportos, Artes Plásticas, Artes Industriais, Teatro Escolar, Recreação e Jornalismo. (BRASIL, 1971).

A Resolução 8 de 1971 estabeleceu um currículo de núcleo comum para os ensinos de 1º e 2º graus com objetivos, conteúdos programáticos e sugestões de atividades que incluem o preparo do cidadão para ser obediente à lei, estudo de bandeiras e hinos, a religião como princípio ético e moral, entre outros. A disciplina de EMC fazia parte do currículo da escola, conforme imagem abaixo:

**Imagem 12 – Recorte da Ata 13/78**



**Fonte:** Arquivo escolar (1978)

A imagem acima evidencia a existência da disciplina e chama atenção ao mencionar a fala da coordenadora do SOE aos professores de “M. e cívica para que a procurasse para uma maior integração nos planejamentos, visto M. e Cívica ser uma disciplina com pouco conteúdo” (COLÉGIO POLIVALENTE, ATA 13/78, 1978).

Em análise documental podemos observar que a EMC esteve presente na escola pesquisada enquanto disciplina curricular, pois consta nas atas de resultados, enquanto momentos de orientação do SOE ao evidenciar em ata que “as sessões em grupo serão realizadas quinzenalmente em uma das aulas de Moral e Cívica” (COLÉGIO POLIVALENTE, ATA 13/78, 1978), e enquanto prática, uma vez que na mesma havia o Centro Cívico Escolar (CCE), criado pelo Decreto-Lei 68.065/71, responsável pela disciplina dos alunos, além de promover eventos civis dentro e fora da escola. No arquivo histórico da instituição não encontramos nenhum livro específico do CCE, o mesmo é mencionado nas reuniões e em alguns panfletos e comunicados que eram distribuídos aos alunos e à comunidade.

Tomando por base o Art. 7º da Lei 5.692/71, a Educação Física no Ensino Primário caracteriza-se como atividades com caráter recreativo que “favoreçam a consolidação de hábitos higiênicos, o desenvolvimento corporal e mental harmônico, a melhoria da aptidão física, o despertar do espírito comunitário da criatividade, do senso moral e cívico” (BRASIL, 1971b, n. p.).

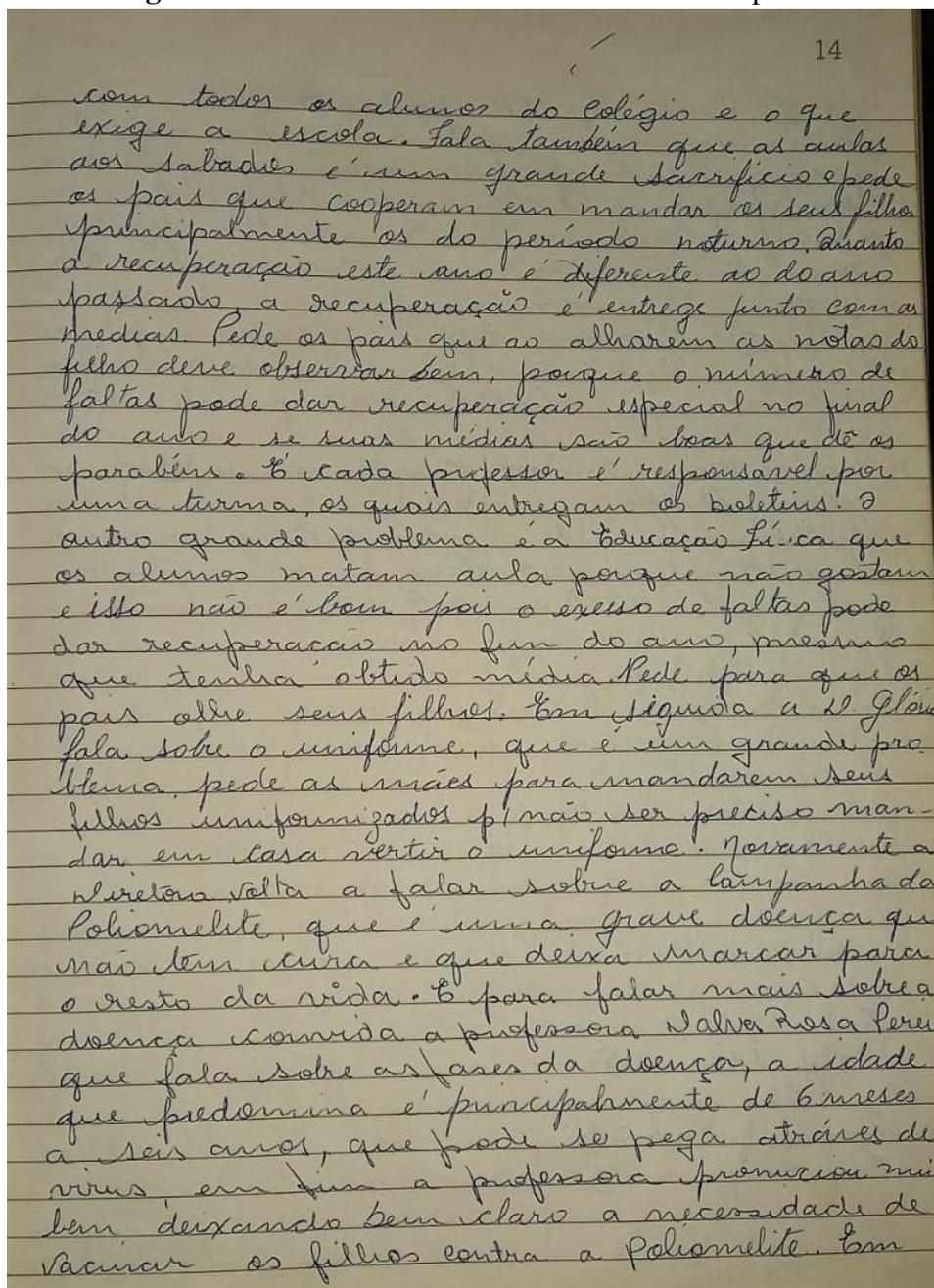
O Decreto 56.450/71 indica que “a educação física, atividade que por seus meios, processos e técnicas, desperta, desenvolve e aprimora-forças físicas, morais, cívicas, psíquicas e sociais do educando, constitui um dos fatores básicos para a conquista das finalidades da educação nacional” (BRASIL, 1971b, n. p.). Nesse sentido, na disciplina eram desenvolvidas também, atividades cívicas.

A lei de 1971 confirma a obrigatoriedade da disciplina no currículo, e o Decreto 69.450/71 indica a participação nas aulas, facultativa nos seguintes casos:

- a) aos alunos do curso noturno que comprovarem, mediante carteira profissional ou funcional, devidamente assinada, exercer emprego remunerado em jornada igual ou superior a seis horas;
- b) aos alunos maiores de trinta anos de idade;
- c) aos alunos que estiverem prestando serviço militar na tropa;
- d) aos alunos amparados pelo Decreto-lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969, mediante laudo do médico assistente do estabelecimento. (BRASIL, 1971b, n. p.).

Percebemos, ao analisar as atas de Reuniões do Conselho de Classe e Reunião de Pais e Mestres, a constante observação da importância de os alunos participarem dessas aulas que ocorriam em horários distintos, conforme imagem abaixo:

**Imagem 13** – Recorte da ata 24/79 da Reunião com pais



14

com todos os alunos do Colégio e o que exige a escola. Fala também que as aulas aos sábados é um grande sacrifício e pede os pais que cooperem em mandar os seus filhos principalmente os do período noturno, quanto a recuperação este ano é diferente ao do ano passado a recuperação é entregue junto com as médias. Pede os pais que ao alharem as notas do filho deve observar bem, porque o número de faltas pode dar recuperação especial no final do ano e se suas médias são boas que dê os parabéns. É cada professor é responsável por uma turma, os quais entregam os boletins. Outro grande problema é a educação física que os alunos matam aula porque não gostam e isso não é bom pois o excesso de faltas pode dar recuperação no fim do ano, pedimos que tenha obtido média. Pede para que os pais olhe seus filhos. Em seguida a Sr. Glória fala sobre o uniforme, que é um grande problema, pede as mães para mandarem seus filhos uniformizados p/ não ser preciso mandar em casa vestir o uniforme. Novamente a diretora volta a falar sobre a Campanha da Poliomelite, que é uma grave doença que não tem cura e que deixa marcar para o resto da vida. É para falar mais sobre a doença convidada a professora Valva Rosa Peres que fala sobre as fases da doença, a idade que predomina é principalmente de 6 meses a seis anos, que pode se pega através de vírus, em fim a professora pronunciou muito bem deixando bem claro a necessidade de vacinar os filhos contra a Poliomelite. Em

**Fonte:** Arquivo escolar (1979).

De acordo com a ata acima, os pais são orientados sobre o problema que poderia ocasionar as faltas nas disciplinas que ocorriam em outros horários. Cabe mencionar que os pais não justificavam a ausência dos filhos nas aulas, ou, não foram relatadas nas atas.

E em análise aos resultados verificamos que a disciplina, apesar de uma carga horária considerável contava com um número expressivo de faltas.

Quanto as normas regimentais de adequação curricular, o decreto anteriormente mencionado orientava que:

I - Quanto à seqüência (sic) e distribuição semanal, três sessões no ensino primário e no médio e duas sessões no ensino superior, evitando-se concentração de atividades em um só dia ou em dias consecutivos.

II - Quanto ao tempo disponível para cada sessão, 50 minutos, não incluindo o período destinado à preparação dos alunos para as atividades.

III - Quanto à composição das turmas, 50 alunos do mesmo sexo, preferencialmente selecionados por nível de aptidão física.

IV - Quanto ao espaço útil, dois metros quadrados de área por aluno, no ensino primário, e três metros quadrados por aluno, no ensino médio e no superior. (BRASIL, 1971b, n. p.)

O documento ponderava que os alunos poderiam ser separados por sexo e por nível de aptidão, porém, os registros não mencionam tal distinção. Acreditamos que as atividades cívicas, a exemplo, os desfiles, poderiam integrar parte da avaliação dos alunos tanto na disciplina de EMC e Educação Física, pois, os registros mencionam que aqueles alunos que não frequentassem às aulas, deveriam realizar trabalhos para compor a média bimestral.

Em análise às atas de resultados ponderamos que no primeiro ano de funcionamento, cerca de 217 alunos não participaram da aulas de Educação Física, e, nos anos seguintes este quantitativo reduziu muito, chegando a 3 por ano. Não podemos afirmar o que houve, mas as atas da coordenação registraram várias reuniões com os pais para sensibilização da importância de o aluno participar das aulas, conforme mencionado na reunião ocorrida em abril de 1979: “O problema da Educação Física foi mencionado, pois alguns alunos estão faltando às aulas e já estão com muita falta, e que esta matéria pode até dar reprovação no fim do ano’ (COLÉGIO POLIVALENTE, ATA 19/79, 1979).

Consoante a Oliveira (2002) a Educação Física estava voltada a formação e treinamento de atletas que representassem o regime instaurado à época. Ressaltamos que tanto as aulas das disciplinas técnicas quanto às aulas de Educação Física, ocorriam em horários distintos, ou seja, em outro horário que não fosse o das aulas regulares, por exemplo, se o aluno estudasse no período matutino, teria que voltar no período vespertino para participar das aulas.

Nas atas de resultados, quando o aluno não participava da Educação Física, ao invés de média final era inserido a letra “D” de Dispensado, conforme documento abaixo:

**Imagem 14 – Ata de Resultado Final 5ª série E de 1978.**

**ATA DO RESULTADO FINAL DE APROVEITAMENTO**

Aos dias do mês de de 1978, terminou-se o processo para  
Avaliação de aprendizagem dos alunos da 5ª série, do ensino do 1º Grau, turma E, turno tarde, deste estabelecimento com o seguinte resultado. N.º de dias letivos

N.º de Ordem	ATIVIDADES, ÁREAS DE ESTUDOS, DISCIPLINAS OU CONTEÚDOS ESPECÍFICOS  NOME DO ALUNO	C. Exp.		Matem.		Escrif.		Cien.		Hist.		Geo.		Arte		Ed. Cív.		E. Pop.		E. Soc.		E. Ps.		Resultado Final	Observações		
		Res	Fal	Res	Fal	Res	Fal	Res	Fal	Res	Fal	Res	Fal	Res	Fal	Res	Fal	Res	Fal	Res	Fal	Res	Fal			Res	Fal
		TOTALS HORAS DADAS																									
01	Alberto Gomes	70	2	50	-	75	-	75	-	80	-	70	-	80	-	80	-	75	-	85	-	-	-	D	aprove		
02	Claudia Timon Costa	60	2	70	2	75	-	70	-	80	-	70	-	75	-	80	-	70	1	75	-	-	-	D	aprove		
03	Cláudia Alciana Ribeiro de Souza	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	desist		
04	Dionísio Antônio Nascimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	desist		
05	Edma Ferreira da Silva	75	14	85	8	70	1	70	13	75	6	75	14	85	6	80	3	75	-	90	-	-	-	-	aprove		
06	Ediane Glias da Silva	70	8	60	3	80	1	80	3	70	2	80	1	85	-	85	-	70	3	80	-	-	-	-	aprove		
07	Elzira Nunes Ribeiro	60	11	60	9	60	2	60	8	70	5	60	6	75	10	70	-	70	-	70	2	-	-	-	aprove		
08	Emelita Maria Elera Padua	40	10	80	13	50	3	40	3	55	1	55	3	70	7	70	10	80	4	70	3	-	-	-	aprove		
09	Glecia Carrizo da Silva	55	9	70	9	70	-	75	2	80	3	80	2	85	3	90	-	75	2	80	1	-	-	-	aprove		
10	Heloisa Cezar Rodrigues	50	5	70	1	70	1	75	-	75	2	70	1	80	1	90	-	70	-	70	-	-	-	-	aprove		
11	Irma Evangelista da Silva	80	7	80	2	85	-	90	-	90	-	85	-	90	-	85	2	95	-	80	-	-	-	-	aprove		
12	Jane Aparecida Ferreira	80	2	90	2	75	1	70	2	70	-	80	1	85	2	90	-	80	4	85	-	-	-	-	aprove		
13	José Francisca de Souza	75	2	95	1	85	1	90	-	90	-	95	2	90	1	90	1	90	1	95	-	-	-	-	aprove		
14	Juliane Aparecida dos Santos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	transf.		
15	Juciana de Fátima César	55	11	55	-	60	3	60	2	75	-	60	2	65	3	55	-	75	1	65	1	-	-	-	aprove		
16	Luciana Aparecida da Silva	70	8	50	4	75	2	60	3	70	1	70	4	70	4	80	-	70	4	75	1	-	-	-	aprove		
17	Luciana da Cruz Ferreira	60	2	70	-	60	1	50	-	60	-	70	2	75	1	80	-	75	-	65	-	-	-	-	aprove		
18	Luciana Gonçalves	85	15	80	17	90	2	80	5	75	3	80	8	90	8	80	1	90	-	75	-	-	-	-	aprove		
19	Luciana Maria Horácio de Freitas	55	2	60	2	60	-	55	1	80	2	70	2	60	1	75	-	75	-	70	-	-	-	-	aprove		
20	Luciana Maria Horácio de Freitas	75	-	80	-	85	-	80	1	80	1	90	2	95	1	85	-	80	-	80	-	-	-	-	aprove		
21	Márcia Fernandes Almeida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5ª H		
22	Neli Pereira Rosa	50	6	60	6	70	2	50	4	60	-	70	6	65	4	75	-	65	2	70	-	-	-	-	aprove		
23	Neuza Albertus Borges	60	6	60	4	80	1	75	6	70	-	75	3	75	3	75	-	80	4	75	-	-	-	-	aprove		
24	Roberto José Silvestre	55	-	60	-	50	-	60	1	70	-	75	1	85	-	80	-	80	-	70	-	-	-	-	aprove		
25	Roberto Boaventura da Silva	55	8	70	14	70	-	55	11	70	6	60	14	70	5	80	2	70	12	70	4	-	-	-	aprove		
26	Romilda Ferreira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	desist		
27	Sergio Bonifete Borges	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	desist		
28	Serley Aparecido Leite	55	17	60	4	80	1	70	3	70	7	85	6	80	5	70	-	65	8	75	2	-	-	-	aprove		
29	Serley Albana Rita	70	13	70	4	80	4	75	3	90	4	80	1	70	4	75	-	65	-	70	-	-	-	-	aprove		
30	Sirlene Alves Pauliano	75	11	60	12	70	9	55	14	70	-	80	-	70	7	75	5	85	8	75	2	-	-	-	aprove		

NOTA: Na coluna de observações, consignar quando for o caso, a realização (com o respectivo conteúdo) de recuperação dependência, adaptação, bem como transferência, desistência e cancelamento.

**Fonte:** Arquivo escolar (1978).

Porém, na pasta individual do aluno não constava quaisquer documentos que justificassem tal dispensa. Não podemos afirmar que os mesmos não eram entregues, pois, talvez estes documentos acompanhassem a transferência do aluno ao terminar o 1º grau, e, ou, ao mudar de escola, a julgar que alguns Atestados de Saúde emitidos anteriores à data de matrícula, também compunham a documentação do aluno, ou seja, vinham de outras instituições escolares.

Em dezembro de 1977, a Lei 6.503 foi sancionada e indicava a prática de Educação Física nos seguintes termos:

- a) ao aluno de curso noturno que comprove exercer atividade profissional, em jornada igual ou superior a 6 (seis) horas;
- b) ao aluno maior de 30 (trinta) anos de idade;

- c) ao aluno que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em outra situação, comprove estar obrigado à prática de educação física na Organização Militar em que serve;
- d) ao aluno amparado pelo Decreto-lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969;
- e) ao aluno de curso de pós-graduação;
- f) à aluna que tenha prole. (BRASIL, 1977, n. p.).

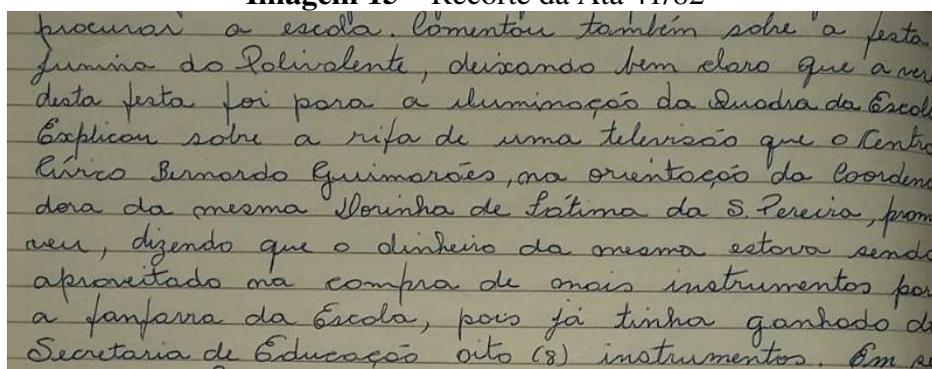
O Decreto mencionado na Lei, indica que o aluno (a) que possua incapacidade de comparecer às aulas, ou seja, aqueles “portadores de afecções congênicas ou adquiridas, infecções, traumatismo ou outras condições mórbidas, determinados distúrbios agudos ou agonizados” (BRASIL, 1969, n. p.), teria direito a realizar as atividades em casa, adaptadas ao seu estado de saúde, com o acompanhamento da escola.

A Reforma Educacional de 1971 incluiu também a obrigatoriedade da Educação Artística como disciplina obrigatória nos currículos, e a mesma também compôs o currículo da escola aqui, contextualizada, como observado nas atas de resultados. Assim como nas outras disciplinas, não encontramos registros do que era estudado em sala de aula, pois, estes provavelmente deveriam estar nos diários que não estavam no arquivo documental da instituição.

Um detalhe que merece destaque é que a disciplina de Educação Artística não compunha o currículo da 8ª série e, em seu lugar havia a disciplina de Expressão Gráfica, que estaria voltada para uma preparação técnica para o trabalho, a julgar pela Lei 5.692/71 que orientava que os ensinos de 1º e 2º graus qualificaria o indivíduo para algum ofício.

Por intermédio das atas de reuniões, verificamos que a escola possuía uma fanfarra:

**Imagem 15 – Recorte da Ata 41/82**



procurar a escola. Lamentou também sobre a festa Junina do Polivalente, deixando bem claro que a verba desta festa foi para a iluminação da Quadra da Escola. Explicou sobre a rifa de uma televisão que o Centro Cívico Bernardo Guimarães, na orientação da Coordenadora da mesma Lourinha de Látima da S. Pereira, promoveu, dizendo que o dinheiro da mesma estava sendo aproveitado na compra de mais instrumentos para a fanfarra da Escola, pois já tinha ganhado da Secretaria de Educação oito (8) instrumentos. Em se

**Fonte:** Arquivo escolar (1982).

A ata menciona a prestação de contas de uma verba arrecadada com uma festa e é possível inferir sua existência. Ainda que em condições precárias, por falta de material, não podemos afirmar se as atividades desenvolvidas eram compreendidas na disciplina de EMC, Educação Física e Educação Artística, ou se estariam sendo avaliadas paralelamente. Nessa conjuntura, não é possível verificar os conteúdos das aulas, bem como as atividades avaliativas.

Nos dois primeiros anos de funcionamento da escola, a avaliação ocorria por conceitos<sup>11</sup>, sendo: O para Ótimo, equivalendo de 90 a 100 pontos; MB para Muito Bom, equivalente às notas de 80 a 89; B pra Bom com notas 66 a 79; R para Regular que compreendia as notas 50 a 65; F para Fraco que abrangia as notas de 30 a 49; MF para Muito Fraco que constituía as notas de 0 a 29.

### **3.2.1 As disciplinas específicas do currículo vocacional**

Amado (1969) afirma que a escolha do trabalho que seria desenvolvido nas disciplinas técnicas dependeria do tipo de economia da região. E estariam divididas por etapas, sendo que Artes Industriais e Técnicas Agrícolas comporiam o currículo da 1ª e 2ª séries, Técnicas Comerciais seria adicionada na 3ª série, e Educação para o Lar estaria no currículo em todas as séries.

Nas orientações para os GOT, Amado (1969) pondera que:

O ensino, nas duas primeiras séries, além de seus objetivos gerais, tem o de analisar e explorar aptidões: um ensino que ofereça à escola meios de, por seu diretor, seus orientadores e professores, perceber a inclinação dos alunos para uma atividade técnico-profissional a ser exercida logo depois do curso ginásial, ou mesmo nenhuma inclinação para esse tipo de atividade. (AMADO, 1969, p. 84).

Em outras palavras, as escolas no período Cívico-militar foram projetadas para fazer uma sondagem vocacional entre os alunos e os encaminhar às formações específicas para o exercício profissional, em consonância com a proposta de educação da época, que tinha o intuito de formar técnicos para os diferentes campos de trabalho na comunidade em que estavam inseridos. “Desse modo, os alunos, nas primeira e segunda

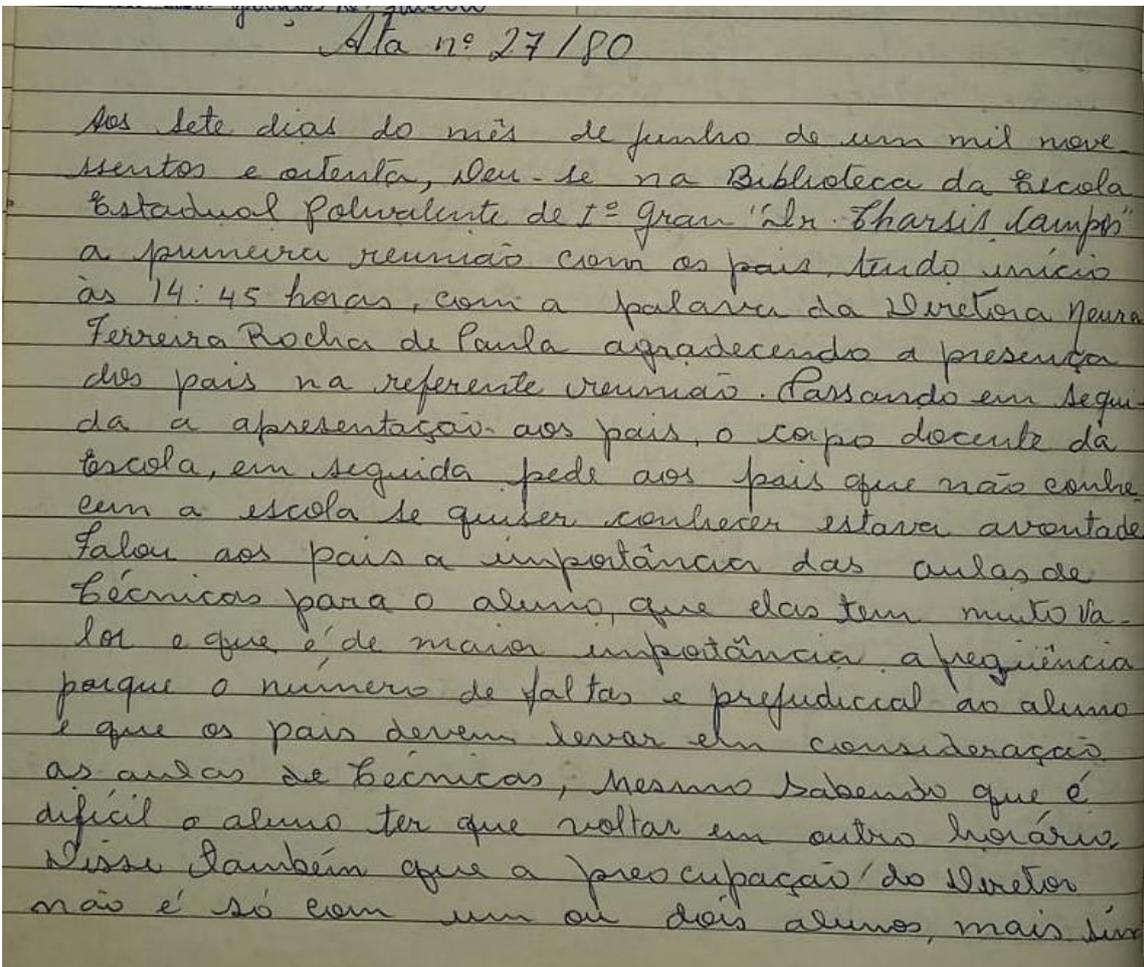
---

<sup>11</sup> Ver anexo 2: Verso do histórico escolar – Página 190

séries, são observados sobre tendências que revelem para um trabalho futuro não só na indústria ou na agricultura como no comércio” (AMADO, 1969, p. 84).

Essas séries fazem parte do Ensino de Segundo Grau da época e a escola estudada só ofertou este segmento de ensino após a redemocratização do país. Porém, as atas de resultados indicam que as disciplinas estiveram presentes nos currículos do Ensino de Primeiro Grau. A disciplina de Técnicas Agrícolas estava presente no currículo da 5ª, 6ª séries e em alguns anos na 7ª série. A disciplina de Técnicas Comerciais era oferecida aos alunos das 7ª e 8ª séries e Educação para o Lar nas 5 e 6ª séries. Logo abaixo, podemos observar que em uma reunião com os pais realizada em 1980, os mesmos são orientados a levarem os filhos para as aulas técnicas.

**Imagem 16** – Recorte da ata 27/80



Ata nº 27/80

Nos sete dias do mês de junho de um mil novecentos e oitenta, deu-se na Biblioteca da Escola Estadual Polivalente de 1º Grau "In. Tharsis Campes" a primeira reunião com os pais, tendo início às 14:45 horas, com a palavra da Diretora Neura Ferreira Rocha de Paula agradecendo a presença dos pais na referente reunião. Passando em seguida a apresentação aos pais, o corpo docente da escola, em seguida pede aos pais que não comparem a escola se quiser conhecer estava avontade. Falou aos pais a importância das aulas de Técnicas para o aluno, que elas tem muito valor e que é de maior importância a frequência porque o número de faltas é prejudicial ao aluno e que os pais devem levar em consideração as aulas de Técnicas, mesmo sabendo que é difícil o aluno ter que voltar em outros horários. Disse também que a preocupação do Diretor não é só com um ou dois alunos, mais sim

**Fonte:** Arquivo escolar (1980).

Por intermédio das atas de reunião podemos verificar que as disciplinas técnicas eram oferecidas em horários diferenciados, ou seja, o aluno precisava voltar à escola para

participar das aulas. A ausência de conceitos e notas nos faz perceber que o aluno poderia escolher entre uma disciplina e outra, ou o aluno não frequentava as aulas de disciplinas técnicas.

Em algumas atas uma mesma aluna<sup>12</sup> da 7ª série, no ano de 1981 possui conceito nas quatro disciplinas oferecidas, o que nos permite afirmar que os mesmos poderiam escolher as aulas de suas preferências.

De acordo com Amado (1969) as Artes Industriais abrangiam os trabalhos com “madeira, cerâmica, artes gráficas, metal e eletricidade” (p. 83). É importante ressaltar a alteração na nomenclatura, nos documentos que orientam as disciplinas técnicas aparece o nome Artes Industriais, e, nas atas finais, a nomenclatura adotada é de Técnicas Industriais.

A escola em questão optou pelo trabalho com madeira, o que pode ser observado na fotografia abaixo. Lembrando que não há indícios que o trabalho prático tenha ocorrido no início do funcionamento da escola.

**Imagem 17** – Sala de Aula de Técnicas Industriais<sup>13</sup>



**Fonte:** Arquivo Escolar (1980).

As notas fiscais encontradas no arquivo escolar confirmam que a disciplina seguia o trabalho com madeira:

---

<sup>12</sup> Aluna (representada pelo n. 43) Cleonita das Graças Silva. Ver Anexo 19 – Página 207

<sup>13</sup> A fotografia de 1980 apresenta ao fundo a sala de Técnicas Industriais e duas professoras.

Imagem 18: Nota fiscal 5767 - Compra de móveis e material - PREMEN-MEC

**JOÃO MALUCELLI & CIA. LTDA.** Nota Fiscal Série C-1  
 MÓVEIS ESCOLARES E DE ESCRITÓRIO

Fábrica e Escritório  
 Rua Marechal Floriano  
 Pelxoto, 9849  
 CURITIBA

Telegr: "Jucamalucelli"  
 Fone: 76-1233  
 Caixa Postal, 6010

Rua Mal, Floriano Pelxoto, 9849  
 CURITIBA - PARANA  
 Inscrição no C.G.C.(M.F.) N.º 76 488 717/0001-96  
 Inscrição Estadual N.º 10108349-V  
 Natureza da Operação: Venda 6.03.  
 Via de Transporte: Rod.  
 Data da Emissão 18 / novembro / 1977.

DESTINATÁRIO DE MERCADORIA

Nome da Firma: PROGRAMA DE EXPANSÃO E MELHORIA DO ENSINO - PREMEN-MEC.  
 Endereço: Avenida Pasteur, 368m- Praia Vermelha.  
 Município: RIO DE JANEIRO. Estado: Rio de Janeiro.  
 Inscrição no CGC: - Inscrição Estadual: -  
 Condições: Empenho nº 1522/77 - Pedido 50/77-GEQ.

Unid.	Quant.	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS ESPECIFICAÇÃO Espécie, Qualidade, Marca, Tipo, Modelo, Número, etc.	Classificação CÓDIGO	PREÇOS		Imposto s/ Produtos Industrializados	
				Unitário Cr\$	TOTAL Cr\$	%	Valor Cr\$
U	12	H 11/14.1.A - (P) - BANCADA PARA TRABALHO EM MADEIRA - MEDIDAS: 1,20x0,60x0,74m. MARCA: Malucelli. Modelo: PREMEN. CORES: Tampo e Prateleiras: natural; Estrutura: cinza 888. (03 por EP).....	01	1523,00 c/ipi	17.573,08	4	702,92
U	08	H 11/15.1.A - (P) - BANCADA PARA TRABALHO EM METAL - MEDIDAS: 1,20x0,60x0,74m. Marca: Malucelli. Modelo: PREMEN. CORES: Tampo e Prateleira: natural; Estrutura: cinza 888. (02 por EP).....	01	1523,00 c/ipi	11.715,39	4	468,61
Vide nota 5768							

DESPESAS ACESSÓRIAS Por conta do Destinatário	CODIGO DA CLASSIFICAÇÃO	TOTAIS Cr\$	29.288,47	1.171,53
Frete Cr\$	01 - 94. 03. 99. 00	Valor Total da Nota Cr\$	30.460,00	
Seguro Cr\$	02 - 94. 01. 02. 00	ICM já incluído no preço da mercadoria (Calculado pela alíquota de 14 %)	4.100,39.	
TOTAL Cr\$	03 - .....			
	04 - .....			

Local de Saída do Estado: Entregue no  
 Nome do Transportador: Deposito de Transito  
 Endereço: de Curitiba.  
 Placa do Veículo: Município: Estado:

CARACTERÍSTICAS DOS VOLUMES					
Marca	Números	Quantidade	ESPÉCIE	Peso Líquido	Peso Bruto
	63.202 a	12	Bancada para trabalho em madeira		
	63221	08	Bancada para trabalho em metal.		

G. Heeren Ltda. Rua Pará 581 - Inscr. 10108534-X CGC 76526487/0001-80 - Ciba. - 20 Bis. 25x7 de 5.781 e 6.250 - Série C-1 - Autoriz. 07940 - 11/77

Recebi(emos) as mercadorias constantes da Nota Fiscal Nº 5767 Série C-1 Curitiba, de de 19

Fonte: Arquivo escolar (1978-1985).

Imagem 19: Nota fiscal 5705 - Compra de móveis e material - PREMEN-MEC

**JOÃO MALUCELLI & CIA. LTDA.** Nota Fiscal **Série C-1**  
 MÓVEIS ESCOLARES E DE ESCRITÓRIO

Fábrica e Escritório  
 Rua Marechal Floriano  
 Peixoto, 9849  
 CURITIBA

Teleg.: "Jucamalucelli"  
 Rua Mal. Floriano Peixoto 9849  
 CURITIBA PARANÁ  
 Inscrição no C. G. C. (M. F.) N.º 76 488 717/0001-96  
 Inscrição Estadual N.º 10 108 349-V  
 Natureza da Operação **6.03. Venda.**  
 Via de Transporte **Rod.**  
 Data da Emissão **18 / novembro / 1977.**

**№ 5705**

DESTINATÁRIO DE MERCADORIA

Nome da Firma **PROGRAMA DE EXPANSÃO E MELHORIA DO ENSINO - PREMEN-MEE.**  
 Endereço **Avenida Pasteur, 368 - Praia Vermelha.**  
 Município **RIO DE JANEIRO.** Estado **Rio de Janeiro.**  
 Inscr. Cad. Geral Contr. Min. Faz. N. - Inscr. Estadual -  
 Condições **Pedido 66/77 - Empenho 1122/77.**

Unid.	Quant.	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS ESPECIFICAÇÃO Espécie, qualidade, marca, tipo, modelo, número, etc.	Classificação CÓDIGO	PREÇOS		Imposto s/ Produtos Industrializados	
				Unitário	Total Cr\$	%	Valor Cr\$
U	05	OS ARTIGOS ABAIXO DESTINAM-SE ÀS 26101, 26102, 26103, 2638 e 2639 ESTADO DE GOIÁS:  7 M/25.1.A2 - C() - MADEIRA - sem compensado. MEDIDAS: 0,005 x 2,20 x 1,60m. (01 por EP).....	03	182,00 e/ipi	842,59	8	67,41
Pedido 66/77. Empenho 1122/77.				TOTALS Cr\$		842,59	67,41

DESPESAS ACESSÓRIAS (Por conta do destinatário)	CÓDIGOS DA CLASSIFICAÇÃO	TOTALS Cr\$	842,59	67,41
FRETE Cr\$	01 - 94.03.99.00	VALOR TOTAL DA NOTA Cr\$	910,00	
SEGURO Cr\$	02 - 94.01.02.00	ICM já incluído no preço (Calculado pela alíquota de 14 %) Cr\$	117,96	
TOTAL Cr\$	03 - 44.15.99.00			
	04 - .....			

Local de Saída do Estado **Entregue no**  
 Transportado por **Deposito de Transito**  
 Endereço **de Curitiba.**

Placa Veículo N.º Estado Município

DATA DA SAÍDA DOS PRODUTOS  
**18 / 11 / 77.**  
 Dia Mês Ano

Marca	N.ºs	Quant.	ESPÉCIE	PESO	
				Líquido	Bruto
-	-	05	chapas compensado		

G. Heeren Ltda. Rua Par. 581 - Ciba. - CGC 76528482/0001-80 - Inscr. 10108534-X - 20 bl. 25x7 de 5.251 a 5.750 - Série C-1 - Autor. 05149 - 7/77

Recebi(emos) as mercadorias constantes da Curitiba, de de 19

NOTA FISCAL № 5705 Série C-1

Fonte: Arquivo escolar (1978-1985).

Ambas notas apontam a compra, por intermédio do PREMEN, de 12 bancadas para trabalho com madeira, 08 bancadas para o trabalho com metais e 05 unidades de madeira compensado. As notas das compras são provas de que foi feito, ao menos no início, um alto investimento em infraestrutura material para que as escolas polivalentes funcionassem no estado.

Não há especificação de que o material foi recebido pela escola contextualizada na pesquisa. E, pela quantidade, a compra provavelmente seria distribuída nas escolas em todo o estado de Goiás, pois, em uma das notas há a informação de que os produtos eram destinados às escolas do estado, conforme abaixo:

**Imagem 20 – Nota fiscal 5758 - Compra de móveis - PREMEN-MEC**

**JOÃO MALUCELLI & CIA. LTDA.** Nota Fiscal Série C-1  
MÓVEIS ESCOLARES E DE ESCRITÓRIO

Fábrica e Escritório  
Rua Marechal Floriano  
Pelxoto, 9849  
CURITIBA

1.ª Via - Destinatário  
Rua Mal. Floriano Pelxoto, 9849  
CURITIBA - PARANÁ  
Inscrição no C.G.C.(M.F.) N.º 76 488 717/0001-96  
Inscrição Estadual N.º 10108349-V  
Natureza da Operação: Venda 6.03.  
Via de Transporte: Rod.  
Data da Emissão 18 / novembro / 1977

Nome da Firma: PROGRAMA DE EXPANSÃO E MELHORIA DO ENSINO - PREMEN-MEC.  
Endereço: Av. Pasteur, 368 - Praia Vermelha.  
Município: RIO DE JANEIRO. Estado: Rio de Janeiro.  
Inscrição no CGC: - Inscrição Estadual: -

Condições: Empenho nº 1522/77 - Pedido nº 50/77-GEQ.

Unid.	Quant.	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS ESPECIFICAÇÃO Espécie, Quantidade, Marca, Tipo, Modelo, Número, etc.	Classificação CÓDIGO	PREÇOS		Imposto s/ Produtos Industrializados	
				Unitário Cr\$	TOTAL Cr\$	%	Valor Cr\$
U	06	OS ARTIGOS ABAIXO DESTINAM-SE ÀS 2637, 26101, 26102, 26103, 2638 e 2639 do ESTADO DE GOIÁS: H 1/01.1.A - (P) - ARMÁRIO ESTANTE - com 3 seções, para estoque de artigos do Setor Loja. MEDIDAS: 1,80x0,40x2,05m. MARCA: Malucelli. Modelo: PREMEN. CORES: Tampo: cinza 956; Estrutura: oliva 856. Corpo: imbuia scurecida..... 01 (01 por EP)	EE.PP	7380,00 o/1pi	42.576,93	4	1.703,07
U	12	H 9/01.1.A - (P) - ARMÁRIO PARA DROGAS E REAGENTES DE LABORATÓRIO - com 2 corpos, 2 portas de abrir. MEDIDAS: 1,00x0,45x1,60m. Marca: Malucelli. Modelo: PREMEN. CORES: Corpo e Prate-Vide nota 5758					

DESPESAS ACESSÓRIAS  
Frete Cr\$  
Seguro Cr\$  
TOTAL Cr\$

CÓDIGO DA CLASSIFICAÇÃO  
01-94.03.99.00  
02-94.01.02.00  
03-  
04-

TOTAIS Cr\$ 42.576,93 1.703,07  
Valor Total da Nota Cr\$ 44.280,00  
ICM já incluído no preço da mercadoria (Calculado pela alíquota de 14 %) Cr\$ 5.960,77

Local de Saída do Estado: Entregue no  
Nome do Transportador: Deposito de Transito  
Endereço: de Curitiba.  
Placa do Veículo: Município: Estado

SAÍDA DOS PRODUTOS  
18 / 11 / 77.  
Dia Mês Ano

Marca	Número	Quantidade	CARACTERÍSTICAS DOS VOLUMES	
			ESPECIE	Peso Líquido
-	63121 a 63126	06 12	Armários-Estante Armário p/drogas e reagentes de Laboratório.	Peso Bruto

J. Heenan Ltda. Rua Pará 581 - Inscr. 1010834-X CGC 7852646/1000-80 - C/ta - 20 Blo. 35AT de 8.781 e 8.350 - Série C-1 - Autoriz. 07840 - 11/77

Recebi(emos) as mercadorias constantes da  
Curitiba, de de 19

NOTA FISCAL Nº 5758 Série C-1

Fonte: Arquivo escolar (1978-1985).

A nota anterior confirma a informação de que a compra foi feita para o estado de Goiás no ano de 1977, ou seja, antes do início das atividades da escola contextualizada na pesquisa, o que confirma que o material era adquirido e posteriormente distribuído. Em outra nota observamos que o código EP/Go 26101, contido na nota acima, se referia à Escola Estadual Polivalente na cidade de Catalão. E essa especificação está presente em várias nas notas encontradas no arquivo da escola.

A imagem abaixo confirma a referência ao código e trata de uma licitação, e ou uma remessa, feita no ano de 1977 por uma empresa do Rio de Janeiro:

**Imagem 21 – Lista de artigos para compra de materiais**

**o dragão LOUÇAS E FERRAGENS S.A.**  
 Av. Mal. Floriano 189/193 - C. POSTAL 1159 - ZC-05-Tel. PABX. 2235800 - End. Telefônico DRAGÃO(Cod. RIBEIRO)  
 CGC: 33.284.878/0001-28 - INSC. EST. 111.185.01 - Rio de Janeiro - R.J.

LISTA DE ARTIGOS

Licitação: CC 01/77-GEQ

CÓDIGO DO FORNECEDOR.....00.....Nº DO VOLUME.....003.  
 CÓDIGO DA UNIDADE EDUCACIONAL....EP/GO... 26101  
 CIDADE DA UNIDADE EDUCACIONAL....CATALÃO.....

<u>DISCRIMINAÇÃO DOS ARTIGOS</u>	<u>QUANTIDADE</u>
AÇUCAREIRO	2
BANDEJA	2
CINZEIRO	23
COPO P/ÁGUA	12
ESCORREDOR FLEXA	1
ESPATULA	3
ESPRESSOR DE LARANJA	1
MAMADEIRA	1
PRATO DE VIDRO	6
TALHA P/ÁGUA	1
TIJELA SANTA MARINA	1
TRAVESSA INDIVIDUAL	6
APARELHO DE BARBEAR	1
CABIDE P/ROUPA	4
ESPONJA DE ESPUMA	3
POLIDOR	1

Data: Rio, 25-10-77  
 Rubrica: *[Assinatura]* Cont.

Fonte: Arquivo escolar (1978-1985).

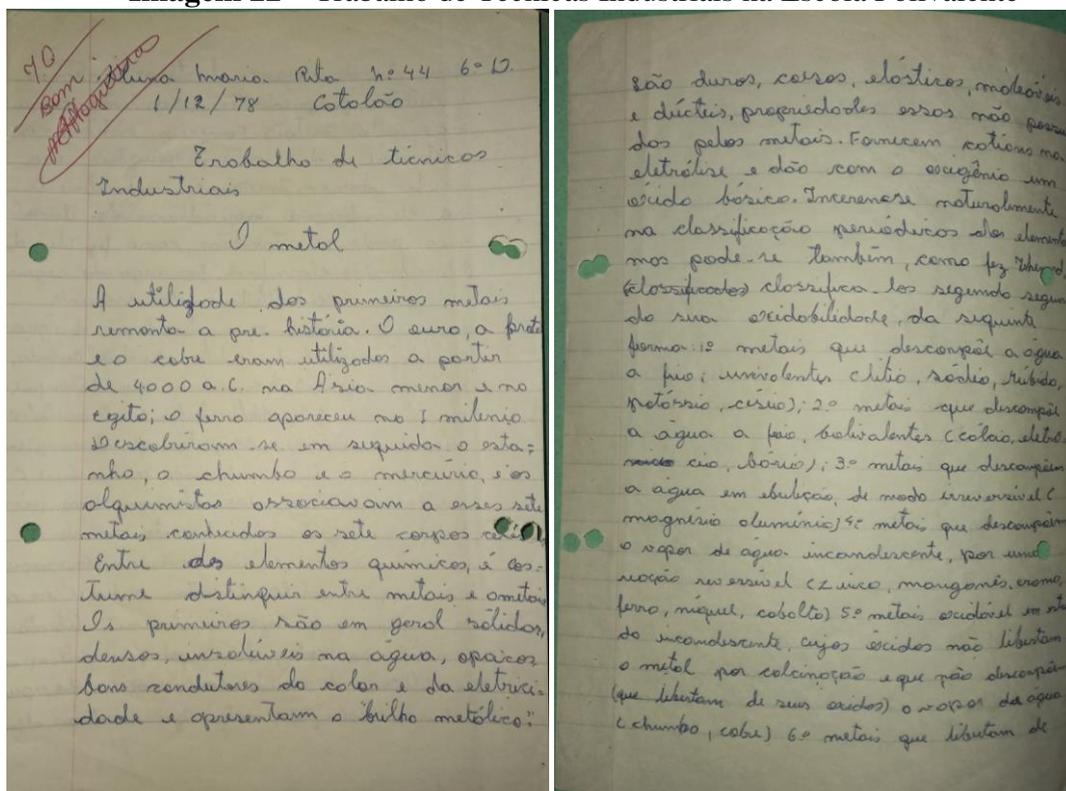
Uma observação merece destaque: a compra de aparelho de barbear seria para a disciplina de Educação para o Lar, já que os meninos também participavam da mesma? Neste caso, hábitos de higiene também seriam trabalhados na escola?

Retomando a discussão sobre a disciplina de Técnicas Industriais, ponderamos que a predominância era pelo trabalho com madeira, mas o trabalho encontrado na pasta de um aluno, realizado no ano de 1978, indica que, a princípio, havia aulas teóricas. Talvez porque os laboratórios não estavam prontos, o que é mais condizente com a situação física da escola no início das atividades, ou, porque uma parte teórica fazia parte da disciplina.

Não podemos afirmar como as aulas ocorriam, pois, não há registro das mesmas no arquivo da escola e nas atas de reunião não são mencionados os aspectos metodológicos das disciplinas práticas. Acreditamos também, que, apesar de ter uma coordenação específica, não ocorriam reuniões isoladas para tratarem assuntos das disciplinas técnicas, pois é inexistente atas com essa característica.

Vejamos abaixo parte do trabalho da 6ª série D, que que era ofertada no período noturno:

**Imagem 22** – Trabalho de Técnicas Industriais na Escola Polivalente



Fonte: Arquivo escolar (1978).

A avaliação do trabalho de Técnicas Industriais aponta que a aluna recebeu nota 7,0 que equivale ao conceito B (Bom) inserido na ata de resultados. A nomenclatura utilizada na escola contextualizada na pesquisa é de Técnicas, porém, os documentos que orientam os GOT's, precursores dos Polivalentes, a terminologia é de Artes Industriais, conforme mencionado anteriormente.

Consoante a Nunes (2000),

De fato, os Ginásios Polivalentes foram herdeiros dos Ginásios Orientados para o Trabalho criados pelo diretor do Ensino Secundário, Gildásio Amado, no Plano de Aplicação de Verbas da Diretoria do Ensino Secundário para 1965 e que previa o montante de Cr\$ 2.517.706.000,00 para sua implantação. Essa verba destinava-se à construção de 214 oficinas e salas-ambiente para Artes Industriais, Técnicas Comerciais e Agrícolas, Educação Doméstica e Gabinetes para Ciências Experimentais. (NUNES, 2000, p. 57).

A autora pondera que os ginásios polivalentes não constituíram cópias dos modelos estadunidenses, mas um “modelo híbrido” (p.57) entre a estrutura da escola norte-americana e o nosso ginásio secundário. E, para, além disso, herdaram os problemas de ambos, como: desprestígio; evasão em massa; dificuldade de contratação de professores para as disciplinas técnicas, que ofertavam salário menores aos das empresas; insuficientes verbas; defasagem de cursos; entre outros. (NUNES, 2000).

De acordo com Cunha (2002), o que se viu nos ginásios polivalentes foi uma arte que não era industrial e sim artesanal. Outrossim, frente à fotografia do laboratório de Técnicas Industriais, podemos inferir que eram realizados trabalhos com madeira nesta escola, com produção de pequenas peças.

Cunha (2002), ao questionar as aptidões que poderiam ser sondadas pelas disciplinas especiais, defende que não havia sentido uma sondagem de aptidões com atividades voltadas para o artesanato, pois:

Os técnicos industriais projetam, desenham, administram, controlam custos e qualidade, supervisionam grupos de pessoas. Devem ter informação, e, às vezes, até mesmo conhecimento do que os operários fazem. Em nenhum caso, sua formação implica o domínio de tais artes industriais, que não passam de técnicas artesanais. (CUNHA, 2002, p. 63).

Sob esta perspectiva, a escola formava indivíduos que não teriam suas habilidades desenvolvidas nas grandes fábricas, qual seja, de fabricar todo um produto, mas, o de operar uma máquina projetada especificamente para atender as necessidades do mercado, que dispensavam as qualificações artesanais. Isto posto, a sondagem de aptidões na escola, sob este viés, estaria fadada ao fracasso.

Criar parcerias de estágios ou formação com empresas locais era indicativo de que a escola estaria, de fato, fazendo esta sondagem de aptidões. Pois, uma vez inserido na empresa, ou no mercado de trabalho, o aluno estaria exercendo a profissão pela qual estaria mais apto, além de ser remunerado, nos casos de estágios.

Vejamos abaixo uma fotografia de um jornal local:

**Imagem 23** – Atividade em parceria com a Asgofétil em 1982.



**Fonte:** Arquivo escolar (1978-1985).

O recorte mostra um curso promovido em parceria com a Escola Polivalente no ano de 1982. Na descrição da imagem, assim como na própria fotografia, podemos observar que a formação era a de qualificar a mão de obra.

Outra disciplina especial que a escola oferecia era a de Técnicas Comerciais. “O professor de artes industriais prepara-se em cinco técnicas, o de técnicas comerciais em todas as que exige o trabalho no escritório e na loja, e o de técnicas agrícolas em técnicas de oficinas e variadas técnicas de campo” (AMADO, 1969, p. 86).

Nesta escola a disciplina de Técnicas Comerciais envolvia o aprendizado em máquinas de datilografia, como observado na fotografia abaixo:

**Imagem 24** – Sala de Técnicas Comerciais<sup>14</sup>



**Fonte:** Arquivo escolar (1978-1985).

É possível observar pela fotografia que existiam mesas dispostas em fileiras, cada uma com uma máquina de datilografar e um quadro para uso de giz próximo da porta.

Filgueiras (2021) ao investigar as tentativas de iniciação para o trabalho a partir da sondagem de aptidões em Belo Horizonte, pondera que as habilidades trabalhadas no

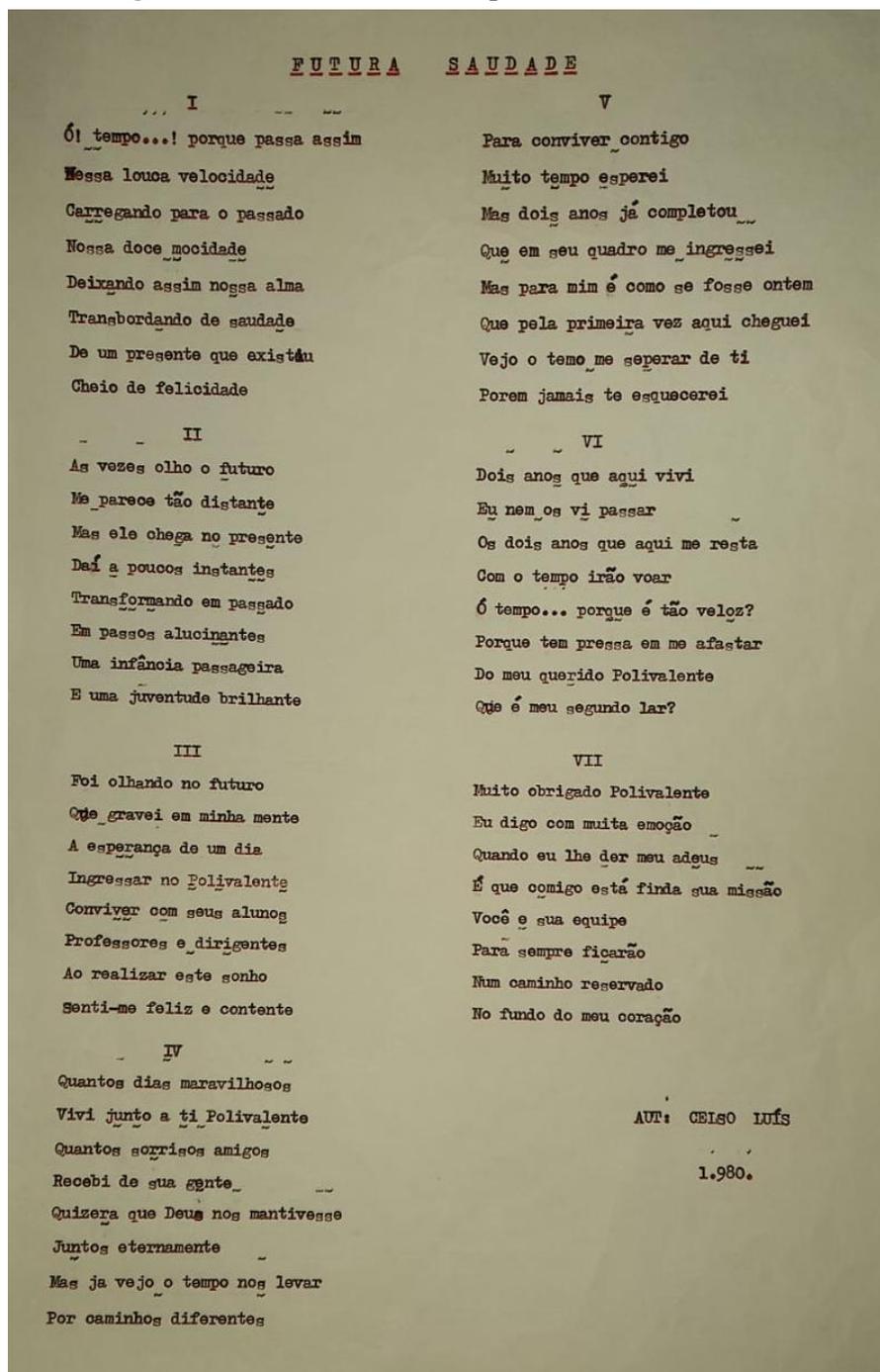
---

<sup>14</sup> A fotografia mostra a sala de Técnicas Comerciais com professoras manuseando as máquinas de datilografia.

ensino de 1º grau possibilitariam o contato com aptidões necessárias para o mundo do trabalho apresentando conhecimentos de setores específicos, com intuito de que o jovem pudesse, no futuro próximo, escolher uma ocupação profissional.

Na imagem abaixo, podemos observar um trabalho do aluno Celso Luís da 8ª série.

### Imagem 25 – Atividade da disciplina de Técnicas Comerciais



Fonte: Arquivo Escolar (1980).

Em observação à imagem, é possível inferir que o aprendizado era o de operar a máquina. Neste trabalho realizado pelo aluno, percebemos que o mesmo datilografou um poema que poderia estar relacionado à disciplina de Língua Portuguesa, mas conforme já mencionado, não há indícios de que as disciplinas técnicas estariam relacionadas às de núcleo comum, e nem que estiveram sido metodologicamente planejadas de formas isoladas. Elas simplesmente não são mencionadas nas atas das reuniões que ocorreram ao longo do período pesquisado.

Outra disciplina que contemplava o currículo era a de Técnicas Agrícolas, que de acordo com Amado (1969) compreendia práticas de oficina rural e práticas e campo.

**Imagem 26** – Sala de Técnicas Agrícolas



**Fonte:** Arquivo escolar (1980).

Na fotografia acima podemos observar a disposição de enxadas, regadores, tesouras de jardinagem, bomba para aplicação de inseticidas e ou adubos, alguns recipientes semelhantes a vasos para plantação. Pela imagem podemos compreender que os alunos exerciam trabalhos com a terra, talvez em hortas na escola.

Inácio (2011) em sua tese de doutorado analisa a formação de professores em Goiás no contexto dos acordos MEC-USAID, e menciona que houve compras de maquinários norte-americanos para uso em escolas brasileiras e pondera que:

Esses “equipamentos modernos” eram considerados sucata para os norte-americanos, embora se propagasse que eram indispensáveis para os brasileiros. A verdade é que se operou uma verdadeira limpeza no lixo tecnológico norte-americano com a sua remoção para o Brasil, o que resultou em lucro financeiro para os EUA, ação coerente com a expansão da mais valia relativa dentro da modernização conservadora. Esse fato é atestado pela existência, até por volta dos anos 1980, na cidade de Catalão, na Escola Polivalente, de maquinários vindos dos Estados Unidos que jamais foram utilizados, fosse pela falta de pessoal capacitado para manuseio, fosse por não haver necessidade de utilização destes, os quais permaneciam intactos em suas caixas originais. Não se sabe atualmente que destino teve esse maquinário. (INÁCIO, 2011, p. 117).

Conforme mencionado por Inácio, o destino do maquinário é desconhecido. O recebimento de máquinas, equipamentos e materiais não é mencionado em nenhuma reunião registrada em ata. No entanto, os registros e as fotografias apontam que as salas das aulas técnicas existiam, inclusive as Técnicas Industriais contava com uma sala que havia cortadeiras, lixadeiras, entre outras. O que nos permite inferir que não é possível mensurar o que realmente chegou até à escola e o que ficou perdido no caminho. O fato é que constantemente a escola realizava eventos para arrecadação de fundos para manter o funcionamento.

Inácio (2011) menciona que na Escola Polivalente Dr. Tharsis Campos ocorreu um ensaio para uma formação técnica a partir das disciplinas oferecidas, porém, uma profissionalização efetiva só ocorreu quando foram implantados na cidade o SENAI e SENAC.

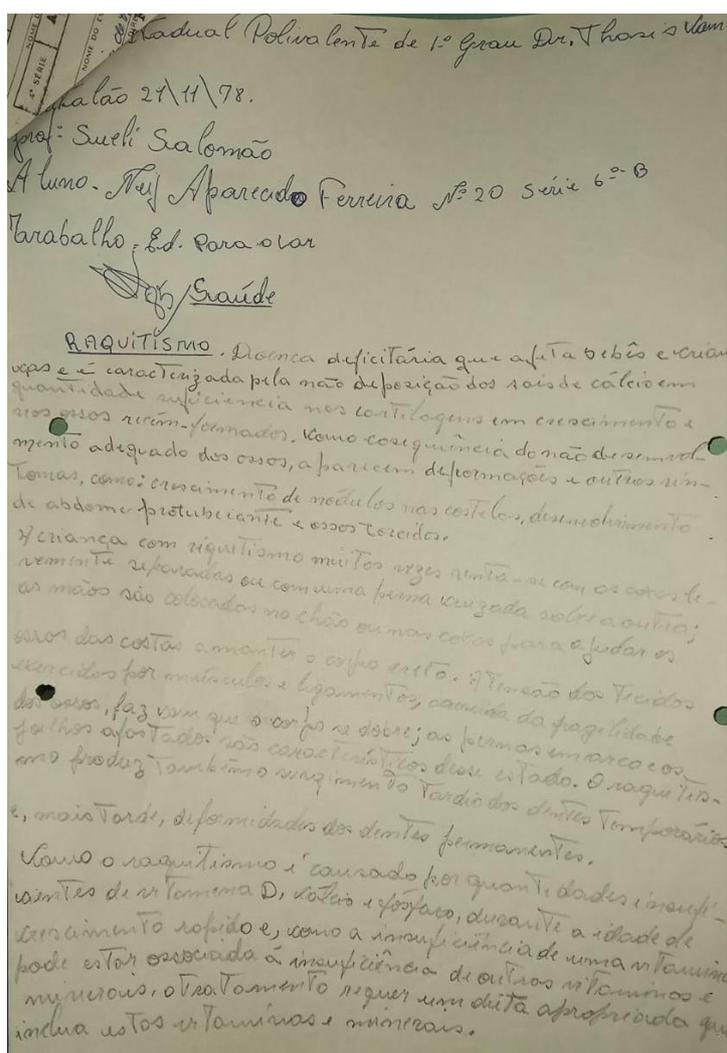
A disciplina de Educação para o Lar era frequentada por meninos e meninas, de acordo com a ata de resultados. Sobre a disciplina, Amado (1969) pondera que:

É um ensino certamente necessário em qualquer escola de grau médio. Destinado de preferência aos alunos do sexo feminino, tenderá talvez a estender-se aos do sexo masculino. Por enquanto, os programas dessa matéria incluem práticas e estudos relacionados mais com trabalhos no lar. Dada a multiplicidade de profissões da mulher, no mundo de hoje, mais adequado seria ampliar o conteúdo da matéria, dando-lhe a denominação de educação para o lar e para o trabalho. (AMADO, 1969, p. 85).

Cunha (2002) chama atenção para a disciplina de Educação para o Lar. Para o autor era outro conjunto estereotipado de produção doméstica para ensinar meninas a cuidar de uma casa “tudo dentro do mais cândido quadro conservador daquilo que se chama de lar” (p. 63).

O autor questiona qual aptidão para o lar se desejava ensinar na escola com a disciplina. Em nossa pesquisa, observamos que questões que abrangiam a saúde eram trabalhadas na disciplina, a julgar pelo trabalho de um aluno da 6ª série, conforme imagem, que compunha a documentação. Pela data da entrega do mesmo, podemos inferir que talvez seria um trabalho de recuperação de nota, pois, o mesmo foi arquivado junto à pasta do aluno.

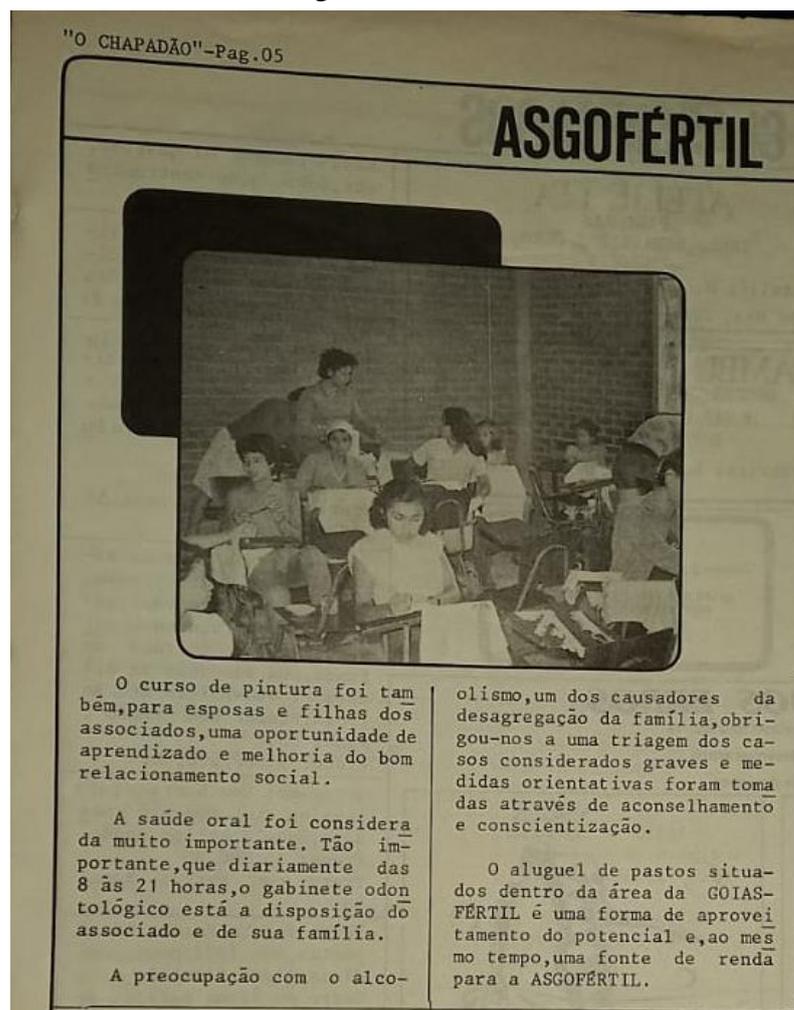
**Imagem 27** – Trabalho da disciplina de Educação para o Lar



Fonte: Arquivo escolar (1978).

O trabalho fala sobre o Raquitismo, e aborda questões conceituais da doença, como é adquirida, além de formas de tratamento. Junto ao evento promovido pela Asgofértil, promovido em 1982 há um recorte no jornal que aborda um curso de pintura realizado:

**Imagem 28** – Recorte de jornal abordando o curso de Pintura em parceria com a Asgofértil



**Fonte:** Arquivo escolar (1982).

A notícia mostra que a boa saúde era uma preocupação da época. Desse modo é possível inferir que além de aprendizados de pintura e costura, a manutenção da saúde poderia ser constantemente abordada na disciplina, uma vez que o estado de saúde dos alunos era também pauta de reuniões gerais e justificava o não aprendizado nas reuniões de conselho de classe, conforme imagem abaixo na podemos observar o relato: “Em

seguida fez um relatório do alunos entrevistados citando diversos problemas: família, religião, doença” (COLÉGIO POLIVALENTE, ATA 08/79, 1979).

**Imagem 29** – Recorte da Ata 08/79 – Conselho de Classe

9

seguida explicou aos professores, o horário de funcionamento da Biblioteca, e Hora Cívica. Cívicas (final das aulas) provas nas semanas q. vem, avaliação deve ser contínua, utilizando uma variedade de instrumentos de medida, para atender as várias dimensões do educando, o planejamento de recuperação deve escolher conteúdos significativos para o aluno deverá os alunos serem avaliados nas áreas com um teste, o sistema adotado pela Escola trimestral tudo como meta prioritária recuperação contínua, deverá o professor assistir individualmente nas suas dificuldades, ainda a coordenadora ainda questiona a sua opinião a validade da recuperação está ou não na consciência do professor dependerá ou não o sucesso da mesma, o planejamento é o caminho mais seguro na consecução do objetivo. É tomando a palavra orientadora Franíria, deu aviso aos professores que as fichas de núcleos comuns será entregue até 15 de outubro e das áreas Cívicas até a semana que vem, e em seguida fez um (relatório) relatório dos alunos entrevistados citando diversos problemas: família religião doença, foi feita também avaliação das seguintes turmas, 5ª E, 5ª F e 6ª B, e tomando a palavra a Jussara secretária da Escola que fez uma explicação aos professores, como lidar com os cantos de metas e como será feito o arredondamento de notas do aluno. Não havendo mais nada que se tratar deu-se por encerrada a reunião do Conselho de Classe às 15 horas e trinta minutos foi lavrada esta ata que depois lida e aprovada.

**Fonte:** Arquivo escolar (1978).

Entre os documentos da escola encontramos notas fiscais que indicavam a aquisição de 03 mesas de manicure adquiridas por intermédio do PREMEN, mas, não podemos afirmar que o curso existiu na escola. Constantemente, eram discutidas nas reuniões administrativas, possibilidades de cursos, a exemplo, o curso de cabeleireiro.

Porém, nenhuma informação sobre quais cursos foram realmente implantados é mencionada.

O que nos permite inferir que, talvez os equipamentos e materiais tenham chegado à escola, mas, por algum motivo não tivessem sido utilizados, já que as especificidades demandadas por estes cursos não aparecem nos registros. Talvez, nos primeiros anos, só tenha havido aulas teóricas em algumas das disciplinas técnicas, a julgar pela falta de informação.

## CAPÍTULO IV

### A ESCOLA POLIVALENTE: COTIDIANO E TRABALHO DIDÁTICO

*Ao mesmo tempo em que serão escolas-piloto, os Colégios Polivalentes deverão oferecer a seus alunos oportunidades para uma educação ou cultura de padrão qualitativo adequado e suficiente para servir de base a eventuais estudos superiores e, concomitantemente, propiciar oportunidade para habilitações profissionais, reclamadas pelo mercado de trabalho e pelo desenvolvimento do país. (MEC/SG/PREMEN/ s. d., p. 08).*

Consideramos, assim como Le Goff (1990), que o documento é uma fonte indispensável para análise historiográfica. E, por intermédio das atas (671 páginas) em que foram registradas as reuniões com o corpo docente e administrativo, analisamos, o cotidiano do colégio e a organização do trabalho didático e pedagógico, a saber: as orientações dos conselhos de classe, as rotinas escolares, as festividades e ou eventos e os principais problemas relacionados ao aprendizado apontados na escola nos anos de 1978 a 1985.

Nesse sentido, seguindo a abordagem de Bonato (2004), essa “análise documental serve para complementar informações obtidas por outras técnicas de pesquisa ou para trazer luz os aspectos novos de um tema” (p. 99).

Como mencionado anteriormente, não há pesquisas referentes às escolas polivalentes no estado de Goiás, e deste modo, outras pesquisas produzidas em outros estados, e principalmente em Minas Gerais permitiu-nos tecer questionamentos acerca dos aspectos históricos envoltos nessas escolas e aliadas às fontes documentais do arquivo escolar trouxe-nos subsídios para novas análises.

#### **4.1 As atividades docentes: orientações do Conselho de Classe**

De acordo com o Documento Base dos Colégios Polivalentes, dentre as funções do Conselho de Classe, seria responsabilidade do mesmo “debater os planos de curso e

os planos de unidade, visando a acertar estratégias comuns para sua aplicação” (MEC/SG/PREMEN, s.d., p. 61).

No período contextualizado na pesquisa, observamos que foram registradas quatro reuniões de Conselho de Classe por ano, sendo uma por bimestre, com exceção do ano de 1985. Neste ano, coincidentemente com a redemocratização do país, não houve nenhum registro de reuniões do conselho, o que não significa que não possa ter ocorrido, uma vez que a instituição funcionou normalmente neste ano, a julgar pelas atas de resultados finais.

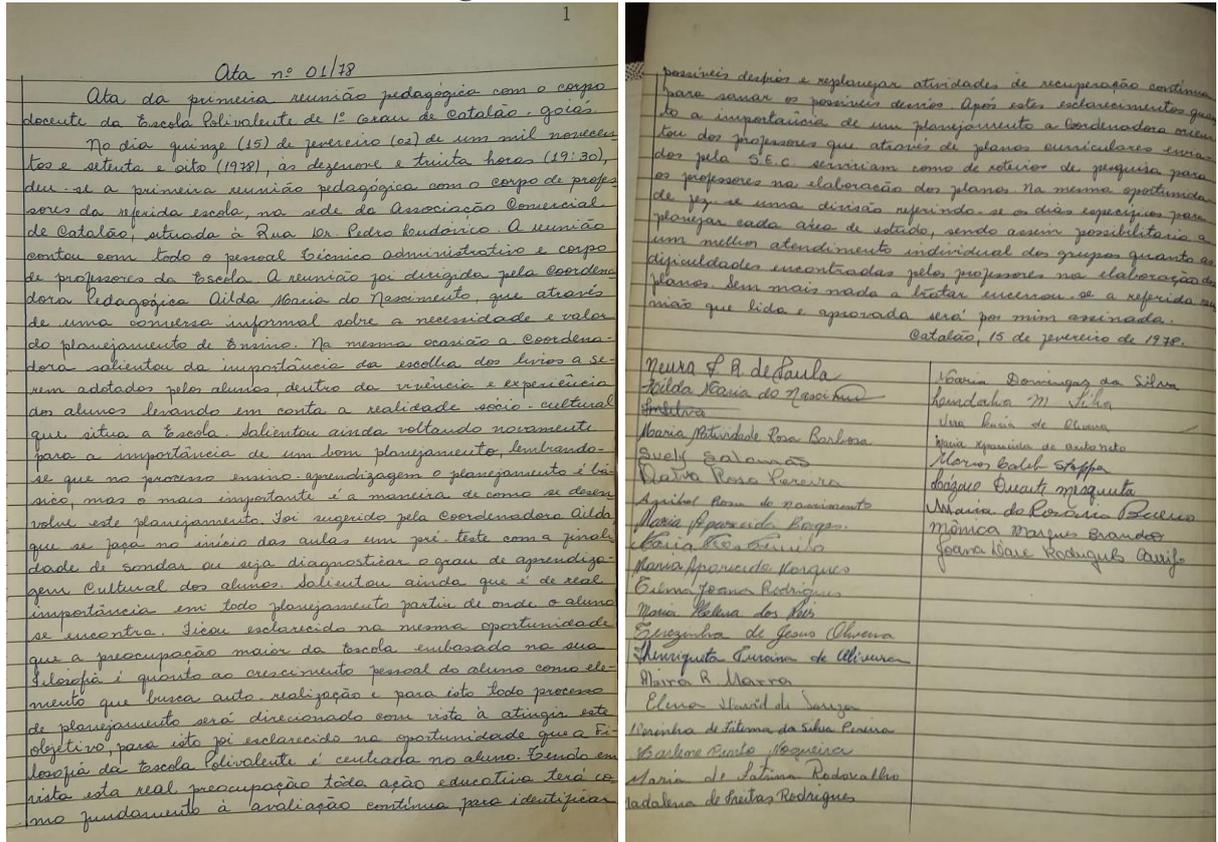
Conforme mencionado anteriormente, a primeira reunião pedagógica, dirigida por Ailda Maria do Nascimento, então coordenadora pedagógica, ocorreu em 15 de fevereiro de 1978, dia em que o colégio iniciou as atividades. Ocasão em que foram repassadas algumas informações aos professores do colégio, como a escolha dos livros, a necessidade dos planejamentos de ensino, que por sua vez deveriam ser direcionados ao “crescimento pessoal e a busca da auto-realização (sic)” (COLÉGIO POLIVALENTE – ATA 01/78 – COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA, 1978).

Nessa primeira reunião pedagógica, a coordenadora mencionou os planos curriculares enviados pela então Secretaria de Educação e Cultura (SEC), que serviriam de exemplos para o planejamento dos professores. Além disso, houve uma sugestão de divisão de grupos em dias específicos para elaboração de planos separados por área de estudo, para facilitar o atendimento dos mesmos. Havia desse modo, quatro áreas: Comunicação e Expressão; Ciências e Matemática; Estudos Sociais e Técnicas.

No entanto, conforme mencionado no capítulo anterior, não há registros dessas reuniões, o que não significa que não tenham ocorrido. Com relação às Técnicas, diferencial das escolas polivalentes, é inexistente o registro de tais encontros para tratarem assuntos pertinentes a esta área do conhecimento e formação.

Vejamos um registro da primeira reunião pedagógica feita na escola:

Imagem 30 – Ata 01/78



Fonte: Arquivo escolar (1978).

Com relação aos planos de ensino, em uma outra reunião realizada no dia 22 de maio de 1978, a coordenação salientou que “deveriam ser entregues até o dia 05 de cada mês para que os mesmos sejam avaliados” (COLÉGIO POLIVALENTE – ATA 03/78 – COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA, 1978), o que nos faz inferir que o planejamento era mensal. Nessa mesma reunião, ficou decidido o dia do primeiro Conselho de Classe, ocorrido em três períodos no dia 28 de junho de 1978.

Na reunião que antecedeu o Conselho de Classe, os professores foram orientados a preencher fichas de avaliação individual dos alunos para que as dificuldades das turmas pudessem ser discutidas na próxima reunião. Acreditamos que essas anotações ficavam em posse do professor, uma vez que não se encontrava na pasta do aluno.

Ainda nessa reunião, foi solicitado aos professores que fizessem uma votação para escolha do professor Orientador de Turma (OT), e seria ideal “o aluno escolher o seu professor orientador, mas devido ao atraso das aulas ficou resolvido entre os professores mesmos, exigindo que o Orientador da Turma fosse um professor bem aberto, comunicativo, esportista e que o mesmo lecionasse naquela turma” (COLÉGIO POLIVALENTE – ATA 03/78 – COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA, 1978). O critério

de o professor lecionar na turma, provavelmente, seria para que este professor conhecesse a realidade do aluno, para melhor orientá-lo:

A orientação para a seleção dos OT's é que o mais adequado seria aplicar um questionário com “uma pergunta que possa, sem denunciar o objetivo específico, os professôres (sis) mais aceitos pelas turmas dando oportunidade do Orientador Educacional escolher entre êsses” (sic) (MEC/DEF/PREMEM, 1971, p. 11).

De acordo com o registro lavrado em ata, o OT, deveria tomar nota de quaisquer ocorrências relacionadas à turma para qual fora escolhido, e, de posse das informações, deveriam ser feitas reuniões quinzenais com a turma.

De acordo com o documento publicado pelo MEC/PREMEM em 1971 que pondera sobre a atuação da Orientação Educacional nos Colégios Polivalentes, os mesmos deveriam contar com Orientador Educacional, Orientador de Turma e Orientador Regional.

Deste modo, era método de ação do Serviço de Orientação Educaional (SOE): “Especificamente, o Serviço de Orientação Educacional pretende fornecer um sistema de serviços e programas para alunos, professôres (sic) e pais, que facilite aos estudantes um bom ajustamento e uma passagem proveitosa pela Escola Polivalente” (MEC/DEF/PREMEM, 1971, p. 04).

Ao SOE caberia a tarefa de controlar a disciplina dos alunos e acompanhar as notas que estes atingiam. Ao aluno, competiria a atribuição de se ajustar às normas da escola. No contexto da época, a passagem proveitosa poderia ser entendida como frequentar as aulas, tirar boas notas e obedecer as regras, sem qualquer questionamento, caso contrário, o aluno poderia ser considerado como indisciplinado.

O Orientador Educacional representando o SOE tinha participação ativa na gestão dos encontros do Conselho de Classe. A representante sempre mencionava a necessidade de entrevistar os alunos, na tentativa de identificar os motivos que os levavam a comportarem-se de modo inadequado, contrários ao regulamento escolar. De acordo com o Regimento Interno eram deveres dos alunos:

- a) Comparecer às aulas e demais atividades escolares;
- b) Respeitar e obedecer às autoridades e demais elementos que comõem a administração da Escola;
- c) Zelar pela conservação do prédio, material didático e móveis, responsabilizando-se pelos danos causados. (GOIÁS, 1978. p. 11).

Nesse sentido, eram atividades típicas do OT:

- a) Reunir-se pelo menos uma vez por semana com o Orientador Educacional para receber instruções, discutir problemas e prestar informações a respeito de suas atividades;
- b) Planejar juntamente com o Orientador Educacional, e realizar as seções de orientação coletiva;
- c) Organizar democraticamente a sua turma e estabelecer as tarefas dos alunos dirigentes, assim como as suas obrigações e limites de autoridade;
- d) Desenvolver um espírito de grupo, incentivando a mais estreita cooperação entre os componentes de sua turma;
- e) Promover o entrosamento e as boas relações entre a sua turma e as demais da Escola;
- f) Incentivar e promover as boas iniciativas culturais, esportivas, comunitárias, etc. da sua turma;
- g) Controlar, analisar e discutir as atividades da turma e dos orientandos, individualmente, realizando campanhas grupais ou o atendimento individual quando se fizerem necessários;
- h) Manter-se continuamente informado das condições disciplinares de sua turma e de seus orientandos e colaborar na medida do possível, com recursos preventivos ou persuasivos, com órgãos responsáveis pela disciplina;
- i) Acompanhar o rendimento escolar dos orientandos, incentivando sua melhoria por meio de formação de grupos de estudos, contatos com professores, campanhas de estudos, atividades culturais, sugestões de técnicas, horários e planejamentos individuais;
- j) Realizar orientação individual nos casos comuns e procurar auxílio do Orientador Educacional nos casos mais complexos ;
- l) Manter contato com os professores e pais ou responsáveis pelos orientandos, para a troca de informações e mútua colaboração na solução dos problemas;
- m) Colocar no encaminhamento vocacional dos orientandos, auxiliando-os na coleta de informações e ajudando-os a analisar objetivamente seus projetos e aspirações;
- n) Apresentar relatórios regulares de suas atividades ao Orientador Educacional. (MEC/DEF/PREMEM, 1971, p. 13-14).

Bem contraditório o documento normativo dos colégios polivalentes, em que a democracia seria a base para solucionar conflitos em um período extremamente autoritário em que princípios democráticos eram inexistentes e considerados subversivos.

De acordo com o projeto para os colégios polivalentes, projetar o futuro profissional dos alunos era um dos objetivos do OT. No entanto, os registros nos mostram que a maior preocupação do OT era com a indisciplina dos alunos.

Nesta escola específica, os encontros de alunos com orientadores não ocorriam em horários específicos para essa atuação. O que nos permite inferir que provavelmente este objetivo pode não ter sido atingido.

Um detalhe interessante relatado em ata quanto às reuniões com OT é que, estas deveriam ser feitas na aula de Moral e Cívica, com os professores respectivos, em virtude de a disciplina vinculada à Orientação da Turma “não ter sido aprovada em Grade Curricular” (COLÉGIO POLIVALENTE – ATA 03/78 – COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA, 1978). Não é possível afirmar se a não aprovação foi deferida pelos professores, ou pela Secretaria Regional de Ensino.

**Imagem 31** – Recorte da Ata 03/78

tar. Logo a Supervisora Ailda passou uma folha com o tema "Avaliação e Recuperação", para que cada professor pudesse ler, e explicar. Logo explicou direitinho deixando bem claro que os Planos de aula não ser entregues até o dia 05 de cada mês, para que os mesmos sejam avaliados. De dezesseis (16) a vinte e oito (28) de junho ficou marcado o Conselho de Classe e no dia vinte e seis do mesmo entregar as notas na Secretaria. A seguir passou a palavra para a Orientadora Irmã Maria, a qual fez um comentário sobre a Ficha de Avaliação. Após feito a votação do professor Orientador de Turma. O ideal seria o aluno escolher o seu professor orientador, mas devido o atraso das aulas ficou resolvido entre os professores mesmos, exigindo que o Orientador de Turma fosse um professor bem aberto, comunicativo, esportista e que o mesmo lecionasse naquela Turma. As sessões de grupo serão realizadas quinzenalmente em uma das aulas de Moral e Cívica pelo professor desta disciplina, visto não ter sido aprovado na Grade Curricular, esta aula. Os professores escolhidos foram os seguintes: 5º A: Teresinha, 5º B: Lorinha, 5º C: Landalva, 5º D: M. Helena, 6º A: M. de Luz, 5º G: Felma, 5º E: Vera, 5º F: Laila, 6º B: Amílbal, 5º I: Eva, 5º H: Edizara, 5º J: Moisés, 6º D: M. Isabel, 6º C: M. Aparecida, 6º E: Alzira, 7º A: Wando, 7º B: Marcos Cabal, 8º A: Aparecida. Nada mais havendo para tratar, encerram-se a reunião que contou com 38 pessoas (que) lavouradas em ata que depois de lida e aprovada será devidamente aprovada.

Catalão, 22 de maio de 1978.

**Fonte:** Arquivo escolar (1978).

Ora, mais uma vez é apontado que deveria ser uma escolha democrática de OT entre os alunos, mas o que ocorreu foi uma imposição por parte da gestão escolar, e, para, além disso, chama-nos atenção da exigência de competências para atuação como OT. Ser um esportista? O que essa particularidade teria a contribuir com uma orientação

educacional ao ser considerado uma exigência ao exercício da função. Deste modo, os professores escolhidos para serem OT foram:

**Tabela 4** – Relação de professores Orientadores de Turma em 1978

Relação de professores Orientadores de Turma em 1978		
Série / Turma	Professor (a)	Ano Escolar
5ª Série A	Terezinha	1978
5ª Série B	Dorinha	1978
5ª Série C	Lindalva	1978
5ª Série D	Maria Helena	1978
5ª Série E	Vera	1978
5ª Série F	Dalva	1978
5ª Série G	Telma	1978
5ª Série H	Lázaro	1978
5ª Série I	Eva	1978
5ª Série J	Mozar	1978
6ª Série A	Maria da Luz	1978
6ª Série B	Aníbal	1978
6ª Série C	Maria Aparecida	1978
6ª Série D	Maria Izabel	1978
6ª Série E	Alzira	1978
7ª Série A	Wanda	1978
7ª Série B	Marcos Caleb	1978
8ª Série A	Aparecida	1978

**Fonte:** Elaborado pela autora a partir da Ata da Coordenação Pedagógica 03/79 (1978).

É importante destacar que, entre os dezoito professores que assumiram a função de OT, apenas três são homens. A presença feminina da docência iniciou-se no Brasil nos idos do século XIX e estendeu-se até meados do século XX com complexas adversidades. Ou seja, as mulheres foram ocupando cada vez mais o exercício docente e “essa característica se mantém ao longo dos séculos XX e XXI, acompanhada de intensas alterações econômicas, demográficas, sociais, culturais e políticas (VIANNA, 2013, p. 165), e podemos inferir que a profissão é constituída por maioria feminina.

Retomando, em análise às atas de reuniões, foi possível identificar que a prática de registrar a escolha do OT foi desenvolvida até o ano de 1979, ou seja, a partir de 1980 não há nenhuma relação dos professores escolhidos, porém, há registros das fichas que os professores preenchiam para, além de dinamizar a reunião, auxiliar a identificação dos perfis das turmas e o direcionamento para as situações particulares dos alunos. O OT tinha papel fundamental no Conselho de Classe, pois, a partir das fichas, preenchidas por eles, os problemas individuais dos alunos, bem como os problemas gerais da turma, eram conduzidos com intuito desenvolver estratégias para otimizar o aprendizado.

A respeito dos Conselhos de Classe, o Documento Base dos Colégios Polivalentes pondera que:

É grande a importância dos Conselhos de Classe, integrados pelos professores de uma mesma turma, na estrutura geral dos recursos humanos do CP.

Cabem-lhe, entre outras funções que emergirão do próprio trabalho, as seguintes:

- Debater os planos de curso e os planos de unidade, visando a acertar estratégias comuns para sua aplicação;
- Divulgar o plano curricular entre os alunos, principalmente esclarecendo-os e orientando-os quanto as opções no 2 e 3º ano;
- Avaliar a aplicação do plano curricular colhendo e fornecendo subsídios para sua atualização. (MEC/SG/PREMEN, s.d., p. 61).

Além de planejamento e discussão de metodologias, eram nessas reuniões que o rendimento escolar era debatido, questões sobre o que e como avaliar eram pautas das mesmas, além de proposta de recuperação dos alunos que obtivessem notas abaixo da média.

O primeiro Conselho de Classe ocorreu no dia 28 de junho de 1978 em três turnos, nos horários 07:00, 13:00 e 19:00 respectivamente. Todas as reuniões foram dirigidas pela coordenadora pedagógica Ailda Maria do Nascimento. Entre os assuntos discutidos nas reuniões chamou atenção o registro de que “nunca um aluno deve ser mandado para fora da aula sem primeiro ser enviado ao S.O.E.” (COLÉGIO POLIVALENTE – ATA 04/78 – COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA, 1978).

A atuação do SOE é mencionada em todas as reuniões, principalmente nas questões que envolvem a conduta disciplinar do aluno. Nas reuniões, além da questão disciplinar é possível observar que outros aspectos eram discutidos:

Inicialmente a orientadora Iranésia apresentou o perfil de cada turma contendo os seguintes dados: religiões, profissões, ordenados, instruções, situação financeira de cada pai. Enfim, tudo o que diz respeito a uma família. No qual pudemos observar que os pais de nossos alunos de modo geral são de nível cultural bem rudimentares. E que a maioria tem salários inadequados. Daí a necessidade de ajuda e compreensão de cada professor. (COLÉGIO POLIVALENTE – ATA 04/78 – COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA, 1978).

A partir desse registro é possível perceber aspectos da teoria do capital humano<sup>15</sup>, uma vez que é orientado aos professores compreenderem as situações dos alunos com dificuldades no aprendizado. Este conceito coaduna com a teoria do capital cultural elaborada por Bourdieu (1997) com intenção de compreender as desigualdades de aprendizado escolar. E, para o autor, o capital cultural pode existir em três estados, o incorporado, objetivado e institucionalizado.

O capital cultural em seu estado incorporado é o acúmulo desde a mais “tenra infância” (BOURDIEU, 1997, p. 86) de aprendizados despreziosos que ocorrem junto à família, e são transmitidos por ela, ou seja, quanto maior o capital cultural dos pais, maior a acumulação pelos filhos. Em seu estado objetivado, esse tipo de capital se dá no acesso à peças teatrais, museus, posse de bens como livros, entre outros, e conseqüentemente em seu estado objetivado ocorre pela legitimação do aprendizado, ou seja, a posse de diplomas escolares.

Segundo Arapiraca (1982) um dos pontos centrais da teoria do capital humano é o conhecimento produzido por intermédio do investimento que se faz na educação formalizada, haja vista que “na medida que cresce o nível de educação do indivíduo, cresce também sua renda, partindo do pressuposto de que a educação e o treinamento é que levam ao aumento da produtividade” (p. 41).

As três reuniões que aconteceram no final do primeiro semestre de 1978, tiveram como pauta o baixo rendimento do aluno, justificado pelo “baixo nível cultural” (COLÉGIO POLIVALENTE – ATA 06/78 – COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA, 1978). Possivelmente, este registro se deva ao fato de que os alunos eram oriundos de classes populares, considerando o local onde a escola foi instalada, à época não era um setor central, ao contrário, era um bairro afastado da cidade, e pelos registros, podemos afirmar que as famílias eram pobres.

As decisões do conselho ao analisar, segundo as atas, o desenvolvimento global do aluno envolvendo aspectos cognitivos e afetivos, foram: enviar carta aos pais, relatando as dificuldades dos filhos em acompanhar os conteúdos, e, após uma análise individual por meio das fichas preenchidas pelos OT's, estes alunos receberiam convite para “ser entrevistado na sala do SOE” (COLÉGIO POLIVALENTE – ATA 06/78 – COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA, 1978). A atuação do SOE teria o intuito de

---

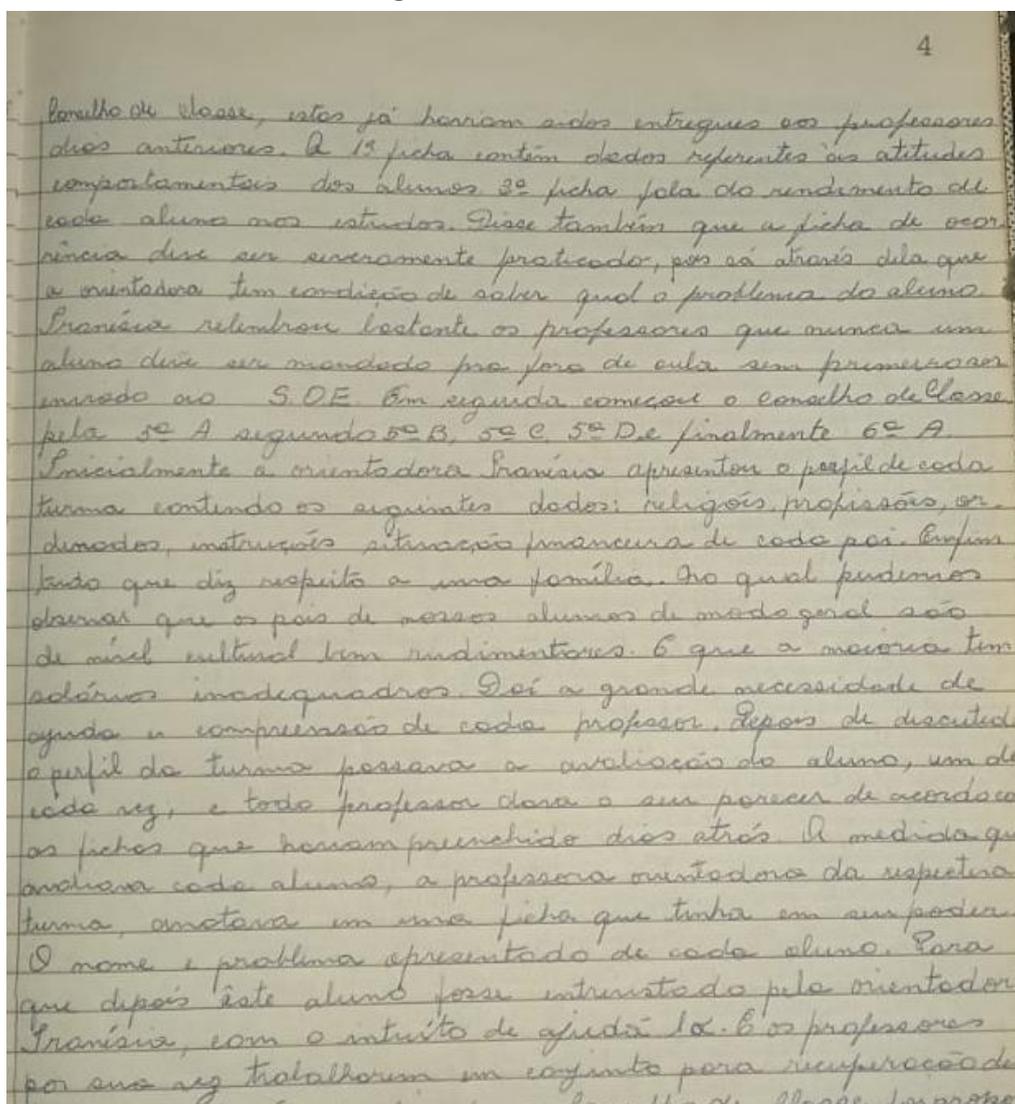
<sup>15</sup> É medido em função das habilidades e conhecimentos de um indivíduo, outrossim, o capital humano dos pais é essencialmente importante para o aprendizado acadêmico dos filhos. (COLEMAN, 1988).

promover “uma mudança de comportamento e atitudes” (COLÉGIO POLIVALENTE – ATA 06/78 – COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA, 1978).

Entre os documentos encontrados no arquivo do colégio, há um questionário<sup>16</sup> com vinte perguntas para que o professor pudesse investigar a conduta não só do aluno, mas também a sua própria atuação, cujas perguntas provocariam uma reflexão acerca da prática docente.

Nos conselhos de classes que se seguiram, foi possível verificar que os mesmos elementos foram discutidos, a saber: religião, família, renda familiar, instrução, conforme abaixo:

**Imagem 32** – Recorte da Ata 04/78



**Fonte:** Arquivo escolar (1978).

<sup>16</sup> Ver Anexo 1: Questionário SOE – Página 188

A segunda reunião ocorrida em 30 de agosto de 1978 teve como pautas a autoavaliação do professor, a recuperação dos alunos, bem como seu crescimento, além de orientações sobre como as notas deveriam ser entregues à secretaria. É relatado em ata que, ocorreram, intermediadas pela orientadora do SOE, as entrevistas com alguns alunos, porém, o conteúdo do relatório das mesmas não foi lavrado em ata.

Em atendimento à normativa caberia ao professor “determinar as formas de trabalho de recuperação para o(s) aluno(s), a fim de que as lacunas e insuficiências não se acumulem, unidade após unidade, desembocando-se numa situação mais difícil e trabalhosa, ao fim de cada semestre letivo” (MEC/SG/PREMEN, s.d., p. 70), e, para além disso, o Colégio Polivalente não deveria “incidir nos erros comuns, porém estratificados, de usar instrumentos ultrapassados para a avaliação da aprendizagem” (p. 69).

Quanto à recuperação, esta seria:

Destinada ao aluno que continuar apresentando aproveitamento insuficiente, sendo realizada em horário especial obedecendo o horário escolar. Entrará em recuperação o aluno que não atingir o conceito superior a “F” na soma dos dois bimestres. [...] O aluno que ficou de recuperação e não compareceu e não se justificou, o problema é dele. (COLÉGIO POLIVALENTE – ATA 09/78 – COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA, 1978).

De acordo com as orientações pedagógicas, deveriam ser feitos planejamentos para as avaliações de recuperação de nota que contemplassem conteúdos significativos para os alunos nas “áreas de comunicação, expressão e matemática” (COLÉGIO POLIVALENTE – ATA 09/78 – COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA, 1978). Nesse ínterim, podemos perceber a priorização das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.

Sobre as fichas individuais que o OT preencheria, foi possível fazer um levantamento com dados dos alunos, inclusive sobre as notas, observado na ata: “A diretora Neura Ferreira de Paula falou sobre os gráficos estatísticos, ela disse que achou excelente porque a maioria dos alunos obteve notas boas, pouca recuperação, é provável que teremos menos bomba no fim do ano” (COLÉGIO POLIVALENTE – ATA 09/78 – COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA, 1978).

A terceira reunião de Conselho de Classe ocorrida em 25 de outubro de 1978 ponderou novamente sobre o aproveitamento dos alunos, e diferente das anteriores,

lavrou em ata alguns nomes de alunos que não atingiram a média. O objetivo dessa reunião foi “traçar perfil de aprovação e reprovação” (COLÉGIO POLIVALENTE – ATA 10/78 – COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA, 1978). Nas atas lavradas nas três reuniões, foi possível observar que, apesar das dificuldades em Língua Portuguesa, estas eram maiores evidenciadas na disciplina de Matemática.

Desse modo, “o levantamento do perfil de aproveitamento do aluno é tarefa conjunta dos Serviços de Coordenação Pedagógica e de Orientação Educacional e Profissional, através de seus representantes junto as diversas turmas” (MEC/SG/PREMEN, s.d., p. 70).

Os Conselhos de Classe ocorridos no final do ano e final do segundo semestre, além de relatar a média de reprovação, apontaram perspectivas para o ano seguinte, como: não ser aceito na escola o aluno que não consegue cumprir com o regulamento; a importância do trabalho desempenhado pelo SOE no auxílio ao aluno na escolha das aulas técnicas; a relevância em planejar ações com intuito de melhorar o desempenho do aluno nas aulas; o controle da indisciplina, que de acordo com o OT’s influencia sobremaneira o baixo rendimento dos alunos.

As reuniões ocorridas o final do ano de 1978 foram também momentos em que os professores puderam externar suas percepções e angústias do ano letivo, com relação aos Conselhos de Classes. Foram lavrados depoimentos que os encontros eram importantes para que pudesse ser verificado se as dificuldades dos alunos eram comuns às outras disciplinas; que eram momentos de aprendizado; que houve dificuldades em cumprir o programa em consequência do atraso do início das atividades, além dos alunos estarem “fracos, sem alicerce para acelerar o programa” (COLÉGIO POLIVALENTE – ATA 14/78 – COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA, 1978).

Em análise às atas das reuniões do ano de 1978, é possível identificar características dos turnos escolares. No turno matutino há maiores registros de dificuldades cognitivas e indisciplina; no vespertino, são poucos os relatos de indisciplinas, apenas dificuldades; e no período noturno há incidência constante de indisciplina seguida de muita dificuldade, além do elevado número de evasão escolar. Na mesma direção, um adendo merece destaque: os registros lavrados nas atas variam muito de um turno para outro. Algumas são mais detalhistas e relatam nomes de alunos, outras são mais sucintas e caracterizam as turmas globalmente, ou seja, não se atêm aos detalhes.

Vejamos a ata da segunda reunião pedagógica ocorrida em 1978:

**Imagem 33** – Ata da reunião pedagógica com corpo docente 1978

Ata nº 02/78.

Ata da segunda reunião pedagógica com o corpo docente da escola Estadual Polivalente de 1º Grau de Catalão, Goiás.

Aos dois (2) dias do mês de abril (04) de um mil novecentos e setenta e oito (1978), às 19:00 horas, na sala de número quatro (4) da escola Estadual Polivalente de 1º Grau, situado à Rua Dionópolis em Catalão, reuniu-se todo o corpo docente do referido estabelecimento com a finalidade especial de escolherem a denominação para a biblioteca estudantil desta escola. O mencionado encontro foi coordenado pela Diretora Neusa Ferreira Rocha de Paula, que após ser lançado pelos presentes, vários nomes e lembrado diversas pessoas em destaque e merecimento ficou aprovado por unanimidade que a biblioteca teria o nome de "Yolanda Fonseca Ayres" em homenagem a professora que exerceu por tanto tempo o magistério em nossa cidade. No dia quatro (04) do mesmo mês foi instalada a biblioteca em sessão de autoridades, convidados especiais e todos os funcionários que fazem parte da escola Polivalente. Assim foi colocado em amplo acesso dos professores e alunos os mil e trezentos (1.300) volumes para pesquisa ou como método auxiliar de ensino. As 22:00 horas do dia quatro de abril (04/04) deste ano em curso, deu-se por encerrada a citada sessão que para tanto foi lavrada a presente ata que sendo lida e aprovada será devidamente assinada. Para constar em juízo de Paulo Leandro, designada como secretária, transcrevo fielmente esses fatos.

Catalão, 04 de abril de 1978.

**Fonte:** Arquivo escolar (1978).

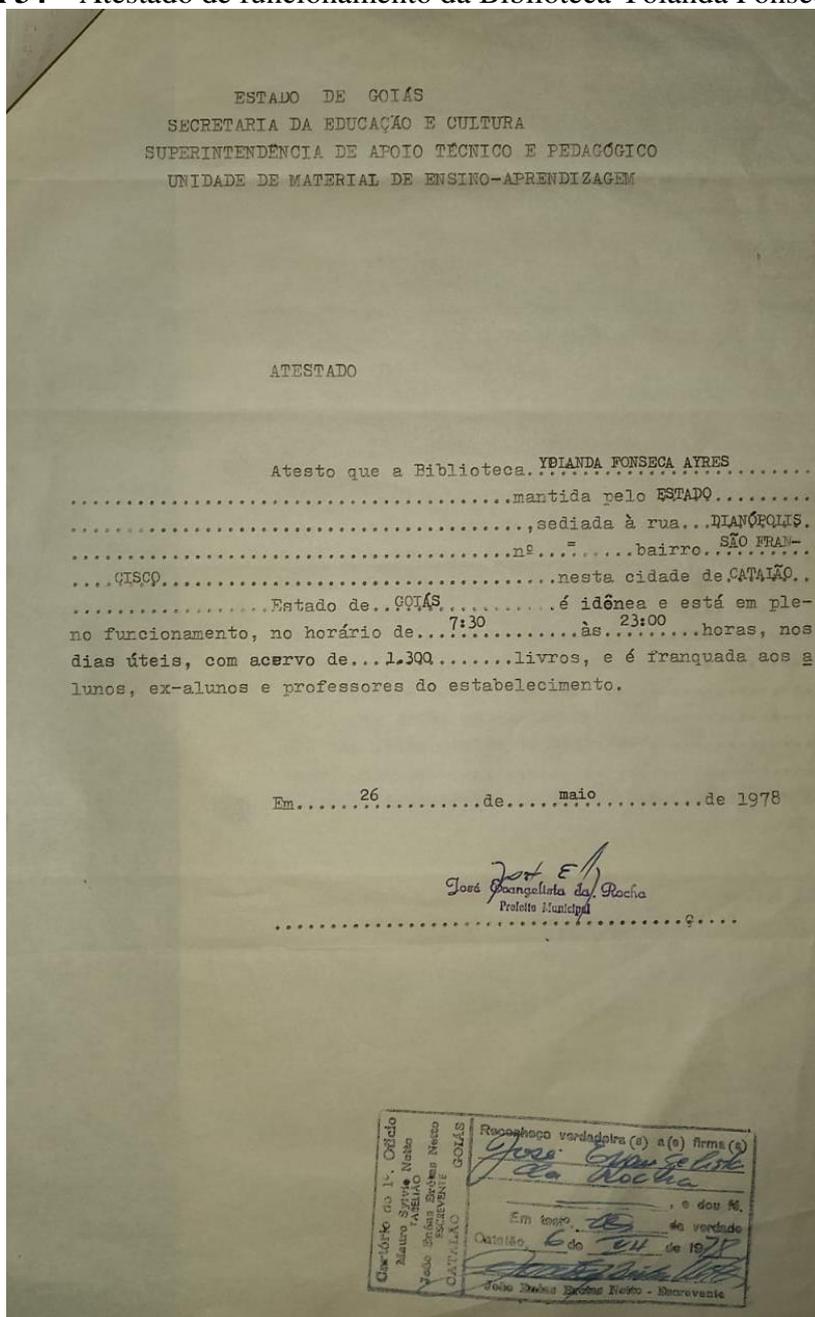
Conforme imagem acima, foi ponderado em ata a escolha do nome da biblioteca da escola. Segundo o registro, a reunião ocorreu no dia 02 de abril de 1978 para que os professores escolhessem dentre outras sugestões o nome de Yolanda Fonseca Ayres “em homenagem a professora que exerceu por tanto tempo o magistério em nossa cidade” (COLÉGIO POLIVALENTE – ATA 02/78 – COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA, 1978).

De acordo com Documento Base para o Colégio Polivalente, além de auxiliar o aluno, a biblioteca estaria também à disposição do professor, conforme o item 6, que dispõe da Tecnologia e Material de Apoio: “A biblioteca do Colégio Polivalente deve ter uma dotação razoável de obras relativas à tecnologia do ensino, para consulta pelos professores e técnicos pedagógicos” (MEC/SG/PREMEN, s.d., p. 65).

A instalação da referida biblioteca ocorreu em 04 de abril de 1978 e contou com a presença de todos os funcionários e autoridades convidadas, cujos nomes não aparecem

na ata, e, na ocasião a escola recebeu um mil e trezentos exemplares para serem usados por professores e alunos. E, em 26 de maio de 1978, foi emitido um atestado para o funcionamento da Biblioteca Yolanda Fonseca Ayres:

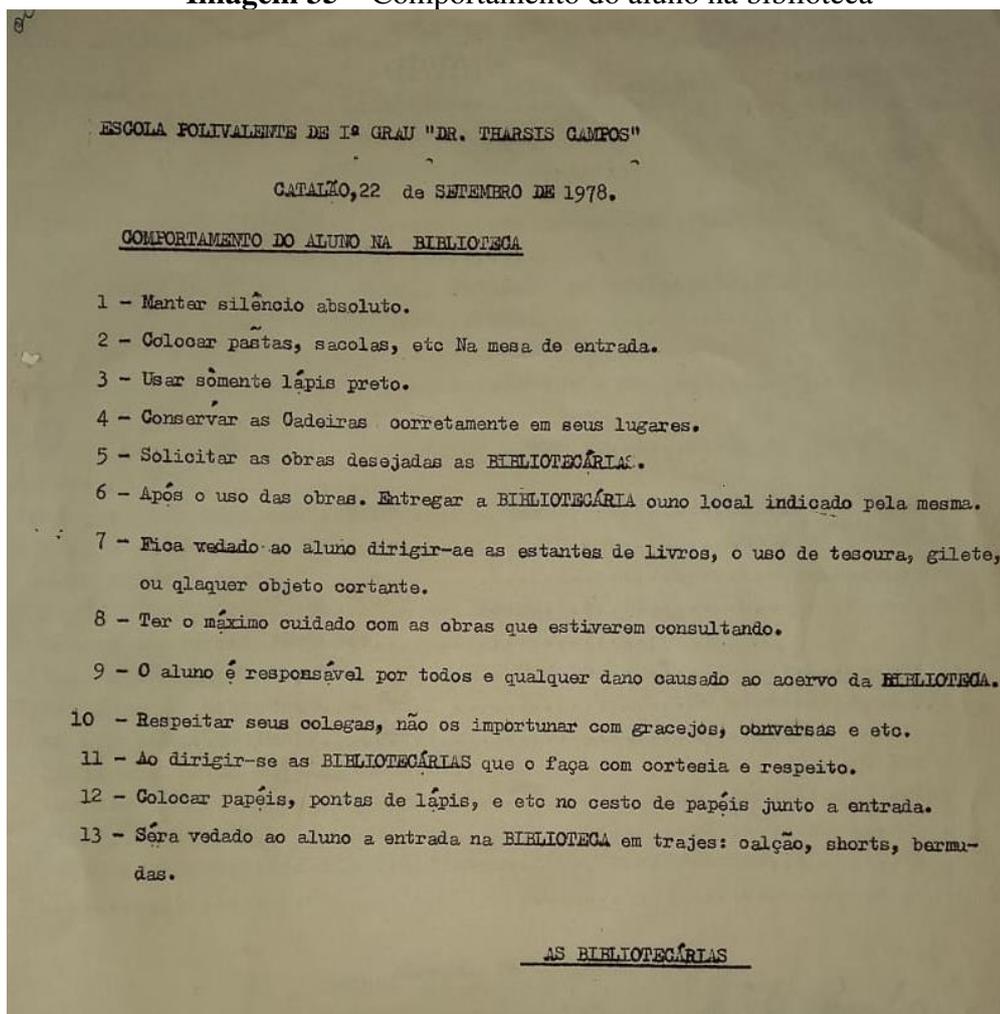
**Imagem 34** – Atestado de funcionamento da Biblioteca Yolanda Fonseca Ayres



**Fonte:** Arquivo do Colégio Polivalente (1978).

Há dias de findar o ano letivo de 1978, a biblioteca divulgou normas de comportamento direcionada aos alunos, dentro da mesma:

### Imagem 35 – Comportamento do aluno na biblioteca



Fonte: Arquivo do Colégio Polivalente (1978).

O documento acima mencionado contradiz o registro da biblioteca ao proibir o acesso do aluno às estantes de livros, pois, o registro assinado pela direção da escola ratifica que o leitor tem livre acesso às estantes. Além dessa informação, consta no registro que a biblioteca funcionaria de 7h as 11h – 13h as 17h e 19h as 23h, horário de funcionamento da escola; não era pública, contava com um funcionário; possuía catalogação de todas as obras; havia livro para registro dos empréstimos que poderiam ser domiciliares. Os itens 05) média mensal de consultas / assuntos mais consultados e 10) iniciativas culturais / exposição e conferências, não foram respondidos por ocasião de a biblioteca estar iniciando as atividades.

Uma outra contradição ao registro<sup>17</sup> da biblioteca, é com relação ao empréstimo dos livros. Em uma reunião feita em 31 de julho de 1978, ocasião em que a direção

<sup>17</sup> Ver Apêndice 01: Registro da Biblioteca – Página 208

orientava os funcionários quanto à organização da escola para a inauguração oficial. Tudo deveria estar em perfeita ordem e nos seus devidos lugares, inclusive a biblioteca. “A bibliotecária poderá orientar os alunos caso falte professor, os alunos deverão ir para a biblioteca. E todos os livros da biblioteca só serão usados nela mesma, nunca levar os livros para casa” (COLÉGIO POLIVALENTE – ATA 09/78, 1978).

De acordo com Funari (2016) a arquitetura e a organização dos espaços escolares são elaborados por aqueles que estão no poder, ou seja, pelos representantes do Estado, com intuito de modelar indivíduos operacionais. “Em outras palavras, cumprem uma função fundamental como elementos disciplinadores e de domesticação, cujos efeitos ideológicos, uma vez internalizados, estarão sempre presentes ao longo da vida de cada pessoa” (FUNARI, 2016, p. 142).

Em novembro de 1978, o então Secretário da Educação e Cultura no estado de Goiás assinou a portaria 5.374/78 que orientava como deveria ser a estrutura das Escolas Polivalentes, uma vez que estas “apresentavam características especiais que as diferenciam das demais unidades escolares” (GOIÁS, 1978, p. 01).

Entre as orientações apontava que “somente a biblioteca devidamente registrada tem direito de pleitear servidores dentro da modulação” (GOIÁS, 1978, p. 03). Além disso, o bibliotecário deveria ter formação específica na área, mas, na falta de profissional habilitado, a portaria autorizava a ocupação por outro servidor que tivesse “comprovados conhecimentos e habilidades” (p. 03). A biblioteca contava também com um auxiliar, cuja vaga deveria ser preenchida por servidor com cargo que “não ultrapasse o de Professor do Ensino Primário, guardadas as devidas habilidades e conhecimentos” (p. 03).

No segundo ano de atividades escolares, os professores reúnem-se novamente para traçar diretrizes e orientações para o ano letivo. Na ocasião que ocorreu em 29 de janeiro de 1979, os professores foram orientados novamente sobre a importância do planejamento, bem como o cumprimento do mesmo, a importância em respeitar os prazos estabelecidos, a atuação do SOE, e, para além disso, o compromisso da escola na formação dos alunos.

Em todas as reuniões que se seguiram, a direção e coordenação as iniciaram com orações, mensagens de sensibilização e ou canções. Na relação de OT's chamados também neste ano de conselheiros, é possível verificar que houve um aumento quanto ao número de turmas. No ano de 1978 havia 18 turmas, e em 1979 foram abertas mais 07 turmas: uma turma de 5ª série, quatro turmas de 6ª série, uma turma de 7ª série e uma turma de 8ª série. E, de acordo com as atas o trabalho do OT permanecia o mesmo. Na

segunda reunião de 1979 há o registro do trabalho com as turmas de 5ª série: “frisou que as turmas de 5ª séries viram os seguintes temas: Como trabalhar em grupo, Liderança, Como deve ser um amigo, normas a fazer amigos, como são as pessoas” (COLÉGIO POLIVALENTE – ATA 21/79 – COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA, 1979).

Nessa reunião ocorrida em 03 de março de 1979 há registro de que “a Escola Polivalente foi umas das quatro escolas catalanas escolhidas para a implantação de um novo sistema de recuperação” (COLÉGIO POLIVALENTE – ATA 17/79 – COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA, 1979), conforme imagem abaixo:

**Imagem 36** – Recorte da Ata 17/79.

8ª B - Marcos Labe. Terminando a palavra ficou com a supervisora Dilda, a qual fez uma alerta quanto ao planejamento e avisou que no próximo Bimestre se iria marcar um dia especial para o mesmo. Inclusive também que, a Escola Polivalente foi uma das 4 escolas catalanas escolhidas para implantação de um novo sistema de recuperação e acharam para obter melhores resultados desta implantação, que apenas as 5ª séries respectivas seriam submetidas a mesma. Dilda colocou no quadro alguns lençóis para os professores, quanto: redigir de provas, entrega de testes no SEP, entrega de notas no secretariado, conselho de classe, Recuperação periódica e entrega de notas de recuperação. Distribuir ainda a todos os presentes, apostilhas de como elaborar testes. Ficou com a palavra a secretária geral, que pediu a todos professores as cartelas do registro L. Entregou aos professores os diários oficiais e analisou juntamente com eles todos os requisitos dos mesmos, pedindo muita ordem. Explicou que tanto para as técnicas como para Educação Física os diários seriam o mesmo para cada turma e o professor encarregado de fazer a mudança e adaptação necessária. Sem nada mais para se tratar às 4:00 horas deu-se por encerrado a referida reunião, pois tanto foi lavrada a presente ata, que sendo lida e aprovada será devidamente assinada. Para constar administrativa desta escola, transcrevo fielmente estes fatos.

Lotolão, 03 de Março 1979

**Fonte:** Arquivo escolar (1979).

Nesse ínterim, a decisão foi de que as turmas de 5ª série do período vespertino seriam submetidas à mesma, pois teriam melhores resultados. O novo sistema de recuperação discutido em reunião não foi detalhado em ata.

A evasão escolar e a repetência sempre estiveram em pauta nas discussões sobre os problemas das escolas públicas. Leon e Menezes Filho (2002) ao analisarem os indicativos de reprovação e evasão escolar no Brasil nos anos de 1984 a 1997 ponderam que os principais determinantes são de ordem familiar.

Além disso, de acordo com os autores, dois aspectos podem ser observados, o índice de evasão entre os repetentes é maior do que entre o alunos aprovados, e a taxa de evasão entre os alunos que concluem a 8ª série é expressivamente maior, o que os autores chamam de “efeito diploma: os estudantes prosseguem na escola até a conclusão do ciclo escolar” (LEON, MENEZES FILHO, 2002, p. 421-422).

Deste modo, a reprovação tornava-se determinante para a evasão escolar. Na escola contextualizada à pesquisa, foi relatado em ata a alta dificuldade dos alunos na apreensão dos conteúdos além da baixa instrução dos pais e falta de recursos das famílias. Assim, é possível inferir que estes aspectos estão intimamente interligados.

Leon e Menezes Filho (2002) indicam que a evasão escolar esteve em decréscimo especialmente em meados dos anos de 1980 e apresentam dados que sugerem “que a reprovação esteja perdendo força como determinante da evasão escolar, ou que os estudantes estejam se tornando mais persistentes na conclusão dos seus estudos” (p. 424).

No entanto, é preciso lembrar que o país estava prestes a iniciar um processo de redemocratização. Os anos anteriores a este período o que se viu foi uma ditadura instaurada com ensino totalmente tradicional e autoritário.

Outro aspecto observado na pesquisa de Leon e Menezes Filho (2002) é que as taxas de reprovação e evasão ocorrem entre os alunos mais pobres. Fontineles e Silva (2012) também indicaram em sua pesquisa sobre as repercussões da implantação de instituições em Teresina-PI, indicam que a repetência e a evasão escolar ocorrem, em grande parte, nas famílias com baixa renda e com grande número de filhos. A escola pesquisada mostrou estes indicativos e a constante ressalva com relação ao aprendizado do aluno diretamente relacionado ao contexto familiar. Sendo, desse modo, inferir que um aumento na renda familiar proporcionalmente diminuiria os índices de repetência e por consequência a taxa de evasão.

Os primeiros conselhos de classe do ano de 1979 ocorreram em 09 de abril nos três turnos, matutino, vespertino e noturno respectivamente. Os mesmos aspectos são observados em relação às reuniões do ano anterior, salvo alguns casos específicos de alunos com dificuldades de aprendizado e casos relacionados à saúde dos alunos. Por

intermédio das reuniões do conselho, a coordenação traçava perfis das turmas, como exposto no quadro abaixo:

**Quadro 8**– Levantamento do Perfil das turmas em 1979

<b>Perfil das turmas no ano de 1979</b>		
Série / Turma	Turno	Observações feitas no conselho de classe
5ª série A	Matutino	Turma elogiada pelos professores.
5ª série B	Matutino	Poucos alunos repetentes com problemas de indisciplina.
5ª série C	Matutino	Turma com alto índice de repetência. Turma desinteressada.
5ª série D	Vespertino	Turma com poucos repetentes e poucos problemas com indisciplina. Alguns alunos foram caracterizados como: apáticos, imaturos, fracos, com nível socioeconômico baixo, cansados, abatidos.
5ª série E	Vespertino	Turma boa e interessada com nível socioeconômico baixo. O líder da turma é do tipo anárquico. Possui alunos apáticos.
5ª série F	Vespertino	Turma mais fraca. De 37 alunos, 25 são repetentes. Alunos desinteressados já entrevistados pelo SOE, anêmicos, fracos, nível social baixo.
5ª série G	Vespertino	Nível social baixo. Há alunos com problemas de higiene. Alunos desinteressados já entrevistados pelo SOE. Há casos de alunos com desnutrição.
5ª série H	Vespertino	Turma muito heterogênea com idades entre 11 e 19 anos. Turma com aprendizagem lenta. Há alunos considerados fracos, anêmicos, apáticos e indisciplinados.
5ª série I	Vespertino	Turma com nível econômico razoável. Há alunos com problemas familiares.
5ª série J	Noturno	Turma fraca. Casos de alunos faltosos.
5ª série L	Noturno	Turma fraca. Casos de alunos faltosos.
6ª série A	Matutino	Problemas com indisciplina.
6ª série B	Matutino	Turma desinteressada e com problemas de indisciplina.
6ª série C	Matutino	Classe mais difícil de trabalhar por conta da indisciplina.
6ª série D	Matutino	Turma indisciplinada. Caso de racismo com uma aluna.
6ª série E	Matutino	Alto índice de faltas na turma.
6ª série F	Vespertino	Turma ótima. Alunos interessados que apresentam maturidade crítica.
6ª série G	Noturno	Turma fraca. Alunos com muitas faltas.
6ª série H	Noturno	Turma fraca. Alunos com muitas faltas.
6ª série I	Noturno	Turma mais fraca entre as sextas séries.
7ª série A	Matutino	A turma foi elogiada, mas há alguns casos de alunos faltosos.
7ª série B	Noturno	Turma com boas condições para aprender apesar de ter alunos fracos.
7ª série C	Noturno	Turma mais complexa com relação à disciplina e com rendimento baixo.
8ª série A	Noturno	Turma com boas atitudes e com condições de aprendizagem. Casos de alunos não frequentes.
8ª série B	Noturno	Rendimento inferior. Casos de alunos faltosos.

**Fonte:** Elaborado pela autora a partir das atas do Conselhos de Classes referentes ao I Bimestre na Escola Polivalente (1979).

Pelo registro, parece-nos que os alunos que eram reprovados concentravam-se em algumas turmas, pois, em uma turma de 37 alunos, 25 estariam repetindo a série. Outro aspecto a ser observado é a questão da idade, a diferença de crianças de 11 a 19 anos é expressiva e provavelmente influenciava o comportamento da turma.

É importante destacar que aparentemente as turmas eram separadas em não repetentes e repetentes. Alves e Soares (2007) ponderam que essa separação pode acentuar as desigualdades no aprendizado e a escola estaria perpetuando essa disparidade, e, nessa perspectiva, a escola tem “formas internas de estruturar as desigualdades sociais, porque as oportunidades educacionais não são as mesmas em todas as turmas” (p. 53).

Há dias de findar o ano letivo de 1979, na reunião de Conselho de Classe ocorrida em 27 de novembro foram discutidos os aspectos gerais das turmas, principalmente no que diz respeito à aprovação e disciplina, e chamou-nos atenção a questão da matrícula para o ano seguinte em que para os alunos indisciplinados, a matrícula só se efetivaria “se houver vagas” (COLÉGIO POLIVALENTE – ATA 27/79 – COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA, 1979). Outrossim, a efetivação da matrícula se daria mediante contribuição, assegurada na Portaria 177/1977, cuja arrecadação foi escriturada como receita do Fundo Especial de Manutenção Escolar (FEME).

A primeira ata do ano seguinte, foi registrada em 31 de maio, sábado. A pauta da reunião foi a eleição para coordenação do CCE, “órgão nos quais os jovens aprenderiam a respeitar e ressaltar o amor e a singularidade da Pátria, além de conhecer seus direitos e deveres educacionais e de bons cidadãos” (GUILHERME, 2011, p. 119), e, na ocasião, a direção salientou que “não foi para castigar ninguém, mas que foi para facilitar para os próprios professores, e que nós somos uma família e que devemos lutar em prol do bem estar da Escola” (COLÉGIO POLIVALENTE – ATA 28/80 – COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA, 1980).

Para ocupar a coordenação do CCE, a Portaria 5.374/78 destacava que “O Coordenador do Centro Cívico deve ser um professor de comprovada habilidade e reconhecida dedicação no que tange aos hábitos de Moral, Civismo e esmerado patriotismo” (GOIÁS, 1978, p. 05). E, desse modo era designado ao CCE auxiliar o aluno em sua formação “bem como irradiar sua influência na comunidade local, tendo como base os preceitos da moral e do civismo” (GUILHERME, 2011, p. 01).

No período da ditadura Cívico-militar a tentativa de construir costumes estava implícita nas atas, e o CCE atuava para manter a ordem e a disciplina difundida pelo Estado e os alunos deveriam se ajustar às normas e às condutas por eles esperadas. E, em

concordância com Guilherme (2011) “o governo militar não poupou esforços no sentido de fazer valer seu projeto político e social no país: utilizou-se da educação como forma de controle e de legitimação e difundiu um pensamento que implicava um determinado tipo de moral e civismo” (p. 21).

Este controle exercido sob influência do Estado era esperado também dos professores, uma vez que as atas não registram nenhum questionamento quanto a qualquer assunto.

Em nossas análises verificamos que reuniões em dias de sábado não agradavam alguns professores. As reuniões ocorridas neste dia relataram de modo sucinto a situação de cada turma, a exemplo: turma fraca, turma indisciplinada e turma com potencial para aprendizagem, além de questões socioeconômicas que sempre estavam envolvidas nas discussões como justificativa para a dificuldade de aprendizado dos alunos.

Uma questão levantada nas três reuniões foi a abertura de conta em banco em nome de um dos professores para arrecadar mensalmente a quantia de “CR\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros) que servirá para eventualidades, cartão, flores e homenagens” (COLÉGIO POLIVALENTE – ATA 28/80 – COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA, 1980). Nessa conjuntura, houve o que foi chamado pelo redator da ata de problema do café. Por isso a abertura da conta para arrecadar fundos. Os indícios apontam que os funcionários que compravam o café que era servido aos professores.

As reuniões do final do semestre do mesmo ano, ocorridas em 10 e 11 de julho tiveram pautas relacionadas às faltas dos professores. A orientação era para que, se fosse necessário faltar, estes deveriam avisar com antecedência para que “o aluno não fique de prejuízo” (COLÉGIO POLIVALENTE – ATA 31/80 – COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA, 1980), além de organizar uma substituição, que deveria ser feita pelo próprio professor.

Além dos assuntos discutidos em todas as reuniões, relativos ao aproveitamento dos alunos, bem como a questão disciplinar, há menção de organização de uma festa junina que ocorreu no mês de julho, durante as férias escolares. Na ocasião, a direção agradeceu os professores pela colaboração com a organização do evento.

Nas reuniões do final do semestre de 1980, duas sugestões são levantadas: a fundação de um Clube de Línguas nos dois períodos para serem iniciados no segundo semestre e a fundação de grupo de estudo em Religião. Na reunião com os professores do turno vespertino observamos as seguintes sugestões:

A pessoa a iniciar a reunião foi a Irmã Maria da Paz, explicando que estava pensando em fundar no Colégio um Clube de Línguas, e que escolheriam as turmas de quintas séries, e também outras séries. [...] Todos os professores concordaram. Pensou também em formar um grupo de estudantes em Religião com alunos de 6ª e 7ª séries, mas a irmã terá que vir a noite para atender este grupo. (COLÉGIO POLIVALENTE – ATA 32/80 – COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA, 1980).

De acordo com Lima (2022) a língua estrangeira surgiu nos currículos brasileiros no período imperial, devido as boas relações entre a corte e a Inglaterra e pela aproximação comercial com os Estados Unidos. Durante o período republicano as sucessivas reformas ora tornava obrigatório o ensino de línguas estrangeiras, ora facultativo. E, só com a Reforma Capanema que o ensino de inglês e francês foi determinado no ensino secundário.

Todavia, com a promulgação da Lei 4.024 em 1961, o ensino de línguas estrangeiras deixou de ser obrigatório, passando, nesse sentido a disciplinas optativas. Dez anos depois, a partir da publicação da Lei 5.692 o ensino da língua inglesa volta a integrar os currículos oficiais, ainda que com carga horária reduzida.

Segundo Lima (2022),

No contexto político, ideológico e econômico da época, o ensino dessa disciplina servia como uma estratégia para atender às necessidades do processo de industrialização, valorizando assim um ensino tecnicista que não se voltava para uma formação do espírito humano. O propósito ideológico do governo militar era formar profissionais ao invés de cidadãos, porque o interesse governamental focava no desenvolvimento econômico. Nesse sentido, durante a ditadura militar o inglês obteve seu ápice no Brasil porque teve os Estados Unidos como seu principal financiador, sendo um forte parceiro comercial e econômico, que incentivou políticas públicas que determinavam uma ideologia de crescimento econômico acelerado, fortalecendo o capitalismo que apontava a língua inglesa como uma ferramenta indispensável. (LIMA, 2022, n. p.).

Nessa esteira, com a redemocratização do país, e a promulgação da segunda LDB em 1996, cada rede de ensino fica responsável por adequar seus currículos às necessidades dos alunos.

Na escola em questão, os alunos tinham dificuldades não só na disciplina de Língua Inglesa, mas em outras. Isso pode ser verificado nas atas de resultados finais. Desse modo, a intencionalidade do Clube de Línguas fica explícita, pois, exerceria a função de auxiliar alunos com dificuldades e o mesmo os preparariam para as séries

seguintes. Porém, a intencionalidade do grupo de estudos em Religião não fica clara na reunião, o que nos leva a refletir que o mesmo seria uma tentativa de catequização dos alunos. No período noturno não houve nenhuma sugestão semelhante. No entanto, não há registros nas reuniões do conselho sobre tais grupos de estudos.

A questão da indisciplina é inerente à todas as reuniões dos Conselhos de Classe, e especialmente na reunião ocorrida em 07 de setembro de 1980, sobre as turmas do período noturno, é possível observar alguns enfoques quanto

[...] os detalhes que eram destacados com ênfase pelos mestres como: alunos com impossibilidade de alcançar aprovação por baixo rendimento; alunos sujeitos à recuperação especial por excesso de faltas e notas insuficientes; alunos indisciplinados; alunos que lideram negativamente a classe impedindo o sucesso das aulas; alunos agressivos e até mesmo alunos que deveriam ser convidados a deixar a escola. (COLÉGIO POLIVALENTE – ATA 36/80 – COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA, 1980).

Nesse ínterim, a indisciplina era uma questão que além de impedir a matrícula no ano seguinte, era justificativa para exclusão do aluno da escola. A última reunião do mesmo ano foi conduzida com todos os professores, dos três turnos, e, nas circunstâncias a coordenação salientou o expressivo número de alunos que ficaram de recuperação em razão de não terem alcançado a média e que seria imprescindível “o carinho dos professores nas aulas que serão ministradas neste período de recuperação” (COLÉGIO POLIVALENTE – ATA 37/80 – COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA, 1980).

Nas primeiras reuniões do ano seguinte, além de discutir o rendimento escolar bimestral, as pautas foram: a inclusão de um dia para as aulas atividades que contaria com a participação de todos os professores e teria o objetivo de “integração entre as matérias” que deveria ocorrer mensalmente (COLÉGIO POLIVALENTE – ATA 39/81 – COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA, 1981); a leitura do Regimento Interno para reforçar o objetivo do Conselho de Classe; a organização de um evento para comemorar o aniversário da escola:

A diretora Neura falou sobre o aniversário do Colégio que estava bem próximo, pediu a cooperação de todos, pois queria comemorar para: 1º prestigiar a nossa casa, 2º organizar fundos para a vivência, 3º agradar os visitantes. A diretora ouviu várias sugestões para as comemorações, no final foi aproveitada a sua sugestão que era um desfile propaganda. Com esta atividade os alunos também tinham oportunidade de expor as suas criatividade e de participarem. (COLÉGIO POLIVALENTE – ATA 40/81 – COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA, 1981).

Nesse sentido, fica explícito no registro que o desfile propaganda tinha como objetivo projetar o Colégio Polivalente na sociedade catalana, e que seria distintivo fazer parte daquela instituição. No entendimento de Le Goff (1990), a memória poderia ser um instrumento de poder, e, para as escolas polivalentes, mostrar tal dominação era algo essencial para suscitar no imaginário social o desejo de pertencimento àquela instituição. Desse modo, a memória do desfile propaganda instigaria famílias e jovens a querer fazer parte daquela distinta instituição.

Silva (2011) pondera que as “festividades escolares fizeram parte de um processo de tentativa de construção e consolidação de uma única identidade nacional” (p. 109). A julgar pelo período, um desfile em comemoração ao aniversário da escola iria ao encontro dos ideais da época.

As reuniões bimestrais que se seguiram ao longo de 1981, apesar de ocorrerem em períodos distintos, foram registradas apenas uma ata por bimestre, com aspectos equivalentes aos três turnos. Neste contexto além de mencionar de forma global o rendimento dos alunos, a coordenação escolar sugere aos professores que tenham paciência com os mesmos.

Na reunião do dia 29 de junho, há o registro da leitura de um artigo publicado em revista que tratava de reprovação escolar, e, na ocasião, a diretora pediu que os professores orientassem os alunos a valorizarem os estudos. E que “antes de reprovar um aluno seria bom analisá-lo primeiro, pois esta mesma reprovação poderá marcar este aluno para o resto da vida” (COLÉGIO POLIVALENTE – ATA 41/81 – COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA, 1981). Esse pedido da diretora afirma uma ponderação feita anteriormente, que o problema da reprovação e evasão escolar é uma preocupação constante das escolas públicas no país.

Na reunião do dia 06 de outubro, a direção escolar menciona a possibilidade de aulas aos sábados para compor o calendário letivo, e, além disso, “explicou também sobre os objetivos do Conselho de Classe, dizendo que a Reforma de Ensino dentro da Lei 5.692, foi uma das coisas muito louvável, junto ao ensino pois facilitou em vários aspectos” (COLÉGIO POLIVALENTE – ATA 42/81 – COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA, 1981). No entanto, não é mencionado quais aspectos teriam tido mudanças consideráveis. Em conformidade com Saviani (2019b):

A reforma resultante dessa legislação alterou sensivelmente a estrutura do ensino até então em vigor. Em lugar de um curso primário com a duração de quatro anos seguido de um ensino médio subdividido verticalmente em um curso ginásial de quatro anos e um curso colegial de três anos, passamos a ter um ensino de primeiro grau com a duração de oito anos e um ensino de segundo grau de três anos, como regra geral. Em lugar de um ensino médio subdividido horizontalmente em ramos, instituiu-se um curso de segundo grau unificado, de caráter profissionalizante, albergando, ao menos como possibilidade, um leque amplo de habilitações profissionais. (SAVIANI, 2019b, p. 101).

Talvez os aspectos teriam sido a unificação do ensino primário com o ginásio, já que o colégio ainda não oferecia o ensino de 2º grau, apesar de já possuir no currículo disciplinas de Artes Industriais, Artes Comerciais, Técnicas Agrícolas e Educação para o Lar, em atendimento à Lei 5.692/71 cujo objetivo da formação especial no 1º grau era a “sondagem de aptidões” (BRASIL, 1971, p. 02).

No mesmo dia, há o registro da leitura de artigo que ponderou sobre o futuro do ensino, e, logo após a discussão do mesmo a direção pediu aos professores para “preencherem os boletins com bastante carinho” (COLÉGIO POLIVALENTE – ATA 42/81 – COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA, 1981).

Ainda na terceira reunião anual do Conselho de Classe, foi apresentado aos professores “um ofício vindo do Sidetran para os alunos fazerem trabalhos sobre: Trânsito Responsabilidade de Todos” (COLÉGIO POLIVALENTE – ATA 42/81 – COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA, 1981). O desenvolvimento do mesmo ficou sob responsabilidade dos professores das disciplinas de Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira (OSPB).

Na quarta e última reunião do ano, nos três períodos, permaneceu a orientação de os professores atentarem-se ao preenchimento dos boletins para que não cometessem nenhuma injustiça. Ao serem convidados à uma reflexão sobre o trabalho desenvolvido, é relatado a preocupação de alguns professores em manter os alunos na escola, além da sugestão de refletir sobre o desenvolvimento de algum trabalho para o próximo ano, a fim de evitar o abandono escolar e incentivar a permanência destes alunos.

Em todas as reuniões ocorridas no ano de 1981, a atuação do SOE, bem como do OT é relatada, quanto às conversas com os alunos e os registros das particularidades dos mesmos para serem discutidos posteriormente.

No ano seguinte, há o registro de apenas duas reuniões do Conselho de Classe, ocorridas em 23 de abril e 30 de setembro respectivamente, que abordaram novamente as pautas discutidas nos três períodos. De modo sucinto as atas apontam o rendimento

escolar dos alunos, e o trabalho do OT em direcionar o trabalho a ser desenvolvido com os alunos que tinham maiores dificuldades no aprendizado.

A primeira reunião do ano registrou novamente os preparativos para o aniversário da escola que seria comemorado em 02 de maio, confirmando como mencionado anteriormente, a escola por meio do evento se promoveria à sociedade local, uma vez que, conforme o registro, era o momento de “planejar os números que seriam apresentados nessa festa” (COLÉGIO POLIVALENTE – ATA 44/82 – COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA, 1982). Na segunda reunião do mesmo ano é registrado em ata, pela primeira vez o quando de honra, que constaria os nomes dos alunos que atingiram as melhores médias.

No ano seguinte, houve a troca de direção, a anterior diretora assumiu à época a Coordenação do Centro Cívico. E, anterior às reuniões do Conselho de Classe uma primeira reunião com a nova diretora e todo o corpo docente foi registrada. Alguns assuntos foram discutidos, como a importância do planejamento, a assiduidade na entrega de diários, o calendário escolar, a compra do café, o uso do telefone, e, para além disso, uma questão foi levantada: havia turmas com um grande quantitativo de alunos e isso poderia impedir o desenvolvimento de um bom trabalho.

Nesse ínterim, “foi falado do professor conselheiro na formação do aluno, inclusive no aspecto catequético que será também de responsabilidade deste professor” (COLÉGIO POLIVALENTE – ATA 46/83 – COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA, 1983). Pinheiro (2018) ao desenvolver seu estudo sobre a educação religiosa nos manuais de história em Portugal, argumenta que o catolicismo poderá ocupar sempre um papel de destaque e que este ensino tendencioso sobre religião não propicia um ambiente de respeito e compreensão de outras religiões que possam ambientar o contexto escolar.

A primeira reunião do conselho daquele ano ocorreu em 23 de maio, e além das pautas comuns à todas reuniões, algumas discussões merecem destaque. Seria desenvolvido “a Campanha sobre Tóxicos e seus Malefícios que será realizada pela nas escolas promovida pelo Layons Clube” (COLÉGIO POLIVALENTE – ATA 47/83 – COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA, 1983). O Lions Clube de Catalão é uma associação ligada à *Lions Clubs International* cujos membros e parceiros trabalham em prol do desenvolvimento da comunidade (LCI, 2022).

Silva (2010) ao publicar sua pesquisa sobre as causas que a elite feminina se envolvia juntamente com associações no Sul da Bahia, indica que o *Lions Clube* situado no município de Itabuna contava com figuras da classe dominante, e os interesse de seus

integrantes “não era se confrontar diretamente com a questão social da cidade, mas realizar medidas para conter as diferenças e desigualdades existentes, tentando controlar os segmentos mais empobrecidos, evitando possíveis conflitos sociais” (p. 04). Talvez esse intuito pairasse também na associação catalana.

A Campanha contaria com premiações de redações a nível de 1º e 2º graus. Estas deveriam ser feitas em sala de aula, e após seleção de três melhores as mesmas deveriam “ser entregues até o dia 10 de junho na Academia Catalana de Letras” (COLÉGIO POLIVALENTE – ATA 47/83 – COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA, 1983). Entre os assuntos discutidos é mencionado o auxílio de um bioquímico convidado para auxiliar os professores de Ciências nas aulas de laboratório.

Na ocasião foi solicitado aos professores auxílio para as comemorações juninas na escola que ocorreria em três dias no mês seguinte “um dia para os alunos e dois para angariar dinheiro” (COLÉGIO POLIVALENTE – ATA 47/83 – COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA, 1983). Uma outra discussão merece destaque: foi orientado aos professores não mais preencher as notas abaixo da média de caneta com a cor vermelha, porém, não foi registrado o motivo.

Do mesmo modo das primeiras atas, foi registrado características específicas das turmas a partir dos gráficos de rendimento e observações feitas pelos OT’s cujas mesmas observações foram feitas: alunos com expressivos números de faltas, baixo rendimento escolar, indisciplina e rendimento financeiro familiar.

Em análises às atas do Conselho de Classe deste ano é possível ponderar que as mesmas poderiam ter sido escritas após a reunião, visto que são extremamente semelhantes e não há uma continuidade cronológica quanto ao horário, ou seja, a ata da reunião com os professores do noturno foi registrada antes da reunião do turno vespertino. Uma particularidade é registrada no período vespertino:

Prosseguindo, falou no seu interesse em ativar as técnicas, e que já teve início com as 8ª séries com curso de pintura e cabelo. Falou ainda sobre uma viagem em Ipameri visitar a Cerâmica, uma excursão com o objetivo de adquirir sugestões para as aulas de Artes Industriais. (COLÉGIO POLIVALENTE – ATA 47/83 – COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA, 1983).

Tudo indica que até então as aulas da disciplina de Artes Industriais ainda não estavam ocorrendo conforme o currículo dos Ginásios Polivalentes, ou seja, a escola teria dado início às suas atividades como uma escola comum. E, as aulas, de pintura e cabelo,

faziam parte do currículo da disciplina de Educação para o Lar. Esse registro nos mostra que o projeto diferencial da escola já havia sido desarticulado.

As reuniões que seguiram no respectivo ano trataram além das pautas de praxe, algumas particularidades. A exemplo, na reunião com os professores do período matutino ocorrida em 30 de junho ao mencionar as particularidades dos alunos, uma professora abordou o fato de alguns não conseguirem escrever os numerais corretamente, sendo sugerido pela coordenação que “fosse dado nas aulas de Educação Artísticas, coordenação motora, não só dos numerais como também do alfabeto para que este problema fosse sanado” (COLÉGIO POLIVALENTE – ATA 51/83 – COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA, 1983).

É preciso esclarecer que caligrafia não é mero desenho de letras, ela tem intencionalidade linguística. Todavia, na disciplina de Educação Artística a coordenação motora fina pode ser exercitada. A exigência em moldar a escrita pode “colocar em xeque o princípio do respeito à individualidade da criança” (VIDAL, 1988, n. p.) É necessário, portanto, que, assimiladas às técnicas de escrita e a legibilidade, o aluno desenvolva um traço pessoal.

Destarte, não é mencionado a possibilidade de o aluno ter dificuldade em compreensão do que se escrevia, talvez, acreditava-se que apenas a grafia correta das palavras e números resolveria o que foi chamado de problema.

Uma observação feita na reunião do período vespertino merece destaque, pois contrastando a visão tradicional de educação ao propor que os alunos tenham aulas de coordenação motora para melhorar a grafia da letra, a partir da qual é possível inferir que essa melhora viria com muito treino, os professores são orientados a incentivar o esforço do aluno, visto que alguns reclamaram de maus tratos por parte dos docentes. Em continuidade, a direção chama atenção dos professores que:

[...] não explicam, apenas ditam a matéria, quando estamos em pleno século XX. Mereceu ainda a apreciação da diretora, o professor que manda o aluno para fora com apenas alguns instantes de aula, quando o mesmo deveria entender que o nosso aluno é revoltado, mas é devido ao sofrimento, à marginalização social. (COLÉGIO POLIVALENTE – ATA 52/83 – COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA, 1983).

Esse registro junto a outros que elucidam a precária condição financeira dos alunos, nos levam a ponderar que o colégio atendia alunos oriundos de famílias com baixo

rendimento financeiro, porém, contribuições mensais de CR\$ 150 (cento e cinquenta cruzeiros) eram solicitadas, além de pagamentos de livros didáticos.

Em 1983 em uma das reuniões do Conselho de Classe foi levantada a hipótese de a escola atender os alunos ao oferecer o ensino de 2º grau, pois o mesmo beneficiaria a comunidade uma vez que até o momento o município contava com apenas duas escolas que ofertavam o mesmo. A direção salienta que, apesar de outras escolas serem contra a implantação, que parece não ocorrer apenas no Colégio Polivalente, o sucesso do curso dependeria a participação e colaboração de todos.

Nessa conjuntura, foi salientado que alguns alunos estariam presentes nas próximas reuniões do conselho, e isso seria vantajoso, uma vez que “os mesmos poderão nos alertar de coisas que deixamos passar despercebidas” (COLÉGIO POLIVALENTE – ATA 54/83 – COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA, 1983).

No ano de 1984 é registrado em ata que o Colégio passará a ofertar o ensino de segundo grau, implantado nos anos de 1986, 1987, 1988 as turmas de 1º ano, 2º ano e 3º ano respectivamente. Os registros das reuniões neste mesmo ano são sucintos e apontam características gerais das turmas com apresentação dos OT's e respectivas observações. As pautas continuam envoltas ao baixo rendimento escolar seguindo da indisciplina. Conforme mencionado anteriormente, no ano de 1985 não há registros das reuniões do Conselho de Classe, que a partir de 1986 voltam a ser registradas. Ademais, o colégio funcionou neste ano oferecendo ensino de 1º grau, conforme atas de resultados finais.

## **4.2A rotina escolar**

### **4.2.1As ações motivacionais e ou disciplinadoras com professores e alunos**

A partir de análises ao Arquivo Histórico do colégio, observamos que frequentemente os funcionários recebiam mensagens motivacionais, a exemplo a que fora recebida em 1978, que ao discorrer sobre o que seria trabalho, expressiu que “além de preocupação, era uma maneira de sentir-se vivo” (ARQUIVO HISTÓRICO DO COLÉGIO POLIVALENTE, 1978).

Além dos professores, os alunos receberam da escola, no início de suas atividades em 1978, um panfleto de boas-vindas e orientações sobre como se comportar na escola, ou que era esperado destes alunos. O mesmo foi lido anteriormente na reunião que antecedeu o início das aulas: “Lemos também a folha “Caro Aluno” que posteriormente

será entregue aos alunos para conscientização dos mesmos no sentido de valorizar e conservar sua escola” (COLÉGIO POLIVALENTE – ATA 04/78, 1978).

Conforme exposto anteriormente, as reuniões do Conselho de Classe sempre se iniciavam com uma oração seguida da leitura de um texto ou uma música com intuito de provocar a reflexão da prática docente, que por vezes demonstrava uma visão romantizada da educação.

É possível observar essa perspectiva em uma das mensagens direcionadas ao professor, datada de 1981:

[...] Homens de sua estirpe, neste mundo conturbado, sofrem de pé, com serenidade. E você mestre (a), é um exemplar desta rara espécie de titãs que, nos redemoinhos da vida consegue manter-se, como os jequitibás, invergável e diretamente voltado para o alto, para as causas grandiosas, distantes da lama em que se debate a mesquinhez sórdida dos vis escravos da ambição e do egoísmo. Você meigamente se dá a todos. Quase nada recebe. Mantém seu coração puro e aberto à luta cotidiana contra o mal maior – a ignorância da verdade, que é eterna e divina e é símbolo da libertação. (ARQUIVO HISTÓRICO DO COLÉGIO POLIVALENTE, 1981).

Em todas as reuniões não só do Conselho de Classe, mas também com todos os funcionários, o princípio da educação como uma doação está presente. A docência ao longo da trajetória profissional adotou diferentes contornos, ora religiosos, ora políticos, além dos aspectos formativos que assumiram diferentes metodologias de ensino. No período contextualizado na pesquisa, o esforço do Estado era alfabetizar as massas com objetivos políticos (SOUZA; SILVA, 2021). Nesse ínterim, a representação “em torno da imagem da docência é a ideia de que seria uma atividade ligada a missão e ao sacrifício pessoal” (SOUZA; SILVA, 2021, p. 08).

Em concordância com os autores, o professor, apesar de ser estereotipado de diferentes formas, predomina a “imagem do herói ou missionário capaz de tudo realizar pelo bem de seus alunos” (SOUZA; SILVA, 2021, p. 14). O discurso à época era de que ser professor era cumprir uma missão divina:

Sua profissão bem exercida, exige muito de você, pois ser professor é mais do que profissão, é Missão! É missão porque requer constante vigilância, exame quase diário do cumprimento do dever. É missão dos fortes, porque o peso é grande e responsabilidade ainda maior. Contudo é gratificante. É satisfação, e só você professor, cabe o sabor de tamanha Realização. Quero dizer do muito que você representa em cada minuto

do ano letivo. (ARQUIVO HISTÓRICO DO COLÉGIO POLIVALENTE, 1980).

Em todas as discussões era salientado pela coordenação pedagógica e direção, a importância em ter paciência e solidariedade com os alunos indisciplinados, principalmente no momento da avaliação e preenchimento de diários. O baixo rendimento dos alunos, que era medido pelas notas, sempre esteve em pauta.

Charlot (2014) ao refletir sobre o fracasso escolar, tece considerações sobre de quem seria a culpa, do aluno ou do professor? Sem cometer anacronismo, uma vez que a autora assevera contextos de outra época, a reflexão é válida, pois “quando o aluno não consegue aprender, sempre chega um momento em que é difícil não levantar a questão de saber de quem é a culpa” (CHARLOT, 2014, p. 102).

Esse raciocínio vai ao encontro do questionário<sup>18</sup> entregue pela SOE aos professores para que reflitam sua prática pedagógica. As reuniões além de provocar reflexões serviam para chamar atenção de todos os funcionários para problemas que ocorriam na escola, a exemplo, a reunião realizada em 12 de julho de 1978:

O tema principal da reunião foi o esclarecimento aos funcionários do desaparecimento de um gravador que pertence ao patrimônio da Escola Estadual Polivalente de 1º Grau “Dr. Tharsis Campos, no valor mais ou menos de três mil cruzeiros (3.000,00). Acrescentando que não suspeitava de ninguém e ao mesmo tempo de todos. (COLÉGIO POLIVALENTE – ATA 08/78, 1978).

Além de leituras e cantos motivacionais com o corpo docente e administrativo, também recebiam frequentemente mensagens de boas-vindas, os alunos novos e os veteranos em retorno de férias, a exemplo:

Depois de umas boas férias o pessoal de sua Escola, espera por você e lhe deseja um feliz retorno. Enquanto você descansou muitos preocuparam como seria o seu retorno, o que está precisando ser feito para alcançar melhores resultados. Foram feitas algumas considerações e muitas análises. Observamos no decorrer do 1º Semestre alguns pontos que gostaríamos que você, aluno inteligente que é, analisasse e colocasse a consciência em ação. (ARQUIVO HISTÓRICO DO COLÉGIO POLIVALENTE, 1982).

---

<sup>18</sup> Ver Anexo 1: Questionário SOE – Página 188

Em continuidade da mensagem, alguns questionamentos são feitos no sentido de provocar a reflexão do aluno quanto ao uso do uniforme, o atraso da chegada na escola, prédio danificado, cartazes informativos destruídos, valorização das aulas técnicas, entre outros. Uma questão que chama atenção é: “Você já notou que muitos alunos ficam o dia todo na Escola atrapalhando o bom andamento disciplinar? Será que eu não faço falta em casa e atrapalho a Escola?” (ARQUIVO HISTÓRICO DO COLÉGIO POLIVALENTE, 1982). A partir dessa questão, é provável que a escola ficasse aberta à visitação, e os alunos quando não estavam em aulas ficavam perambulando pela escola.

Um comunicado que nos chamou atenção foi entregue no início das atividades letivas do ano de 1980. O mesmo orienta os alunos quanto algumas condutas disciplinares:

Caros Alunos,

Todos aspiram à liberdade. Certamente, ser livre não é fazer tudo / quanto passe pela cabeça. É ser capaz de fazer o que é obrigação. Liberdade não é independência, nem tão pouco contra dependência, ser sempre do contra. É interdependência. Se vivo entre pessoas e acontecimentos, o meu bem estar (sic) depende do bem estar (sic) dos outros e das circunstâncias. Por isso devemos ter controle de nossos **IMPULSOS PARA NÃO PREJUDICAR A NINGUÉM.**

É importante que você tenha interação de aprender. Por isso é necessário que você tenha interesse e dedicação. Mas, para alcançar mais facilmente o sucesso, é necessário que você se torne responsável por sua vida de estudante:

- 1 – Seja pontual e assíduo;
- 2 – Compareça às aulas sempre e uniformizado;
- 3 – Obedeça ao sinal;
- 4 – Nos intervalos permaneça em ordem na sala de aula;
- 5 – Nos horários vagos evite circular nos corredores e procure realizar outras atividades que não perturbem os que estão em sala;
- 6 – Peça permissão ao professor para sair e entrar na aula;
- 7 – Aguarde a permissão do professor para sair da aula no recreio e no final do turno;
- 8 – Evite entrar nas salas durante o recreio;
- 9 – Seja pontual na entrega dos trabalhos;
- 10 – Traga o material solicitado;
- 11 – Revise o que foi dado e realize exercícios;
- 12 – Não faça trabalhos e aula, alheios a matéria que está sendo dada;
- 13 – Participe dos trabalhos de grupo e não fale muito alto;
- 14 – Aguarde sua vez de falar;
- 15 – Obedeça a escala de limpeza, não rabiscando paredes, carteiras, portas, etc.;
- 16 – Evite conversas que perturbem a aula;
- 17 – Coopere com a limpeza na sala, pátios, banheiros, etc.;
- 18 – RESPEITE: professores, funcionários, colegas;

19 – Cuide do material da Escola, cartazes, murais, vidraças e banheiros...

20 – Quando em recuperação, compareça às aulas.

Tudo isso é importante; mas muito mais importante ainda é você desenvolver o espírito de COOPERAÇÃO, CAVALHEIRISMO E AMIZADE entre os alunos e professores, mas nunca deixando de lado o RESPEITO pela pessoa de seu próximo. Concorrendo assim, para um ano letivo cheio de repletas realizações. 1980. (ARQUIVO HISTÓRICO DO COLÉGIO POLIVALENTE, 1980).

A partir dessas orientações entregues pelo SOE podemos perceber algumas particularidades da rotina escolar: 1) A escola tocava sinais para entrada, saída e rodízio de professores; 2) Possivelmente havia falta de professores, uma vez que é mencionado horário vago; 3) Provavelmente havia uma escala de limpeza das salas de aulas, que deveriam ser feitas pelos próprios alunos para manter o ambiente mais agradável; 4) Havia constantes danos causados ao patrimônio do colégio, pois, essa questão também foi abordada em reuniões com o Conselho de Classe; 5) Algumas orientações sobre como se comportar dentro da sala de aula, que provavelmente eram reforçadas pelos professores, eram comunicadas logo na chegada e antes do aluno adentrar a mesma.

Destarte, merece destaque a ideia de disciplinar os estudantes, calar a sociedade, um dos objetivos centrais do período cívico-militar. Apenas alguns tópicos dizem respeito ao processo de ensino e aprendizagem.

Nas reuniões do Conselho de Classe a indisciplina era uma preocupação constante, e talvez por esse motivo orientações de conduta no espaço escolar eram entregues ao alunado. Nesse mesmo comunicado, havia menção à liberdade, em que ser livre, não é fazer tudo o que lhe vem à mente, ao contrário, “é controlar os impulsos para não prejudicar ninguém” (ARQUIVO HISTÓRICO DO COLÉGIO POLIVALENTE, 1980). A liberdade do aluno era cumprir as obrigações que dele eram esperadas.

#### **4.2.2 Os eventos e festividades**

As atas registram vários eventos organizados com arrecadação de dinheiro para realizar posteriores modificações para melhoria física da escola. Essa arrecadação seria uma espécie de “caixa escolar”. O primeiro evento relatado em ata, é a inauguração da escola, em que professores e alunos se organizaram em grupos para realizarem limpeza e

organização do prédio. Entre os meses de junho e julho, em todos<sup>19</sup> os anos de funcionamento da escola, com exceção de 1985, foram promovidas festas juninas, cujas arrecadações foram utilizadas na melhoria do prédio, bem como na compra de materiais e ou aparelhos que de alguma forma beneficiariam o funcionamento da escola.

Observemos uma imagem que confirma os eventos ocorridos na escola.

**Imagem 37** – Festa junina de julho de 1980



**Fonte:** Facebook de Paulo Roberto Machado Vaz (2023).

A imagem acima foi publicada em uma rede social com a descrição da festa ocorrida em 1980 na escola polivalente. Na imagem, podemos ver alunos e ou professores vestidos com trajes típicos da festa junina.

Oliveira e Anjos (2022) ao fazerem um estudo historiográfico de festas escolares indicam que

Sobre os aspectos da história das festas escolares que têm sido evidenciados, o mais saliente é o das festas como momentos de celebração de valores patrióticos ou ideologias políticas em circulação. Para além disso, também é inegável que as festas escolares funcionavam, por vezes, como vitrines das escolas, dando a ver à sociedade, por meio desses momentos celebrativos, o que essas instituições faziam em termos educacionais nos diversos contextos sociais em que estavam inseridas. (OLIVEIRA, ANJOS, 2022, p. 194).

---

<sup>19</sup> De acordo com o recorte da pesquisa (1978 – 1985).

Segundo os autores, além de ideologias políticas, as festas escolares por vezes estiveram envoltas em aspectos religiosos para justificarem os festejos. Na reunião do dia 31 de julho, é mencionado um evento que ocorreu na cidade:

A diretora, Sr.<sup>a</sup>. Neura fez várias recomendações como: Catalão iria viver três dias, 16, 17 e 18 em Encontro Cultural promovido pela S.E.C. (*Secretaria de Educação e Cultura*) e Agência Local, deverá tomar parte todos diretores, vice diretores (sic), orientadores educacionais e pedagógicos e secretários. E o Polivalente para ajudar a cidade na organização desse evento irá fazer a propaganda. (COLÉGIO POLIVALENTE, ATA 09/78, 1978, grifo nosso).

Em visita ao Arquivo Digital da Academia Catalana de Letras, encontramos o registro do escritor Cornélio Ramos, então presidente da academia, entregando o título de cidadão catalano ao acadêmico Jaime Câmara:

**Imagem 38** – Cornélio Ramos recebe título de cidadão catalano



**Fonte:** Acervo Digital Academia Catalana de Letras

A homenagem ocorreu no dia 17 de agosto de 1978, em sessão conjunta, a Câmara Municipal de Catalão e a Academia Catalana de Letras homenagearam o jornalista e escritor que foi recebido na cidade por um número expressivo de cidadãos. A ata não registra detalhes dos eventos que ocorreram na cidade, porém, acreditamos ser este uma das celebrações do Encontro Cultural. Na reunião ocorrida no início do mês do evento, a direção da escola salienta que “seria realizado em Catalão o primeiro Encontro Regional de Educação e Cultura, afirmando, a Sr.<sup>a</sup>. Diretora Neura disse ser mais ou menos quatrocentos (400) professores” (COLÉGIO POLIVALENTE, ATA 11/78, 1978)

Algumas apresentações de alunos em reunião de pais compuseram os eventos organizados pela escola, nas ocasiões, os alunos ensaiados por professores e OT's faziam leituras de poemas e apresentações de trabalhos feitos em sala de aula. A partir do ano de 1979 há registros de cultos e sessões de solenidades aos formandos do 1º grau em que

eram compostas mesas com convidados locais e membros da escola e secretaria de educação, à época chamada de Delegacia de Ensino.

Ao contrário dos outros registros, no ano de 1985 lavrou-se ata de sessão solene e celebração de missa aos concluintes do 1º grau. Na ocasião, “o Sr. Secretário Arédio Teixeira Duarte falou de sua sensibilização no que se refere a implantação do ensino de 2º grau na Escola Polivalente e falou do resultado de sua luta e leu em seguida a portaria de implantação do 2º grau” (COLÉGIO POLIVALENTE, ATA DE ENCERRAMENTO DO 1º GRAU, 05/85, 1985). De fato, a escola passou a oferecer o ensino de 2º grau, a julgar pela ata de encerramento dos cursos de 1º e 2º graus lavrada em 1988.

As celebrações de caráter cívico sempre estiveram presentes nas escolas promovendo ideais do Estado constituindo, nesse sentido, uma memória cívica em que a participação massiva de professores e alunos foram decisivas para a composição da identidade estatal em cada período histórico.(OLIVEIRA, ANJOS, 2022).

Desse modo, “as festas escolares e rituais cívicos integram a cultura escolar das instituições educativas desde a consolidação das escolas como espaços formais de instrução e socialização das crianças e jovens” (FILGUEIRAS e ARAÚJO, 2019, p. 41). Conseqüentemente, os eventos cívicos constroem significados e incorporam valores da sociedade. Vejamos o registro do evento cívico ocorrido em 1981.

**Imagem 39** – Desfile cívico em 1981



**Fonte:** Arquivo Histórico do Colégio Polivalente, 1981.

Pela imagem é possível verificar que os alunos vestiam o uniforme escolar, com camisa branca e calça bege, coincidentemente da cor dos uniformes militares de Goiás. É possível ver a formação dos alunos com meninos à frente, ainda que as meninas estejam na comissão de frente. Outro aspecto importante é que a maioria dos alunos eram negros e pardos.

Em todos os anos, nas reuniões com pais, com o corpo docente e administrativo são mencionados os ensaios e preparativos para os desfiles que ocorreram em 20 de agosto, em comemoração ao aniversário da cidade. O evento mobilizava toda a comunidade escolar.

### **4.3 As reuniões gerais: administrativas e docentes**

A primeira reunião ocorrida em 15 de fevereiro de 1978, conforme exposto anteriormente foi para apresentar a escola, seu funcionamento e filosofia de acordo com os preceitos dos ginásios polivalentes. E, na ocasião os professores foram alertados quanto aos planos de ensino e planejamentos de estudos, além de como deveriam ser preenchidos os diários. No mesmo ano a partir desses encontros foi escolhido o nome para a biblioteca, eleição para professores orientadores, distribuição de aulas bem como sensibilização de professores a partir de leitura de textos motivacionais, que a nosso ver era uma tentativa de articulação política, com intuito de que os professores aderissem ao projeto administrativo dos gestores escolares, que por sua vez, intentavam legitimar a política do Estado.

No segundo semestre de 1978 observamos o registro em ata do evento que ocorreria nos dias 16, 17 e 18 de agosto. No mesmo mês havia expectativas para inauguração da escola que só ocorreu em novembro e o aniversário da cidade, comemorado no dia 20 de agosto. De acordo com o registro a escola iria desfilar na comemoração, observemos o motivo da reunião ocorrida em 07 de agosto de 1978:

Motivo principal, esclarecer as datas das provas e requisitar professores para ornamentar e organizar o desfile das comemorações dos 119 anos de Catalão, que se realizará dia 19 (dezenove) de agosto do ano de 1978. [...] Nos dias 14, 15 e 16 provas nas 3 (três) primeiras aulas e nas outras seria os ensaios com as alunas. Foi esclarecido pela Ailda que as alunas das técnicas encerrariam em setembro seu período. O professor Aníbal explicou que seria difícil um desfile por falta de tambores, mas sim uma passeata. (COLÉGIO POLIVALENTE, ATA 11/78, 1978).

Nesta mesma reunião a direção mencionou que a sociedade catalana “espera muito do Polivalente” (COLÉGIO POLIVALENTE, ATA 11/78, 1978), sendo necessário que as alunas fossem treinadas para receber o público e oferecer-lhes um cartão de boas-vindas. A diretora finalizou o encontro com entusiasmo e expectativas ao dizer que:

Em um mil novecentos e sessenta e nove (1969) o Polivalente nasce, 1976 Polivalente cresce e em 1978 (um mil novecentos e setenta e oito) Polivalente se torna realidade com: seu patrono Dr. Tharsis Campos. Seu Centro Cívico Bernardo Guimarães, a sua Biblioteca Iolanda Aires. Suas técnicas através de seus homenageados Dr. Sílvio Paschoal. Deputado Ênio Paschoal, Deputado Hélio Levi da Rocha, Sr. Bento Rodrigues de Paula, Irapuan Costa Júnior, Ernesto Jeisel, Secretário Humberto Ludovico de Almeida, o atual prefeito José Evangelista da Rocha, Dr. Sidon Guimarães e Dr. Walter Guerra. (COLÉGIO POLIVALENTE, ATA 11/78, 1978).

Em 1979 o primeiro encontro teve como pauta a reflexão dos problemas do ano anterior quanto ao ensino e aproveitamento dos alunos e os professores foram convidados a compartilhar ações que eles acreditavam que pudessem melhorar o bom andamento das atividades escolares. Nesse sentido, algumas metas foram traçadas, como elevar o nível de médias dos alunos além de conter a indisciplina dos mesmos. Esses assuntos foram discutidos nas reuniões que se seguiram durante o ano.

Além das questões acima mencionadas, os encontros ocorridos no ano de 1979 enfatizavam o levantamento contínuo do perfil das turmas com dados de entrevistas realizadas com os alunos bem como a condição socioeconômica das famílias.

Na reunião realizada no segundo semestre do mesmo ano, a direção levantou a questão das faltas sem justificativas, que foi pauta de todas as reuniões subsequentes e enfatizou que “as aulas de sábado será mais para os professores que devem carga horária, pois esta é a maneira de complementar a grade curricular da escola e os alunos não fiquem prejudicados” (COLÉGIO POLIVALENTE, ATA 21/79, 1979).

Ao iniciar o ano de 1980, foi orientado aos professores que os conselhos de classe ocorreriam após findar cada bimestre e seriam realizados antes da entrega de notas a secretaria. Além disso, os professores foram alertados quanto as faltas, as quais “os pont os serão cortados” (COLÉGIO POLIVALENTE, ATA 26/80, 1980). De praxe em todo início de ano, aos professores eram lembradas algumas questões, como: a importância do planejamento, da utilização de mais de um instrumento avaliativo, atividades cívicas programadas, o cuidado com a manutenção dos recursos didáticos da escola, economia de materiais pedagógicos, entre outros.

Em agosto do mesmo ano, além das pautas anteriormente mencionadas, a questão de aulas ao sábado é novamente discutida. A coordenação solicitou aos professores “bolarem qualquer atividade nas aulas aos sábados para que os alunos tenham mais incentivo” (COLÉGIO POLIVALENTE, ATA 28/80, 1980).

Faltando alguns meses para findar o ano de 1980, a diretora salientou em reunião que um dos objetivos da mesma era que o professor “descansasse do aluno” (COLÉGIO POLIVALENTE, ATA 30/80, 1980). Além disso, mencionou o desânimo de todos com o aumento de doenças na cidade, acreditamos se tratar da Poliomielite, pois nesse mesmo ano houve uma mobilização para vacinação em massa. Outro detalhe interessante da reunião se refere à aula de sábado:

Quanto as aulas de sábado, não fui eu quem ocasionou-as, foram os próprios professores com o Movimento da Valorização dos Professores. Então, se estamos dando aulas nos sábados, vamos cumpri, dá-las com amor e carinho. Procurar observar bem as faltas do aluno, pois a única maneira de conseguirmos ele aqui no sábado é valorizando sua presença. (COLÉGIO POLIVALENTE, ATA 30/80, 1980).

A presença nas aulas no sábado era constantemente discutida nas reuniões com professores e nos encontros com pais e mestres. O professor deveria ministrar aulas de modo atrativo ao aluno, e este com incentivo da família deveria comparecer às mesmas.

Em uma reunião com porteiros da escola ocorrida em setembro de 1980, a direção sinaliza a dificuldade financeira da escola que ao apresentar o balancete “alegou que não temos mais dinheiro, não sabemos como tocar daqui pra frente, daí a necessidade do que falei a pouco, economizar o que pudermos” (COLÉGIO POLIVALENTE, ATA 31/80, 1980). O registro menciona que esta reunião era com os porteiros, no entanto há orientações quanto ao uso de materiais de limpeza, o que indica que os funcionários que cuidavam da conservação da escola estariam presentes. Além disso a questão das faltas era comum entre os mesmos.

A falta ao trabalho era pauta de todas as reuniões com o corpo docente e administrativo. Em setembro de 1980, a direção fez um comunicado aos funcionários: “Agora se o professor faltar, a responsabilidade será dele e quando for faltar terá que avisar a direção por escrito e com antecedência. A ficha de ocorrência ficará na pasta de cada professor e serão abonados apenas três dias mediante atestado médico” (COLÉGIO POLIVALENTE, ATA 32/80, 1980).

No início do ano de 1981, as pautas da reunião foram: a) a apresentação dos professores que estavam iniciando as atividades escola; b) a quantidade de turmas decorrente do número de matrículas: 10 turmas de 5ª série, 07 de 6ª série, 05 de 7ª série e 05 de 8ª séries divididas em três turnos. Além disso, a primeira reunião do ano ponderou sobre carga horária e calendário letivo, mencionados nos registros da ata de modo sucinto.

O ano era 1982 e o discurso da primeira reunião feita com docentes e administrativos se manteve. A direção apresentou os professores que iniciariam os trabalhos na escola, salientou a importância do planejamento e enfatizou o compromisso dos mesmos com a educação, que apesar de ser difícil “vale a pena quando feita com amor” (COLÉGIO POLIVALENTE, ATA 38/82, 1982).

Um mês após o início das aulas, outra reunião foi feita para que os professores fizessem um levantamento dos alunos mencionando as dificuldades de aprendizagem, bem como os problemas de indisciplina. De modo sucinto, os professores falaram de modo geral sobre as turmas e chegaram à conclusão de que os alunos precisariam ser acompanhados e motivados a ter seriedade com os estudos.

Nessa mesma reunião a direção fez um apelo aos professores inspirada em um artigo da revista *Veja*, não mencionado na ata, porém o pedido foi o seguinte:

A diretora salientou que nosso professorado procura muito pouco a biblioteca da escola, pedindo que usem mais os seus livros e que não trabalhem visando só o dinheiro, devemos procurar sermos bons professores, enriquecendo nossas aulas, tornando-as mais interessantes aos alunos para que os mesmos ampliem seus conhecimentos. (COLÉGIO POLIVALENTE, ATA 39/82, 1982).

Na ocasião, a direção solicita também aos professores a obrigatoriedade de os alunos possuírem um caderno de rascunhos para que as carteiras da escola não sejam rabiscadas.

Na primeira reunião ocorrida em 1983, houve a troca de direção, porém os aspectos discutidos nas reuniões de início de ano permaneceram inalterados, de acordo com os registros. Especificamente neste ano, a diretora menciona o importante trabalho dos professores orientadores de turma na formação do aluno “inclusive no aspecto catequético que será também de responsabilidade deste professor” (COLÉGIO POLIVALENTE, ATA 42/83, 1983).

Ao iniciar o ano letivo de 1984 umas das pautas da reunião foi a comemoração do 6º aniversário da escola e a constante necessidade de arrecadação monetária para custear

as despesas escolares. Tudo indica que a escola que propagava ser diferente das demais, já não recebia investimento fruto dos acordos MEC-USAID que teve sua última renovação em maio de 1970. Ademais, consoante a Menezes (2005), durante 500 anos de história, o governo brasileiro se manteve afastado do financiamento educacional. E, de acordo com a autora, apenas nos últimos setenta<sup>20</sup> anos, desde a constituinte de 1934 “que a União, por meio da vinculação constitucional de recursos tributários para a educação, passou a ter de destinar parte das suas receitas fiscais para a manutenção e desenvolvimento do ensino daqueles que sustentam seus cofres” (MENEZES, 2005, p. 24) e, conseqüentemente há 30 anos de omissão que necessitam ser resgatados.

Na continuidade, a direção chamou atenção dos funcionários quanto aos horários de trabalho e o uso de um carimbo quando houvesse falta, seja por qualquer motivo.

Na oportunidade, a direção solicitou aos professores que concentrassem em suas funções e “procurassem um trabalho para ser feito a fim de não ficar formando grupinhos de conversas” (COLÉGIO POLIVALENTE, ATA 46/84, 1984). Percebemos que as conversas e reclamações nos corredores da escola estavam atrapalhando a convivência a ponto de ser necessário a intervenção da direção que solicitou que toda e qualquer observação deveria ser feita ao superior imediato.

O encontro registrado no início do segundo semestre do mesmo ano, teve como mérito a “sondagem entre os alunos e alunas o assunto que mais lhes interessava para que seja proferida palestras” (COLÉGIO POLIVALENTE, ATA 47/84, 1984). Essa reunião registra a chegada do professor Dan à escola.

Este professor é considerado uma figura ilustre no ensino de matemática na cidade. Ribeiro (2019) na dissertação de mestrado cujo título Professores de Matemática em Catalão: história da profissão docente (1971-2015), expôs parte da trajetória do professor Dan Ahsuero de Faria, considerado pelo autor como autodidata, o mesmo não fez curso superior, mas atuou como professor de matemática em escolas da rede pública e privada de Catalão, além de ofertar aulas particulares a alunos de cursos superiores na cidade e outros professores, exerceu também cargos de direção. E, após se aposentar, o professor ainda atua com aulas particulares em sua residência.

Nos anos de 1985 e 1986 não há registros em ata de reunião geral na escola. O registro seguinte data do ano de 1987 que pondera a eleição para direção da escola, e subsequentes.

---

<sup>20</sup> Período considerado na tese de Menezes, defendida em 2005.

#### 4.4 As reuniões de pais e mestres

Em 08 de julho de 1978, ocorreu a primeira reunião com pais de alunos e contou com a participação do corpo docente e administrativo da escola, além da presença de 169 pais, conforme imagem abaixo:

**Imagem 40** – Ata 07/78 – Reunião com pais

Ata n° 007/78

Ata da sétima reunião do corpo docente e administrativo da Escola Estadual Polivalente de 1° Grau "Dr. Thaisis Campos".

As vinte horas (20:00) do dia oito (08) de julho (07) do ano de hum mil novecentos e setenta e oito (1978), deu-se início a mais uma reunião do Corpo Administrativo da Escola com os pais dos alunos. Abriu a reunião a Diretora Neura Ferreira Rocha de Paula explicando sobre a frequência do aluno, passando a apresentação da Escola e mostrando o que é o Colégio Polivalente.

Como funcionamos e mais, mostrando que o colégio é diferente dos outros que o aluno sai dele com sanção de aptidão. Após falou do uniforme, do horário das aulas que o mínimo é de 50 minutos cada aula e que por isto o horário para começar é às sete horas e quinze minutos (7:15), apelando assim, aos pais, para que o aluno chegue na hora. A seguir fez-se a apresentação do corpo docente e administrativo da escola. Depois a supervisora Nelda explicou sobre a Recuperação. O aluno que tira nota cinquenta (50) a sessenta (60) vai também para recuperação. Não que ele é preciso de recuperar, mas sim um reforço, ficando assim como presente que o Colégio dará para o aluno. Passou a palavra para a Orientadora Traciara que explicou sobre o Boletim habilitando mais a parte de conteúdo. A seguir fez a entrega do mesmo, pedindo aos pais uma contribuição de cinco cruzeiros (05\$00). A entrega dos boletins foi feita aos pais, colocando-os em salas de aula separadas por ordem de série. O boletim foi entregue pelo professor Conselheiro de Turma. A seguir levamos os pais para conhecer toda Escola. Na saída todos assinaram o livro de visitas.

Esta reunião foi feita com pais que tem filhos que estudam no horário noturno e vespertino. Contamos com 169 pais presentes. Nada mais havendo para tratar foi lavrada a ata que depois de lida e aprovada porai devidamente assinada.

Neura F. R. de Paula | Traciara Maria da Silva  
Nelda Neura do Nascimento | Jussara de Padua Bezandro

Fonte: Arquivo Escolar (1978).

O documento registra que a reunião foi para apresentar aos pais os professores e como a escola funciona. “O colégio é diferente dos outros porque o aluno sai dele com sondagem de aptidão” (COLÉGIO POLIVALENTE, ATA 07/78, 1978), além disso, a direção mencionou aos pais como funcionaria o sistema de avaliação e ou notas: “O aluno que tira cinquenta (50) a sessenta (60) vai também para a recuperação. Não que ele é preciso de recuperar, mas sim um reforço, ficando assim como presente que o colégio dará para o aluno” (COLÉGIO POLIVALENTE, ATA 07/78, 1978).

Nessa primeira reunião, informações como o horário de início das aulas e o tempo de 50 min destinada a cada aula. Foi explicado também as informações sobre o boletim escolar: “Passou a palavra para a orientadora Iranésia que explicou sobre o boletim, salientando mais a parte do conceito. A seguir fez a entrega do mesmo, pedindo aos pais uma contribuição de cinco cruzeiros” (COLÉGIO POLIVALENTE, ATA 07/78, 1978).

Nessa reunião ocorrida no início das atividades escolares já é possível observar que a escola já solicitava contribuição dos pais para manter a escola em funcionamento, havendo, desse modo, indícios de que os recursos eram escassos, não legitimando o projeto inicial das escolas polivalentes.

No mesmo ano em setembro, a pauta da reunião, além da entrega de boletins, foi a necessidade de os alunos frequentarem as aulas de Educação Física, que de acordo com Oliveira (2002) serviria como propaganda do regime militar. As mesmas ocorriam em horários diferentes das aulas.

E, para, além disso, a supervisora falou aos 130 pais sobre a:

Reforma do Ensino, bem como das dificuldades que nos apresentavam este nos tempos passados. Explicou que a Lei 5092 veio reformar o ensino, dando condições ao aluno para vencer aqueles obstáculos. Disse que a escola não atua sozinha, ela necessita do apoio dos pais para que os alunos se desenvolvam melhor. (COLÉGIO POLIVALENTE, ATA 12/78, 1978).

A supervisora não menciona as dificuldades que permeavam o ensino no passado, e dá sinais de que a reforma de 1971 seria benéfica à educação. No registro a Lei mencionada é a 5092. Acreditamos ser um erro de redação, uma vez que esta lei publicada em 1966 não trata de reforma do ensino. Nesse sentido, a supervisora se referia à Lei 5.692 de 1971 que traria uma proposta de educação profissionalizante. (MANFREDI, 2002).

A ata 19/79 registrou a importância de o aluno ir uniformizado para a escola, e segundo a direção “a aparência do aluno é muito importante, pois esta também influi na avaliação do aluno; é válido para o aluno o seu comportamento, pois este pode pesar no seu conceito” (COLÉGIO POLIVALENTE, ATA 19/79, 1979).

De acordo com os registros em ata, observamos que, além das aulas de técnicas, as de Educação Física também ocorriam em horário diferente das aulas regulares, ou seja, o aluno precisava retornar em outro período para realização destas disciplinas. A falta dos mesmos a estas aulas tornaram-se questões discutidas em todas as reuniões com pais. E os mesmos eram constantemente lembrados que ambas disciplinas poderiam reprovar o aluno. Na ocasião, foi informado aos pais que o aluno que estivesse impossibilitado de participar das aulas práticas de Educação Física, mediante atestado médico, o professor iria elaborar trabalhos escritos para serem entregues com intuito de obter nota na disciplina.

Uma outra questão foi abordada nesse encontro: vaga para estudar no período noturno. Silva (2015) ao pesquisar a história da educação de adultos e adolescentes em Uberlândia indica que as escolas noturnas eram negligenciadas e funcionavam de modo precário e, para, além disso, os alunos normalmente eram muito carentes de recursos financeiros, ou seja, o curso noturno era frequentado pela parte pobre da população, provavelmente porque não poderiam frequentar a escola durante o dia, para poder trabalhar e ajudar no sustento da família.

Nessa continuidade, a direção salienta que é uma preocupação uma criança de 14 anos estudar à noite, e que essas vagas estariam reservadas aos “alunos mais velhos” (COLÉGIO POLIVALENTE, ATA 19/79, 1979). A mesma ata registra algumas atividades extraclasse como uma palestra de Educação Sexual, história de Catalão e menciona uma visita que seria feita à Mineração Catalana.

Na reunião de pais realizada em setembro de 1979 algumas questões foram discutidas com os pais, a exemplo: a questão de notas, a frequência e a contribuição financeira culminando com a entrega de boletins, na qual cada série era representada por um professor. Na ocasião, a direção salientou que é de extrema importância em o aluno se esforçar para recuperar a nota deixando claro aos pais que “ainda haverá recurso, isto é, se o aluno estudar mais e tiver boa vontade” (COLÉGIO POLIVALENTE, ATA 25/79, 1979), além de enfatizar a questão do excesso de faltas que poderia ocasionar uma possível repetência ou a recuperação.

Quanto à contribuição financeira, foi mencionado pela direção que os recursos estariam sendo destinados à “cimentação do pátio” (COLÉGIO POLIVALENTE, ATA 25/79, 1979) para realização das aulas de Educação Física.

Em junho de 1980, a reunião de pais e mestres além de discutir os aspectos habituais das reuniões, a diretora chama atenção dos pais para que os alunos não faltem às aulas no sábado, pois as aulas de técnicas teriam muito valor na formação dos mesmos.

Merece atenção uma abordagem feita nessa reunião, sobre a Campanha da Poliomielite realizada em território nacional, em que a professora Dalva Rosa Pereira proferiu um discurso com explicações sobre os estágios da doença, além da importância da vacinação dos filhos.

Em agosto do mesmo ano, a reunião com os pais elucidou a importância da contribuição voluntária, uma vez que a arrecadação seria “revertida para o bem do próprio aluno” (COLÉGIO POLIVALENTE, ATA 29/80, 1980). Neste mesmo encontro foi repassado aos pais a criação do Clube de Línguas, discutido anteriormente com os professores, enfatizando a importância para os alunos que possuem dificuldades.

Além da frequência às aulas de técnicas e educação física, foi mencionado aos pais a criação do Círculo de Pais e Mestres, enquanto uma entidade de aproximação dos pais com o cotidiano da escola, o mesmo seria criado em breve. E, a primeira reunião ocorreu dois meses depois, na qual o objetivo divulgado era “resolver problemas da escola perante a comunidade” (COLÉGIO POLIVALENTE, ATA 33/80, 1980). Na ocasião, foram entregues aos pais panfletos com orientações sobre o que seria esse Círculo de Pais e Mestres, que atuaria como uma comissão de representatividade dos pais:

Em virtude de estar consagrada a importância da família na educação das crianças, um Círculo de Pais e Mestres bem orientado e ativo pode ajudar imensamente a escola e aos pais no rendimento de seus filhos. A. P. M. (*Associação de Pais e Mestres*) tem como finalidade tornar pai e mãe conscientes dos problemas educativos de seus filhos, instruí-los na arte de discernir os conflitos nos quais estão emocionalmente envolvidos, levá-los a notar as dificuldades, na evolução da criança ou do adolescente, bem como das relações familiares. O Círculo de Pais pede professores esclarecidos para atuar, que leve em consideração as diferentes condições sociais e intelectuais dos alunos, a fim de que seja produtivo o resultado dos trabalhos na pequena coletividade em que se constitui o Círculo de Pais. (ARQUIVO HISTÓRICO DO COLÉGIO POLIVALENTE, 1980, grifo nosso).

O panfleto mencionava que os pais que participassem das reuniões, agendadas com antecedência, seriam frequentemente lembrados das funções e finalidades do Círculo

de Pais e Mestres, além disso, as reuniões deveriam ser bem frequentadas, ou seja, contar com a participação expressiva de pais, e, conseqüentemente a escola estaria comprometida em atender os anseios dos mesmos.

Branco (2009) aponta que, inspirados nos princípios da Escola Nova de Dewey, nos Estados Unidos, intelectuais brasileiros tentaram adequá-los à realidade brasileira, e à frente Lourenço Filho propôs a criação da Associação de Pais e Mestres (APM) nas escolas públicas de São Paulo. A APM teve seu primeiro estatuto em 1934, a partir daí, deixaram de ser organizações livres, estando, desse modo, ligadas à direção da escola, que “por sua vez estava ligada aos órgãos governamentais” (p. 31).

Esse estatuto indicava que as reuniões contariam com participação de membros da escola, que deveriam estar na direção, e que estas englobariam todos “os pais alunos e professores, e não apenas aqueles envolvidos com as questões educacionais” (BRANCO, 2009, p. 31). Outra questão que estava posta, dizia respeito à arrecadação voluntária dos associados, esta deveria ser revertida para a escola para ser utilizada em melhorias para a instituição.

O primeiro estatuto da APM vigorou até a década de 1958, quando o segundo foi elaborado e previa uma direção colegiada “na qual predominava a presença de pais” (BRANCO, 2009, p. 32) e até o ano de 1971 as APM’s existiram em caráter facultativo sendo estabelecida a obrigatoriedade através da Lei 5.692 que indicava no Art. 62:

Cada sistema de ensino compreenderá obrigatoriamente, além de serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar entidades que congreguem professores e pais de alunos, com o objetivo de colaborar para o eficiente funcionamento dos estabelecimentos de ensino. (BRASIL, 1971, p. 9).

Branco (2009) pondera que a APM, em cada período histórico, teve incorporados a sua representatividade anseios específicos aos valores do Estado. A APM na Escola Polivalente, contextualizada nessa pesquisa, teve sua primeira eleição para direção em setembro de 1980, cuja chapa vencedora, eleita com 92 votos, teve à frente, ocupando cargo de presidente, Osana Pinto Ribeiro, conforme imagem a seguir:

20

Resumo Ata nº 33/80. (Vol. 1)

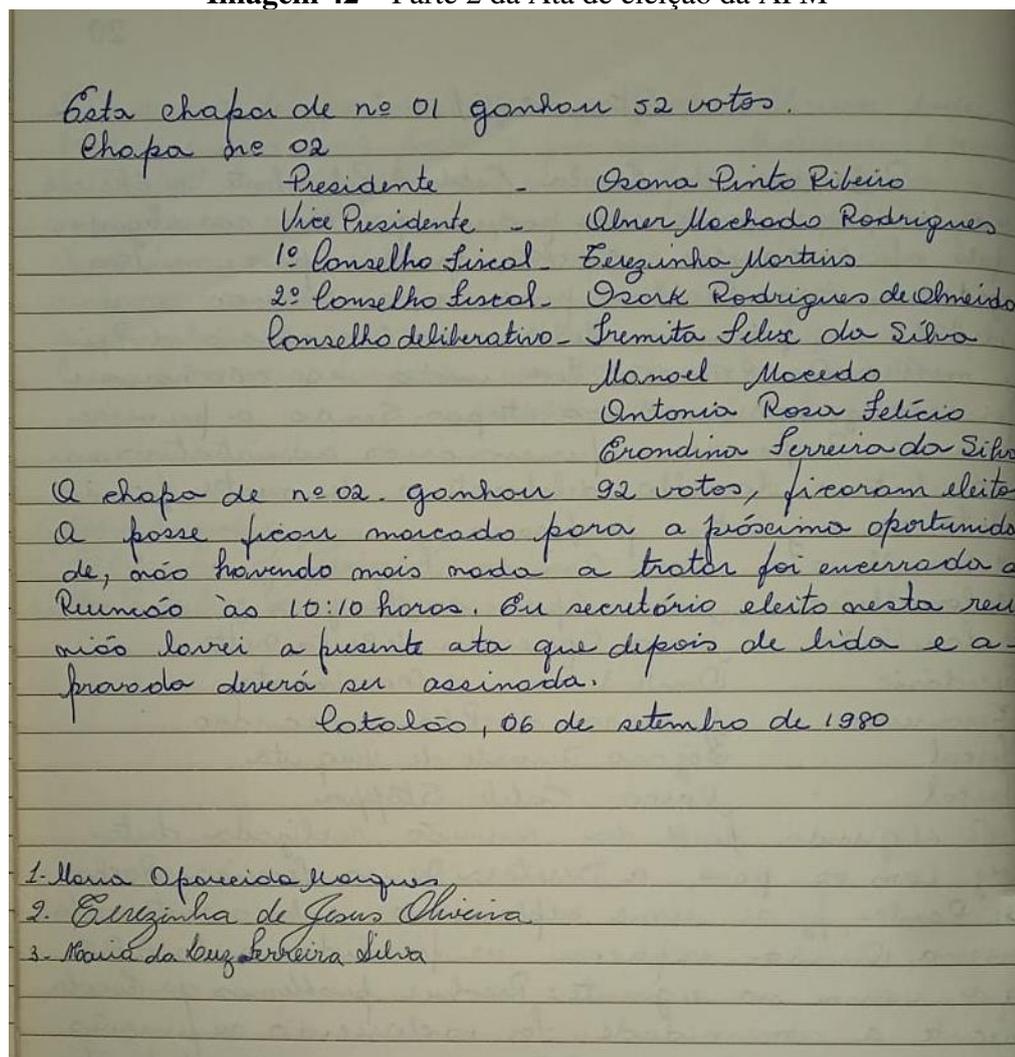
A Diretora da Escola Estadual Polivalente "Dr. Górgis Campos", usando de seus poderes que lhes são delegados, pelo ofício circular nº 03/80, convocou pais e mestres ligados a essa Escola, para uma reunião e ser eleita a primeira diretoria da Associação de Pais e mestres. A Reunião teve início às 8:00 horas e foi realizada em duas etapas. Sendo a primeira com os Professores e funcionários administrativos sendo eleito o Conselho deliberativo de mestre, ficando eleito os seguintes professores:

1º Conselhoheiro -	Irene Amada Ferreira
2º Conselhoheiro -	Maria Opárcida Marques
3º Conselhoheiro -	Maria Opárcida de Brito Netto
Secretário -	Onival Rosa do Nascimento
Tesoureiro -	Fussara de Pódua Beandro
Fiscal -	Pógaro Duarte de Mesquita
Fiscal -	Marcos Colib Stoppa

A segunda parte da reunião realizada desta vez com os pais, a Diretora Neura Ferreira Rocha de Paula, fez-se uma explanação sobre o motivo da mesma. Ainda explicou as finalidades do A.P.M. que resume ao seguinte: Resolver problemas da Escola perante a comunidade. Foi esclarecido as funções de cada membro do A.P.M., que no caso de dúvida consultar o ofício circular já mencionado. Em seguida foi apresentado duas chapas para serem votadas e a que ganhasse a sumaria a Diretoria.

chapa 01: Presidente - Opárcida da Silva  
 Vice Presid - Daurilino  
 1º Conselho Fiscal - Nair Abrão  
 2º Conselho Fiscal - João B. Tavares  
 Conselho deliberativo - Morelene, M<sup>te</sup> Alice, Dirina, Elizabete

#### Imagem 42 – Parte 2 da Ata de eleição da APM



Fonte: Arquivo escolar (1980).

Os registros mostram que houve duas “chapas” concorrentes à direção da APM e que a posse ficaria para outro momento. Essa posse, se ocorreu, não foi registrada, as reuniões com pais que se seguiram indicam apenas ponderações da gestão escolar, não mostram nenhuma ação promovida pela APM.

Acreditamos que estes pais participavam das reuniões, mas não eram convidados a compartilhar e propor ações para amenizar os problemas envolvidos no processo educativo. O que se observa nas atas são apontamentos cotidianos relacionados às faltas, médias, uniformes, entre outros e prestação de contas de arrecadações de fundos obtidos com festas escolares. Não há indícios de uma contribuição voluntária que os pais possam ter feito.

Na reunião ocorrida no início do ano de 1981, a diretora fez um convite aos pais, para que “de vez em quando passassem um dia na escola” (COLÉGIO POLIVALENTE,

ATA 35/81, 1981) para que pudessem dar sugestões de melhoria no cotidiano escolar. Em agosto do mesmo ano, além das questões rotineiras das reuniões, após uma apresentação em comemoração ao Dia dos Pais, a direção mostrou aos mesmos o arrecadamento feito com a festa junina e mencionou a compra de um aparelho telefônico, que seria de grande utilidade para a escola.

As reuniões com os pais e corpo docente ocorriam para entrega de boletins e, na ocasião a direção da escola chamava atenção para os mesmos aspectos, como: a necessidade de o aluno ir para a escola uniformizado, a importância da contribuição voluntária para a escola e a excessiva falta dos alunos, principalmente às aulas de Educação Física, e, além disso, as faltas os prejudicavam nas disciplinas técnicas.

Os encontros que ocorriam no mês de agosto, em todos os anos, eram mostrados aos pais as contribuições feitas com a festa junina e as aquisições feitas. Em 1982, a escola adquiriu iluminação para a quadra de esportes. Nessa reunião de 1982 a direção menciona a doação de uma televisão para ser rifada, e o lucro seria destinado à compra de instrumentos para a fanfarra da escola. Outro detalhe importante que é mencionado nas atas a partir do ano de 1980 é a importância da vacinação contra Poliomielite. Na ata de 1982, a direção menciona que os pais levem os alunos para receber a dose da vacina, sendo possível perceber que a vacinação ocorria no colégio.

Nesta mesma reunião foi registrado que “a irmã Maria da Paz falou sobre a primeira eucaristia que estava preparando e que os alunos que não tivessem feito ainda, se interessassem a fazer, ainda era tempo, na oportunidade ofereceu os horários” (COLÉGIO POLIVALENTE, ATA 41/82, 1982).

De acordo com a LDB vigente à época, “o ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais dos estabelecimentos oficiais de 1º e 2º graus” (BRASIL, 1971). Por intermédio do registro em ata, é possível perceber que o ensino religioso constituía disciplina na escola e era organizado de acordo com a religião católica.

Na reunião ocorrida no primeiro semestre de 1983, a nova diretora mencionou, além dos aspectos cotidianos de reuniões anteriores, a contribuição bimestral de Cr\$ 150,00 cuja arrecadação seria destinada para compra de material de limpeza, gastos com telefone, merenda escolar e pagamento de professores sem vínculo com o Estado, por exemplo o instrutor de fanfarra. Na ocasião foi solicitado aos pais que no semestre seguinte, os mesmos deveriam levar “papel chamex, pois a escola não possui condição de adquiri-los” (COLÉGIO POLIVALENTE, ATA 43/83, 1983).

Em agosto do mesmo ano, a diretora expôs, como de praxe, a arrecadação com a festa junina e o empenho do dinheiro seria para aquisição de uma máquina de datilografia e a construção de uma mureta na quadra. Na oportunidade, a direção:

Conscientizou os pais que o Estado não fornece nada e por esta razão foi lançada a Campanha do Chamex, sendo que a resma custa Cr\$ 1.500,00 (hum (sic) mil e quinhentos cruzeiros), e caberá um total de Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros) se cinco (05) alunos comprarem uma resma. (COLÉGIO POLIVALENTE, ATA 44/83, 1983).

A partir deste registro podemos perceber que os recursos financeiros destinados à Escola Polivalente que era considerada diferente das demais era muito aquém do necessário para subsidiar a manutenção básica da escola, como material para uso didático bem como recursos estruturais, físicos e alimentícios.

A Ata 44/83 registra também os cursos técnicos que já estariam sido promovidos: cabeleireiro e pintura. As atenções agora estariam voltadas ao curso de Corte e Costura para as meninas das 8ª séries, uma vez que já havia duas máquinas destinadas para este fim. Não há registro que estes cursos estariam envoltos nas Técnicas de Educação para o lar, porém, a menção de que seria destinado às meninas indica essa possibilidade.

A partir dos registros da Ata 45/83 podemos inferir que a escola atendia cerca de 1.000 alunos oferecendo refeições aos mesmos e as arrecadações sejam com festas, rifas e contribuições voluntárias auxiliavam a cobertura destes gastos, uma vez que a direção agradeceu aos pais pela contribuição e empenho na venda de rifas e participação na festa junina. Nessa conjuntura, a direção externa aos pais a expectativa em oferecer o ensino de 2º grau na escola a partir do ano seguinte, mas ressalta que tudo dependerá “do apoio da Delegacia de Ensino” (COLÉGIO POLIVALENTE, ATA 45/83, 1983).

Nessa reunião ocorrida no final do ano de 1983 foi possível perceber que a escola promovia atividades e ou diferentes eventos com os alunos, conforme os cumprimentos feitos às mães de dois alunos que teriam ganhado os concursos da árvore e redação. Além disso, a direção menciona a “Extensão Universitária que virá para Catalão e que muito beneficiará a comunidade” (COLÉGIO POLIVALENTE, ATA 45/83, 1983).

De fato, após uma luta político-ideológica o Campus Avançado de Catalão foi inaugurado em 17 de dezembro de 1983 como extensão da Universidade Federal de Goiás e não ofertou cursos nos três primeiros anos de funcionamento, tendo, deste modo, vestibular para ingresso apenas em 1986 (SILVA, 2009).

A direção da escola enfatiza, nesse encontro, o atendimento no Posto de Saúde às “crianças com diarreia e desidratação e pediu que as mães divulgassem às outras mães sobre esse atendimento” (COLÉGIO POLIVALENTE, ATA 45/83, 1983). Percebemos que a frágil condição de saúde dos alunos era uma preocupação constante, uma vez que prejudicava o aprendizado. Ademais, essa questão era constantemente levantada nos conselhos de classe como uma das causas dos alunos terem dificuldades nas atividades escolares.

A última reunião de pais e mestres registrada em ata, de acordo com o recorte dessa pesquisa (1978-1985) ocorreu em 19 de outubro de 1983. Nos anos de 1984 e 1985 não há registros destes encontros.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisar a história da Escola Polivalente no município de Catalão-GO, especialmente sobre a concretização ou não de seu projeto inicial de formação técnica, oferecida por intermédio de sondagem vocacional aos alunos, tornou-se um exercício acadêmico satisfatório, e ao mesmo tempo, desafiador e instigador. As fontes pesquisadas oferecem inúmeras possibilidades para outras investigações.

Nesse ínterim, nosso objeto de estudo foi a Escola Estadual Polivalente Dr. Tharsis Campos. Como mencionado no início desta pesquisa, não há estudos anteriores ao nosso, relacionados ao modelo de escola aqui contemplado, ou seja, as escolas polivalentes, no estado de Goiás. E isto foi uma das dificuldades encontradas, uma vez que não foi possível fazer um levantamento de pesquisas que analisaram o tema, porém, é um dado que reforça a originalidade dessa pesquisa de doutoramento.

Ao caminharmos para nossas considerações finais sobre este estudo, acreditamos ser necessário fazer uma retomada do que foi abordado nos capítulos que compuseram esta pesquisa. Desse modo, nos capítulos I e II delinhamos aspectos históricos que ambientaram a concretização do projeto de escola polivalente no Brasil e em Goiás, apresentamos também o panorama da cidade de Catalão, respectivamente.

As escolas polivalentes surgiram no Brasil como fruto dos acordos de cooperação entre o MEC e a USAID, iniciados na década de 1960, e para legitimar a Lei 5.692 de 1971. Outrossim, o país passava por momento de desenvolvimento industrial e urbano, sendo necessário formar um contingente que atendesse essa demanda, então,

os generais de plantão e a burocracia estatal se viram diante da necessidade do aperfeiçoamento ou da criação de escolas para formar mão de obra adequada à nova realidade econômica e social que se construía no país. Foi exatamente nesse contexto histórico que ocorreu a formação das Escolas Polivalentes no Brasil. Portanto, o investimento do governo brasileiro na modernização do país não ficou restrito somente às obras faraônicas impactantes e de infraestrutura. Em verdade, o regime militar investiu consideráveis somas de dinheiro na construção de escolas polivalentes, espalhadas pelo território nacional com o intuito de qualificar mão de obra que iria trabalhar na indústria e no comércio em ascensão. (MORAIS, NETO, 2020, p. 62).

As escolas polivalentes foram projetadas para atender um quantitativo significativo de alunos, e como menciona Arapiraca (1982), torná-los mais dóceis e adestráveis. Contudo, um ano após a implantação da escola contextualizada nessa pesquisa, o MEC

informou que “para o exercício de 1979, mais de sete milhões de estudantes situados na faixa etária de 7 a 14 anos não terão vagas no sistema escolar brasileiro” (ARAPIRACA, 1982, p. 160).

Nesse sentido, concordando com Arapiraca (1982), a reformulação do sistema escolar brasileiro que propunha uma formação aligeirada para o trabalho “falhou totalmente” (p. 160), ao menos na escola aqui pesquisada, uma vez que esta formação para o trabalho não foi realizada a contento.

Nessa continuidade, de acordo com Moraes e Neto (2020):

As medidas adotadas pelo governo federal no campo da educação a partir dos acordos MEC-USAID tendiam a diminuir a influência da formação humanista na escola e acentuar uma formação técnico-científica, ajustada à teoria do capital humano, desenvolvida por Theodore Schultz. Observa-se também que essas reformas procuravam reforçar um vínculo cada vez maior entre escola e economia, escola e produção, preparando uma mão de obra aligeirada e barata para entrar no mercado de trabalho em um momento marcado por grande crescimento industrial e urbano. (MORAIS, NETO, 2020, p. 65).

A teoria de Schultz (1967) abordada por Arapiraca (1982) aponta que o objetivo maior da mesma “é alienação política do cidadão, na medida em que ela explora a pretensa possibilidade de estoque de capital que a educação possa proporcionar ao indivíduo” (p. 47).

À vista disso, por mais estereótipos que a escola pesquisada tenha reforçado, a mesma teve fundamental importância na vida e na educação da população catalana, uma vez que no período contextualizado atendeu mais de 8.000 alunos, promovendo, nesse sentido, escolarização a uma parcela da sociedade menos favorecida.

Ressaltamos que não há pesquisas sobre as escolas polivalentes em Goiás, o que torna nossa pesquisa importante para compor a história da educação no estado e no município de Catalão. Nos capítulos III e IV analisamos cerca de 970 documentos entre estatutos, fotografias, atas de reunião e resultado, entre outros. E ponderamos que a Escola Polivalente Dr. Tharsis Campos foi inaugurada em 1978, após mais de uma década do último acordo feito entre o MEC e a USAID. A princípio, consoante aos primeiros acordos, o estado de Goiás não participou das implantações das escolas, legitimando, nesse sentido, parte do último acordo firmado.

Em conformidade com Arapiraca (1982) as escolas polivalentes implantadas mediante os acordos MEC-USAID,

Deveria, assim, aprofundar a transformação estrutural do 1º ciclo do então denominado ensino médio, tanto quanto contribuir para a expansão do ensino público estadual e, sobretudo, para a sua melhoria qualitativa. Desse modo, toda uma massa de construção se implantou inicialmente em quatro Estados, dispersando-se pela expansão territorial de cada um. Depois disso justificou-se a construção de uma escola de modelo idêntico em cada um dos demais Estados e no Distrito Federal para que, após o efeito demonstração que se esperava que viesse (como vieram) a desempenhar, se incorporassem também à programação oficial do PREMEN. A promulgação da Lei 5.692/71, ocorrida quando já iniciada a implantação do programa das Escolas Polivalentes, transformou a fundamentação teórica desse tipo de escola em diretrizes normativas a que obedeceu a estrutura e funcionamento do ensino do 1º grau em todo o sistema escolar brasileiro. (ARAPIRACA, 1982, p. 169-170).

O autor sustenta a tese de que a ajuda internacional à educação brasileira intentou apenas a transformação “do estudante em um indivíduo treinável pela fábrica” (ARAPIRACA, 1982, p. 179), e mais, a herança desse sistema educativo são indivíduos iludidos e imensa dívida externa.

Resende (2015) aponta que as escolas polivalentes tiveram impactos positivos onde foram instaladas, a saber no Alto Paranaíba e Triângulo Mineiro e concorda com Arapiraca (1982) quanto à dívida extraída dessa aventura que custará aos cofres públicos consequências imensuráveis por um longo período.

Lima (2018) indica que a escola polivalente contextualizada em sua pesquisa logrou êxito, e mesmo com dificuldades a maioria do público entrevistado conseguiu dar continuidade aos estudos e “avaliam positivamente a formação obtida na escola” (p. 252), lembrando que neste caso, as escolas polivalentes mineiras fizeram parte da primeira etapa do PREMEM.

As escolas polivalentes foram uma cópia das escolas norte americanas, também implantadas para os excluídos da sociedade. Nos EUA este modelo de escola pretendia formar a massa trabalhadora. Aqui no Brasil também. Porém, é complicado fazer uma analogia das escolas estrangeiras com as brasileiras. Percebemos que, por regulação dos acordos, o Brasil recebeu maquinários que não eram passíveis de utilização, como nos lembra Inácio (2011), eram sucatas estrangeiras.

O professorado brasileiro recebeu treinamento estrangeiro, porém, nas escola pesquisada, nos registros em atas, nenhum destes treinamento é mencionado. Ademais,

segundo Arapiraca (1982), os professores ao receberem os treinamentos precisavam incorporar valores que não eram os nossos, brasileiros.

No entendimento de Arapiraca (1982)

Não deixa de ser singular ingenuidade o fato de que a Escola Polivalente possa se constituir em um tipo de escola capaz de proporcionar educação que, colocando-se na mesma linha das escolas compreensivas dos EUA e da educação politécnica da URSS, de modo concomitante fosse totalmente sintonizada com a realidade brasileira. (ARAPIRACA, 1982, p. 157).

Desse modo, o modelo escolar apropriado foi uma legitimação do pacto permeado pelos acordos entre os EUA com a parceria suburbana (ARAPIRACA, 1982).

A princípio, as escolas polivalentes foram projetadas para atender a população pobre, e em vários outros estados, a exemplo da pesquisa de Lima (2018) realizada no estado de Minas Gerais, o público vai se elitizando no decorrer dos anos. Em Catalão, o público atendido é carente, como indicam as atas, a falta de estrutura familiar no que diz respeito a capital financeiro é constantemente abordada. Até o ano de 1985, período pesquisado, a escola atendeu esses alunos pobres e de famílias com pouca escolarização.

A escola pesquisada, no início de suas atividades passou por algumas dificuldades, pois o prédio ainda não estava completamente pronto. Vários problemas estruturais foram relatados, assim como a falta de recursos provenientes do Estado. O que nos leva a perceber que o investimento era precário, não atendia, portanto, as exigências dos acordos firmados.

No início de suas atividades, e durante todo o período contextualizado, a escola propagandeava ser diferente, mas o que se viu foi uma escola pública comum, igual as outras, com os mesmos problemas. Objetivava uma formação técnica que nunca se efetivou. O ensino vocacional não fora implantado completamente, uma vez que as aulas das disciplinas especializadas não atendiam a totalidade dos alunos. Talvez pelo fato de o investimento ter sido cortado.

A metodologia adotada na escola era tradicional, considerando os apontamentos das atas de reunião com o corpo docente, ou seja, a escola exercia uma prática de ensino conservadora. É importante lembrar que no período pesquisado, o país estava vivendo o regime civil militar, que ceifava o livre arbítrio e a liberdade de expressão.

Na prática, o que se viu, foi uma proposta inovadora, inclusive divulgada entre os pais e a comunidade, mas que mantinha uma postura reacionária. A questão disciplinadora era constantemente discutida e a parte pedagógica era pouco estimulada.

A escola possuía um bom espaço físico, e ainda o tem. Inicialmente foram construídos 04 blocos, mas a falta de recursos financeiros e humanos impediram que a escola proporcionasse uma formação para o trabalho. Havia uma luta permanente para manter a escola em funcionamento, ou seja, os objetivos da proposta de escola polivalente não foram atingidos completamente.

A escola padecia de subvenção estatal, uma vez que várias ações são mencionadas para o levantamento de fundos para compra de materiais e insumos como folhas de papel, equipamentos eletrônicos como aparelho de telefone e mimeógrafo, manutenção do prédio como produtos de limpeza, e investimento em estrutura física, como a construção de uma quadra de esportes, calçada ao redor do prédio entre outras. Ou seja, o auxílio não chegou como deveria nesta escola, ainda que à época tivesse uma estrutura diferenciada das demais escolas do município.

Nestes sete anos em que a escola funcionou sob circunstância da Lei 5.692/71, a mesma matriculou um quantitativo de 8.270 alunos em três turnos, sendo a repetência uma preocupação constante nas reuniões do conselho de classe. E, alguns apontamentos são justificativos para o insucesso do aluno, como a pobreza e a baixa instrução familiar.

Nesta tese investigamos a trajetória da Escola Estadual Polivalente Dr. Tharsis Campos desde a sua fundação em 1978 a 1985 com o objetivo de analisar se de fato a escola ofertou o ensino vocacional, de acordo com a proposta educacional a qual estava vinculada.

Ao retomar o nosso problema inicial, qual seja: “O projeto original das escolas polivalentes pôde ser concretizado considerando o fim do financiamento estrangeiro do período inicial de 1971?”, construímos a tese de que a escola ofereceu as disciplinas dos cursos técnicos, mas apenas como aulas extracurriculares e não legitimou o projeto inicial para o qual fora pensada. Nessa esteira, a escola não promoveu o ensino vocacional, apenas foi mais uma na enorme lista da herança do período conturbado vivenciado pela sociedade à época. O que não descarta nem desmerece o empenho dos profissionais que trabalharam na escola.

A escola pesquisada continuou em funcionamento e formando indivíduos. Com a redemocratização do país em 1985 e posterior promulgação da Constituição Federal em 1988, a escola ofertou os cursos que antes eram obrigatoriamente parte do currículo, como

aulas teórico-práticas extracurriculares em que o aluno poderia escolher dentre a oferta qual lhe fosse mais conveniente.

Ressaltamos que as fontes documentais nos dão uma vastidão de questionamentos que não puderam ser aqui contemplados, e, como toda pesquisa, anseia por mais problematização que em consequência do tempo não nos fora possível empreender. Salientamos do mesmo modo, que esta pesquisa é uma gota em um oceano de indagações, e poderá contribuir com àqueles que se destinam a pesquisar a história das escolas polivalentes no estado de Goiás.

## Referências

- ALMEIDA, Laurinda Ramalho de. **O ensino noturno no estado de São Paulo**: um pouco de sua história e de seus problemas. Cad. Pesq. São Paulo, n. 66, p. 49-62, 1988.
- ALVES, Márcio Moreira. **Beabá dos MEC-USAID**. Rio de Janeiro: Gernasa, 1968.
- ALVES, M. T. G.; SOARES, J. F.. Efeito-escola e estratificação escolar: o impacto da composição de turmas por nível de habilidade dos alunos. **Educação em Revista**, n. 45, p. 25-59, jun. 2007.  
<https://doi.org/10.1590/S0102-46982007000100003>
- AMADO, Gidásio. **Ginásio Orientado para o Trabalho**: (ginásio polivalente). In: EPEM., Ministério da Educação e Cultura Diretoria do Ensino Secundário -. **SUBSÍDIOS PARA O ESTUDO DO G INÁSIO POLIVALENTE**. Brasil: Mec-Epem, 1969. p. 83-94.
- ARANHA, M. L. A. **História da Educação e da Pedagogia**. São Paulo: Moderna, 2006.
- ARAPIRACA, José Oliveira. **A USAID e a educação brasileira**: um estudo a partir de uma abordagem crítica da teoria do capital humano. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982.
- ARAÚJO, José Alfredo de. A USAID, A GUERRA FRIA, O REGIME MILITAR E A IMPLANTAÇÃO DAS ESCOLAS POLIVALENTES NO BRASIL. **C&D-Revista Eletrônica da Fainor**, Vitória da Conquista, v. 2, n. 1, p. 87-101, dez. 2009.
- BARROS, Fernanda. **LYCEU DE GOYAZ**: elitização endossada pelas oligarquias goianas 1906-1937. 2006. 167 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.
- BARROS, José D'Assunção. A revisão bibliográfica - uma dimensão fundamental para o planejamento da Pesquisa. Instrumento - **Revista de estudo e pesquisa em Educação**, Juiz de Fora, v. 11, n. 2, jul./dez. 2009. Disponível em:. Acesso em: 24 dez. 2021.
- BERNARDES, Maria Paulina Arantes. **A Supervisão Escolar em Goiás**. 214 f. Tese (Mestrado em Educação) - Fundação Getúlio Vargas - Instituto de Estudos Avançados em Educação, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. **Capital Cultural, Escuela y Espacio Social**. México: Siglo Veinteuno, 1997.
- BONATO, Nailda Marinho da Costa. **O Uso das Fontes Documentais na Pesquisa em História da Educação e as Novas Tecnologias**. Acervo, Rio de Janeiro, v. 17, nº 2, p. 85-110, jul/dez 2004.
- BRANCO, I. A. DE S. **Associação de Pais e Mestres**: Um Pouco de História. Educação: Teoria e Prática, v. 4, n. 6, p. 28, 26 mar. 2009.
- BRASIL.COM. <https://www.cidade-brasil.com.br/>

BRASIL. **Decreto 63.914, de 26 de dezembro de 1968.** Provê sobre o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio (PREMEM) e dá outras providências. 1968). Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-63914-26-dezembro-1968405261-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 22 ago. 2021.

BRASIL. **Decreto-Lei 869, de 12 de setembro de 1969.** Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-869-12-setembro-1969-375468-publicacaooriginal-1-pe.html>

BRASIL. **Decreto-Lei 68.065, de 14 de janeiro de 1971.** Regulamenta o Decreto-lei nº 869, de 12 de setembro de 1969, que dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-68065-14-janeiro-1971-409991-publicacaooriginal-1-pe.html>

BRASIL, **Decreto 69.450, de 1 de novembro de 1971b.** Regulamenta o artigo 22 da Lei número 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e alínea c do artigo 40 da Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968 e dá outras providências. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/115100/decreto-69450-71>

BRASIL. **Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>>.

BRASIL. **Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971a.** Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/15.692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15.692.htm)

BRASIL. **Lei 7.044 de 18 de outubro de 1982.** Altera dispositivos da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, referentes a profissionalização do ensino de 2º grau. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7044-18-outubro-1982-357120-publicacaooriginal-1-pl.html>

BRASIL. **Lei 8.275 de 27 de julho de 1977.** Dispõe sobre a criação dos estabelecimentos de ensino que especifica. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/go/lei-ordinaria-n-8275-1977-goias-dispoe-sobre-a-criacao-dos-estabelecimentos-de-ensino-que-especifica>

BRASIL. **Lei 8.669 de 30 de julho de 1979.** Dispõe sobre a criação de estabelecimentos de ensino que especifica e dá outras providências. Disponível em: [https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa\\_legislacao/86870/lei-8669](https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/86870/lei-8669)

BRASIL. **Lei 8.780 de 23 de janeiro de 1980.** Dispõe sobre o Sistema Estadual de Ensino e dá outras providências. Disponível em: [https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa\\_legislacao/87245/lei-8780](https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/87245/lei-8780)

BRASIL. **Decreto - Lei 24 de 28 de março de 1969.** Dispõe sobre a revogação do artigo 170 da Lei n.º 10.261, de 28 de outubro de 1968, e da Lei n.º 1.103, de 3 de julho de 1951.

Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto.lei/1969/decreto.lei-24-28.03.1969.html>

BRASIL. **Lei 1.044 de 21 de outubro de 1969**. Dispõe sobre tratamento excepcional para os alunos portadores das afecções que indica. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del1044.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1044.htm)

BRETAS, Genesco. **História da instrução pública em Goiás**. Goiânia: CEGRAF/ UFG, 1991.

BUFFA, Ester, NOSELLA, Paolo. **Instituições Escolares: Por que e como pesquisar**. In: Cultura Escolar e História das Práticas Pedagógicas, Editora Universidade Tuiuti do Paraná, ed. 1, 2008.

CALAÇA, Luciene. **Demandas, Mudanças e Pressões: perspectivas acerca do ensino em catalão (1970 - 2015)**. 2017. 107 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, PPGEDUC, Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2017.

CAMPOS, Maria das Dores. **Gente Nossa**. Goiânia: Cerne, 1985.

CARNEIRO, Eliana Maria França. **Educação em Goiás de 1964 a 1978: a política que não é a do ensino**. 1984. 260 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Departamento de Administração de Sistemas Educacionais, Fundação Getúlio Vargas Instituto de Estudos Avançados em Educação, Rio de Janeiro, 1984.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber às práticas educativas**. Cortez: São Paulo: 2014.

CHAUL, Nasr Fayad. A identidade cultural do Goiano. Ciência. **Culto.**, São Paulo, v. 3, pág. 42-43, julho de 2011. Disponível em <[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252011000300016&lng=en&nrm=iso](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252011000300016&lng=en&nrm=iso)>. <https://doi.org/10.21800/S0009-67252011000300016>

CHAUL, Nasr Nagib Fayad. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade**. Goiânia: Editora UFG, 2010.

CHAUL, Nasr Fayad. "Parte II". In: GOMEZ, Luis Palacín; CHAUL, Nasr Fayad; BARBOSA, Juarez Costa. **História política de Catalão**. Goiânia (Go): Editora UFG, 1994.

CHAUL, Nasr Nagib Fayad. **A construção de Goiânia e a transferência da capital**. Goiânia: Ed. UFG, 1989.

CHAVES, Cleberton Luiz. **Patos de Minas na Rota do Tecnicismo: escola polivalente como construtora de mentes para o progresso (1970 : 1985)**. 2020. 253 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020.

COLEMAN, James S. Social capital in the creation of human capital. **American Journal of Sociology**, v. 94, p. 95-120, 1988.

<https://doi.org/10.1086/228943>

COSTA, Mara Rúbia Guardieiro. **Docência História de Vida No Curso Técnico em Magistério - Catalão-Go**. 2015. 87 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Ppgeduc, Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2015.

CUNHA, Luiz Antônio. O Legado da Ditadura Para a Educação Brasileira. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 35, n. 127, p. 357-377, abr.-jun. 2014. Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/es/v35n127/v35n127a02.pdf>>. Acesso em 22 de agosto de 2020. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302014000200002>  
<https://doi.org/10.1590/S0101-73302014000200002>

CUNHA, Luiz Antônio. **O golpe na educação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

CUNHA, L. A.. Ensino profissional: o grande fracasso da ditadura. **Cadernos de Pesquisa**, v. 44, n. 154, p. 912-933, out. 2014. <https://doi.org/10.1590/198053142913>

DALLABRIDA, Norberto. A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. **Educação**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 185-191, ago. 2009.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, v. 1, n. 28, p. 17-36, jan. 2006. <https://doi.org/10.1590/S0104-40602006000200003>

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. **A Educação Moral e Cívica e sua produção didática: 1969-1993**. Dissertação (Mestrado), PUC-SP. São Paulo: 2006. Disponível em: <<http://bdtd.ibict.br/bdtd>>

Filgueiras, J. M., & Araújo, J. E. L. (2019). Cultura escolar, rituais cívicos e ensino de história nas escolas de Alfenas durante o regime militar. **Plures Humanidades**, 1 (1), 40-59.

FONSECA, Cleider Antônio da. **Negros nos Grupos Escolares em Catalão/Go (1923 - 1971)**. 2018. 196 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Ppgeduc, Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2018.

FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva; SILVA, Mariane Vieira Da. Prédios escolares e a instrução formal nos primeiros anos do bairro itararé: o público e o privado nas décadas 1970 e 1980. **Anais IV FIPEd...** Campina Grande: Realize Editora, 2012.

FRAGO, Antonio Vrao; ESCOLANO, Austín. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

FREITAS, Marcos C. de; BICCAS, Maurilane de Souza. **História Social da Educação no Brasil (1926-1996)**. São Paulo: Cortez, 2009.

FUNARI, P. P.; ZARANKIN, A. **Cultura material escolar: o papel da arquitetura**. Pro-Posições, Campinas, SP, v. 16, n. 1, p. 135-144, 2016.

GERMANO, José Welington. **Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2005.

GERMANO, Matheus Nascimento. Para além de jagunços e coronéis: trabalho e cotidiano em Catalão-Go de 1940. Revista Mosaico - **Revista de História**, Goiânia, v. 9, n. 1, p. 86-99, maio 2017. ISSN 1983-7801. Disponível em: <<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/4910/2913>>. Acesso em: 29 dez. 2021. doi:<http://dx.doi.org/10.18224/mos.v9i1.4910>  
<https://doi.org/10.18224/mos.v9i1.4910>

GOIÁS, Secretaria Estadual de Educação. **PPP - Projeto político pedagógico 2005**. Colégio Estadual Polivalente Dr. Tharsis Campos. Catalão, Go, 2005.

GOIÁS, Secretaria Estadual de Educação. **Regimento interno**. Colégio Estadual Polivalente Dr. Tharsis Campos. Catalão, Go, 1978.

GOIÁS, GOIÁS, Governo do estado de Goiás - Gabinete Civil da Governadoria Superintendência de Legislação. **LEI Nº 8.669, DE 30 DE JULHO DE 1979**. Dispõe sobre a criação de estabelecimentos de ensino que especifica e dá outras providências, 1979.

GOMES, Luis Palacin; CHAUL, Nasr Fayad; BARBOSA, Juarez Costa. **História Política de Catalão**. Goiânia: Editora da UFG, 1994.

GOULART, Adriana da Costa. Revisitando a espanhola: a gripe pandêmica de 1918 no Rio de Janeiro. *História, Ciências, Saúde -Manguinhos* [online]. 2005, v. 12, n. 1 [Acessado 13 Dezembro 2021], pp. 101-142. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-59702005000100006>>. Epub 19 Jun 2007. ISSN 1678-4758. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702005000100006>

GUILHERME, Karina Clécia da Silva. **Ditadura Militar e educação: uma análise do centro cívico escolar (1971-1986)**. 2011. 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

GUIRALDELLI JR., Paulo. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

HILSDORF, M. Lúcia Spedo. **História da Educação Brasileira: Leituras**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Brasileiro de 2019-2021**. Catalão, Go. IBGE, 2021.

INÁCIO, Fátima Pacheco de Santana. **A política de formação de professores em Goiás no contexto dos Acordos MEC-USAID (1961-1983)**. 2011. 421 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão ... [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

LEON, Fernanda Leite Lopes; MENEZES-FILHO, Naércio Aquino. **Reprovação, avanço e evasão escolar no Brasil**. Pesquisa e planejamento econômico - ppe, v. 32, n. 3, p. 417-452, 2002.

LIMA, José Rosamilton de. Reflexões sobre a língua inglesa no currículo escolar contemporâneo. Babel: **Revista Eletrônica de Línguas e Literaturas Estrangeiras**, 2022, v. 12, e13590.

LIMA, Genis Alves Pereira de. **Os Colégios Polivalentes Na Ditadura Cívico-militar Como Modelo De Educação**: Estudo Sobre A Escola Estadual "Antônio Souza Martins" De Ituiutaba-Mg (1974-1983). Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal De Uberlândia, Minas Gerais. 2018.

LCI, Lions Clubes Internacional. **LION Magazine Brazil Sudeste**: abr a jun 2022 - ano 23 - n.º 120-digi. Disponível em: <https://mydigimag.rrd.com/publication/?m=44793&i=751508&view=contentsBrowser&ver=html5> Acesso em: 06 ago. 2022.

MACIEL, Dulce Portilho. Goiânia (1933-1963): **Estado e capital na produção da cidade**. 1996. Tese (Doutorado em História) - Centro de Estudos Gerais, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 1996, p. 172.

MAGALHÃES, Justino. **Contribuindo para a história das instituições educativas**: entre a memória e o arquivo. Braga: Universidade do Minho, 1996.

MAGALHÃES, Justino. **Tecendo nexos**: história das instituições educativas. Bragança Paulista: EDUSF, 2004.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação Profissional no Brasil**: Atores e cenários ao longo da história. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

MELO, Nágela A. de. **Integração campo-cidade**: a (re)organização sócio-espacial de Jataí no período de 1970 a 2000. 179 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia (MG), 2003.

MENEZES, Janaína Specht da Silva. **O financiamento da educação no Brasil**: o FUNDEF a partir do relato de seus idealizadores. 2005. 310 f. Tese (Doutorado em Educação)-Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Planejamento Setorial**: Projetos Prioritários. Brasília: MEC, 1970.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Subsídios para o estudo do Ginásio Polivalente**. Brasília: MEC, 1969.

MORAIS, Renant Araújo; NETO, Wenceslau Gonçalves. Modernização econômica e formação de força de trabalho: o colégio polivalente de Uberaba (1971-1982). **Educ. foco**, Juiz de Fora, v. 25, n. 2, p. 53-80, mai. / ago. 2020.

MORE: **Mecanismo online para referências, versão 2.0**. Florianópolis: UFSC Rexlab, 2013. Disponível em: < <http://www.more.ufsc.br/> > . Acesso em: 06 jan 2022.

MOREIRA, C. S. **O projeto de nação do governo João Goulart: o Plano Trienal e as Reformas de Base (1961-1964)**. Tese (Doutorado em Economia) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na primeira república**. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1974.

NUNES, C.. O "velho" e "bom" ensino secundário: momentos decisivos. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 35-60, maio 2000.

ONGHERO, André Luiz. **Moral e civismo nos currículos das escolas do oeste catarinense: memórias e professores**. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual de Campinas / Faculdade de Educação. Campinas, SP: 2007.

OLIVEIRA, Lúcia Helena M. M.; GATTI JR, Décio. História das Instituições Educativas: Um novo olhar historiográfico. **Cadernos de História da Educação**. Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 29-31, jan./dez., 2002.

OLIVEIRA, M. A. T. DE .. Educação Física escolar e ditadura militar no Brasil (1968-1984): história e historiografia. **Educação e Pesquisa**, v. 28, n. 1, p. 51-75, jan. 2002.  
<https://doi.org/10.1590/S1517-97022002000100004>

OLIVEIRA, Aline Ribeiro; ANJOS, J. J. T. dos. (2022). UM BALANÇO DA HISTORIOGRAFIA SOBRE FESTAS ESCOLARES (2000-2021). **Teoria E Prática Da Educação**, 25(3), 180-197.  
<https://doi.org/10.4025/tpe.v25i3.64445>

ORSO, P. J. História, instituições, arquivos e fontes na pesquisa e na história da educação. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 12, n. 45e, p. 228-238, 2012. DOI: 10.20396/rho.v12i45e.8640119. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640119>. Acesso em: 24 dez. 2021.  
<https://doi.org/10.20396/rho.v12i45e.8640119>

PAIVA, Edil Vasconcellos de; PAIXÃO, Lea Pinheiro. A americanização do ensino elementar no Brasil. Niterói: **EdUFF**, 2002.

PEDROSA, J. G., & BITTENCOURT JÚNIOR, N. F. (2015). Americanismo e educação para o trabalho no Brasil: os Ginásios Polivalentes (1971-1974). **Trabalho & Educação**, 24 (1), 11-30.

PINHEIRO, Bruno. A EDUCAÇÃO RELIGIOSA NOS MANUAIS ESCOLARES DEHISTÓRIA: entre a ditadura e a liberdade (1947-2011). CEM - Cultura, espaço e memória - **Revistas da faculdade de Letras da Universidade do Porto**, 2018, n. 3, p. 79-96.

PIRES, Mauro Alves. **Imagens Institucionais da Modernidade**: a educação profissional em goiás (1910-1964). 2014. 159 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

PIZZOL, Elis Viviana Dal. **Os Nomes das Escolas da Cidade de Bento Gonçalves: Uma Perspectiva Onomástico-Cultural**. 2014. 164 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Cultura e Regionalidade da Universidade de Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2014.

RAMOS, Cornélio. **Catalão de ontem e de hoje** (Curiosos fragmentos de nossa história) - Catalão - Distribuidora Kalil, 1984.

RESENDE, Luciana Araújo Valle de. **As Escolas Polivalentes do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (MG)**: Sondagem Vocacional no Projeto Desenvolvimentista Cívico-militar (1965-1976). Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal De Uberlândia, Minas Gerais. 2015.

RESENDE, L. A. V. **Ensino profissionalizante e estado militar**: (re)articulação por meio dos Polivalentes (Uberlândia, MG, 1971-1980). 2011. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia.

RIBEIRO, Maria Luisa S. **História da Educação Brasileira**: A organização escolar. Campinas: Autores Associados, 2007.

RIBEIRO, Laurinda José. **Expansões urbanas e derivações ambientais sobre o ribeirão Pirapitinga em Catalão (GO)**. 2011. 203f . Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás- campus catalão, Catalão, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/391/1/Dissertacao%20Laurinda%20J%20Ribeiro.pdf>>. Acesso em: 5 fev. 2020.

RIBEIRO, Renata Lopes Silva. **Fundamentos e Práticas do Colégio da Polícia Militar de Catalão**: entre fardas, manuais e boletins. 2019. 190 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Ppeduc, Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2019.

ROMANELLI, Otaíza Oliveira de. **História da Educação no Brasil** (1930 - 1973). 2ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

SAFATLE, Amim. **Memórias de um imigrante árabe**. Goiânia: Kelps, 2021 (E-book).

SAVIANI, D. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2019a.

SAVIANI, D. **LDB**: trajetória, limites e perspectivas. Campinas, SP: Autores Associados, 2019b.

SCHULTZ, Teodore W. **O valor econômico da educação**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1967.

SEDUC - **Secretaria de Estado da Educação de Goiás**. <https://site.educacao.go.gov.br/>

SILVA, Adriana Oliveira da. **Mulheres de elite e associações femininas em Itabuna (1930-1950)**: relações de gênero e práticas sociais no sul da Bahia. *Fazendo gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*, p. 1-9, agosto de 2010.

SILVA, Jaciely Soares da. **Violência e religiosidade popular em Catalão-Go**: a construção da santidade de Antero (1932-2012). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de História da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Uberlândia (MG), 2014.

SILVA, Maria José da. **A História do Campus Catalão UFG - 1983-2002**. Goiânia: Ed. da UCG, 2009.

SILVA, Vânia Cristina da. **Ó pátria amada, idolatrada, salve! Salve!**: festas escolares e comemorações cívicas na Paraíba (1937-1945). 2011. 154 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

SILVA, Mariane Vieira Da et al.. Prédios escolares e a instrução formal nos primeiros anos do bairro Itararé: o público e o privado nas décadas 1970 e 1980. **Anais IV FIPED...** Campina Grande: Realize Editora, 2012. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/451>

SILVA, Carla Cristina Jacinto da. **História da Educação de adolescentes e adultos: as campanhas e as instituições de ensino noturnas de Uberlândia-MG (1947-1963)**. 2015. 141 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Uberlândia (MG), 2015.

SOUZA, Francisco das Chagas Silva. Educadores brasileiros e o despertar de aptidões: : a escrita dos :subsídios para o estudo do ginásio polivalente:: (1969). **History Of Education In Latin America**, Lagoa Nova, v. 2, n. 1, p. 3-14, jan. 2019. <https://doi.org/10.21680/2596-0113.2019v2n01ID16506>

SOUZA, S. T. de; LIMA, G. A. P. de. Escolas polivalentes na ditadura Cívico-militar: marco no modelo de ensino profissionalizante ou instrumentos de propaganda do regime? O processo de implantação do polivalente de Ituiutaba-MG (1974-1985). **Educ. Form.**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 72-88, 2016. DOI: 10.25053/edufor.v1i2.1892. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/101>. Acesso em: 24 dez. 2021. <https://doi.org/10.25053/edufor.v1i2.1892>

SOUZA, Sauloéber T.; SILVA, José Lito S.. Professores, Mestres e Educadores: a Docência aos Olhos do Jornal O Repórter (Uberlândia-MG:1950-1970). **History of Education in Latin America** -HistELA,4, e23974, p. 1-15, 2021. <https://doi.org/10.21680/2596-0113.2021v4n01ID23974>

TOMÉ, Lélia de Fátima. **A cidade de Catalão em um homem e sua família, de Braz José Coelho**: tempo e espaço, experiências e memórias, paisagem e cultura urbanos. 2019. 201 f.

Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Cultura e Formação de Professores, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2019.

VALDEZ, Diane; BARRA, Valdeniza Maria Lopes da. História da Educação em Goiás: estado da arte. **R. Educ. Públ**, Cuiabá, v. 21, n. 45, p. 105-126, abr. 2012.

VAZ, Renata Cristine Santos. **Narrativas de "Alunas-Professoras" Sobre o Grupo de Aplicação do C. F. P. P. de Catalão/Go (1964 - 1983)**. 2018. 163 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Ppgeduc, Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2018.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007.

VIANNA, Claudia Pereira. A feminização do magistério na educação básica e os desafios para a prática e a identidade coletiva docente. In: YANNOULAS, Silvia Cristina (Org.). **Trabalhadoras: análise da feminização das profissões e ocupações**. Brasília, DF: Abaré, 2013. p. 159-180.

VIDAL, D. G.. Da caligrafia à escrita: experiências escolanovistas com caligrafia muscular nos anos 30. **Revista da Faculdade de Educação**, v. 24, n. 1, p. 126-140, jan. 1998.  
<https://doi.org/10.1590/S0102-25551998000100009>

## Anexos

### Anexo 1 – Questionário SOE

Escola Estadual Polivalente de 1º Grau “Dr. Tharsis Campos”.

S.O.E.

Direção

S.C.P.

Professor: \_\_\_\_\_

#### Questionário

O questionário é processo prático de grande valor para investigar a conduta e o comportamento do aluno e também de nós professores.

Este presente questionário, inicialmente, poderá ser respondido mentalmente as perguntas conduzem à reflexão sobre o mundo do educando, É um momento, pois, de reflexão sobre, atenção, nossas tomadas de consciências, Portanto, responda-o com máxima sinceridade.

- 1 – Tenho procurado conhecer cada um dos meus alunos?
- 2 – Tenho feito com que cada aluno se familiarize com seus colegas?
- 3 – Tenho estudado cada uma das minhas turmas, tentando descobrir casos de desajustamentos?

Será que tenho:

- A – Alunos tristes;
- B – Alunos preguiçosos;
- C – Alunos que não gostam da escola;
- D – Alunos que se atrasam, sistematicamente, em seus deveres à pontualidade;
- E – Alunos que não sabem trabalhar com eficiência;
- F – Alunos indiferentes ou distraídos em classe;
- G – Alunos que demonstram pouca vontade de vencer;
- H – Alunos líderes.

- 4 – Procuo manter qualquer contato com esses alunos?
- 5 – Interesse-me pelos meus alunos, de maneira positiva, procurando captar-lhes a confiança e a amizade?
- 6 – Tomo conhecimento do que meus alunos fazem fora da escola, para elogiar-lhes os sucessos, acompanhar-lhes os esforços e animá-los nos fracassos?
- 7 – Sou capaz de compreender meus alunos e de aceitar, com simpatia, as suas peculiaridades e os resultados que, honestamente, venham a alcançar em seus trabalhos?
- 8 – Considero alunos indisciplinados como problemas a serem revividos, ou como criaturas desprezíveis?
- 9 – Procuo inculcar, nos meus alunos, a noção de que todo trabalho é digno?
- 10 – Procuo esclarecer-me, com outros colegas e orientadores, sobre um aluno desajustado?
- 11 – Esforço-me por esclarecer os meus alunos sobre a melhor maneira de estudar?
- 12 – Procuo esclarecer, suficientemente, as tarefas que faço?
- 13 – Estimulo meus alunos a manifestarem, livremente, suas opiniões sem receio de mim?
- 14 – Tenho elogiado os esforços de meus alunos principalmente dos menos capazes?
- 15 – Sei controlar meus alunos sem castigo irônico ou violento?

- 16 – Sei aproveitar as oportunidades justas para mostrar, a meus alunos, a praticabilidade da disciplina que leciono e as relações que podem ter com uma ou mais profissões?
- 17 – Levo ao Orientador Educacional os aspectos positivos e os negativos que venho a constar em meus alunos?
- 18 – Exijo de meus alunos que sejam corteses e educados com seus colegas e demais pessoas?
- 19 – Interesse-me em saber se meus alunos compreendem as minhas aulas?
- 20 – Esforço-me para compreender meus alunos para poder ajuda-los?

## Anexo 2

### Verso do Histórico Escolar (1978)

Escola Estadual Polivalente de 1.º Grau

CATALÃO - GOIÁS

Aluno: WALDEIR FRANCISCA PIRES

N.º 41

Turma: B

Série: 7.º.

Educação: Investimento que assegura o progresso e o futuro de seu filho.

Ano: 1978,

Critérios de Avaliação adotados pela Escola

O	90	100
MB	80	89
B	66	79
R	50	65
F	30	49
MF	0	29

O - ÓTIMO - Aproveit., assiduid., pontual., interes., particip., coop. e cordial., plenamente satisfat. em todas as atividades escolares.

MB - MUITO BOM - Aproveit., assiduid., pontual., interes., particip., coop. e cordial., quase plenamente satisfat. em todas as atividades escolares.

B - BOM - Aproveit., assiduid., pontual., interes., particip., coop. e cordial., satisfatórios em todas as atividades escolares.

R - REGULAR - Aproveit., assiduid., pontual., interes., particip., coop. e cordial., quase satisfatórios em todas as atividades escolares.

F - FRACO - Aproveit., assiduid., pontual., interes., particip., coop. e cordial., não satisfatórios em quase todas as atividades escolares.

MF - MUITO FRACO - Aproveit., pontual., interes., particip., coop. e cordial., não satisfatórios em geral.

### Anexo 3

#### Ata de Solenidade da Inauguração da Escola Estadual Polivalente de 1º Grau "Dr. Tharsis Campos" de Catalão - GO, pelo Sr. Governador do Estado Dr. Inaquaro de Costa Junior, ladeado pela 1ª Dama do Estado Sra. Lúcia Viana Albrão Costa e acompanhado por sua comitiva: Sr. Hélio Keny da Rocha - Deputado Federal, Dr. Ênio Pascoal - Deputado Estadual, Dr. Humberto Mendonça de Almeida Filho - Secretário da Educação e Cultura e sua esposa Sra. Tereza Inês Ferginlia Budonco, Dr. Ailton Belis - SUPLENTE, Dr. Carlos Jardim - Transportes, Dr. Hélio Pinto - DERGO, Dr. Hélio Leite Martins - CRISA, Dr. Farnes Dias Michel - Fundação Estudantil de Esportes, Dr. Rubens Guerra - SANEGO, Dr. Alexandre Umbelino - SUTEG, Dr. Sizenizo Simões - SAUDE, Cel. Fiméu Montez, Secretário da Segurança Pública, Dr. Luiz Carlos Curi - Secretário de Minas e Energia, Dr. Kleber Kage - Diretor do DAE, Dr. Aderval Montolvão - CELG, Dr. Kazuo Ferraz - Presidente da GORISTUR, Dr. Marcos Estêves Pereira - Assessor Especial do Governador, Capitão Arcenez Aquilante de Odeus do Governador, Autoridades locais: Dr. Sílvio Pascoal - Presidente do Distrito de AENA, José Evangelista de Rocha - Prefeito Municipal, Dirmano Elias - Vice Prefeito Municipal, Saldinino José Duarte - Presidente da Câmara de Senadores, José Francisco Cândido - Agente Regional de Educação e Cultura,

Ata nº 015/78

Aos 3 (três) dias do mês de novembro de 1978 (três mil novecentos e setenta e oito) às 20 20 horas (vinte horas e vinte minutos) foi realizada as solenidades de inauguração da escola Estadual Polivalente de 1º Grau "Dr. Tharsis Campos" de Catalão - GO, pelo Sr. Governador do Estado Dr. Inaquaro de Costa Junior, ladeado pela 1ª Dama do Estado Sra. Lúcia Viana Albrão Costa e acompanhado por sua comitiva: Sr. Hélio Keny da Rocha - Deputado Federal, Dr. Ênio Pascoal - Deputado Estadual, Dr. Humberto Mendonça de Almeida Filho - Secretário da Educação e Cultura e sua esposa Sra. Tereza Inês Ferginlia Budonco, Dr. Ailton Belis - SUPLENTE, Dr. Carlos Jardim - Transportes, Dr. Hélio Pinto - DERGO, Dr. Hélio Leite Martins - CRISA, Dr. Farnes Dias Michel - Fundação Estudantil de Esportes, Dr. Rubens Guerra - SANEGO, Dr. Alexandre Umbelino - SUTEG, Dr. Sizenizo Simões - SAUDE, Cel. Fiméu Montez, Secretário da Segurança Pública, Dr. Luiz Carlos Curi - Secretário de Minas e Energia, Dr. Kleber Kage - Diretor do DAE, Dr. Aderval Montolvão - CELG, Dr. Kazuo Ferraz - Presidente da GORISTUR, Dr. Marcos Estêves Pereira - Assessor Especial do Governador, Capitão Arcenez Aquilante de Odeus do Governador, Autoridades locais: Dr. Sílvio Pascoal - Presidente do Distrito de AENA, José Evangelista de Rocha - Prefeito Municipal, Dirmano Elias - Vice Prefeito Municipal, Saldinino José Duarte - Presidente da Câmara de Senadores, José Francisco Cândido - Agente Regional de Educação e Cultura,

Anexo 4

Ata de Solenidade da Inauguração da Escola Estadual Polivalente de 1º Grau "Dr. Tharsis Campos – Parte 2

81

Padre Tito e Sr. Rodrigo de Paula, diretores, professores e funcionários da escola como grande massa da população catalana e também grande número de estudantes locais. A cerimônia teve início com a chegada da referida comitiva, quando foram recebida pelo diretor, professores e funcionários do estabelecimento. Logo após foi cortada a fita pela 1ª Banda do Estado Sr. Cláudio Nuno Abrão da Costa e pela Sra. Georgetina Pires Campos, esposa do Patrono da Escola "Dr. Tharsis Campos"; logo após seguido foi decerada a placa com desenhos alusivos a monumental obra feita de Sr. Inapuan da Costa Junior, Governador do Estado, acompanhado de uma grande salva de palmas. Após de palavra o Deputado Estadual Sr. Eno Pascoal que com eloquentes palavras salientou o valor da obra construída pelo Sr. Governador e também seu papel representativo dentro da comunidade Catalana. Logo após a comitiva seguiu pelas dependências da Escola, saindo pelo portão lateral que dá acesso à Rua 6, e indo para concentração na esquina com Av. José Mariano. As 20:00 horas do dia 3 de novembro deste ano em curso, deu-se por encerrada a citada solenidade que para tanto foi lavrada a presente ata que sendo lida e aprovada será devidamente assinada. Para constar eu, Juizara de Paula Leandro, designada como Secretária Geral desta Escola, transcrevo fielmente esses fatos.

Catalão, 3 de novembro de 1978.

*[Handwritten signatures and names follow, including "Tharsis Campos" and "Juizara de Paula Leandro".]*

## Anexo 5

### Ata 01 de 1978 – Reunião pedagógica / Parte 1

1

Ata nº 01/78

Ata da primeira reunião pedagógica com o corpo docente da Escola Polivalente de 1º Grau de Catalão, Goiás.

No dia quinze (15) de janeiro (se) de um mil novecentos e setenta e oito (1978), às dezesseis e trinta horas (16:30), deu-se a primeira reunião pedagógica com o corpo de professores da referida escola, na sede da Associação Comercial de Catalão, situada à Rua Sr. Pedro Ludovico. A reunião contou com todo o pessoal técnico administrativo e corpo de professores da escola. A reunião foi dirigida pela Coordenadora Pedagógica Ailda Maria do Nascimento que através de uma conversa informal sobre a necessidade e valor do planejamento de ensino. Na mesma ocasião a Coordenadora salientou a importância da escolha dos livros a serem adotados pelos alunos, dentro da vivência e experiência dos alunos levando em conta a realidade sócio-cultural que situa a escola. Salientou ainda voltando novamente para a importância de um bom planejamento, lembrando-se que no processo ensino-aprendizagem e planejamento é básico, mas o mais importante é a maneira de como se desenvolve este planejamento. Foi sugerido pela Coordenadora Ailda que se faça no início das aulas um pré-teste com a finalidade de sondar ou seja diagnosticar o grau de aprendizagem Cultural dos alunos. Salientou ainda que é de real importância em todo planejamento partir de onde o aluno se encontra. Ficou esclarecido na mesma oportunidade que a preocupação maior da escola, embasado na sua filosofia é quanto ao crescimento pessoal do aluno como elemento que busca auto-realização e para isto todo processo de planejamento será direcionado com vista à atingir este objetivo, para isto foi esclarecido na oportunidade que a filosofia da escola Polivalente é centrada no aluno. Sendo em vista esta real preocupação toda ação educativa terá como fundamento a avaliação contínua para identificar

Anexo 6

Ata 01 de 1978 – Reunião pedagógica / Parte 2

possíveis depois e replanjar atividades de recuperação contínua para sanar os possíveis danos. Após estes esclarecimentos quanto a importância de um planejamento a coordenadora orientou dos professores que atores de planos curriculares elaborados pela S.E.C. serviram como de roteiro de pesquisa para os professores na elaboração dos planos. Na mesma oportunidade fez-se uma direção referindo-se a dias específicos para planjar cada área de estudo, sendo assim possibilitar a um melhor atendimento individual dos grupos quanto as dificuldades encontradas pelos professores na elaboração de planos. Sem mais nada a tratar encerramos a referida reunião que lida e aprovada sera' por mim assinada.

Catalão, 15 de janeiro de 1978.

Marta F. R. de Paula	Maria Domingas da Silva
Hilda Maria do Nascimento	Luizdinha M. Silva
Antônia	Uma Lucia de Oliveira
Maria Antunes Rosa Barbosa	Maria Aparecida de Antunes
Suely Salomão	Marcos Balb. Stappa
Dalva Rosa Pereira	Luiz Carlos Quarta mesquita
Aquino Rosa de Nascimento	Maria de Rosário Pires
Maria Aparecida Borges	Mônica Marques Brandão
Maria Antunes	Joana Dore Rodrigues Araújo
Maria Aparecida Marques	
Elina Joana Rodrigues	
Maria Helena dos Reis	
Esperanza de Jesus Oliveira	
Amazônia Turiana de Oliveira	
Alira R. Maria	
Elina Maria de Souza	
Wandinha de Fatima da Silva Pereira	
Carlota Pinto Moqueima	
Maria de Látima Rodovalho	
Madalena de Freitas Rodrigues	

## Anexo 7

### Ata 16 de 1979 – Reunião administrativa e docente – Parte 1

Ata nº 16/79

Das vinte e nove do mês de janeiro de hum mil novecentos e setenta e nove (29/01/79) na sala da Biblioteca Escolar "Solanda Louisa Aires" da Escola Estadual Polivalente de 1º Grau "Dr. Chassis Lempes" realizou-se a 1ª reunião da Direção com o corpo docente e administrativo para tratar de assuntos diversos. Compareceu com a presença de sessenta e seis participantes iniciando a Direção desejou a todos um bom começo de serviço. 6ª apresentou os novos professores e funcionários. Siguia Karília Vice diretora, Adelcide Alves da Silva - Operador de Audio Visual, Glória Lourinda Vieira - Auxiliar de Biblioteca, Peneliana da Silva - Porteira-servante, Ivani Maria Rodrigues Barbosa e Maria Segurima - datilógrafas, Luciana Lopes, Olga Ferreira de Jesus, Euzegia Fernandes e Maria Dificuldade dos Graças Neto - Auxiliar de Coordenação, Sílvia Jorge Elias, Maria de Lourdes Melo, Maria de Lourdes Ferreira e Furandir Mendes - Professores. Após a apresentação todos de mãos dadas cantaram de pé o "Pai Nosso". Foi distribuído em seguida um texto de sensibilização pela Orientadora Franciana "É sempre altamente enriquecedor poder ouvir outra pessoa", lido por Aldemir e comentado por vários, através do qual chegaram a conclusão que a meta da Escola é "comunicação e integração e aceitação do outro". Foi passada a palavra a supervisora Dilda a qual fez uma ligeira colocação sobre a importância da Escola visto como um sistema articulado e integrado. Explicou as fases existentes no processo de planejamento, elaboração, execução e avaliação. Tomar decisões base aos resultados do diagnóstico - definir os objetivos, organizar conteúdos, selecionar estratégias, definir instrumentos de avaliação, analisar os planos face aos dados de informações e necessidades, a medida que explicava ia rodando a cada fase no projector de Slaid ficando bem claro a todos. Iniciou esta

Anexo 8

Ata 16 de 1979 – Reunião administrativa e docente – Parte 2

18

tendo ainda a distribuição dos horários de planejamento de áreas e reuniões com todos os setores da Escola visando do uma integração e unificação dos tomados de decisões dentro da Escola. Em cada uma dessas reuniões a finalidade foi fazer um levantamento de problemas apresentados no ano anterior e estabelecimento de metas específicas a serem atingidas em cada setor. As reuniões realizadas obedeceram ao seguinte cronograma: 1. Dia 29 de janeiro Reunião Geral com todo o pessoal da Escola. 2. Dia 30 a 03 de fevereiro Planejamento de Área. 3. Dias 30 a 03 de fevereiro reuniões com os setores - Pessoal da limpeza, Área Esportiva, Área de Ciências, Secretaria, Coordenação do C. C. E., Biblioteca, com os vice-diretores de cada turma. Em seguida foi distribuído o cronograma da Escola lido e explicado pela professora Florisema Rodrigues de Paula. Foi discutido também o problema do Uniforme para a parte administrativa, tendo sido resolvido que terão uniformes e para os professores o faltar igual. Examinado a polêmica a mesma ficou pronta para quem dela quisesse fazer uso. Foi promovido debate e nesse mesmo horário para se tratar em Secretaria Administrativa desta Escola foram lidos atos que depois de lidos e aprovados serão devidamente assinados.

Atalás 29 de Fevereiro de 1979

Maria J. A. de Paula Vera Lúcia de Oliveira Celma Joana Rodrigues Maria Aparecida dos Santos Maria Theresia Pereira Rosa Marlene Pereira de Aguiar M. de Salina Nunes Amante Maria Domingas da Silva Maria Patrícia Rosa Barbosa Maria Daopma de M. Messias Maria Aparecida de B. Silva	Marcos Caldeira Anibal Lora de Alencar Sérgio Duarte Mesquita Luciana do Rosário Pereira Humiquete Lima de Alencar Olene Alencar de Souza Mônica Marques Brandão Suelly Salomão Leana Dávila Rodrigues Cavalo
---	---

Anexo 9

Ata 31 - Conselho de classe em 1980 - Parte 1

35

Ata n° 31/80

Na sexta-feira do dia onze de julho do decorrente ano de mil novecentos e oitenta (1980) realizou-se mais uma reunião do Conselho de Classe. Presidida na sala de reunião da Escola Estadual Polivalente de 1° Grau M. Okaris Campos a segunda reunião do Conselho de Classe com a presença dos professores e funcionários do período matutino com a diretora substituta na Ferreira Rocha de Paula e da Supervisora Pedagógica na Ilacina Prateiros de Paula. Iniciou-se às sete e trinta horas (7:30) com a palavra da diretora, agradecendo aos professores a colaboração com a festa junina realizada no dia cinco do decorrente mês de julho, também pela pintura das cortinas das salas de aula, apuraram e balancearam a festa junina e passaram para o assunto das faltas dos professores. Pediram os que não faltaram e quando faltaram apresentarem um aviso para que o aluno não fique de prejuízo. Ilustraram para a concretização dos alunos da 3ª série quanto ao problema da festa de formatura no fim de ano. Marcaron também uma reunião geral com professores e funcionários da Escola para o dia primeiro de agosto às sete e trinta horas (7:30) da noite. Explicaram também o horário de verão para o período de férias. Com seguinte a palavra foi dada a dona Supervisora Ilacina que iniciou com o tema: Biblioteca. Temos várias pesquisas e que os professores participassem destas pesquisas pois temos o problema de falta de livros que atrasam pesquisas escolares. Lançaram o problema das provas para o segundo semestre. Comentou com os professores a troca de horários que deverá ser atendida para não trazer problemas a Diretora. Falou também sobre a recuperação. O professor deverá orientar o aluno e encontrar mais para o

Anexo 10

Ata 31 – Conselho de classe em 1980 – Parte 2

aproveitamento do próprio aluno. Emmeu sua narrativa, explicando aos professores que estaria aqui no Colégio neste período de férias e elaborará os diários explicando também as dificuldades sobre ele e pediu que fosse observado com carinho. Na sua tarefa administrativa também deu sua palavra alertando os professores quanto aos trabalhos e que procurassem observar bem os conceitos, que, deverão ser colocados de acordo com o plano da aula, e nunca entregar faltando estes pois, isto traz problemas para o fim de ano. Neste momento a palavra se fez ouvir com a irmã Pauletina falando sobre sua ideia de fundar o "Clube de Línguas" que deverá ser iniciado no segundo semestre com as turmas de 5<sup>as</sup> séries, preparando-os para todas as outras séries. Este Clube funcionará com mais ou menos cinquenta (50) alunos que tenham mais dificuldades. Foi dado o encaminhamento do Conselho de Classe com a avaliação das turmas, iniciando-se com as 6<sup>as</sup> séries. Cada professor anotar os alunos não recuperados e a diretora deverá tomar nota numa ficha para serem olhados com mais atenção no segundo semestre. Conseguem assim com todas as turmas relacionando presença e rendimento dos alunos e assim por diante. Há de mais ficando a tratar emmeu se a Reunião às 14 e tanto (10:30) horas, para contar em reunião administrativa o parecer. Marques levou a presente ata que depois de lida e aprovada será devidamente assinada.

Castalão, 11/07 de julho de 1980.

Oláucia Inaura Reis para a diretora Neida F. R. de Paula	Henriqueta Pereira de Alencar Dra. Elvira Oliveira Dra. Leticia
--	---

## Anexo 11

### Ata 34 de 1981 – Reunião Geral – Parte 1

21

Ata nº 34/81

As 8:00 (oito) horas do dia 6 (seis) de fevereiro de 1981, (hum mil, novecentos e oitenta e hum), na Biblioteca "Solanda Fonseca Ayres" da E. E. Polivalente de 1º Grau "Dr. Thaisio Campos", reuniram-se para mais uma reunião geral, para mais uma Reunião Geral, Todo pessoal Técnico e Pedagógico da Escola. A Diretora iniciou a Reunião, apresentando ao pessoal veterano os professores: Marilda Silva de Castro, Suelly Ferreira Aires que vieram removidas da Estadual "João Netto de Campos" e que passarão a trabalhar como Ax. de Biblioteca e Professora de Técnica Agrícola, respectivamente. A professora Suelly fez uma permuta com a Professora Marize Abrão que foi para a Estadual. Apresentou também o professor Roldemar José Monteiros que com o fim de serviço da 14ª Delegacia, atuará como Coordenador e Professor de Educação Física. Comentou também o retorno da Orientadora Francisca Mª da Silva Solomão. Fez um rápido comentário sobre a valorização do magistério, alertando os professores que deles depende esta valorização, enfocou os problemas também vividos por outros profissionais e pediu o entusiasmo no decorrer do ano letivo, deixando de lado as dificuldades. Fez logo a seguir uma explanação sobre a grade Curricular, ora implantada na escola por determinação da SEE, através da Portaria. Esta grade veio acarretar algumas modificações na distribuição de aulas de cada turma e consequentemente no número de aulas dos professores, daí o motivo de não ter aumentado a carga horária do professor, pelo contrário até abaixando às vezes. Comentou as dificuldades de formação de turmas, no decorrer do período de matrículas e que sentiu a falta do professor na escola nesta época onde suas opiniões seriam de grande valor. Falou do número de turmas, especificadas este ano: 10 5ª séries, 05 6ª séries, 05 7ª séries e 05 8ªs, num total de 24 turmas repartidas nos 3 períodos. Apresentou o esquema modular

## Anexo 12

### Ata 34 de 1981 - Reunião Geral - Parte 2

para a escola no decorrer de 1981 e sua composição, fazendo  
cabeças todos os presentes como funcionários a escola este ano.  
Relembrou aos professores que a presença e participação dos alu-  
nos em sala de aula deverá ser valorizada e concretizada a  
sendo a portaria nº 034/81 desta escola e que todos os  
alunos assinariam esta portaria no ato de matrícula. Lem-  
brou também que as faltas dos professores serão contadas de acordo  
com escala do manual do 3º Seminário de Atualização de  
Diretores e Secretários, página 54. Pediu a colaboração dos pro-  
fessores no problema de Datilografia, pois perdemos este ano  
os datilógrafos, por possuírem cargos incompatíveis com  
suas funções. Em seguida passou a palavra aos vice-dire-  
tores e falou a professora Mônia Marques Brandão, vice-  
diretora do turno Matutino, professora Maria Natália  
Rosa Barbosa, vice-diretora do turno Vespertino e Quilbal-  
da do Nascimento, vice-diretor do turno Noturno, entre  
outros suas aspirações na nova função que ora passou  
a ocupar e pediu a colaboração de todos. Passou a pala-  
vra aos Coordenadores e falou a professora Floriana Ro-  
drigues de Paula, Coordenadora Geral que explanou sobre o  
Cronograma a ser seguido no decorrer do ano e distribuiu  
um, a cada pessoa presente. Falou também a Coordenadora  
do, sobre o calendário e incentivou os professores a melho-  
rar cada vez mais as suas aulas. A Coordenadora de Artes e  
Práticas Marlene Pinto Nogueira se apresentou como também  
o Coordenador de Educação Física Roldemar José Mendeiro. Em  
seguida a Diretora agradeceu a compreensão de certos profes-  
sores na montagem do módulo e desejou a todos um ano  
letivo cheio de realizações. Nada mais havendo para se trata-  
rem, secretário geral desta escola, lavrei esta ata que depois de  
lida e aprovada, será devidamente assinada.

Calalalá, 06 de fevereiro de 1981.

1. Maria Aparecida Marques

Anexo 13

Ata 44 - Conselho de Classe em 1982

47

1982

Ata do 1.º Conselho de Classe de 1982  
n.º 44/82

Os vinte e três (23) dias do mês de abril (04) do ano de-  
u-se as primeiras Reuniões do Conselho de Classe, realizadas na  
sala da Biblioteca Telanda Fonseca Ayres, tendo início às  
8.00 o período matutino, às 13.00 o período vespertino e às 20.00  
horas o período noturno. Estavam participando: A Diretora Neura  
F. R. de Paula, Secretária Jussara de P. Leandro, Coordenadora  
Geral: Floricena R. de Paula, Coordenador de Educação Física: Rol-  
demar José Monteiro, Coordenador das Artes Práticas: Marlene P.  
Nogueira, Vices-Diretores manhã: Nômica M. Brandão, tarde:  
M. Natividade R. Barbosa, noite: Anibal R. do Nascimento e os pro-  
prietores dos 3 (três) turnos. Com a palavra, Neura dando opiniões  
sobre a reforma do horário de provas e ao mesmo tempo, pe-  
dindo opinião dos professores em favor da melhoria deste ho-  
rário. Ficou resolvido que seriam aplicados os testes em uma  
semana com duas provas diárias com o tempo de 30 minutos  
para cada prova. Logo após foi discutido a comemoração do a-  
niversário de escola que é no dia 02 maio próximo, ficando  
combinado uma reunião para o outro dia, às 13.00 horas pa-  
ra planejar os números a serem apresentados nesta festa. Em  
seguida a Coordenadora Geral passou juntamente com os Con-  
selleiros de Turma a analisar o rendimento de cada aluno,  
fazendo um pequeno relato, relembrando os objetivos do CC e  
como seria o procedimento com os alunos problemáticos, após  
o mesmo. Iniciando com primeira de cada horário, as ano-  
tações eram feitas pelas Vices Diretores e pelos Conselleiros.  
Não havendo nada mais para se tratar, foi encerrada  
a Reunião e em Secretaria Administrativa desta Escola fo-  
ve esta ata que depois de lida e aprovada será devidam-  
mente aprovada.

## Anexo 14

### Ata 46 – Reunião Geral em 1983 – Parte 1

N.º 46/83  
Ata da 1.ª reunião com a nova diretora  
Maria Natividade Rosa Barbosa

Aos vinte e dois dias do mês de abril de hum mil e noventa e oito e três (22-04-83), na sala da Biblioteca Solanda Fonseca Ayres da Escola Polivalente, deu-se a 1.ª reunião com a diretora Maria Natividade Rosa Barbosa. A reunião teve início com a palavra da diretora. Estavam presentes a reunião a diretora Maria Natividade Rosa Barbosa, os vice-diretores de cada turno, os coordenadores geral de Educação Física, Adjunta, do Centro Cívico e de Artes Práticas, a Secretária Geral, os professores e auxiliares de disciplina. Em primeiro lugar a diretora falou a respeito da frequência dos professores, da importância da assiduidade e pontualidade, do aproveitamento dos alunos e na recuperação de conteúdos. A seguir foi falado a respeito do café que é servido aos professores durante o recreio, o assunto foi discutido para encontrar uma forma mais viável na aquisição do mesmo. Foi falado a respeito do professor conselheiro na formação dos alunos, inclusive no aspecto pedagógico que será também de responsabilidade deste professor. Foi comentado também pelo vice-diretor do período noturno a respeito dos alunos que mudam de turnos, como também dos que foram matriculados e que ainda não compareceram. A professora Maria de Lourdes Pacheco falou sobre a dificuldade de ministrar aula na 1.ª 'A', devido ao grande número de alunos, a vice-diretora do matutino Mônica Marques Brandão falou sobre o motivo e pediu aos professores uma solução mais viável, uma vez que a solução tomada foi para a melhora dos alunos, o assunto foi discutido, mas não chegaram a nenhuma outra solução. Em seguida atendendo a pergunta da professora Maria de Lourdes Pacheco, a diretora falou sobre o Calendário Escolar e após as duas em que haverá aulas

## Anexo 15

### Ata 46 - Reunião Geral em 1983 - Parte 2

49

para reposição. Foi falado também a respeito do planejamento e sobre a importância da pontualidade na entrega das provas e planejamento na Coordenação para o bom desempenho dessa função. Foi falado pela diretora a respeito de seu horário como também da Secretária Geral. Quando continuidade, foi falado sobre os professores que entrariam em licença prêmio no 2º semestre e qual foi o critério adotado para aquisição dessa licença. A seguir foi falado a respeito das aulas que vieram dos professores que assumiram cargo administrativo e como foi feita a distribuição dessas aulas a outros professores. Foi exposto pelo vice diretor do período noturno Amílcar Rosa do Nascimento a respeito do uso do telefone, o assunto foi discutido e chegaram a conclusão de que o telefone fosse usado em grandes necessidades e que isso deveria ficar na competência de cada um. Foi falado a respeito, digamos, pela ex. diretora e atual coordenadora do Centro Cívico Maria Lenora Rocha de Paula a respeito do cargo que ela ora ocupa e ainda sobre essa fase de mudança que a escola está passando e agradeceu a todos pelos apoios recebidos durante sua gestão como diretora desta escola e falou da importância do apoio dos professores no desempenho de sua função como Coordenadora do Centro Cívico. Para finalizar a diretora falou sobre o espírito de cooperação dos professores e sobre as vantagens do apoio e colaboração entre todos os setores da escola, foi agradecido por ela o apoio que tem recebido no desempenho de sua função foi dito por ela que deste apoio vai depender o fruto de seu trabalho não havendo nada mais para tratar, foi encerrada a reunião, para tanto foi lavrada a presente ata que depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Catalão, 22 de abril de 1983.

Maria Patrícia Rosa Barbosa

## Anexo 16

### Ata 46 – Reunião Administrativa em 1984 – Parte 1

Ata nº 46/84  
Ata de reuniões do pessoal administrativo em 1984.

As vinte e quatro dias do mês de abril de 1984 (um mil novecentos e oitenta e quatro), na Biblioteca Solanda Fonseca Pires da E.E. Polivalente "Dr. Elias Campos", deu-se uma reunião do corpo administrativo. Estavam presentes: diretora, secretárias, vices diretores, coordenadores e demais funcionários administrativos; dando início a diretora falou sobre os motivos que levaram a realização desta reunião. Em primeiro lugar foi falado sobre a organização da escola para o concurso do dia 29. Falou em seguida sobre o dia 30, dia em que vai ser comemorado o 6º aniversário da Escola, falou em seguida as festividades que irão acontecer e também o 1º de maio dia em que vai acontecer festa com o objetivo de angariar dinheiro; explicou que no dia 02 de maio haverá aula, embora sendo o aniversário da Escola, seguiu-se falando sobre o uso do não comparecer quando o funcionário não está presente, explicando sobre a necessidade do uso do carimbo. Prosseguiu falando sobre o caso de doença e também o caso de viagem como será feito o uso do carimbo. explicou que apenas o pessoal que roda turno não tem condição de usar este carimbo, como é o caso da diretora, secretária escolar e administrativa, coordenadora pedagógica, de Artes Práticas e do Centro Cívico. Dando sequência foi falado sobre o horário que deverá ser: de manhã - 7:15 às 11:15, tarde - 12:30 às 16:30, noite - 19:00 às 22:30 e pediu que todos respitassem com sinceridade este horário. Dando prosseguimento falou sobre o deslocamento do funcionário de sua sala e pediu que cada um procurasse

Anexo 17

Ata 46 – Reunião Administrativa em 1984 – Parte 2

33

um trabalho para ser feito a fim de não ficar formando grupinhos de conversas. Falou também no plano dos vices-diretores e também sobre a trada constante na sala da Direção e pediu que as reclamações fossem com fraternidade. Dando continuidade expôs os presentes que avaliassem o seu trabalho como também da Secretária Escolar, não havendo nenhuma avaliação seguiu com a palavra da Coordenadora de Recursos Didáticos a prof.<sup>a</sup> Neura que sugeriu caso uma pessoa faltasse que 1.<sup>o</sup> fosse perguntado o porquê da falta e que não perguntasse a outros se o ponto seria contado ou não e que ela acredita que quanto a faltas como outra atividade na escola não irá acontecer mais e quanto a horário ela está se sentindo difícil cumprir e que não vê nenhum obstáculo em corrigir prova de outro estabelecimento. Foi esclarecido pela diretora que surgiu reclamações a este respeito. Foi frisado pela vice-diretora Mônica sobre os méritos que possui a Coordenadora Neura e que ela está sendo desperdiçada. Uma vez que é de grande valor para a escola ela não acha justo que ela continue a parte da desta maneira. Foi salado pela diretora que ninguém tem o intuito de marcar a Coordenadora Neura, mas que apenas todos estão querendo vê-la ativa como sempre demonstrou. Em seguida foi exposto pela datilógrafa e Mecanógrafa Maria Lúcia que ultimamente tem notado que nessa escola está se transformando em um ambiente muito tenso. Foi sugerido também por Neura que as pessoas quando falassem alguma coisa que fosse dito com segurança, sem deturpação. Seguiu-se o pedido pela diretora que cada pessoa

## Anexo 18

### Ata 46 – Reunião Administrativa em 1984 – Parte 3

que seja funcionário se dirigisse a seu chefe imediato, caso haja qualquer problema. Foi exposto pela vice-diretora Mônica que acredita na capacidade e responsabilidade de cada um para confiar no seu trabalho; ou se requisita a vice-diretora Maria Helena disse que na medida do possível fosse dado sugestões para que seu trabalho possa render mais; seguiu-se com os agradecimentos pela Coordenadora Nêura pela preocupação que todos têm demonstrado em vê-la mais ativa, nada havendo mais a tratar, eu, Wanda David de Sousa, pessoa designada como Secretária Escalar, transcrevo fielmente estes termos.

Catalão, 24 de abril de 1984.

Wanda David de Sousa

- Gilly Ferrissimo de Oliveira
- Jolanda M<sup>o</sup> Marques Silva
- Joana M<sup>o</sup> Rodrigues Foppa
- Joana Maria Rodrigues Canino
- Maria Canedo Souto
- Mariana Rosa Lamounier
- Helena M<sup>o</sup> Alves Gomes
- Silvana Uffino
- Estelina Eglória Lourenço Vieira
- Luzadina de Sousa Aires
- Sebastião Gomes da Costa
- Nivete Moura da Silva Bueno
- Euzébia de Jesus Oliveira

Anexo 19

Ata de Resultados Finais da 7ª série E - Período noturno do ano de 1981

**ATA DO RESULTADO FINAL DE APROVEITAMENTO**

Aos 19 dias do mês de Dezembro de 1981, terminouse o processo para avaliação de aprendizagem dos alunos da 7ª série, do ensino do 1º Grau, turma E turno Noturno deste estabelecimento com o seguinte resultado No. de dias letivos

N.º de Ordem	ATIVIDADES, ÁREAS DE ESTUDOS, DISCIPLINAS OU CONTEÚDOS ESPECÍFICOS	Port		Mat		Ing.		Cienc.		Historia		Geog.		Os.P.B.		T.Com.		Ed.Fis.		T.Ag.		Resul. Final	Observações
		Res	Fal	Res	Fal	Res	Fal	Res	Fal	Res	Fal	Res	Fal	Res	Fal	Res	Fal	Res	Fal	Res	Fal		
		TOTAIIS HORAS DADAS		76		110		74		72		38		76		72							
	NOME DO ALUNO	Res	Fal	Res	Fal	Res	Fal	Res	Fal	Res	Fal	Res	Fal	Res	Fal	Res	Fal	Res	Fal	Res	Fal		
01	Antonio M. Martins Arruda	50	8	60	30	50	3	55	13	55	9	60	9	60	5	60	9	65	11			Aprov.	
02	Clarência Carneira Rosa	55	5	50	6	65	2	65	1	65	3	65	3	65	1	65	3	65	4			Aprov.	
03	Cleber Pacheco da Silva	60	1	50	3	60	-	65	3	60	2	65	1	55	-	65	3	80	3			Aprov.	
04	Dilson Lopes Gomes	50	9	55	5	55	1	55	1	60	6	55	1	60	-	60	-	65	8			Aprov.	
05	Divina Luzia dos Santos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
06	Divino Alves da Silva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
07	Divino Fernandes dos Santos	55	15	50	19	55	3	50	10	75	5	60	1	65	2	70	6	70	9			Aprov.	
08	Edmar Pereira da Silva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
09	Edna Ilma Duarte	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10	Eliete Maria de Jesus	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
11	Elizabeth Martins da Silva	55	25	50	21	55	6	65	22	65	4	50	1	60	2	60	11	60	15			Aprov.	
12	Ercione Rosa Gomes	55	18	50	16	55	2	60	6	65	6	50	3	65	-	65	2	65	11	85	-		Aprov.
13	Fábio Mariano da Silva	60	22	55	19	50	8	55	6	60	7	60	2	55	1	65	3	70	8			Aprov.	
14	Fátima Vieira dos Santos	60	16	50	17	50	1	50	11	60	3	55	2	50	2	55	10	50	14			Aprov.	
15	Ginair Inocêncio de Matos	55	11	50	13	50	4	55	15	65	5	55	2	55	2	60	8	50	10			Aprov.	
16	Hosanita Gonz. dos Santos	60	6	50	8	65	-	65	6	75	-	65	-	65	-	65	-	70	7			Aprov.	
17	Isaac Paulista Campos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
18	João Batista da Silva	80	5	55	7	90	-	95	1	95	-	80	-	80	-	95	-	90	4			Aprov.	
19	João Batista D. Louis	60	24	50	24	70	-	55	12	70	6	60	3	65	-	65	9	55	14			Aprov.	
20	João Batista Gonçalves	75	6	75	2	85	-	80	8	90	4	75	8	65	3	75	1	65	11			Aprov.	
21	Jose Abadio F. Junior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
22	Keila M. M. do Nascimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
23	Luismar Jose Ferreira	60	1	55	1	65	-	70	-	70	1	65	1	60	1	75	-	70	5			Aprov.	
24	Marcio Ant. de Castro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
25	Mari Ivone Aleixo	70	6	50	8	70	1	70	7	80	5	65	2	65	1	80	3	70	8			Aprov.	
26	Maria Betânia Pires	60	10	50	15	75	4	65	7	85	6	65	4	60	1	70	4	65	11			Aprov.	

NOTA: Na coluna de observações, consignar quando for o caso, a reutilização (com o respectivo conteúdo) de recuperação, dependência, adaptação, bem como transferência, desistência e cancelamento

E para constar eu, secretário lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelo diretor do estabelecimento.

JUSSARA DE PADUA LEARU  
Secretário

Jussara de Padua R. H. de Paula  
Diretor

G.S.F. - 09/79 REGISTRO Nº 38486

**RESULTADO FINAL DE APROVEITAMENTO**

Aos 19 dias do mês de Dezembro de 1981, terminouse o processo para avaliação de aprendizagem dos alunos da 7ª série, do ensino do 1º Grau, turma E turno deste estabelecimento com o seguinte resultado No. de dias letivos

N.º de Ordem	ATIVIDADES, ÁREAS DE ESTUDOS, DISCIPLINAS OU CONTEÚDOS ESPECÍFICOS	Port		Mat		Ing.		Cien.		Hist		Geog.		Os.P.B.		T.Com.		Ed.Fis.		T.Ag.		Resul. Final	Observações	
		Res	Fal	Res	Fal	Res	Fal	Res	Fal	Res	Fal	Res	Fal	Res	Fal	Res	Fal	Res	Fal	Res	Fal			
		TOTAIIS HORAS DADAS		76		110		74		72		38		76		72								
	NOME DO ALUNO	Res	Fal	Res	Fal	Res	Fal	Res	Fal	Res	Fal	Res	Fal	Res	Fal	Res	Fal	Res	Fal	Res	Fal			
27	Maurinho Calaga	50	15	50	15	50	5	60	4	50	7	55	4	55	5	70	5	80	4			Aprov.		
28	Nilde Alves Ribeiro	50	5	50	5	55	-	60	1	65	4	65	3	65	-	65	-	65	9			Aprov.		
29	Neza Gonçalves de Almeida	50	4	50	3	55	2	55	1	60	2	60	2	60	-	70	2	70	6			Aprov.		
30	Nelson Gonz. de Rezende	40	5	55	6	45	-	35	3	55	2	35	-	50	-	65	2	70	4			Reprov.		
31	Noêmia Vaz dos Reis	55	9	50	5	55	-	60	3	65	2	60	1	55	-	70	-	75	4			Aprov.		
32	Paulo Francisco de Matos	55	9	65	13	50	1	70	1	80	4	55	-	55	-	80	1	80	4			Aprov.		
33	Paulo Sergio Rodrigues	55	10	60	16	65	3	65	3	70	-	60	1	70	1	65	3	75	5			Aprov.		
34	Sebastião P. Cassiano	60	1	60	6	60	-	50	-	55	1	60	-	50	-	60	-	80	-			Aprov.		
35	Sidelma Rodovalho	60	9	55	6	65	1	80	4	85	3	70	-	60	-	80	-	70	-			Aprov.		
36	Valdenir Gomes da Costa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
37	Valéria Aparecida P. Borges	50	8	50	11	60	2	55	3	55	4	50	3	55	2	65	2	60	18			Aprov.		
38	Valmer Lopes da Silveira	70	12	55	14	80	1	80	-	90	3	75	2	70	-	85	2	68	6			Aprov.		
39	Vanilda Bordenho de Jesus	55	7	50	7	65	-	60	-	65	2	50	1	50	-	65	4	75	6			Aprov.		
40	Walter Borges de Mesquita	80	7	75	9	85	-	90	1	100	4	80	1	95	-	95	-	65	7			Aprov.		
41	Wanderlan Correia da Cruz	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
42	Wollington de Jesus Machado	60	10	60	13	70	5	70	7	85	3	55	2	60	1	70	3	70	8			Aprov.		
43	Zénonia das Graças Silva	60	22	50	19	60	2	60	3	60	9	55	4	70	1	65	10	80	-	85	-	80	-	Aprov.

NOTA: Na coluna de observações, consignar quando for o caso, a reutilização (com o respectivo conteúdo) de recuperação, dependência, adaptação, bem como transferência, desistência e cancelamento

E para constar eu, secretário lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelo diretor do estabelecimento.

JUSSARA DE PADUA LEARU  
Secretário

Jussara de Padua R. H. de Paula  
Diretor

G.S.F. - 09/79 REGISTRO Nº 38486

## Apêndices

### Apêndice 01 – Registro da Biblioteca

*Falta o nome da Escola*  
*11* *axias*  
REGISTRO DE BIBLIOTECAS

Nome Completo da Biblioteca: BIBLIOTECA YOIANDA FONSECA AYRES

Rua: DIANÓPOLIS n.º .....

Endereço: Localidade: BAIRRO SÃO FRANCISCO

Postal: Município: CATALÃO

Estado: GOIÁS Cód. Postal 76.800

1) Data da função: 03/04/78 ..... da instalação: 02/05/78 ..... Total de volumes existentes: 1.300

2) É oficial? *Sim* ..... Federal, Estadual ou Municipal? *Estadual* ..... Subordinada a que instituição? *Estado* ..... Não sendo oficial, qual a instituição que a mantém? .....

3) É pública? *Não* ..... Privativa? *Sim* ..... Geral ou Especializada? *Geral* .....

4) Em que dias funciona? *úteis* ..... Qual o horário? *7:30 às 23:00 horas* .....

5) Qual a média mensal de consulentes? ..... Quais os assuntos mais consultados? .....

6) Nº de funcionários: *01* ..... de técnicos? ..... São remunerados? *Ainda não* .....

7) Tem verba própria? *Não* ..... Quanto? .....

8) Há livro de registro? *Sim* ..... Na classificação adotada o sistema decimal? *Sim* .....

9) Os livros estão catalogados? *Sim* ..... O leitor tem livre acesso às estantes? *Sim* ..... Há empréstimos domiciliares? *Sim* .....

10) Quais as iniciativas culturais (exposições, conferências, etc) e .....

Data: Catalão, 26 de maio de 1978

Assinatura: *Yvira S. A. de Paula*

Cargo ou função: *Diretora*

(No caso de bibliotecária formado por escola de Biblioteconomia, indicar o nº de inscrição no CRB).

Obs. Os itens = 5 e 10 não foram respondidos devido estarmos começando agora.  
O item 4 (referente ao horário) Há intervalos - das 7:30 às 11:00 - das 13:00 às 17:00 e das 19:00 às 23:00 horas.